

JOANI GIACOMITTI

Realidade Sócio-Econômica do Alto Vale do
Ribeira Paranaense e Vale do Capivari (1920-1980):
Um Caso de Marginalização

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Brasil, opção História Econômica, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre.

CURITIBA
1987

Realidade sócio-econômica do Alto Vale do Ribeira
paranaense e Vale do Capivari(1920-1980): um caso
de marginalização

Joâni Giacomitti

ERRATAS

- 1 - Na página 62, parágrafo segundo, onde se lê :
"a população regional é predominantemente des-
cendente de imigrantes europeus", leia-se: a
população regional tem significativa contri-
buição de imigrantes europeus.
- 2 - Na página iii, Capítulo II, no SUMÁRIO, acres-
cente-se ao item 5 o que segue:
 - 5.1 - O processo de produção agrícola... 109
 - 5.2 - Colheita e preparo do milho 119
 - 5.3 - Colheita e preparo do feijão 121
 - 5.4 - Pecuária 123
 - 5.5 - Fruticultura 128
 - 5.6 - Extração da erva mate 129
 - 5.7 - Fabricação de fumo de corda 138
 - 5.8 - Corte de lenha 145

JOÂNI GIACOMITTI

REALIDADE SÓCIO-ECONÔMICA DO ALTO VALE DO RIBEIRA
PARANAENSE E VALE DO CAPIVARI (1920 - 1980) :
UM CASO DE MARGINALIZAÇÃO

Dissertação apresentada ao Curso
de Pós-Graduação em História do
Brasil, opção História Econômica,
do Setor de Ciências Humanas,
Letras e Artes da Universidade
Federal do Paraná, como requisito
parcial à obtenção do grau de
Mestre.

CURITIBA

1987

Em memória de meus antepassados, antigos
moradores do Vale do Capivari.

Em homenagem a Alba, minha esposa, e
filhos.

AGRADECIMENTOS

Especiais a:

Professora Odah Regina Guimarães Costa - Orientadora,
Professora Altiva Pilatti Balhana - ex-Coordenadora
dos Cursos de Pós-Graduação de História do Brasil
da UFPR,

Professor Sérgio Odilon Nadalin - Coordenador atual,
Professor Jayme Antônio Cardoso - sugestões gráficas,
Professora Cecília Maria Westphalen,
Professor Carlos Roberto Antunes Santos,
Demais Professoras e Professores dos Cursos de Pós-
Graduação.

Secretárias e Bibliotecárias dos Cursos de Pós-
Graduação e do Departamento de História, e a
Sara Burstein.

Professores do Departamento de Economia, que, de uma
forma ou de outra, colaboraram para que o empreen-
dimento se realizasse.

Pessoal da Divisão Paranaense da Biblioteca Pública
do Paraná, da Biblioteca do Departamento
Estadual de Estatística,
da Biblioteca do IBGE e
da Biblioteca do IPARDES.

E a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram
para a realização da pesquisa.

SUMÁRIO

	fl.
Dedicatória	i
Agradecimentos	ii
Sumário	iii
Lista de Siglas	vi
Lista de Mapas e Planta	vii
Lista de Tabelas	ix
Lista de Gráficos	xviii
Lista de Ilustrações	xxi
Introdução	1
Capítulo I. Metodologia e Fontes - Censos do IBGE	
1. Metodologia e Fontes - Censos do IBGE	11
2. Quadro geral da evolução político-administrativa regional	23
3. Política agrícola - PNDs	29
4. Debates e controvérsias	41
Capítulo II. Aspectos geográficos e sócio-econômicos da região do Alto Vale do Ribeira paranaense e Vale do Capivari	47
1. O Paraná e a região estudada	47
2. Aspectos Geográficos	58
3. Aspectos Sociais - o Homem	62
4. Comunidade local - população, saúde, educação, habitação e êxodo rural	70
5. Aspectos econômicos - processos de produção	103

Capítulo III. A estrutura fundiária

Estrutura fundiária - propriedades e proprietários, rotatividade das terras, minifundização e concentração da terra	149
---	-----

Capítulo IV. A produção agropecuária e industrial, a comercialização e a produtividade agropecuária

1. Mecanização agrícola	176
2. Produção agropecuária	182
3. Produção agropecuária regional	198
4. Produtividade agropecuária regional	223
5. Financiamento e capitalização	227
6. Valor adicionado por setor de produção	234
7. Valor agregado da produção agropecuária, industrial e comercial	239
8. A comercialização - comercialização do excedente de produção regional, vias de comunicação e armazenamento	239

Capítulo V. Potencialidades Econômicas Regionais	246
--	-----

Perspectivas econômicas:

1. Processos produtivos adaptados à realidade regional e exploração das potencialidades de cada micro-região	
2. Desenvolvimento da pecuária de corte e leiteira, dos fruti-grangeiros, da apicultura, da aquicultura (peixes, rãs), do florestamento e exploração dos recursos vegetais e minerais	
3. O problema da eletrificação rural	252
Conclusão	253
Referências Bibliográficas	259
Anexos:	263
1. Lista explicativa dos mapas e plantas	264
2. Mapas	267
3. Lista explicativa das fotos ilustrativas	280
4. Tabelas	283
5. Gráficos	320

LISTA DE SIGLAS

1. ACARPA Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
2. BADEP Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A
3. BPP Biblioteca Pública do Paraná
4. DEE Departamento Estadual de Estatística
5. FAMEPAR Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná
6. FEA Faculdade de Economia e Administração da USP
7. FIPE Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP
8. IBGE Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
9. INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
10. IPARDES Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Fundação Edison Vieira
11. ITCF Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (PR)
12. PND Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico
13. SUDESUL Superintendência do Desenvolvimento do Extremo Sul
14. UFPR Universidade Federal do Paraná
15. USP Universidade de São Paulo

LISTA DE MAPAS E PLANTA

	fl.
01. Mapa da Província do Paraná, 1853	46
02. Mapa da Província do Paraná, 1889	46
03. Mapa da Estado do Paraná, 1920	267
04. Mapa do Estado do Paraná, 1938	267
05. Mapa do Estado do Paraná, 1948	268
06. Mapa do Estado do Paraná, 1953	268
07. Mapa do Estado do Paraná, 1956	269
08. Mapa do Estado do Paraná, 1960	269
09. Mapa do Estado do Paraná, 1965	270
10. Mapa do Estado do Paraná, 1977	270
11. Mapa do Município de Bocayuva, 1929	271
12. Mapa do Município de Cerro Azul, 1929	272
13. Mapa Elucidativo dos Limites do Município de Capivary, 1932	273
14. Mapa Elucidativo dos Limites de Campina Grande, 1934	274
15. Mapa Elucidativo dos Municípios de Bocaiúva, Colombo e Campina Grande, 1937	275
16. Mapa do Estado do Paraná - Município de Bocaiúva, 1938	276

17. Mapa do Estado do Paraná - Município de Imbuial, 1943	277
18. Mapa do Estado do Paraná - Município de Cerro Azul, 1943	278
19. Mapa do Estado do Paraná - Município de Bocaiúva do Sul, 1953	279
20. Planta das Colônias Eufrazio Correia e Alfredo Chaves	24
21. Mapa do Município de Adrianópolis	26
22. Mapa do Município de Bocaiúva do Sul	26
23. Mapa do Município de Campina Grande do Sul	28
24. Mapa do Município de Cerro Azul	28

LISTA DE TABELAS - (1920-1980)

	fl.
01. População urbana	74
02. População rural	74
03. População total	74
04. População ativa na agropecuária	74
05. Evolução da densidade demográfica regional	73
06. Evolução da área regional	60
07. Estabelecimentos agropecuários de proprietários	283
08. Estabelecimentos agropecuários de arrendatários	283
09. Estabelecimentos agropecuários de ocupantes	283
10. Área dos estabelecimentos agropecuários dos proprietários	284
11. Área dos estabelecimentos agropecuários dos arrendatários	284
12. Área dos estabelecimentos agropecuários dos ocupantes	284
13. Estabelecimentos agropecuários com menos de 10 hectares	285
14. Estabelecimentos agropecuários de 10 a menos de 50 hectares	285
15. Estabelecimentos agropecuários de 50 a menos de 100 hectares	285
16. Estabelecimentos agropecuários de 100 e mais hectares	285
17. Área dos estabelecimentos agropecuários com menos de 10 hectares	286

18. Área dos estabelecimentos agropecuários de 10 a menos de 50 hectares	286
19. Área dos estabelecimentos agropecuários de 50 a menos de 100 hectares.....	286
20. Área dos estabelecimentos agropecuários de 100 e mais hectares	286
21. Total dos estabelecimentos agropecuários.....	287
22. Área total dos estabelecimentos agropecuários.....	287
23. Estabelecimentos agropecuários por grupo de área total da região e do Paraná.....	288
23.A. Estabelecimentos agropecuários regionais por grupo de área total, em percentagem.....	289
24. Evolução de estabelecimentos agropecuários por grupo de área total, regional e paranaense, com base 100 em 1920	288
25. Participação relativa dos estabelecimentos agropecuários regionais, em percentagem.....	288
26. Área dos estabelecimentos agropecuários por grupo de área total, da região e do Paraná.....	290
26.A. Área dos estabelecimentos agropecuários regionais por grupo de área total, em percentagem	289
27. Evolução da área dos estabelecimentos agropecuários por grupo de área total na região e no Paraná.....	290
28. Participação relativa dos estabelecimentos agropecuários regionais, por grupo de área total, em percentagem	290
29. Área dos estabelecimentos agropecuários utilizada com lavouras	172

30. Área dos estabelecimentos agropecuários destinada a pastagens	172
31. Área dos estabelecimentos agropecuários usada com matas	172
32. Estabelecimentos agropecuários que usam força humana	181
33. Estabelecimentos agropecuários que usam força animal ..	189
34. Estabelecimentos agropecuários que dispõe de força mecânica	181
35. Arados existentes nos estabelecimentos agropecuários ..	179
36. Tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários.	279
37. Semeadeiras mecânicas existentes nos estabelecimentos agropecuários	179
38. Ceifadeiras mecânicas possuídas pelos estabelecimentos agropecuários	179
39. Estabelecimentos agropecuários que produzem milho.....	297
40. Área cultivada com milho	291
41. Quantidade produzida de milho	291
42. Valor da produção de milho	291
43. Estabelecimentos agropecuários que produzem feijão.....	292
44. Área cultivada com feijão	292
45. Quantidade produzida de feijão	292
46. Valor da produção de feijão	292
47. Estabelecimentos agropecuários que produzem arroz	293
48. Área cultivada com arroz	292
49. Quantidade produzida de arroz	293
50. Valor da produção de arroz	293
51. Estabelecimentos agropecuários que produzem mandioca...	294

	fl.
52. Área cultivada com mandioca	294
53. Quantidade produzida de mandioca	294
54. Valor da produção de mandioca	294
55. Estabelecimentos agropecuários que produzem trigo.....	295
56. Área cultivada com trigo	295
57. Quantidade produzida de trigo.....	295
58. Valor da produção de trigo.....	295
59. Estabelecimentos agropecuários que fabricam fumo de corda.....	296
60. Área cultivada com fumo	296
61. Quantidade produzida de fumo de corda.....	296
62. Valor da produção do fumo de corda.....	296
63. Estabelecimentos agropecuários que produzem laranja...	297
64. Área cultivada com laranjas	297
65. Quantidade produzida de laranja	297
66. Valor da produção de laranja	297
67. Estabelecimentos agropecuários que produzem uva.....	298
68. Área cultivada com parreiras	298
69. Quantidade produzida de uva	298
70. Valor da produção de uva	298
71. Estabelecimentos agropecuários regionais com produção agrícola	200
72. Evolução dos estabelecimentos agrícolas regionais, com base 100 em 1920	200
73. Participação relativa dos estabelecimentos agrícolas regionais	200
74. Estabelecimentos agrícolas estaduais com produção	299
75. Evolução dos estabelecimentos agrícolas do Paraná com produção	299

76. Área cultivada na agricultura regional.....	202
77. Evolução da área cultivada regional, com base 100 em 1920	202
78. Participação relativa da agricultura regional	202
79. Área cultivada no Paraná	300
80. Evolução da área cultivada no Paraná, com base 100 em 1920	300
81. Produção agrícola regional	204
82. Evolução da produção agrícola regional, com base 100 em 1920	204
83. Participação relativa da produção agrícola regional	204
84. Produção agrícola paranaense	208
85. Evolução da produção agrícola paranaense, com base 100 em 1920	208
86. Valor da produção agrícola regional	206
87. Evolução do valor da produção agrícola regional, com base 100 em 1970	206
88. Participação relativa do valor da produção agrícola regional	206
89. Valor da produção agrícola estadual	301
90. Evolução do valor da produção agrícola estadual, com base 100 em 1970	301
91. Produtividade do milho	224
92. Produtividade do feijão	224
93. Produtividade do arroz	224
94. Produtividade da mandioca	224
95. Produtividade do trigo	226
96. Produtividade do fumo	226

	fl.
97. Produtividade da laranja	226
98. Produtividade da uva	226
99. Estabelecimentos agropecuários que criam suínos	302
100. Rebanho de suínos	302
101. Valor do rebanho suíno	302
102. Estabelecimentos agropecuários que criam bovinos	303
103. Rebanho de bovinos	303
104. Valor do rebanho bovino	303
105. Estabelecimentos agropecuários que criam vacas leiteiras	304
106. Vacas leiteiras	304
107. Quantidade de leite produzido	304
108. Valor da produção de leite	304
109. Estabelecimentos agropecuários que criam eqüinos	305
110. Rebanho eqüino	305
111. Valor do rebanho eqüino	305
112. Estabelecimentos agropecuários que criam aves	306
113. Efetivo de aves existentes	306
114. Valor do efetivo de aves	306
115. Produção de ovos	307
116. Valor da produção de ovos	307
117. Estabelecimentos agropecuários que criam abelhas	308
118. Colméias existentes	308
119. Quantidade produzida de mel	308

	f1.
120. Valor da produção de mel	308
121. Estabelecimentos agropecuários regionais com produção pecuária	309
122. Evolução dos estabelecimentos agropecuários regionais com produção pecuária, 1920 = 100	309
123. Participação relativa da pecuária regional	309
124. Estabelecimentos agropecuários paranaenses com produção pecuária	310
125. Evolução dos estabelecimentos agropecuários paranaenses com produção pecuária	310
126. Produção pecuária regional	212
127. Evolução da pecuária regional, com base 100 em 1920	212
128. Participação relativa da pecuária regional	212
129. Produção pecuária estadual	214
130. Evolução da pecuária estadual, com base 100 em 1920	214
131. Valor da produção pecuária regional	216
132. Evolução da produção pecuária regional	216
133. Participação relativa da pecuária regional	216
134. Valor da produção pecuária estadual	311
135. Evolução do valor da pecuária estadual	311
136. Estabelecimentos agropecuários que produzem erva mate	312
137. Quantidade produzida de erva mate	312
138. Valor da produção de erva mate	312
139. Estabelecimentos agropecuários que extraem lenha	313
140. Quantidade de lenha extraída	313

141. Valor da produção de lenha	313
142. Estabelecimentos agropecuários que extraem madeiras de lei	314
143. Quantidade de madeiras de lei extraída	314
144. Valor da produção de madeiras de lei	314
145. Estabelecimentos agropecuários com produção vegetal, regionais e estaduais	220
146. Evolução dos estabelecimentos agropecuários com extrativa vegetal, na região e no Paraná	220
147. Participação relativa dos estabelecimentos agropecuários regionais com extração vegetal	220
148. Produção vegetal na região e no Paraná	315
149. Evolução da produção vegetal, regional e paranaense	315
150. Participação relativa regional na produção vegetal	315
151. Valor da produção vegetal, na região e no Estado	316
152. Evolução da produção vegetal a nível regional e paranaense	316
153. Participação relativa regional no valor da produção vegetal	316
154. Estabelecimentos industriais	317
155. Valor da Produção industrial	317
156. Estabelecimentos comerciais atacadistas	318
157. Estabelecimentos comerciais varejistas	318
158. Estabelecimentos agropecuários que receberam financiamento	230
159. Montante do financiamento recebido	230

160. Valor da produção agropecuária, industrial e comercial em 1970	240
161. Participação relativa no valor da produção agropecuária, industrial e comercial em 1970	240
162. Valor da produção agropecuária, industrial e comercial em 1975	242
163. Participação relativa no valor da produção agropecuária, industrial e comercial em 1975	242
164. Valor da produção agropecuária, industrial e comercial em 1980	319
165. Participação relativa no valor da produção agropecuária, industrial e comercial em 1980	319
166. Altitude, distância de Curitiba, latitude e longitude	57
167. Valor da produção mineral da região em 1980, inserida no contexto da produção agropecuária, industrial e comercial	196
168. Valor adicionado em 1971 e em 1980	234 e 235

LISTA DE GRÁFICOS - (1920 A 1980)

01. População urbana, rural, total e ativa na agropecuária..76
02. Estabelecimentos agropecuários de proprietários, arrendatários e ocupantes..... 154
03. Área dos estabelecimentos agropecuários de proprietários, arrendatários e ocupantes..... 156
04. Estabelecimentos agropecuários com menos de 10 hectares, de 10 a menos de 50 hectares, de 50 a menos de 100 hectares e de 100 e mais hectares..... 158
05. Área dos estabelecimentos agropecuários com menos de 10 hectares, de 10 a menos de 50 hectares, de 50 a menos de 100 hectares e de 100 e mais hectares..... 160
06. Total dos estabelecimentos agropecuários e área total dos estabelecimentos agropecuários..... 162
07. Estabelecimentos agropecuários e área dos estabelecimentos agropecuários a nível regional e estadual, por grupo de área total..... 164
08. Estabelecimentos agropecuários e área dos estabelecimentos agropecuários por grupo de área total, a nível regional..... 166
09. Estabelecimentos agropecuários e área dos estabelecimentos agropecuários por grupo de área total, em percentagem..168
10. Área dos estabelecimentos agropecuários utilizada com lavoura, pastagens e matas..... 170
11. Estabelecimentos agropecuários segundo a utilização da força humana, animal e mecânica..... 175
12. Estabelecimentos agropecuários com arados, tratores, semeadeiras e ceifadeiras..... 177

13. Estabelecimentos agropecuários que produzem milho, área cultivada, quantidade produzida e valor da produção... 183
14. Estabelecimentos agropecuários que produzem feijão, área cultivada, quantidade produzida e valor da produção... 185
15. Estabelecimentos agropecuários que produzem arroz, área cultivada, quantidade produzida e valor da produção... 187
16. Estabelecimentos agropecuários que produzem mandioca, área cultivada, quantidade produzida e valor da produção... 320
17. Estabelecimentos agropecuários que produzem trigo, área cultivada, quantidade produzida e valor da produção... 321
18. Estabelecimentos agropecuários que produzem fumo, área cultivada, quantidade produzida de fumo de corda e valor da produção..... 322
19. Estabelecimentos agropecuários que produzem laranja, área cultivada, quantidade produzida e valor da produção... 323
20. Estabelecimentos agropecuários que produzem uva, área cultivada, quantidade produzida e valor da produção... 324
21. Estabelecimentos agropecuários com produção agrícola regional, área cultivada, produção agrícola e valor da produção agrícola regional.....197
22. Estabelecimentos agropecuários que criam suínos, rebanho suíno e valor do rebanho.....189
23. Estabelecimentos agropecuários que criam bovinos, rebanho bovino e valor do rebanho.....191
24. Estabelecimentos agropecuários que criam vacas leiteiras, vacas ordenhadas, quantidade de leite produzida e valor da produção de leite..... 325
25. Estabelecimentos agropecuários que criam eqüinos, rebanho eqüino e valor do rebanho..... 326

26. Estabelecimentos agropecuários que criam aves, efetivo existente de aves, valor do efetivo de aves, produção de ovos e valor da produção de ovos..... 327
27. Estabelecimentos agropecuários que criam abelhas, colméias existentes, quantidade de mel produzido e valor da produção de mel..... 328
28. Estabelecimentos agropecuários com produção pecuária regional, produção pecuária regional e valor da produção pecuária regional..... 210
29. Estabelecimentos agropecuários que produzem erva mate, quantidade produzida e valor da produção de erva mate..193
30. Estabelecimentos agropecuários que extraem lenha, quantidade extraída e valor da produção de lenha..... 195
31. Estabelecimentos agropecuários que extraem madeiras de lei, quantidade extraída e valor da produção..... 329
32. Estabelecimentos agropecuários com produção extrativa vegetal regional, produção da extrativa vegetal e valor da produção extrativa vegetal regional..... 218
33. Estabelecimentos industriais e valor da produção industrial..... 222
34. Estabelecimentos comerciais atacadistas e varejistas.. 330
35. Estabelecimentos agropecuários que receberam financiamento e montante do financiamento recebido..... 228
36. Participação relativa do valor da produção agropecuária, industrial e comercial da região, no Paraná, em percentagem..... 238

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	f1.
01. Moradia rural da região	88
02. Jardim e pomar da casa	88
03. Pomar do agricultor	90
04. Paiol (celeiro) e terreiro	90
05. Barracão de estaleiros de fumo	92
06. Piquete e barracão de estaleiros.....	92
07. Chiqueirão e barracão de estaleiros	94
08. Piquete com ovinos	94
09. Encerra com porcos	96
10. Encerra	96
11. Invernada e encerra	98
12. Piquete com cerca de rampa	98
13. Erval recém podado, invernada	130
14. Erval recém podado, invernada	130
15. Aspecto de invernada regional	100
16. Outro aspecto de invernada	100
17. Vista externa de guaranis.....	134
18. Parapeito de tijolos	132
19. Pilão rústico.....	66
20. Facho de capoeira roçada	110

	f1.
21. Facho de mato cortado	110
22. Roça por queimar	112
23. Corte de lenha	144
24. Tigüera, roça recém colhida	108
25. Tigüera de milho e feijão	108
26. Declividade do terreno	57
27. Cadeia de morros com inclinação das terras	104
28. Topografia acidentada do terreno	104
29. Características do relevo	106
30. Declives e aclives	106

INTRODUÇÃO

O estudo da realidade sócio-econômica do Alto Vale do Ribeira paranaense e Vale do Capivari insere-se no campo da história regional, fundamenta-se na indisciplinariedade, integrando elementos ligados à Economia, à Geografia, à Sociologia e à Estatística. Analisa a estrutura fundiária, a agropecuária basicamente de subsistência, a agroindústria e sua evolução de de 1920 a 1980.

A estrutura fundiária compreende a propriedade, o uso, a posse e as formas de utilização da terra, a organização social e econômica e sua evolução histórica.

O estudo da marginalização sócio-econômica regional permite levantar a seguinte problemática:

- . Até que ponto a região do Alto Vale do Ribeira paranaense e Vale do Capivari apresenta-se como uma região marginalizada em relação ao desenvolvimento sócio-econômico do Paraná, no período de 1920 a 1980, numa abordagem conjuntural.

Esse questionamento permitiria testar hipóteses com vistas a verificar se a origem das dificuldades regionais estariam:

1. na acidentada conformação do relevo regional, com excessivas declividades para a mecanização agrícola, salvo reduzidas áreas ao Sul, e na utilização do processo tradicional de produção, resultando maiores custos de produção em relação às regiões dinâmicas do Paraná, como o Norte e Sudoeste;
2. na pressão demográfica e decorrente minifundização da propriedade em função da herança, da venda e da doação;
3. no predomínio da propriedade familiar;
4. na geração de produtos tradicionais e básicos de subsistência, voltados para o atendimento do mercado interno;
5. na falta de boas estradas para o escoamento aos mercados do excedente de produção regional;
6. nas políticas econômicas, voltadas para a agropecuária, que que dão preferência às regiões dinâmicas de produção, em detrimento de outras áreas, ou
7. poder-se-ia afirmar que todos esses fatores teriam contribuído para a marginalização sócio-econômica da região paranaense do Alto Vale do Ribeira e Vale do Capivari no contexto histórico do desenvolvimento estadual.

Objetiva-se conhecer mais a fundo a realidade sócio-econômica¹ de uma das regiões mais pobres do Paraná. Pretende-

se também criar um quadro de referências, passível de aplicações a outras regiões do Paraná e do Brasil, com as mesmas características. Visa-se, ainda, propor algumas sugestões que, levando em consideração as condições regionais, permitam solucionar alguns dos problemas emergentes.

A historiografia brasileira tem dado, de modo geral, mais ênfase ao estudo e análise dos **pólos dinâmicos** da economia estadual ou nacional. Constituem exemplo disso, dentre outros, os trabalhos de Roberto Simonsen, Celso Furtado, Argemiro J. Brum, Maria da Conceição Tavares e Pedro Calil Padis, que abordam o assunto.

As análises feitas por esses autores, prendem-se mais às características da economia primário-exportadora de regiões altamente produtivas e sua condição reflexa em relação ao mercado externo. E pouco se tem dedicado ao estudo das micro-regiões de economias de subsistência e marginalizadas no contexto nacional.

Por outro lado, a historiografia mais recente, com destaque para os pesquisadores dos Cursos de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, vem se dedicando também a estudos monográficos regionais. Essa é a nova tendência: estudar as partes para melhor conhecer o todo, numa visão de conjunto. É uma maneira de se aprofundar o conhecimento regional nas suas interligações com o global, construindo-se um quadro de referências² no âmbito dos diferentes sistemas agrários regionais³.

Inserese nesse contexto o presente estudo, particularmente voltado para a economia de subsistência da região que compreende os Municípios de Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul e Cerro Azul. Está situada a Leste do Paraná, a Nordeste de sua Capital e ao Norte do primeiro planalto. A região limita-se ao Norte com Sengés e São Paulo, a Leste com Guaraqueçaba e Antonina, ao Sul com Morretes, Quatro Barras, Colombo e Rio Branco do Sul e a Oeste com Castro, Piraí do Sul e Jaguariaíva.

Foi escolhido, como eixo central da pesquisa do funcionamento do sistema agrário local, o Município de Bocaiúva do Sul.

O início da ocupação regional está nos Arraiais de mineração ao longo dos rios Açungui, Ribeira e Capivari e seus afluentes. Em 1860 funda-se a Colônia do Assunguy, atual Cerro Azul, e, em 1889, estabelecem-se os núcleos colonias de Eufrazio Correia, localizados em Pedra Branca e Capivari, no Município de Bocaiúva do Sul⁴. Estes núcleos são criados com imigrantes italianos. Já neste século deslocam-se para a região italianos e seus descendentes, vindos de Colombo e outras Colônias do litoral e do planalto. Essa ocupação se realiza com base na propriedade familiar.

Com o rápido esgotamento do ouro de aluvião, a economia regional transforma-se numa agropecuária de subsistência, participando dos ciclos do mate, da madeira e da fase mais recente do tropeirismo, marginalizando-se a seguir da conjuntura paranaense. Trata-se de uma agricultura

tradicional, cujos instrumentos de produção são a foice, o fogo, a cavadeira e a enxada.

Em função da elevada declividade das terras, a região não mecanizou sua agricultura. É pobremente servida de estradas, quer na interligação entre as sedes municipais e povoados, quer das sedes dos Municípios com a Capital.

Do ponto de vista sócio-econômico, a região entrou num processo de marginalização, que aumenta à medida que o tempo passa. Os indicadores vitais, econômicos e sociais vêm caindo com o correr do tempo. Decresce a produção regional e o êxodo rural aumenta.

Analisados os problemas que afligem a região e constatada a possibilidade de resolvê-los, procurar-se-ia sugerir sua integração à economia paranaense, desenvolvendo-se processos de produção com mecanismos apropriados que atendessem às características regionais.

Se isso fosse realizado, a população ali residente, além de não migrar para os centros urbanos e pressionar a demanda de bens e serviços, produziria para o autoconsumo e comercializaria o excedente, com benefícios regionais e estaduais.

Justifica-se, assim, o estudo que oferece desafios ao governo e aos estudiosos do assunto.

Os documentos básicos da pesquisa foram os Censos do IBGE. E, além dos livros mencionados na bibliografia, foram consultados diversos tipos de documentação, tais como os **Relatórios dos Presidentes da Província do Paraná ao Congresso Provincial, Mensagens dos Governadores à Assembléia Legislativa do Estado, Relatórios da Secretaria da Fazenda e Relatórios do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas**. Esses documentos forneceram subsídios que permitiram acompanhar a ocupação territorial e os aspectos sócio-econômicos da região.

Quando efetuado o levantamento bibliográfico sobre a região, não foi encontrado estudo completo e significativo a respeito da mesma, salvo um trabalho de **visão preliminar** do problema regional, que serviu de base ao I Curso de Planejamento Regional e Urbano, feito pela SUDESUL em 1976⁵.

O método histórico constitui a estratégia fundamental da pesquisa, com a heurística, a crítica e a hermenêutica, juntamente com o método comparativo, sendo também utilizadas técnicas operacionais qualitativas e quantitativas, além da neográfica, bem como observações diretas com visitas à área e apontamentos de história local. Utilizaram-se procedimentos da História Oral, por meio de entrevistas informais com agricultores da região, assim como com ex-produtores, que abandonaram a agricultura, indo morar na periferia dos centros urbanos regionais, principalmente Curitiba.

A vivência e o conhecimento da região levaram o autor à escolha do tema, que foi tratado de modo integrado com a

realidade histórica paranaense, que, por sua vez, se insere no contexto do Brasil Meridional.

Fatores que contribuíram para a escolha dessa região do Estado para o estudo: é uma região que vinha crescendo e se capitalizando como as demais regiões do Paraná, até aproximadamente 1920, quando se verifica o auge da produção agropecuária, particularmente criação e engorda de porcos. A partir de 1940, passa a descapitalizar-se e marginalizar-se relativamente às regiões dinâmicas do Norte e Sudoeste paranaense, que concorrem com a região na produção de milho, criação e engorda de porcos. Isso ocorre ao mesmo tempo que avança a mecanização da agricultura estadual. Porém, outros fatores influenciam a região em 1980, tais como a compra de chácaras de lazer na porção Centro-Sul e áreas para florestamento e criação de gado na parte Centro-Norte. Em 1920 a região se destacava no cenário econômico paranaense e em 1980 era uma das mais pobres do Estado, num contraste bastante significativo.

A presente pesquisa compõe-se dos seguintes Capítulos e respectivos elementos componentes: inicia-se o Capítulo I com **Metodologia e Fontes - Censos do IBGE**, destacando-se **Quadro geral da evolução político-administrativa regional, a Política agrícola - PNDs e Debates e controvérsias.**

Evoluindo para o Capítulo II, estudam-se os **Aspectos Geográficos e sócio-econômicos da região do Alto Vale do Ribeira paranaense e Vale do Capivari** analisando o Paraná e

a região estudada, os Aspectos Geográficos, os Aspectos sociais - o homem, a Comunidade local - população, saúde, educação, habitação e êxodo rural, e Aspectos econômicos/processos de produção.

A análise da Estrutura fundiária, que inclui Estrutura fundiária - propriedade e proprietários, rotatividade das terras, minifundização e concentração da terra, é feita no Capítulo III.

Focaliza o Capítulo IV a Produção agropecuária e industrial, a comercialização e a produtividade agropecuária, analisando Mecanização agrícola, Produção agropecuária, Produção agropecuária regional, Produtividade agropecuária regional, Financiamento e Capitalização, Valor adicionado por setor de Produção, Valor agregado da produção agropecuária, industrial e comercial, assim como A Comercialização - comercialização do excedente da produção regional, vias de comunicação e armazenamento.

Faz-se análise, produto por produto, a nível municipal, regional e estadual, da produção agropecuária, enquanto que a produtividade refere-se principalmente à agricultura. Tecem-se comentários relativamente ao processo de financiamento e capitalização, assim como sobre o valor adicionado por setor de produção de 1971 e 1980, e do valor agregado da produção agropecuária, industrial e comercial de 1970, 1975 e 1980, sendo estes dois últimos a nível macroeconômico. Discorre-se ainda a respeito da comercialização do excedente de

produção regional, das condições dos meios de transporte e da capacidade de armazenamento ali existente.

O Capítulo V, denominado genericamente *Perspectivas econômicas*, inclui Processos produtivos adaptados à realidade regional e exploração das potencialidades de cada micro-região, Desenvolvimento da pecuária de corte e leiteira, dos fruti-granjeiros, da apicultura, da aquicultura (peixes e rãs), do florestamento e exploração dos recursos vegetais e minerais e o problema da eletrificação rural.

Os subtítulos dos capítulos expressam as potencialidades econômicas micro-regionais.

Seguem-se as *Conclusões* e as *Referências bibliográficas* e os Anexos, servindo estes de suporte para a análise realizada.

Notas de Referências

- 1.3. COSTA, Odah Regina Guimarães. Estruturas agrárias de Curitiba-Paraná 1850-1900. Revista de História: Questões e Debates. Curitiba, 3 (5): 183-194, dez. 1982.
2. _____. O estudo das estruturas agrárias no Departamento de História da UFPR. Revista de História: Questões e Debates. Curitiba, 6 (10):91-108, jun. 1985.
4. MARTINS, Romário. História do Paraná. 3.ed. Curitiba, Guaira, 1933. p.294.
5. SUDESUL. Alto Vale do Ribeira - Adrianópolis e Cerro Azul; I Curso de Planejamento Regional e Urbano. Curitiba, 1976.

Capítulo I

METODOLOGIA E FONTES - CENSOS DO IBGE

A presente pesquisa, estudo de história regional, fundamenta-se na análise dos Censos estatísticos do IBGE, particularmente nos Censos demográficos e econômicos, complementados por pesquisas de campo na região.

Abrange a área Nordeste da Região Metropolitana de Curitiba, ou, mais precisamente, o ALTO VALE DO RIBEIRA PARANAENSE E VALE DO CAPIVARI.

A metodologia utilizada nos Recenseamentos gerais brasileiros tem variado em extensão e profundidade, em cada setor pesquisado, passando da coleta de informações mais abrangentes às mais específicas, particularmente na agropecuária.

O IBGE, órgão oficial de pesquisas estatísticas no Brasil, acompanhou a evolução de nossa realidade sócio-econômica e a documentação passou a ter um tratamento mais aperfeiçoado.

Além disso, o Brasil está filiado a organismos Internacionais, como o Instituto Internacional de Estatística das Nações Unidas e o Instituto Interamericano de Estatística, participando de seus congressos, que procuram estabelecer me-

metodologia uniforme de pesquisa entre os países membros a fim de que possam ser feitas análises comparativas a nível internacional.

A própria experiência brasileira na pesquisa sócio-econômica amadureceu com o correr do tempo. E isso, apesar dos contratempos para a análise, é fator positivo para o conhecimento da realidade histórica. O aperfeiçoamento dos trabalhos estatísticos, quer a nível regional quer a nível nacional, permite a análise quantitativa. Daí a importância, para a pesquisa em pauta, da análise e utilização dos referidos Censos.

A região em estudo apresenta, sobretudo, dificuldades referentes aos aspectos político-administrativos.

Como pontos de referência básica foram considerados os dados estatísticos relativos ao Paraná e aos Municípios, que formam a região.

A divisão em Municípios é uma constante em todo o período estudado (1920-1980). As Zonas Fisiográficas aparecem nos Censos de 1950 e 1960 e, nos Censos de 1970, 1975 e 1980, constam as Micro-regiões Homogêneas.

Observa-se a criação e a extinção de Municípios, com anexações e desmembramentos em distintas épocas variando a área territorial e os aspectos demográficos e econômicos.

O Município constitui a menor unidade de estudo, cuja evolução na área se pode verificar no quadro político-administrativo regional, organizado pelo autor com dados fornecidos pelo IBGE, assim como outras fontes de informação.

Sob o ponto de vista político-administrativo, o Paraná também se modifica significativamente nesse período, Os Censos de 1920 apresentam 49 Municípios e 107 Distritos. Os Censos de 1930 não se efetivaram devido a crise econômica internacional, com reflexos nacionais. Os Censos de 1940 incluem 49 Municípios e 113 Distritos. No entanto, os de 1950* assinalam 80 Municípios e 111 Distritos. Os de 1960 apresentam 162 Municípios e 403 Distritos. Aqueles de 1970 mostram o Paraná com 288 Municípios e 674 Distritos. Os Censos econômicos de 1975 (primeiros quinquênais) ainda incluem 288 Municípios. Entretanto, o Recenseamento geral de 1980 apresenta 290 Municípios e 711 Distritos.

Com referência a estrutura fundiária, optou-se pelos dados levantados pelo IBGE nos Recenseamentos gerais, mesmo não havendo uma perfeita continuidade nos mesmos. O Recenseamento de 1920 não apresenta informações sobre a propriedade das terras, sobre as condições do produtor, assim como sobre grupos de área total menores de 41 hectares. Esses aspectos foram analisados sob a forma de estabelecimento e área.

* Entre 1940 e 1950 foi criado e extinto o Território do Iguaçu.

Preferiu-se o IBGE como principal fonte de informação em função de os Cartórios de Registros de Imóveis, Títulos e Documentos apresentarem, nas escrituras de compra e venda, boa parte das propriedades com área sem determinação precisa, seguindo-se a expressão **mais ou menos**, dificultando a análise.

As escrituras que trazem a mencionada expressão **mais ou menos** podem variar de área, para mais ou para menos. Pôde-se constatar, com entrevistas informais junto a proprietários locais, cujos documentos de propriedade tinham a citada expressão **mais ou menos** tantos alqueires, que, por ocasião da medição, houve variação de área.

A título de exemplo, uma dessas propriedades, no Município de Bocaiúva do Sul, com mais ou menos 30 alqueires, ao passar pelo processo de medição, totalizou 80 alqueires. Outra, de mais ou menos 6 alqueires, resultou em apenas 3,5 alqueires na medição. Outra, ainda, de mais ou menos 40 alqueires, deu na medição tão somente 33 alqueires. Por outro lado, existem aquelas cujas áreas são indicadas mais ou menos e correspondem à realidade.

Utilizou-se o processo de entrevistas informais, não só para as informações sobre as terras, como também para outros aspectos da realidade sócio-econômica regional. Chegou-se a conclusão de que as entrevistas informais são mais espontâneas e também mais condizentes com a realidade. A presença do gravador inibe e assusta muitas vezes o informan-

te, não se pondo em discussão a validade das técnicas da História Oral.

Os dados coligidos sobre a unidade produtiva referem-se ora a empresa ou estabelecimento, ora a informante ou declarante. São conceitos usados indistintamente nos Censos para transmitir a mesma informação, embora de significados diferentes. A empresa pode representar mais de um estabelecimento, assim como o informante ou declarante, também pode administrar mais de um estabelecimento. Utilizou-se o conceito de estabelecimento.

No que diz respeito à demografia, na utilização básica de população total, os Censos também têm dois critérios de levantamento de informações. Até 1960 aparece o conceito de população presente, que engloba "as pessoas presentes, moradoras ou não no domicílio", e, a partir de 1970, o de população residente, que representa "os moradores no domicílio, mesmo se ausentes na data do Censo".

A propósito da população, ainda houve Censos que a classificaram em urbana e rural. Outros, em urbana (das sedes municipais), suburbana (das sedes distritais) e rural, abrangendo a remanescente população municipal. E outros ainda, que englobaram a população urbana e suburbana em população urbana e população rural. Utilizou-se neste trabalho essa última orientação.

Preferiu-se também usar informações a respeito de população ativa no setor agropecuário, tendo em vista que os Censos ora informam sobre população economicamente ativa, ora sobre pessoal ocupado. O Censo de 1940, por exemplo, fez levantamento das pessoas de 15 anos e mais, ao passo que outros registram pessoas de 14 anos e mais de idade, 10 anos e mais, e até aqueles que incluem todas as pessoas que na data do Censo participavam das atividades dos estabelecimentos.

A respeito de modalidade de exploração, tem-se também uma variada metodologia na coleta de informações, desde agricultura propriamente dita, animal e florestal dos Censos de 1920, passando no Recenseamento de 1940, para agricultura, agropecuária, pecuária de grande e pequena escala e outra modalidade de exploração. Para distinguir-se entre agricultura e pecuária em grande e pequena escala tomaram-se por base as médias de rendimento por hectare cultivado e o número de cabeças de gado por estabelecimento.

O Censo de 1940 baseia-se na área cultivada, no volume de produção, no efetivo dos rebanhos, principalmente no número de matrizes. Já o Censo de 1950 caracterizou o estabelecimento agropecuário pelo efetivo do rebanho, volume da produção e área cultivada, mas com valores diferentes. Em 1960 o IBGE considerou como atividades extrativas a extração vegetal, a caça e a pesca. Em 1970 reúne a extração vegetal, caça e pesca em atividades de agricultura, formando um setor, e extração mineral foi considerada como um setor a parte.

Distingue terras em descanso, assim consideradas as que se encontravam em repouso por prazo não superior a quatro anos, em relação ao último ano de utilização. E caracteriza, como terras produtivas não utilizadas, aquelas constituídas por áreas que se prestam à formação de culturas, pastos ou matas e que não estejam sendo usadas para tais finalidades.

Na região em apreço, toda terra, destinada à lavoura temporária, fica em descanso por sete anos, em média, após um ano de produção, a fim de se refazer a capacidade produtiva. É o sistema de pousio.

Os Censos de 1940 e 1950 utilizam, para classificar a atividade predominante, a área cultivada, a quantidade produzida dos principais produtos, o efetivo do rebanho, maior fonte de renda e até o efetivo dos pés plantados de algumas culturas permanentes. A partir dos Censos de 1960 essa classificação é feita com base na atividade que proporciona maior fonte de renda ao produtor, como agricultura ou pecuária. Também nesse Censo não consta o valor da produção a nível municipal. Contém essa informação a nível agregado, macroeconômico, da agricultura, pecuária e silvicultura, assim como ao nível de Micro-região Homogênea e estadual. Nos Censos de 1970 utiliza-se, pela primeira vez, o computador que fornece listagem direta das informações colhidas. É o recenseamento geral em que as informações sobre o valor da produção são mais completas.

Encontra-se a quantidade produzida em todos os Censos. Não ocorre o mesmo com a área cultivada, que nem sempre é encontrada.

As informações são mais completas nos Censos de 1975 e no Recenseamento de 1980. Com relação às décadas anteriores, existem sérias e às vezes insuperáveis dificuldades na obtenção de dados, quer sobre o valor da produção, quer sobre outros aspectos da realidade sócio-econômica regional.

O Censo agrícola de 1920 traz o valor médio por animal de grande porte, com o que se pôde calcular o valor total médio dessa parte da pecuária. Por sua vez, os Censos de 1940 apresentam o valor da produção a respeito da agricultura em grande e pequena escala, da agropecuária em grande e pequena escala e da pecuária com as mesmas subdivisões citadas, acrescidas de outras modalidades de exploração.

Os Censos de 1950 não coligiram dados sobre o valor da produção agropecuária, atendo-se ao valor dos estabelecimentos e as despesas dos mesmos. Engloba no valor dos estabelecimentos o valor de todos os bens da propriedade, computando o total das despesas. E isso em termos globais, não distinguindo agricultura de pecuária.

Poder-se-ia realizar análise mais proveitosa dos Censos se os mesmos apresentassem informações sobre receitas e despesas. Mas a inexistência da apresentação sistemática dessas informações impede que seja feita essa análise.

O Recenseamento de 1940 tem informações apenas sobre despesa dos estabelecimentos. E o de 1950 apresenta o valor real dos estabelecimentos e não o valor de produção, de interesse para a pesquisa. Traz também dados de despesa. Apresenta-se, também pela primeira vez, em 1975, a pesquisa feita a respeito da receita dos estabelecimentos agropecuários. E o processo se repete nos Censos de 1980.

A conceituação de estabelecimentos também sofreu alteração entre um Censo e outro. Para 1920, é toda extensão de terra com uma ou mais propriedades sujeitas a uma administração, excluída a de subsistência e aquela cuja produção não atinge o valor de quinhentos mil réis (500\$000). Em 1940, os estabelecimentos agropecuários têm as mesmas características acima e sem limite de valor. É toda exploração agropecuária de área contínua nos Censos de 1950, 1960 e 1970. Para 1975 e 1980 volta a considerar estabelecimento agropecuário com parcelas descontínuas, desde que no mesmo setor censitário.

Quando se objetiva levantar quantidades produzidas, aparecem dificuldades complementares relacionadas com as unidades de medida, visto que são utilizados o quintal, o hectolitro, o litro, a arroba. Foram unificadas no decorrer do levantamento de dados, de acordo com aquelas utilizadas nos últimos Censos.

A unidade monetária, a medida comum de valores, apresenta alterações ao longo do tempo de 1920 a 1980. Os Censos de 1920 e 1940 foram realizados à base de mil réis (1\$000), que é modificado para cruzeiro (Cr\$ 1,00) em 1942, com vigência

para os Censos de 1950 e 1960. Em 1967, ocorre nova transformação monetária, o cruzeiro passa para cruzeiro novo (NCr\$1,00), com o valor de mil cruzeiros. Logo após volta a chamar-se cruzeiro, que foi utilizado nos Censos subseqüentes.

Isso acarretou dificuldade à coleta de dados, assim como a sua interpretação e análise.

Esses são os aspectos metodológicos diferenciais mais significativos, usados nos Censos de 1920 a 1980, quanto à coleta e apresentação das informações levantadas pelo IBGE. Outras diferenças existem. Todavia, aquelas assinaladas são as que têm maiores implicações no presente trabalho de pesquisa. Acrescentando-se que em função da crise do final dos anos 20, não se realizaram os Censos de 1930.

Finalmente, os Recenseamentos gerais, assim como os Censos econômicos de 1975, adotaram basicamente as mesmas convenções, variando apenas no enunciado conceitual das mesmas na evolução dos Censos, mas expressando a mesma realidade. Utilizou-se o mesmo sistema neste trabalho. São as seguintes:

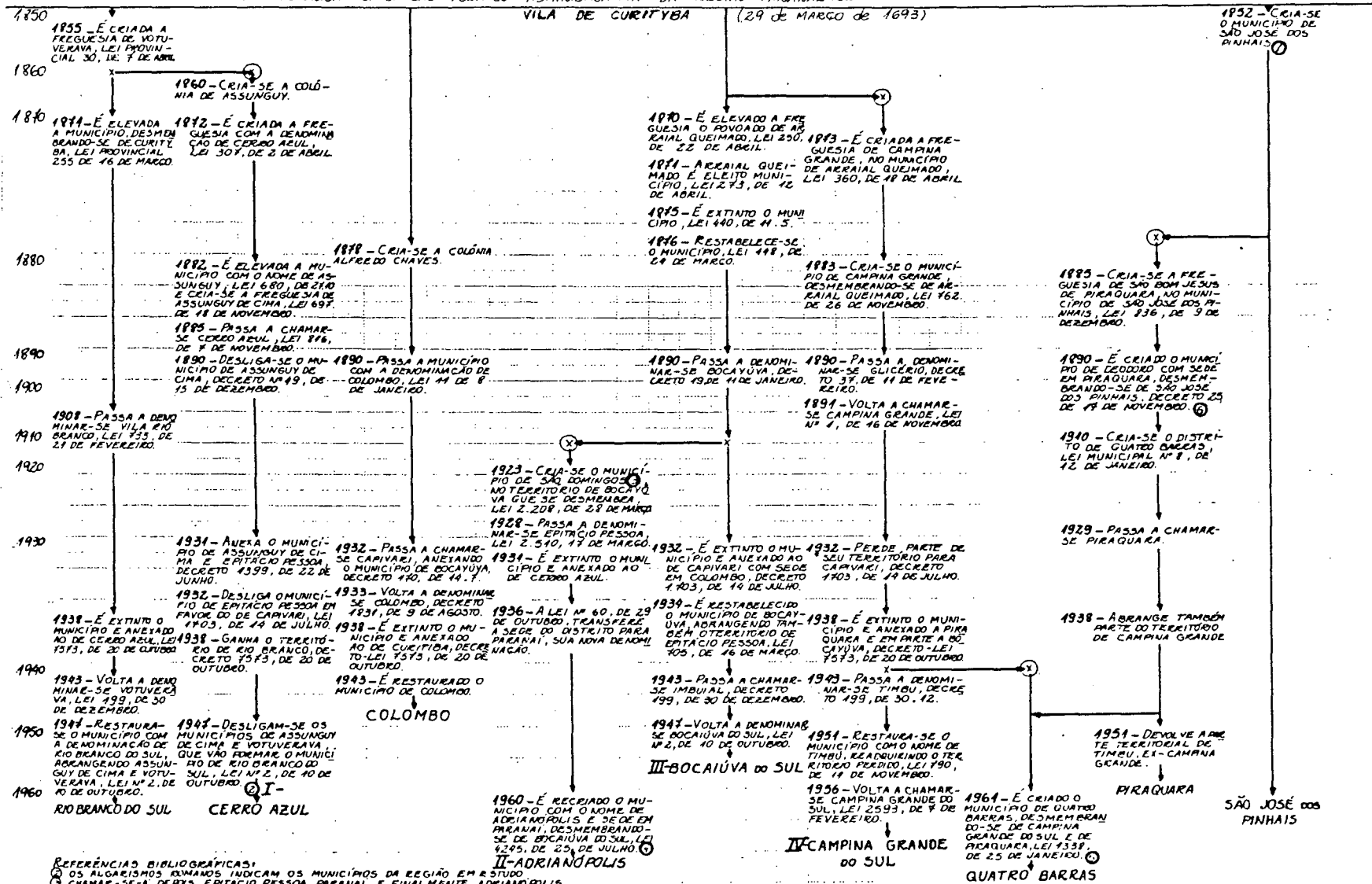
- ... o dado é desconhecido ou não foi apresentado na forma prevista;
- o dado, de acordo com declaração registrada, não existe;
- O - expressão inferior à unidade adotada na tabela; e
- X - resultado omitido a fim de evitar individualização de informações; estas informações acham-se incluídas nos totais.

Não se utilizaram os dados do DEE em virtude de os mesmos discordarem das informações apresentadas pelo IBGE, relativas aos mesmos fenômenos da agropecuária. Por isso, e objetivando-se uniformidade da informação para todo o período (1920-1980), é que se preferiu os resultados dos levantamentos censitários do IBGE. Além disso, as estatísticas do DEE cobriam, a nível municipal, apenas parte reduzida do período analisado, ou seja, apenas de 1973 a 1980.

Em síntese, a pesquisa foi realizada com base nas seguintes etapas:

1. formulação do problema piloto e das hipóteses;
2. coleta de fontes e informações;
3. classificação e utilização das fontes;
4. aplicação da neográfica;
5. análise e interpretação dos resultados e
6. elaboração da Dissertação.

QUADRO GERAL DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DA REGIÃO PARANAENSE DO ALTO VALE DO RIBEIRA E VALE DO CAPIVARI



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- (A) OS ALGARISMOS ROMANOS INDICAM OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO EM ESTUDO.
- (B) CHAMAR-SE-A DEPOIS EPITACIO PESSOA, PRANAI, E FINALMENTE, ADRIANOÓPOLIS.
- (C) DE CONFUSÃO COM HISTÓRIA DO PARANÁ, MUNICÍPIOS DO PARANÁ, 2ª ED. CITA, GRAFIME, 1969, VOL. 4, PÁGINAS 2.
- (D) IDEM, PÁGINA 237.
- (E) FAHEPAR, DOCUMENTO Nº 40, DADOS E INDICADORES, VÍDEO, 2ª ED, 1982.
- (F) OS MUNICÍPIOS DE CURITIBA, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, PIRAQUARA, QUATRO BARRAS, COLOMBO E RIO BRANCO DO SUL TAMBÉM ENTREAM NO ESQUEMA EM FUNÇÃO DE TEREM CONTRIBUÍDO TERRITORIAL NA FORMAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA EM ESTUDO, MAS NÃO FORAM ANALISADOS EM SEUS DEPARTAMENTOS.
- (G) OS DADOS NÃO ESPECIFICADOS, REFEREM-SE A INFORMAÇÕES COLHIDAS JUNTO AO FICÁRIO DOS MUNICÍPIOS, DO ITC.F. E ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS, MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ, VOL. XXII, RJ, 1956, 1959.

1. QUADRO GERAL DA EVOLUÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA REGIONAL

A presente exposição é feita com base nas informações constantes do quadro geral da evolução histórica da divisão político-administrativa da região. Ilustram sua evolução os mapas 11 a 19.

Em 1648 instalou-se Paranaguá como cabeça de Comarca dos Sertões do Sul da região de São Paulo. Quarenta e cinco anos depois é instalada a Vila de Curitiba, que abrangia originalmente a região estudada. (Mapa 1).

Inicialmente foram arraiais de mineração e mais tarde as colônias de imigração que deram origem ao povoamento do primeiro planalto paranaense, em que se insere a região do ALTO VALE DO RIBEIRA PARANAENSE E VALE DO CAPIVARI. Ali estão localizados os atuais Municípios de Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul e Cerro Azul.

Cria-se, em 1855, a freguesia de Votuverava, que passa a chamar-se Rio Branco e Município do mesmo nome em 1908. Em 1938 extingue-se o Município cujo território é anexado ao de Cerro Azul. Em 1943 volta a denominar-se Votuverava. Em 1947 restaura-se o Município com a denominação de Rio Branco do Sul, abrangendo também a área de Açungui de Cima.

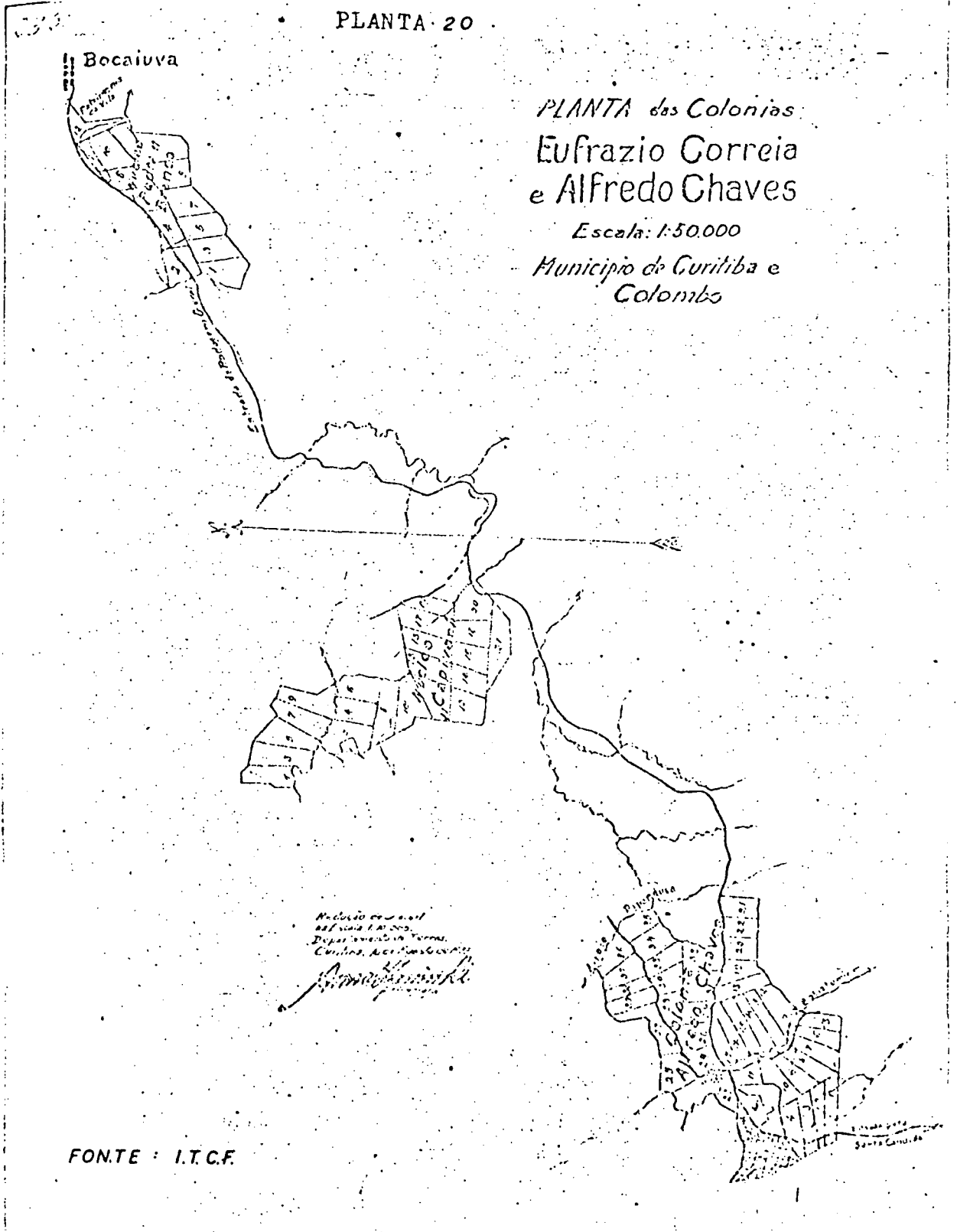
Em 1860 é criada a Colônia de Açungui, com parte do território de Votuverava. Já em 1872 é elevada à categoria de Freguesia com o nome de Cerro Azul, graças ao morro de mesma

PLANTA 20

PLANTA das Colonias
Eufrazio Correia
e Alfredo Chaves

Escala: 1:50.000

Município de Curitiba e
Colombo



Recolido por meio
do Sítio I.T.C.F.
Departamento Terras
Curitiba, A.C. 1950/51

[Handwritten signature]

FONTE: I.T.C.F.

denominação, que se localiza nas proximidades. Em 1882 ganha a condição de Vila e Município com a denominação de Açungui, de que se desmembra a Freguesia de Açungui de Cima em 1890. Em 1885 passa a chamar-se Cérrro Azul. Em 1931 anexa os Municípios de Açungui de Cima e Epitácio Pessoa. Em 1932 desliga o Município de Epitácio Pessoa, que passa para o de Capivari. Em 1938 ganha o território de Rio Branco e, em 1947, os Distritos de Açungui de Cima e Votuverava se desmembram para formar o Município de Rio Branco do Sul.

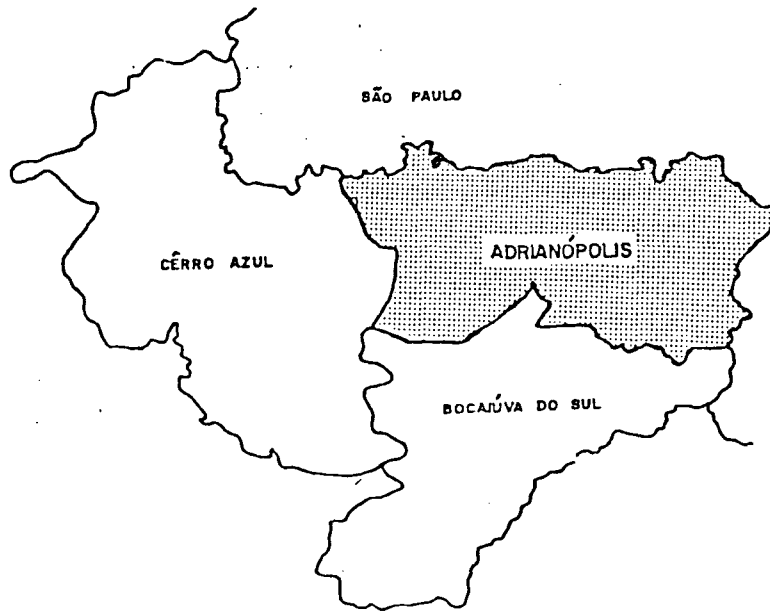
Em 1878 é fundada a Colônia de Alfredo Chaves, que, em 1890, passa a Vila e Município de Colombo. Em 1932 denomina-se Capivari, anexando o Município de Bocaiúva do Sul. Em 1933 volta a chamar-se Colombo, cujo Município é extinto e anexado ao de Curitiba. Em 1943 é restabelecido o Município com a denominação de Colombo.

Em 1870 é elevada à categoria de Freguesia o povoado de Arraial Queimado, cuja denominação teria vindo de completa destruição pelo fogo do arraial minerador, situado à margem direita do rio Capivari, localidade hoje chamada de Queimados, no atual Município de Campina Grande do Sul, ex-território de Arraial Queimado, segundo a tradição oral de região. Em 1871 ganhou a condição de Vila e Município de Arraial Queimado. Funda-se a Colônia Eufrazio Correia em seu território em 1889 (Planta 20). Passa a chamar-se Bocaiúva em 1890.

Em 1923 cria-se o Município de São Domingos, desmembrado do território de Bocaiúva. Denomina-se Epitácio Pessoa em

MAPA 21

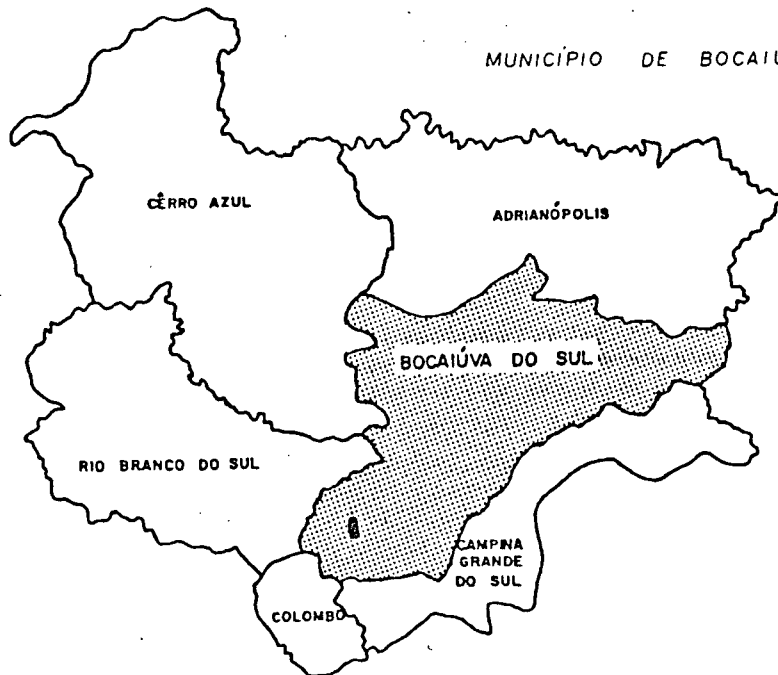
MUNICÍPIO DE ADRIANÓPOLIS



FONTE : D.E.E. , 1.980.

MAPA 22

MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL



FONTE : D.E.E. , 1.980.

1928. O Município é extinto em 1931 e anexado ao de Cerro Azul.

Em 1932 extingue-se também o Município de Bocaiúva, que é anexado ao de Capivari. Em 1934 é restabelecido o Município de Bocaiúva, abrangendo o território de Eptácio Pessoa. Em 1943 passa a denominar-se Imbuial e, em 1947, volta a chamar-se Bocaiúva do Sul.

Transfere-se a sede do Distrito de Eptácio Pessoa para Paranaí em 1936. Em 1960 é criado o Município de Adrianópolis com sede em Paranaí, desmembrando-se de Bocaiúva do Sul.

Ainda em 1873 cria-se a Freguesia de Campina Grande, no Município de Arraial Queimado. Em 1883 passa a Município de Campina Grande, desmembrando seu território de Arraial Queimado. Em 1890 a Vila de Campina Grande denomina-se Glicério, sendo sede do Município. Em 1891 volta a chamar-se Campina Grande. Em 1938 extingue-se o Município e anexa-se seu território ao de Piraquara. Em 1943 denomina-se Timbu. Em 1951 restaura-se o Município com o nome de Timbu. Em 1956 muda seu nome para Campina Grande do Sul. E, em 1961, é criado o Município de Quatro Barras, desmembrando seu território de Campina Grande do Sul e Piraquara.

Os mapas 21 a 24 mostram os Municípios e sua conformação atual. A legislação que cria, desmembra e reaglutina as áreas territoriais dos Municípios cita apenas as divisas entre

MAPA 23
MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL



FONTE : D.E.E. , 1.980.

MAPA 24
MUNICÍPIO DE CERRO AZUL



FONTE : D.E.E. , 1.980.

os referidos territórios, não trazendo a área em km², dificultando, assim, a informação.

Assim evoluiu a área territorial da região estudada, onde passou a lutar pela sobrevivência a população que adiante se analisará.

2. POLÍTICA AGRÍCOLA

A política agrícola brasileira vem passando por uma evolução, muitas vezes sem atender as reais necessidades brasileiras locais.

A agricultura, quando voltada para o mercado interno, ficou relegada a segundo plano desde a época colonial.

Durante o ciclo da mineração, a história confirma que mineradores foram encontrados mortos ao lado de **sacolas cheias de ouro** e de sabugos de milho roídos.¹

Se se analisar a economia açucareira, também se verá que a escassez de alimentos de subsistência esteve presente. O mesmo aconteceu na fase cafeeira, embora atenuada em função da maior diversificação da produção nacional. E a mesma coisa se repete com a soja e também com a cana de açúcar para o álcool combustível.

Sempre que a produção está voltada para o mercado externo, ou mesmo no caso do álcool combustível, um substituto de derivado de petróleo, utilizam-se as melhores terras e de mais fácil acesso, em detrimento da produção de alimentos básicos para o mercado interno. E as terras marginais (em termos de fertilidade natural, localização e infra-estrutura) passam a ser ocupadas pelas lavouras que estão sendo marginalizadas, como o feijão, a mandioca. Os problemas econômicos internos e externos têm conduzido a política econômica brasileira ao longo do tempo.²

Os defeitos estruturais da economia rural brasileira têm suas origens históricas na orientação fundamental para o mercado externo. Dela derivam instabilidades na produção e nos preços e dificuldades no abastecimento interno. As terras de qualidade inferior afetam negativamente o rendimento, aumentando os custos de produção, agravando a competitividade e a oferta de produtos. São fatores que inibem o desenvolvimento de lavouras voltadas para o abastecimento interno.³

Os Planos Nacionais de Desenvolvimento, desde o Relatório Niemeyer de 1931, até o III Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico de 1980⁴, passando pela Missão Cooke, Plano SALTE, Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, Comissão CEPAL - BNDE, Plano de Metas de Juscelino Kubitschek⁵, Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico⁶, I PND⁷ e II PND⁸, mesmo quando se propõem a produzir para o mercado interno, na prática pouco realizaram.

Por outro lado, a grande depressão dos anos 30, intermeando duas guerras mundiais, estimulou as atividades produtivas destinadas ao mercado interno, via substituição de importações, tendo em vista problemas de oferta externa.⁹

A atenção das autoridades brasileiras ou está voltada para o mercado externo e ou para o setor industrial, particularmente após a crise de 1929, apesar de se reconhecer a necessidade de se produzir para o atendimento da demanda do mercado interno.

Observe-se que a política de **exportar é o que importa** no período do **milagre brasileiro**, embora reconhecendo-se a importância de se exportar o excedente para o atendimento das importações necessárias, tem levado à escassez de alimentos internamente, cuja conseqüência é a elevação dos preços, penalizando e marginalizando ainda mais a classe assalariada nacional.

Percebe-se, pelos diagnósticos feitos e pelas políticas propostas, a situação em que se encontrava a agricultura brasileira, assim como a pouca atenção que se tem dispensado à produção de alimentos para o mercado interno. Analizam-se a seguir os diagnósticos dos referidos planos de desenvolvimento.

Os Planos Nacionais de Desenvolvimento econômico e social, a partir do início dos anos 60, diagnosticaram vários aspectos da realidade social e econômica brasileira, particu-

larmente no setor agropecuário, que mais de perto interessa ao presente estudo.

Os primeiros planejadores nacionais fixaram-se nos pontos de estrangulamentos da economia brasileira. Já o Plano de Metas (1956-1961) direcionou-se mais para a industrialização e, de modo especial, para a indústria automobilística.

O Plano Trienal¹⁰ afirma que o atraso da agricultura brasileira decorre da deficiente estrutura agrária do país. Assegura também que a estrutura agrária, **arcaica e obsoleta**, conflita com as necessidades sociais e materiais da população brasileira e, com base no Recenseamento de 1950, LAFER apresenta um quadro dessa realidade, de que foram extraídas as seguintes informações:

- a. 51,2% dos estabelecimentos agropecuários de até 20 hectares possuem apenas 3,4% da área total;
- b. 74,8% dos menores estabelecimentos estavam tão somente com 10,0% da área total;
- c. 3,4% dos maiores estabelecimentos detinham 62,1% da área total e
- d. os minifúndios, estabelecimentos com menos de 10 hectares, somam 34,5% dos estabelecimentos, mantendo 1,3% da área total.¹¹

Por sua vez, o II PND (1975-1979) constata que perduram **bolsões de pobreza** no Centro Sul industrializado: o Vale do Jequitinhonha, o Vale do Ribeira e áreas economicamente decadentes do Rio de Janeiro¹². A região paranaense do Vale do Ribeira faz parte do segundo bolsão de pobreza citado.

O referido Plano Trienal diz que as dificuldades regionais e de nível de vida resultam de fatores históricos e do isolamento, acrescentando que algumas subáreas permaneceram isoladas por terem sido **abandonadas** pelo poder central. Diz também que a concentração fundiária concentra a renda e mantém baixo o poder aquisitivo das massas rurais, impedindo o alargamento do mercado interno.¹³

O Paraná não fugiu a essa situação, apresentando significativos desequilíbrios regionais, assim como problemas de infra-estrutura.

Verifica ainda o Plano Trienal que falta uma política agrícola, claramente definida, considerando as peculiaridades regionais¹⁴. E afirma que o crédito rural é difícil aos pequenos proprietários e inacessível aos produtores rurais não proprietários, tendo em vista que um dos requisitos para o acesso a crédito rural é a apresentação do título de propriedade.

Com relação a quantidade de alimentos produzidos para o atendimento da demanda interna, de conformidade com o Plano supra, de 1952 a 1961, cresceu de 54,1% enquanto que a produ-

ção voltada para o mercado externo aumentou em 141,4% no mesmo período de tempo.¹⁵

Note-se que a prioridade da produção agrícola voltada para o mercado externo, em detrimento do mercado interno, não é política recente, marca a realidade brasileira desde a época colonial.

E prossegue afirmando o Plano Trienal que, entre 1947 e 1961, as taxas médias anuais de crescimento foram na agricultura de 4,6%, na indústria de 9,6% e no Produto Interno Bruto de 6,1%.

Observe-se que o setor agrícola foi o que menos cresceu, em média, no decorrer de 15 anos, ficando 25% aquém do crescimento do PIB e representando apenas 47,9% do desempenho industrial.

Acrescenta o mencionado Plano que a elevação dos preços dos fatores de produção, adquiridos pelo setor agrícola ao setor industrial, foi superior ao aumento médio dos preços dos produtos agrícolas, nos últimos anos.

Partindo da base 100 em 1977,¹⁶ a relação de trocas da agricultura (relação entre preços dos produtos agrícolas e preços dos produtos industriais) era em 1980, de 54,7%, no Paraná. Isso significa que o poder de compra do setor agrícola caiu e a agricultura se descapitalizou.

Afirma ainda o citado Plano Trienal que é maior o custo da geração de um emprego no setor industrial do que na agricultura, por mais que esta esteja mecanizada.¹⁷

Veja-se brevemente quais eram as metas dos planejadores brasileiros, com relação a agropecuária voltada para o atendimento da demanda do mercado interno, segundo os Planos Nacionais de Desenvolvimento.

Afirma-se no Plano Trienal que os produtos básicos de alimentação da população brasileira são: feijão, arroz, milho, mandioca, batata inglesa e trigo e propõe estimular as zonas mais favoráveis à produção de alimentos essenciais.¹⁸

E as zonas menos favoráveis, como os bolsões de pobreza, ficariam marginalizadas, a exemplo da região paranaense do Vale do Ribeira.

Continua o referido Plano dizendo que a mecanização dos trabalhos agrícolas no Brasil constitui um dos objetivos mais tenazmente perseguidos pelo governo federal, visto que substitui mão de obra pelo capital, amentando a capacidade de trabalho da população ativa remanescente no meio rural.¹⁹

Esse é um processo que economiza o fator trabalho, gerando um fluxo migratório do campo para a cidade. E como ficariam as pessoas que já vieram, estão vindo e continuarão a vir com o êxodo rural, a **inchar** a periferia das grandes cidades, como é o caso de Curitiba?

Objetivava-se também estimular, a par da adubação e correção da acidez dos solos, um programa de armazens e silos para reduzir as perdas da produção no processo de estocagem, regulando a oferta agrícola e o abastecimento de gêneros alimentícios.²⁰

Nesse sentido, nada existe até o momento em toda a região estudada, além dos paióis de propriedades dos agricultores.

Já no I PND a meta é desenvolver uma agricultura moderna, de base empresarial, que alcance competitividade internacional, dinamizando a economia rural, pela aceleração do crescimento agrícola, para sustentar o crescimento industrial, transformando em economia de mercado a agricultura de subsistência.²¹

Não diz como isso se realizaria, apesar de exigir mudanças estruturais.

Objetivava o II PND por um lado, consolidar até o final da década uma economia industrial moderna e, por outro, no aspecto social, eliminar no menor prazo os focos de pobreza absoluta existentes, principalmente no Nordeste e na periferia dos grandes centros urbanos.²²

Não se cogita do custo social dessa economia industrial moderna. As inter-relações entre os indicadores vitais, econô-

nicos e sociais parece que pouco disseram aos planejadores nacionais.

E prossegue o II PND que se objetiva a diversificação e a especialização regional do desenvolvimento agropecuário nacional, tendo em vista diferentes vocações naturais das diversas regiões e a diversidade de dotação de fatores de produção. Nas áreas já ocupadas do Centro-Sul muitas atividades agropecuárias estão amplamente disseminadas em localizações impróprias quanto ao solo, ao clima e outros fatores.²³

Além disso, propõe escolher áreas com solos mais adequados a uma agricultura racional, dotando-as de condições mínimas de infra-estrutura, inclusive estradas vicinais, e de serviços de apoio de assistência rural, crédito e comercialização para evitar que caiam no nível de subsistência.

E aquelas áreas que há muito se marginalizaram e sobrevivem a nível de subsistência? Não se vê como seriam eliminados os focos de pobreza se se afirma que existem atividades agropecuárias em localizações impróprias. É nessas localizações impróprias onde se situam os problemas sócio-econômicos mais graves. Percebe-se que a dotação de condições mínimas conflita com as áreas de solos mais adequados. Dentro dessa perspectiva, a região estudada, assim como os demais bolsões de pobreza existentes, estariam fadados ao esquecimento ou ao abandono pelas autoridades governamentais e à marginalização crescente?

Mesmo ultrapassando o período em análise porque válido para o período de 1980 a 1985, O III PND diz que o Brasil tem vantagem comparativa na produção agrícola, em relação aos outros países, face a abundância relativa de solo. Daí a necessidade de se aumentar a produção, a produtividade e expandir a fronteira agrícola. Além de ser de interesse da política de desenvolvimento urbano e regional resolver a questão migratória, projeta-se a reformulação e intensificação do desenvolvimento agrícola para reduzir o intenso fluxo migratório rural-urbano.²⁴

Não se mencionam as perdas das relações de troca, em que se exportam cada vez mais produtos de pouca ou nenhuma elaboração em troca de cada vez menos importação de produtos com alta agregação de valores.

Finalmente a notícia de que se objetiva, não só para manter o Brasil entre as dez maiores economias do bloco ocidental, como também promovê-lo da nona para a oitava posição.²⁵ Isso já se concretizou!

Então, chega-se a conclusão de que todas as políticas, implementadas por esses Planos de Desenvolvimento não levam a um resultado positivo em relação à redução do êxodo rural. São muito poucos os produtores, expulsos do meio rural, que aceitariam deslocar-se para a nova fronteira agrícola do Brasil representada pela Amazônia. Muitos foram e voltaram desiludidos. E o problema dos sem terra se avoluma e se complica a nível nacional.

Parece que as políticas desenvolvimentistas tenderiam a deixar marginalizadas as áreas que se marginalizaram no processo histórico de ocupação e crescimento, constituindo os bolsões de pobreza.

São Paulo, ainda que em tempos recentes, está dedicando atenção especial à sua porção do Vale do Ribeira. Criou um órgão especial com a finalidade de integrar à economia paulista o Vale do Ribeira.

O Paraná também poderia, da mesma forma, planejar a recuperação dessa região, integrando à economia paranaense, com benefícios sociais e econômicos.

Há, no entanto, esperança com o IV PND, também chamado de I PND da Nova República, que propõe resgatar a **dívida social** do Brasil, podendo, inclusive, as regiões marginalizadas beneficiarem-se com a nova política econômica.

Pode-se concluir com as palavras de Dércio Garcia Munhoz:²⁶ a agricultura não pode ser analisada como se fora uma atividade parasitária ou marginal. É, antes disso, a base de sustentação de toda a economia, diz referindo-se ao Relatório do Banco Mundial de 1981. E continua afirmando que se carece de uma política mais ampla para o setor, a fim de que as transformações estruturais permitam remover as iniquidades observadas no funcionamento da economia rural. É dessa política que necessita a agropecuária da região como se observará no decorrer do presente estudo.

Notas de Referências

1. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. II.ed. São Paulo. companhia Editora Nacional, 1971.
2. TAVARES, Maria da Conceição & DAVID, Maurício Dias, org. A economia política da crise; problemas e impasses da política econômica brasileira. 5.ed. Petrópolis, Vozes, 1984.
3. VALVERDE, Orlando. Estudos de geografia agrária brasileira. Petrópolis, Vozes, 1985. p.259.
4. BRASIL. Secretaria de Planejamento; III Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (1980-1985). Resolução nº 01 do Congresso Nacional, de 14.12.79.
5. BAER, Werner. A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1977.
6. BRASIL. Secretaria de Planejamento. Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965). Brasília, Presidência da República, 1962.
7. _____. Secretaria de Planejamento. I Plano Nacional de Desenvolvimento (Lei nº 5727). São Paulo. Sugestões Literárias, 1971.
8. _____. Secretaria de Planejamento. II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979); Lei nº 6151. Brasília, 1974.
9. FURTADO, Celso. Op. Cit.
10. BRASIL, Seplan. Plano Trienal, p. 140-141.
11. LAFER, Celso. O sistema político brasileiro. São Paulo. Perspectiva, 1975. Debates nº 118.
12. BRASIL, Seplan, II PND, p.24.
13. _____. Plano Trienal, p.81 e 148.
14. _____. Plano Trienal, p.82 e 164.
15. TAVARES, Maria da Conceição & DAVID, Maurício Dias, org. A economia política da crise; problemas e impasses da política econômica brasileira. 5.ed. Petrópolis, Vozes, 1984.
16. MUNHOZ, Dércio Garcia. Economia Agrícola; agricultura em defesa dos subsídios, Petrópolis, Vozes, 1982, p.91, nota nº 16.
17. BRASIL, Seplan, Plano Trienal, p.83 e 127.
18. _____. Plano Trienal, p.150.
19. _____. Plano Trienal, p.167 a 169.
20. _____. _____. p.171.
21. _____. I PND, p.20 a 24.
22. _____. II PND, p.27 a 35.
23. _____. _____. p.42 a 45.
24. _____. III PND, p.28 a 66.
25. _____. Plano Trienal, p.148.
26. MUNHOZ, Dércio Garcia. op. cit., p.69.

3. DEBATES E CONTROVÉRSIAS

No início deste século surge um movimento de renovação teórico-metodológica da História, relativamente às ciências do homem. Em 1929, com a revista *Annales*, esse movimento se consolida. Desenvolve-se a pesquisa interdisciplinar e estrutura-se a tridimensionalidade do tempo histórico, avançando a análise do espaço/tempo. E a ciência global do homem se impõe a partir da França. Destacam-se Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernand Braudel.

Na presente pesquisa procura-se analisar também a realidade histórica de um modo integrado, principalmente em seus aspectos social, econômico e geográfico.

No período em estudo, de 1920 a 1980, foram realizados cortes de dez em dez anos, com exceção da última década, que é dividida de cinco em cinco anos, para se analisar essa realidade.

Escreve Maria Yedda Linhares¹ que o caráter polêmico prende-se a certa fragilidade dos conhecimentos e que o âmago da tese dualista está na colonização que gerou o latifúndio, unidades auto-suficientes.

Ao longo das décadas 50, 60 e 70 deste século dominaram esquemas dualistas de interpretação da realidade sócio-econômica nacional. Essa análise foi introduzida no Brasil por Jacques Lambert². Esse autor parte de uma dualidade de estruturas

regionais, onde existe um setor moderno e outro tradicional. De um lado as estruturas urbanas e de outro as estruturas rurais. As regiões também são vistas como expressão dessa realidade. Considera que a origem desse processo está no desenvolvimento descontínuo.

Celso Furtado³ desenvolve a tese dualista e feudal ao construir um modelo para as economias escravistas, geradas na dependência dos mercados externos. Esgotada a demanda externa, sobrevém a estagnação e a involução à economia de subsistência, impossibilitando as modificações estruturais pela dinâmica interna. Somente uma demanda externa favorável poderia novamente reativá-las e transformá-las. E nesse contexto desenvolve a teoria dos ciclos econômicos.

Furtado⁴ analisa também o latifúndio versus minifúndio, mostrando os desequilíbrios na estrutura fundiária da América Latina, particularmente no Brasil. Juntamente com Maria da Conceição Tavares⁵, mostra os benefícios e problemas do processo de substituição de importações, com vistas ao crescimento da economia nacional. Celso Furtado defende a reforma agrária, assim como a exploração das potencialidades do mercado interno.

Por outro lado, assegura Hélio Jaguaribe⁶ que as estruturas econômicas e sociais do Brasil se caracterizam pela existência de dois modos de produção, o capitalista e o feudal, ou semi-feudal, com limitação do mercado interno, entravando o desenvolvimento autônomo e endógeno. É a ideologia na-

cional-desenvolvimentista, onde a estrutura brasileira se caracteriza por fases de transformação. E o nacional-capitalismo seria o responsável pelas desigualdades regionais.⁷

Nelson Werneck Sodre⁸ vê no processo de desenvolvimento o choque entre o novo e o velho. Caio Prado Junior⁹ não concorda com a tese de que o feudalismo seja o modo de produção predominante na agricultura brasileira. Opõe-se ao dualismo. **Em formação do Brasil contemporâneo** defende a origem do capitalismo no Brasil como sendo capitalismo mercantil. Nisso concorda com Roberto C. Simonsen¹⁰, que assegura estar o capitalismo já no contexto açucareiro colonial. E Alberto Passos Guimarães,¹¹ diz ter o capitalismo sucedido ao feudalismo brasileiro.

José de Souza Martins¹² defende a criação e recriação de relações de produção não capitalistas.

Moacir Palmeira¹³ e Ciro F. S. Cardoso¹⁴ defendem, em suas teses de Doutorado na Universidade de Paris, sistemas específicos de produção, nem feudal nem capitalista, abrindo novas perspectivas de debate sobre as estruturas sócio-econômicas do Brasil e demais países com passado colonial.

Em tese de Doutorado na Universidade de Campinas, com o título **O capitalismo tardio**, João Manoel Cardoso de Melo alimenta o debate, como o próprio título expressa, com a entrada tardiamente do capitalismo no processo produtivo brasileiro.

Outra tese que contribui para o debate, é relativa a **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**, de Pedro Calil Padis¹⁵, que analisa a situação periférica e dependente da economia paranaense.

Brasil Pinheiro Machado¹⁶ apresenta a história do Paraná como um capítulo da história regional do Brasil. Trata-se de estudo da comunidade paranaense a partir dos grupos sociais e suas estruturas. Esse autor distingue a característica pré-capitalista da sociedade e da economia paranaense, em determinado período histórico, e acompanha sua evolução, objetivando conhecer a realidade histórica no seu todo. Estuda o Paraná como uma economia periférica e dependente.

Esses autores que participaram no debate sobre a realidade sócio-econômica nacional, deram sua contribuição, uns mais e outros menos, em função inclusive de posições ideológicas; mas todos somando, para o entendimento que se tem hoje da realidade brasileira.

O presente estudo alinha-se com a ótica cepalina sobre as economias subdesenvolvidas, reflexas e dependentes. E, nesse contexto, situa-se a região em estudo, com a característica de ser, ainda hoje, uma região marginalizada no cenário paranaense.

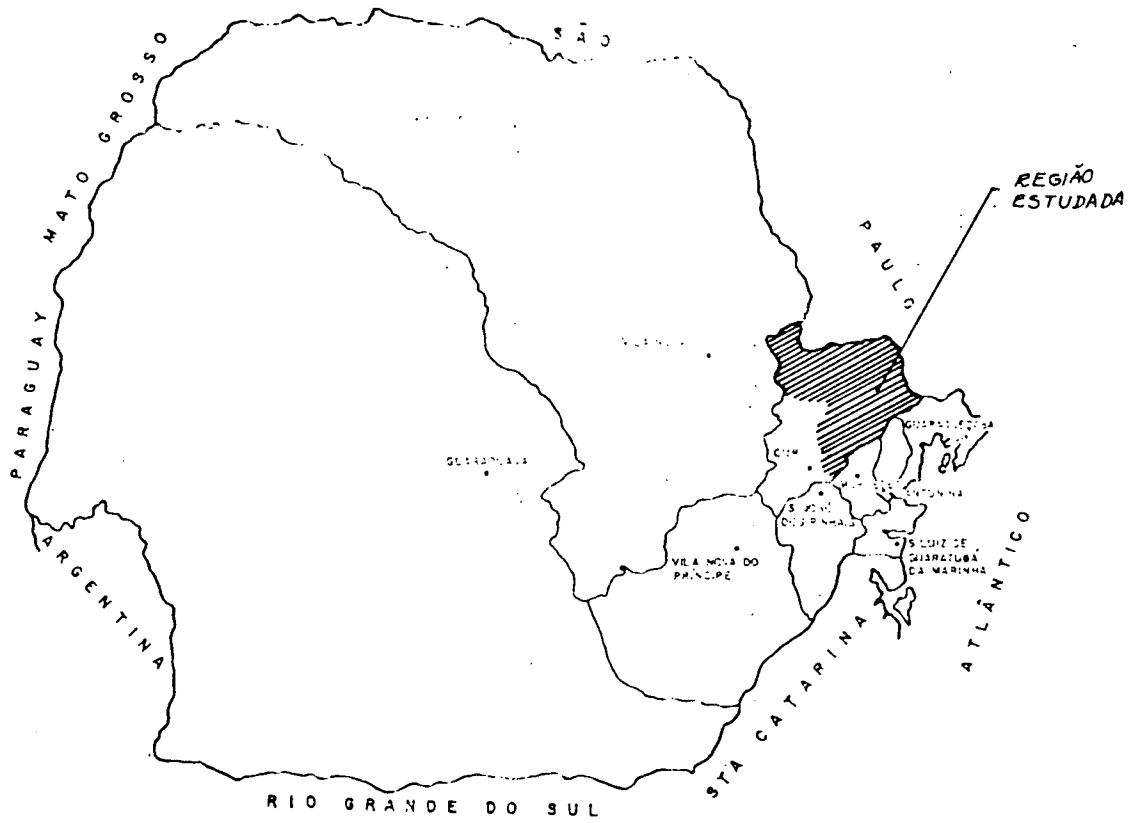
É obvio que o problema está em aberto, seguindo-se discussões relativamente à agricultura brasileira, que tem sido objeto de análise por economistas, sociólogos e historiadores.

Notas de Referências

1. LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco C.T. da. História da agricultura brasileira; combates e controvérsias. São Paulo, Brasiliense, 1981.p.13. e 43.
2. LAMBERT. Jacques. Os dois Brásis. Rio de Janeiro, INPE, 1959.
3. FURTADO. Celso. Formação Econômica da América Latina. 2.ed. Rio de Janeiro, Lia, 1970.
4. _____. Formação econômica do Brasil. 11.ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971.
5. TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importação ao capitalismo financeiro. 3.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
6. JAGUARIBE, Hélio. Condições institucionais ao desenvolvimento. Rio de Janeiro, ISEB, 1958.
7. _____. Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.
8. SODRÉ, Nelson Werneck. Introdução à revolução brasileira. 2.ed. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1963.
9. PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. 17 ed. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1981.
10. SIMONSEN, Roberto C. História econômica do Brasil (1500/1820). 8.ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978.
11. GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio. 5.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
12. COSTA, Odah Regina Guimarães. Novas perspectivas da historiografia econômica; estudos das correntes da historiografia econômica contemporânea. Notas de aula, no Curso de Pós-Graduação em História de UFPR, 1983.
13. SANTOS, Carlos Alberto Antunes. Métodos e Técnicas de Pesquisa; estudos metodológicos das flutuações de curta e longa duração dentro da multiplicidade do tempo histórico. Notas de aula no Curso de Pós-Graduação em História da UFPR, 1983.
14. CARDOSO, Ciro F.S. Historiografia Brasileira. Palestra no Curso de Pós-Graduação em História da UFPR, 1983.
15. PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo, Hucitec, 1981.
16. PINHEIRO MACHADO, Brasil. Sinopse da história regional do Paraná. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico paranaense. Curitiba, 1951. p.26.

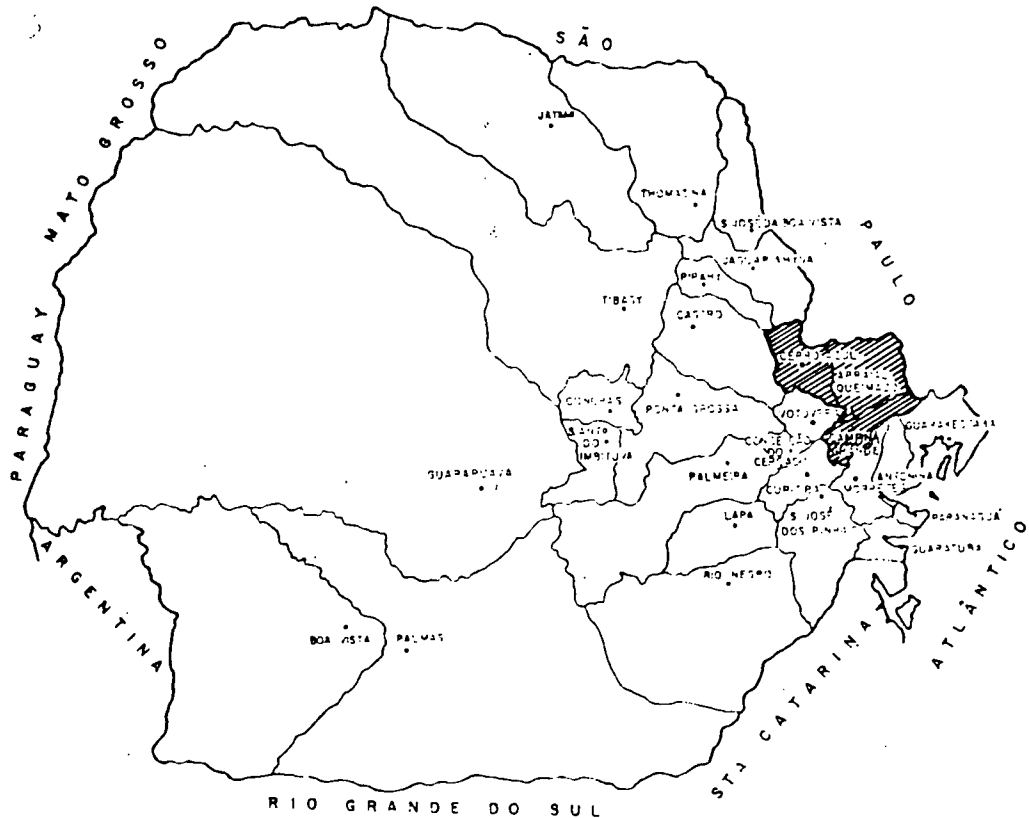
MAPA 1

PROVÍNCIA DO PARANÁ - 1853



MAPA 2

PROVÍNCIA DO PARANÁ - 1889



FONTE: Cópia da mapoteca da BPP, não identificada.

Capítulo II

ASPECTOS GEOGRÁFICOS E SÓCIO ECONÔMICOS DA REGIÃO DO ALTO VALE DO RIBEIRA PARANAENSE E VALE DO CAPIVARI

1. O PARANÁ E A REGIÃO EM ESTUDO

Numa abordagem histórico-conjuntural e também estrutural, procura-se inserir a região em estudo face à problemática nacional e internacional, naquilo que ela apresenta de significativo.

Já no século XVI os portugueses utilizam a tecnologia, que haviam desenvolvido nas ilhas do Atlântico, na produção de açúcar no Nordeste brasileiro. Tornam-se grandes produtores e exportadores do produto.

A economia açucareira incentiva a produção agropecuária de apoio no Nordeste.

Em meados do século XVII os holandeses fazem cerrada concorrência aos portugueses com o açúcar das Antilhas, tomando-lhes os mercados. Sobrevém profunda crise à economia colonial brasileira, ficando difícil sua manutenção.

Em função disso, Portugal incentiva a pesquisa de metais preciosos em terras brasileiras. Descobre-se o ouro de

aluvião no Paraná, de rápido esgotamento.

Encontra-se nos Arraiais de mineração dessa fase histórica a origem de Bocaiúva do Sul e Campina Grande do Sul, municípios da área em estudo.

Todavia, a pesquisa mineral não pára e, em fins do século XVII, descobrem-se as Minas Gerais e as minas de Mato Grosso e Goiás. E o Brasil transforma-se em grande produtor de ouro.

Entretanto, é a Inglaterra que se beneficia da economia mineira brasileira, graças aos acordos comerciais, com reserva de mercado para o vinho português, em troca dos mercados das colônias portuguesas para os manufaturados ingleses.

O auge do ciclo brasileiro do ouro ocorreu entre 1750 e 1760, de acordo com Celso Furtado em FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL.

A economia mineira impulsiona novamente a agropecuária do Nordeste, assim como dinamiza a agropecuária do Sul, particularmente Rio Grande do Sul e São Paulo, mas beneficiando também o Paraná. No começo da década de 1730 abre-se o caminho de tropas do Viamão, ligando o centro criatório do Sul (Rio Grande do Sul) com o mercado de gado de Sorocaba (São Paulo).

O Rio Grande do Sul já possuía atividade criatória, devido à exportação de couro, e a procura do gado, para suporte

à produção mineira, dá-lhe grande impulso criatório. Enquanto o Rio Grande do Sul cria o gado, o Paraná engorda-o, auxiliando subsidiariamente na criação, cabendo a São Paulo (Sorocaba) sua comercialização.

Assim, a economia mineira une as diversas regiões do país, abrindo novo ciclo de desenvolvimento.

A população brasileira acorre para a região das minas, desencadeando também significativo fluxo migratório da Europa. Mas a economia mineira exaure-se em menos de um século.

Da mesma forma como ocorreu com a economia açucareira, o ciclo da mineração também se esgota e a economia nacional involui para mais um interciclo agropecuário de subsistência, envolvendo também social e culturalmente.

Isso também aconteceu com os ciclos econômicos regionais, tais como a erva mate do Paraná no final do século passado e início deste, o mesmo se registrou com a borracha do Amazonas, por essa época, e com o algodão e o arroz no Maranhão, em fins do século XVIII.

É a descontinuidade dos ciclos econômicos no Brasil, que também se manifestam no Paraná. E as crises econômicas trazem crises políticas.

No final do século XVIII acontece o colapso da economia açucareira do Haiti, incentivando a produção de açúcar do Nordeste.

Por outro lado, cresce a produção de açúcar de beterraba no continente europeu, para onde se destinava o açúcar brasileiro.

Enquanto nos debatíamos entre a crise da economia mineira e o surgimento do ciclo do café, ocorre a Revolução Industrial. O Brasil estava atrelado aos acordos de Portugal com a Inglaterra, em que se proibia qualquer tipo de manufatura na colônia brasileira. Os Estados Unidos se desenvolvem produzindo e exportando algodão e a Inglaterra, produzindo e exportando produtos industrializados.

As guerras napoleônicas trazem a família imperial para o Brasil.

Na primeira metade do século XIX, outro produto tropical, o café, torna-se a grande monocultura nacional, dando alento à Independência política, recém declarada.

A economia nacional concentra-se no Vale do Paraíba (Rio de Janeiro e São Paulo), com reflexos positivos no Sul, em decorrência da procura de gado de corte e transporte.

Nesse processo o Rio Grande do Sul novamente cria o gado, o Paraná o engorda e São Paulo faz a comercialização. O Paraná também se beneficia com a cobrança de impostos de passagem e a oferta de produtos agropecuários de alimentação aos tropeiros.

O café reintegra o Brasil no Comércio Internacional e ocupa o trabalho escravo em sua primeira fase de expansão e o de imigrantes europeus na etapa seguinte.

O Brasil torna-se o principal produtor mundial de café, com períodos de superprodução, tendo sido atingido também pelas crises do final do século passado e início do atual e a das décadas 20 e 30 deste.

O café foi importante fator de criação e desenvolvimento do mercado interno, assim como no processo de industrialização, começando pelo Rio de Janeiro e evoluindo para São Paulo, que formam o pólo dinâmico da economia brasileira no final da década de 1970.

A eliminação do tráfico de escravos incentiva a incipiente indústria têxtil, na segunda metade do século passado e princípio deste. Mas a industrialização avança com o processo de substituição de importações a partir da Primeira Guerra e prossegue com a crise da década dos trinta e com o correr da Segunda Guerra, entretanto, se aprofunda e amplia no pós-guerra.

A economia brasileira, caracterizada como uma economia periférica, dependente e exportadora de produtos primários, com reduzida agregação de valores, até a década de 1970 (quando inicia a diversificação de sua pauta de exportações, com produtos industrializados e maior agregação de valores) e importadora de bens de capital e insumos básicos com elevada

agregação de valores, reflete a economia internacional em sua evolução cíclica, sofrendo a condição de economia reflexa.

Enquanto o Brasil vende café, soja e milho em grão e minério de ferro bruto, compra equipamentos sofisticados e insumos básicos que dependem de elevada tecnologia e grande concentração de valores.

Dramatizando a situação, os termos de intercâmbio comercial estão se deteriorando cada vez mais à medida que o tempo passa. Isso quer dizer que se exporta quantidades crescentes de produtos para manter o mesmo nível anterior de importações necessárias.

Durante o ciclo da mineração, o ouro saía da colônia quintado, na economia açucareira os portugueses detinham a tecnologia de todo o processo de produção, enquanto que na economia cafeeira o produto é exportado em grão, com insignificante agregação de valores.

O Paraná, situa-se na porção Meridional do Brasil, com clima temperado e subtropical de transição, faz parte de São Paulo até 1853. Apresenta, historicamente, três frentes de ocupação (ver mapas de 1 a 10), distintas e independentes, começando com a parte Leste, pelo litoral, com o ciclo do ouro de aluvião, transitando pelos ciclos da criação de gado e tropeirismo, da erva mate e da madeira.¹ É o chamado Paraná tradicional.² Aos ciclos intercalam-se interciclos de economia de

subsistência e, em certas regiões, como a estudada, ainda não se encontraram alternativas.

Outra frente ocorreu no Norte, decorrência natural da expansão da cafeicultura paulista e com incentivos do Convênio de Taubaté, de 1906.³ As ONDAS VERDES do café tomam conta das férteis terras roxas. Ondas que se deslocam até os anos de 1960, quando ultrapassam o paralelo 24, o limite da agricultura tropical,⁴ sentem os efeitos das geadas e recuam.

E a terceira frente de ocupação aconteceu no Sudoeste,⁵ com agricultores que, expulsos pela minifundização do Rio Grande do Sul e Norte catarinense, se dedicam à agropecuária. Essas duas últimas frentes dão origem ao Paraná moderno.

Segundo pesquisa recente de Masanori⁶, as três frentes de ocupação encontraram-se na região de Ivaiporã.

O Paraná, por estar inserido na economia brasileira, também recebe os impactos positivos e negativos da economia mundial com a agravante de ser ainda em 1980 uma economia primário-exportadora. Da mesma forma se ressentem a economia regional por se encaixar na economia paranaense e ser uma região que se marginalizou no contexto histórico paranaense, transformando-se em mais um bolsão de pobreza.

E a região paranaense do Alto Vale do Ribeira e Vale do Capivari, por sua vez, também conseguiu alguns benefícios reflexos, principalmente na segunda fase do tropeirismo. Parti-

cipa, em primeiro lugar, residualmente da oferta de produtos agropecuários de alimentação aos tropeiros, que passavam pelas terras do Paraná, nas proximidades de Curitiba e, em segundo lugar, com a venda de porcos gordos para a capital paulista, que se urbanizava e iniciava seu processo de industrialização. Isso aconteceu, apesar da precariedade dos meios de comunicação então existentes.

A erva mate e a madeira, bem mais aquela do que essa, também deram sua contribuição aos agricultores regionais. É nessa fase histórica que os colonos imigrantes e seus descendentes se deslocaram para a área.

O ciclo do café paranaense também traz benefícios à região, na medida em que propicia o crescimento de Curitiba, principal mercado de comercialização do excedente de produção regional nessa época. Esse produto dá sua contribuição, desde sua etapa de ascensão econômica, rivalizando com o mate, até sua consolidação como principal produto da economia paranaense no início dos anos de 1960. O Paraná é então o maior produtor de café do Brasil.

Entretanto, já na segunda metade da década de 1960, executa-se drástica erradicação de cafezais do Estado, em decorrência de política econômica nacional, diversificando-se, em consequência, a agropecuária,⁷ em que se destaca a soja, implementando-se a agroindústria paranaense.

Essa evolução econômica, acrescida da melhoria dos meios de comunicação nos anos de 1960, a nível estadual, faz crescer a Região Metropolitana de Curitiba. A Medida que o Paraná se destaca na produção agrícola nacional, a região involui, caindo a produção de seus principais produtos de 1920 a 1980: o milho decresce 45% e o porco 50%, enquanto que a população cresce 57%, empobrecendo, em decorrência de suas condições econômicas.

A análise das tabelas estatísticas e gráficas se inserem nessa evolução.

Em síntese, a erva mate paranaense esteve voltada para os mercados platinos, ficando, assim, na dependência das flutuações do mercado externo. O tropeirismo, por sua vez, esteve relacionado com as economias mineira e cafeeira, dependendo do mercado nacional. O café volta-se, outra vez, para o mercado internacional. E a agroindústria do Paraná, na década de 1970, está vinculada ao pólo dinâmico da economia nacional, São Paulo, inclusive, em parte, das importações de bens industrializados.

Assim comprova-se a articulação da região, na conjuntura nacional e internacional, com todos os seus reflexos.

Notas de Referências

- 1.4. WESTPHALEN, Cecília Maria; PINHEIRO MACHADO, Brasil; BALHANA, Altiva Pilatti. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. Boletim do Departamento de História da UFPR, (7): 1-52. 1968.
- 2.5.7. WESTPHALEN, Cecília maria & BALHANA, Altiva Pilatti. Nota prévia ao estudo da expansão agrícola no Paraná moderno. Boletim do Departamento de História da UFPR. Curitiba, (25), 1977.
3. FURTADO C. Formação econômica do Brasil. II Ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971.
6. MASANORI, Fukuchima. Alguns aspectos das migrações internas do Paraná 1900/1984. Curitiba, 1986. Tese, Doutorado, Universidade Federal do Paraná.

Tabela 166. Altitude, distância das sedes municipais em relação a capital do Estado, latitude e longitude.

Características	Altitude	Dist. de Curitiba	Latitude Sul	Longitude W.6R
Paraná	752 m	—	—	—
Adrianópolis	154 m	134 km	24°40'00''	48°59'00''
Bocaiúva do Sul	980 m	39 km	25°13'00''	49°06'00''
Campina Gde.Sul	918 m	20 km	25°19'00''	49°51'00''
Cerro Azul	393 m	110 km	24°29'25''	49°15'45''

Fonte: Censos do IBGE.



FOTO 26 - DECLIVIDADE DO TERRENO

2. ASPECTOS GEOGRÁFICOS

Situa-se a região estudada na porção Leste do Estado do Paraná, ao Norte do primeiro planalto e a Nordeste da Capital paranaense.

Limita-se ao Norte com Sengés e São Paulo, A Leste com Guaraqueçaba e Antonina, ao Sul com Morretes, Quatro Barras, Colombo e Rio Branco do Sul e ao Oeste com Castro, Piraí do Sul e Jaguariaíva.

Abrange a Micro-região Homogênea 270, do Alto Vale do Ribeira e também parte da Micro-região Homogênea 268, de Curitiba.

Sua altitude (Tabela 166) em relação ao nível do mar, varia de 154 metros em Adrianópolis, passando para 393 metros em Cerro Azul, para 918 metros em Campina Grande do Sul e chegando a 980 metros em Bocaiúva do Sul.¹

O clima é temperado e subtropical de transição, apresentando-se quente no verão e frio, com geadas no inverno, na porção Centro-Sul, não conhecendo normalmente o fenômeno na parte Norte. Entretanto, o clima² é influenciado por massa de ar da Zona Atlântica Equatorial e Tropical no verão, por massas de ar frio da Frente Polar e do Atlântico Sul no inverno, e pela Corrente Marítima quente e úmida do Brasil, fazendo oscilar a temperatura.

O desmatamento generalizado desequilibrou o ciclo hídrico, trazendo enchentes e secas e também alterando as condições climáticas. O primeiro planalto é, por isso, uma região de clima subtropical, fresco e até frio no inverno³.

Na porção Sul⁴ o relevo começa suavemente ondulado em Campina Grande do Sul. À medida que se avança para o Norte da região os terrenos se tornam cada vez mais acidentados. Observem-se alguns aspectos do relevo nas fotos 25 a 30.*

A partir do principal divisor de águas Iguaçu-Ribeira, o rio Ribeira e seus afluentes entalham profundamente a região montanhosa da parte Norte do primeiro planalto. Dentre os afluentes está o rio Capivari, cujas nascentes localizam-se na serra de Sant'Ana, a Noroeste de Bocaiúva do Sul.

Uma equipe de técnicos da Universidade Federal do Paraná, em convênio com a Secretaria do Planejamento do Estado do Paraná, sob a coordenação de João José Bigarella, efetuou um estudo dos recursos naturais da Folha de Ouro Fino, abrangendo inclusive parte da região em apreço.

Esse estudo centra-se na área Oeste da região. Ali as características do relevo são idênticas às da parte central da área que ora se estuda, sendo que a região ao Norte possui declividade maior.

O referido estudo classifica a declividade da seguinte forma: com menos de 6% de declividade, cerca de 10% da área;

* As fotos foram tiradas pelo autor.

com declividade entre 6% e 12% cerca de 15% da área, com declividade entre 12% e 20%, cerca de 15% da área; com declividade entre 20% e 45%, cerca de 20% da área; e com declividade acima de 45%, cerca de 40% da área total da região.⁵

Observe-se que o limite máximo de declividade, para qualquer atividade agro-pecuária, é de 45%. Quando se abordarem os aspectos econômicos, ver-se-ão as recomendações técnicas sobre o uso do solo, no que se refere à sua declividade.

Relativamente à evolução da área regional, por Municípios, registraram-se diversas mudanças, decorrentes de desmembramentos e incorporações de áreas municipais conforme se pode verificar na tabela abaixo.

Tabela 6. Evolução da área regional, por Município, em Km², de 1920 a 1980.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1980
Paraná	199.897	199.897	200.300	199.060	199.383	199.060
Reg. Estudada	5.831	6.692	5.370	5.438	5.478	5.664
Adrianópolis	--	--	--	1.423	1.423	1.359
Bocaiúva do Sul	2.439	3.369	3.235	1.455	1.455	1.489
Campina Gde.Sul	961	--	--	561	601	690
Cerro Azul	2.431	3.323	2.135	1.999	1.999	2.126
Part.Rel.Reg.	2,9%	3,3%	2,68%	2,73%	2,74%	2,8%

Fonte: Censos do IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros e DEE.

Percebe-se que, de 1920 a 1980, houve um decréscimo de área de pouco mais de 300 quilômetros quadrados, com um significativo aumento para 1940 quando o Município de Cerro Azul abrangia também os territórios dos ex-Municípios de Açungui e Votuverava.

Esses são os principais aspectos do relevo em que se desenvolve a agropecuária regional, como se verá mais adiante.

Notas de referências

1. EL KHATIB, Faissal, org. História do Paraná. municípios do Paraná, 2. ed. Curitiba, Grafipar, 1969. v.4.
2. MAACK, Reinhard. Geografia física do Estado do Paraná. 2 ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1981. p.220/371.
3. _____, op. cit., p.160 a 186.
4. _____, op. cit., p.82 e 83.
5. BIGARELLA, João José, coord. Recursos naturais da Região Metropolitana de Curitiba: Folha de Ouro Fino. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1979, p.11.

3. ASPECTOS SOCIAIS - O HOMEM

Tendo em vista as condições em que vivem os agricultores regionais, desde as condições de moradia, o sistema produtivo e de comercialização, o nível de alimentação, que reflete o nível de renda e da riqueza, as carências de comunicações e o isolamento, até as dificuldades médico-hospitalares, pode-se formar um quadro das condições de vida da população local.

A população regional é predominantemente descendente de imigrantes europeus, destacando-se os italianos. Existem uns poucos caboclos, com sangue indígena, e outros, em menor número, com sangue africano, e, ainda, alguns descendentes de europeus que se acabocclaram.

Os imigrantes chegaram à região, diretamente, nas Colônias Eufrazio Correia (1889) e Cerro Azul (1860) e outros vieram de outras Colônias, tanto do litoral como do planalto.

Os imigrantes e seus filhos mantiveram, e os remanescentes já raros, ainda mantêm, as tradições de origem. Os netos são filhos da Pátria adotiva, poucos falam o italiano, e os bisnetos são bem brasileiros. O trabalho duro, o vinho farto, a polenta, o **radichi**, o **menestrone**, o macarrão de farinha de trigo e ovos, sem água, feito em casa, o frango e outros pratos típicos fazem parte do dia a dia desses imigrantes e seus descendentes. Usa-se também, na região, a uvarana, que chamam de **varana**, planta comum e extraída nos tigüeras (roças

colhidas) que substitui, com vantagem, o palmito. Possui sabor ligeiramente amargo, característico, mas gostoso.

A religião predominante é a cristã católica, existindo igrejas de outras seitas cristãs, que se denominam crentes. As igrejas matrizes, as paróquias, localizam-se nas sedes municipais, onde se pode encontrar o Padre Vigário, e, espalhados pelos povoados, estão as capelas, que são periodicamente visitadas pelo Pároco.

Nessas igrejas matrizes e capelas, realizam-se as festas religiosas, festejando os santos padroeiros, em que a comunidade se reúne para a Missa, o encontro dos parentes e amigos para comer um churrasco, se divertir e contar estórias. Todos se conhecem na região e vão longe para essas festas.

Os amigos são geralmente compadres e se visitam com frequência para bater um papo, tomar chimarrão, saborear um café ou tomar chá-mate com leite. Reúnem-se ainda em suas residências os compadres e amigos para os trucadas (jogos de truco) nos fins de semana, assim como para os jogos de bocha nas bodegas.

Os valores culturais são geralmente mantidos. Há grande apego à terra, comprada com os sacrifícios da lenta acumulação de uma economia de subsistência. A maioria formou suas propriedades comprando aos poucos, ao longo dos anos e, hoje, o fenômeno se inverte, as vendas, parciais ou totais, se efetuam de forma crescente.

As pessoas que se sobressaem economicamente, são as que detêm o poder político e o destaque social. Destacam-se os maiores proprietários de terras, os maiores safristas de porcos (criadores que engordam porcos), os donos dos maiores rebanhos de gado, os proprietários das poucas serrarias remanescentes e os maiores comerciantes.

No fim das colheitas fazem-se bailes, hoje mais raros fora das sedes municipais, muito concorridos e, para isso, os jovens percorrem grandes distâncias.

Ainda existe, na área, o mutirão e a troca de dias, representando esta uma espécie de rodízio de ajuda mútua, entre as famílias, nas épocas de maior atividade na agropecuária, em função do êxodo rural e da formação de chácaras.

A chácara ocupa um caseiro para seus cuidados, sendo esse geralmente o mesmo pequeno agricultor que vendeu sua propriedade e depois se arrependeu. Isso tem reduzido significativamente o trabalho de empreitada, dificultando o feitiço de roças grandes.

Hoje acontece raramente, mas ainda se realizam as corridas de cavalo nas raias locais, o que é mais um motivo de encontro festivo da comunidade.

Os caboclos e acaboclos passam o fim de semana, particularmente o sábado, na bodega, **deliciando-se** com a cachaça, divertindo-se, contando **causos** e lorotas e, às vezes, também

brigando. Vão fazer as **comprinhas** para a semana e ficam lá o dia inteiro, inclusive jogando truco e outros jogos de carta.

Trata-se de uma comunidade que ficou marginalizada do crescimento econômico paranaense e nacional. E a marginalização econômica acarreta a marginalização social, política e cultural.

É interessante observar-se certa maneira de falar na região, o linguajar utilizado na comunicação corrente, de modo especial no interior dos Municípios. Usam-se algumas expressões do português arcaico, tais como "vosmecê" para você "por mór de" com o significado de por amor de e, principalmente por causa de, "sinhô" na expressão "sim senhô", "sinhá" em "sim sinhá" (para sim, senhor e sim, senhora) e "sinh'ana" para senhora Ana, dentre outras. Isso ocorre particularmente entre as pessoas de mais idade e menor grau de instrução. Verifica-se também alguma influência da fala cabocla, além de se perceber alguns vestígios do italiano.

A pobreza é generalizada, salvo raras exceções de famílias relativamente abastadas. O conforto e o bem-estar são realidades sonhadas, mas ausentes quase por toda parte.

Os riscos inerentes as atividades agropecuárias estão presentes o tempo todo. Uma chuva de granizo na época da lavoura, a falta de chuva no tempo certo, o excesso de sol para as plantações ou um surto de peste, põem a perder a labuta de



FOTO 19 - PILÃO RÚSTICO

um ano inteiro e, às vezes, os sacrifícios de anos a fio de demorada acumulação.

As dificuldades, de toda ordem, são enfrentadas e superadas, por esses produtores rurais, até o limite da possível convivência com a pobreza. E, ao atingir esse limite, as famílias partem para os centros urbanos, desfazendo-se de suas propriedades. Não raras vezes vão engrossar as favelas, encher mais os cortiços e aumentar a marginalização social nas cidades, de modo especial Curitiba.

O artesanato, muito intenso até algumas décadas atrás, ainda subsiste em algumas subáreas da região. É o monjolo que se utiliza para fazer a farinha de beiju, a canjica e descascar e moer cereais. O monjolo é o pilão movido a roda d' água. E o pilão serve para fazer a canjica, descascar e moer cereais também, e é movido a força humana. Observe-se a foto 19 de um pilão rudimentar, no terreiro de um casebre. Chapéus eram feitos de palha e vime. A esteira, feita de peri, serve para dormir no chão com o calor. Cangalhas e bruacas eram feitas artesanalmente. A canga, de pau arcado, é usada para transportar água, com duas latas, uma em cada ponta, quando distante da moradia. Eram fabricadas peneiras de taquara, cestas também de taquara, consistindo em pequenos cestos com alças; eram confeccionados balaios, também de taquara, representando cestas maiores e sem alças. Os cestos, de taquara, são vasilhas maiores, sem alças, para transporte de cereais, principalmente para carregar e descarregar as carroças e tratar os animais. O patuá, na região, é um cesto maior. Gamelas também são fei-

tas de pedaços de troncos e usadas em lugar da atual bacia. Os cochos, também de troncos de madeira, servem para alimentar animais e dar-lhes de beber quando fechados em lugar sem água. Os cabos das ferramentas são também feitos de madeira e manualmente. Vigas, tábuas e caibros eram serrados com serras compridas (chamadas traçadeiras, manejadas por duas pessoas), feitos com madeiras derrubadas nas luas minguantes do inverno para não carunchar. Vêem-se ainda na região casas de madeira, serradas por esse processo, que têm 50 e mais anos e estão em bom estado de conservação. Serrar artesanalmente significa usar um estaleiro e uma serra comprida, movida por dois trabalhadores, sendo que um fica em cima e outro do lado de baixo, cada qual puxando e empurrando alternadamente. Ripas, frechames e palanques (mourões) também são feitos artesanalmente e servem para as cercas de ripa. São confeccionados partindo e repartindo as toras de madeira, sendo que os frechames são ripões rústicos, pregados transversalmente, de palanque a palanque, em que são pregadas as ripas. Eram confeccionadas também tabuinhas, que substituíam as telhas nas coberturas de casas e paióis. E ainda se faziam aduelas para o feitiço de quintos, cartolas, pipas e tinaços, destinados à fabricação de vinho, assim como também barricas de uso variado.

O fabrico do fumo de corda, assim como a extração e cancheamento da erva-mate não deixam de se inserir nesse contexto.

Observe-se também que, quando matam um porco para o consumo, fazem o salame que deixam enxugar sobre o fogão a lenha, fazem a banha, o torresmo, o toucinho, carne enlatada. Com o sangue, cheiro verde e a cabeça do animal fabricam o queijo de porco. Fazem o chouriço, o **museto**, além de um salame especial de carne cortada.

Do leite fazem a manteiga, o requeijão, o queijo. Fabricam também os doces caseiros, como a marmelada, goiabada, pessegada, doce de jila, abóbora, pera, e outros, que apuram em tachos de cobre.

Isso os tornava quase auto-suficientes sob vários aspectos. Essa característica artesanal de auto-suficiência vai cedendo lugar aos produtos industrializados, constituindo-se um fator de integração econômica.

Do quadro exposto, conclui-se que o homem da região era menos dependente quando desenvolvia um artesanato local, que lhe dava uma certa autonomia econômica. Com o passar do tempo e a melhora relativa dos meios de comunicação, houve mudança nos usos e costumes locais.

É um dos elementos centrais do estudo, cuja análise se aprofunda com a distribuição espacial da população, vista a seguir.

4. COMUNIDADE LOCAL

Os Municípios de Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, assim como em parte os de Cerro Azul e Adrianópolis, têm sua origem ocupacional nos Arraiais de mineração do ciclo do ouro no primeiro planalto paranaense.

Os pioneiros, que vieram em busca do ouro de aluvião, de rápido esgotamento, tornaram-se agricultores de subsistência. Entretanto, com o descobrimento do ouro nas Minas Gerais, ocorre debandada dos habitantes do Paraná. Poucos ficaram.

Cerro Azul evolui, particularmente, a partir de uma tentativa oficial de colonização, ainda no Império. Na segunda metade do século XIX forma-se a corrente migratória européia para o Brasil, de que se beneficia a região Centro-Sul do país. Em 1860 instala-se a Colônia do Assunguy, atual Município de Cerro Azul, e, em 1889, funda-se a Colônia Eufrázio Correia com os núcleos Capivari e Pedra Branca, no Município de Bocaiúva do Sul. E das Colônias de imigrantes de Colombo e outras do litoral e primeiro planalto paranaense deslocam-se para a região imigrantes e seus descendentes, que rapidamente se adaptam às condições climático-geográficas locais, contribuindo na produção agropecuária do Estado.

Tabela 3-A. Variação relativa da população total.

Características	1940/1920	1950/1940	1960/1950	1970/1960	1980/1970
Paraná	80,2	71,1	101,5	62,2	10,1
Reg. Estudada	47,9	-19,1	7,1	11,7	9,3
Adrianópolis ¹	48,8	17,9	2,8	109,9	3,8
Bocaiúva do Sul	55,7	14,1	-11,4	-41,1	13,2
Campina Gde.Sul ²	-39,5	23,9	85,6	-0,9	24,1
Cerro Azul	72,7	-45,2	9,9	6,9	8,9

Fonte: Censos do IBGE.

1. Distrito de Bocaiúva do Sul até 1960.
2. Distrito de Piraquara para os Censos de 1940 e 1950.

Tabela 1-A. Variação relativa da população urbana.

Características	1940/1920	1950/1940	1960/1950	1970/1960	1980/1970
Paraná	--	74,7	148,1	91,0	78,5
Reg. Estudada	--	10,1	70,4	-5,8	123,3
Arianópolis	--	205,7	36,4	91,4	26,4
Bocaiúva do Sul	80,2	203,6	49,8	-32,9	65,9
Campina Gde.Sul	-76,1	-38,6	110,4	5,9	1.085,9
Cerro Azul	44,7	-36,5	92,6	-20,3	34,5

Fonte: Censos do IBGE

Tabela 2-A . Variação relativa da população rural.

Características	1940/1920	1950/1940	1960/1950	1970/1960	1980/1970
Paraná	--	69,9	86,0	49,8	-28,6
Reg.Estudada	--	-21,6	4,7	13,1	-1,5
Adrianópolis	--	13,5	0,7	11,5	-6,2
Bocaiúva do Sul	59,7	9,1	-14,8	-42,8	5,3
Campina Gde.Sul	-32,1	28,4	85,2	-1,4	-20,5
Cerro Azul	74,9	-47,5	7,6	9,6	6,4

Fonte: Censos do IBGE.

Observe-se que, no Recenseamento de 1940, a região em estudo engloba também a população de Açungui de Cima e Votuverava que, em 1947, formariam o Município de Rio Branco do Sul. Note-se também que os dados iniciais da pesquisa referem-se a 1920 e 1940, inexistindo informações relativas a 1930, seguindo-se até 1980 década por década. Decorre daí a significativa variação populacional entre 1920 e 1940 em relação ao período 1940/1950. Variação essa também justificada pela aglutinação e desmembramento de áreas municipais. Veja-se a respeito o quadro da evolução político-administrativa regional.

Analisando-se as três tabelas acima percebe-se, além dos desmembramentos e aglutinações de áreas territoriais, que influenciam a característica populacional, um fluxo migratório rural-urbano a nível regional, assim como o êxodo rural regio-

nal em direção à Capital paranaense. Foi constatada essa última característica em entrevistas informais com moradores de Bairros localizados ao Norte de Curitiba.

Tabela 5. Evolução da densidade demográfica (hab/km².)

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1980
Paraná	3,4	6,1	10,5	21,4	34,7	38,3
Reg. Estudada	5,8	6,9	6,8	9,7	9,4	9,9
Adrianópolis	--	--	--	(3,8)	8,1	8,1
Bocaiúva do Sul	4,7	5,3	6,3	12,4	7,3	8,1
Campina Gde.Sul	5,9	--	--	14,1	13,1	14,2
Cerro Azul	6,8	8,6	7,3	8,6	9,1	9,4

Fonte: Censos do IBGE.

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros

DEE.

Pelo quadro acima percebe-se significativa diferença na evolução da densidade demográfica média do Estado e na da região estudada. A nível estadual houve um crescimento contínuo, ao passo que na região fica clara uma evolução cíclica. Enquanto no Paraná, de 1940 a 1980, a densidade se multiplica por 6,2, na região em apreço essa densidade apresenta um multiplicador de apenas 1,4.

Tabela 1. População Urbana.¹

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1980
Paraná	136.724	302.272	528.288	1.310.969	2.504.378	4.472.561
Reg.Estudada	2.713	2.145	2.474	4.460	4.197	9.376
Adrianópolis	(305)	(104)	(318)	(434)	831	1.051
Bocaiúva do Sul	577	463	1.406	2.101	1.408	2.336
Campina Gde.Sul	974	(233)	(143)	301	319	3.783
Cerro Azul	1.162	1.682	1.068	2.058	1.639	2.206
Part. Rel.Reg.(%)	1,9	0,7	0,4	0,3	0,1	0,2

Fonte: Censos do IBGE.

1. Sob essa denominação inclui-se também a população suburbana das sedes distritais.

Nota 1. A participação relativa representa a proporção da participação da população regional na população estadual, em percentagem.

Tabela 2. População rural.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1980
Paraná	548.987	934.004	1.587.259	2.952.752	4.425.490	3.156.831
Reg.Estudada	31.126	44.464	33.245	39.172	44.294	43.640
Adrianópolis	(2.741)	(4.429)	(5.028)	(5.062)	10.709	10.045
Bocaiúva do Sul	10.947	17.487	19.084	16.245	9.289	9.783
Campina Gde. Sul	4.752	(3.227)	(4.146)	7.681	7.572	6.015
Cerro Azul	15.427	26.977	14.161	15.246	16.724	17.797
Part.RE1.Reg.(%)	5,6	4,7	2,0	1,3	1,0	1,3

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 3. População total.¹

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1980
Paraná	685.711	1.236.276	2.115.547	4.263.721	6.929.868	7.629.392
Reg.Estudada ₂	33.839	46.609	36.186	43.373	48.491	53.016
Adrianópolis ₂	(3.046)	(4.533)	(5.346)	(5.496)	11.540	11.096
Bocaiúva do Sul ₃	11.524	17.950	20.490	18.149	10.697	12.119
Campina Gde.Sul ₃	5.726	(3.460)	(4.289)	7.964	7.891	9.798
Cerro Azul	16.589	28.659	15.696	17.260	18.363	20.003
Part.Rel.Reg.(%)	4,9	3,7	1,7	1,0	0,6	0,6

Fonte: Censos do IBGE.

1. Refere-se à população presente nos censos de 1920 a 1960 e população residentes de 1970 a 1980.

2. Adrianópolis faz parte do Município de Bocaiúva do Sul, até 1960.

3. Extingue-se o Município de Campina Grande do Sul, em 1932, passando a Distrito de Piraquara e cedendo parte de seu território a Bocaiúva do Sul, até 1951.

Tabela 4. População ativa na agropecuária

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1980
Paraná	154.997	301.431	507.607	1.284.698	1.981.471	1.813.528
Reg.Estudada	6.934	14.047	11.971	17.430	14.749	22.125
Adrianópolis	—	—	—	—	1.997	4.402
Bocaiúva do Sul	2.384	5.416	5.835	8.876	2.853	4.069
Campina Gde.Sul	1.061	—	—	2.474	824	2.272
Cerro Azul	3.489	8.631	6.136	6.080	9.075	11.382
Part.RE1.Reg.(%)	4,4	4,6	2,3	1,3	0,7	1,2

Fonte: Censos do IBGE.

4.1. População

A população urbana e total (Tabelas 1 a 4 e gráfico 1)*, quer a nível estadual ou regional, apresenta uma tendência ascendente, cujo ápice localiza-se em 1980. Apresenta-se com as mesmas características a população urbana dos Municípios que formam a região. É, no entanto, diversa a evolução da população total desses Municípios, com influência de desmembramentos e aglutinações de territórios. Em Cerro Azul atinge seu máximo em 1940, Bocaiúva do Sul chega a essa situação em 1950, Adrianópolis em 1970 e Campina Grande do Sul em 1980.

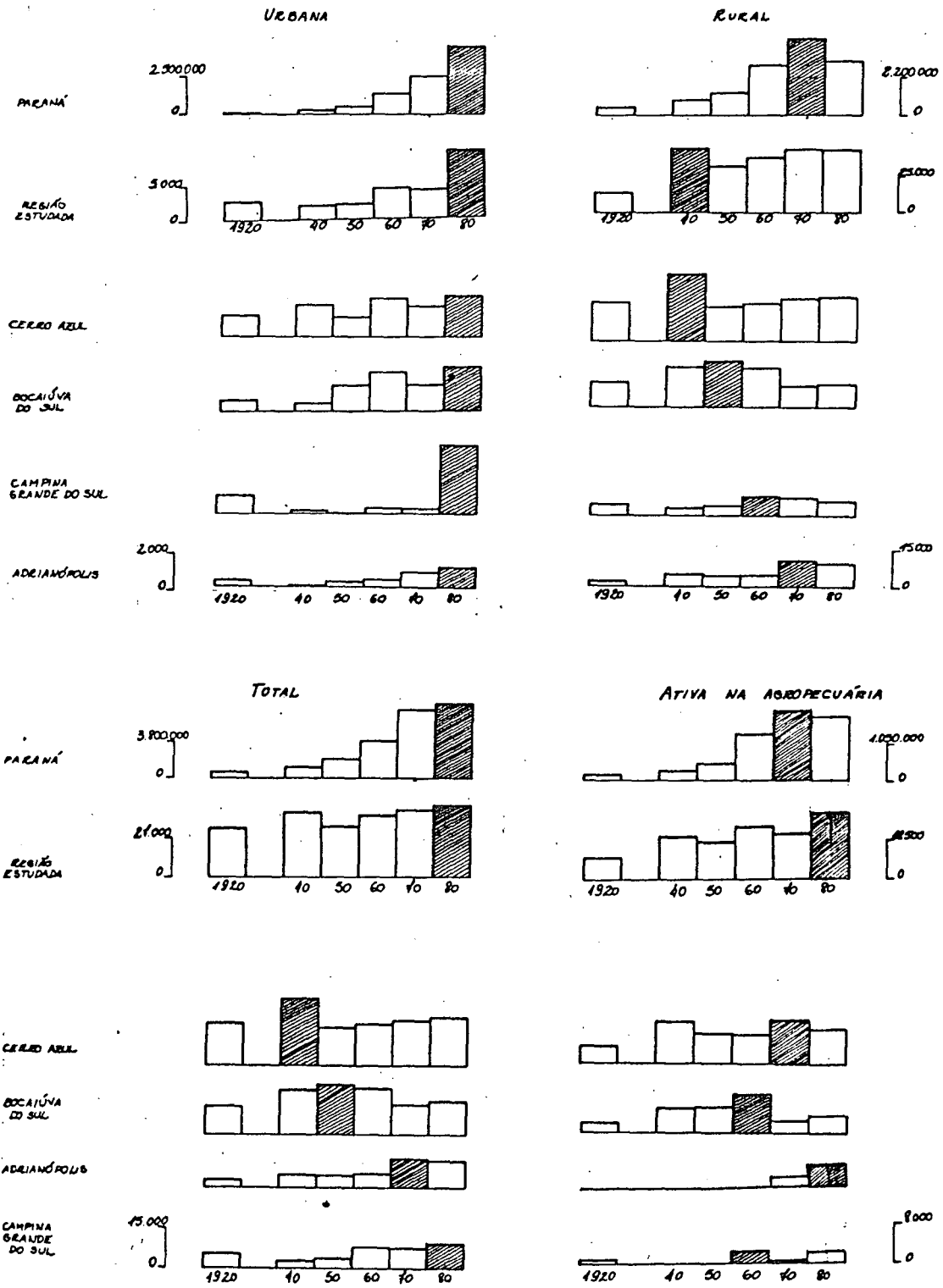
Registre-se que, em termos regionais, a população apresenta um decréscimo elevado em 1940, coincidindo com o grande movimento de venda de terras no Norte do Paraná, destinadas às grandes lavouras cafeeiras.

Por outro lado, a população rural (Tabela e gráficos referidos) do Estado atinge o auge nos anos 70, ao passo que a regional consegue isso já em 1940. Quanto aos Municípios, Cerro Azul e Bocaiúva do Sul coincide no auge de população rural com o máximo de população total nos anos 40. Adrianópolis acompanha o desenvolvimento demográfico estadual em 70 e Campina Grande do Sul tem sua população rural maior em 1960.

*. Procurar-se-á colocar a tabela e respectivo gráfico no verso da folha anterior à do texto, entretanto, quando isso não for possível, serão postos em seqüência no verso das folhas próximas ou, finalmente, na impossibilidade disso, serão postos em anexo. **Far-se-á o mesmo com mapas e fotos.**

GRÁFICO 1

POPULAÇÃO



FORNE: TABELAS 1, 2, 3 e 4.

O maior nível da população ativa estadual ocorre em 1970, no que é acompanhada por Cerro Azul; enquanto que o da regional se dá em 1980, o mesmo acontecendo com Adrianópolis. Para Bocaiúva do Sul e Campina Grande do Sul esse máximo se efetiva em 1960.

A seguir se verá um quadro da participação da população regional no Estado do Paraná.

Tabela 3-B. Evolução da participação relativa da população regional no Estado, em percentagem.¹

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1980
População total	4,9	3,7	1,7	1,0	0,7	0,7
População urbana	—	0,7	0,4	0,3	0,1	0,2
População rural	—	4,7	2,0	1,3	1,0	1,3
População ativa	4,4	4,6	2,3	1,3	0,7	1,2

Fonte: Censos do IBGE.

Vê-se que a participação relativa da população regional na população do Paraná decresceu constantemente até 1970, estabilizando-se de 70 para 80. Por outro lado, quando se anali-

1. Nota 1: A participação relativa regional, sobre qualquer aspecto, representa a percentagem da região em relação ao Paraná.

sa essa participação da população urbana, da população rural ou da população ativa, verifica-se um decréscimo até 1970, evoluindo positivamente de 1970 para 1980, o que coincide com o aumento geral da população a nível estadual. O crescimento relativo dos anos 70 se deve à emigração estadual ocorrida nessa década.

Tabela 3-C. Com base 100 em 1920, tem-se a seguinte evolução da população total do Paraná e da região estudada.

Anos	1920	1940	1950	1960	1970	1980
Paraná	100	180	309	622	1.011	1.113
Reg. Estudada	100	138	107	128	143	157

Fonte: Censos do IBGE.

Percebe-se que, enquanto a população regional apresenta um decréscimo absoluto de 1940 para 1950, a população estadual cresce constantemente no correr do período. Note-se que os Distritos de Açungui de Cima e Votuverava, que haviam passado a fazer parte da área estudada, desmembram-se e formam o Município de Rio Branco do Sul.

A população regional apresenta um incremento de 1,57 vezes no período de 1920 a 1980, ao passo que a do Estado cresce 11,13 vezes nesse mesmo lapso de tempo.

Apresenta-se abaixo, para finalizar, uma evolução dos Distritos da região e respectiva população.

Tabela 3-D.

Municípios e Distritos	População		
	Total	Urbana	Rural
Censo de 1920			
. Bocaiúva do Sul (Bocayuva)	11.524	—	—
. Campina Gde. Sul (C. Grande)	5.726	—	—
. Cerro Azul	5.590	—	—
Varzeão	7.953	—	—
São Domingos ¹	3.046	—	—

1. É Município de 1923 a 1931, com o nome de São Domingos até 1928 e Epitácio Pessoa de 1928 a 1936, passando a chamar-se Paranaí daí em diante até 1960, quando é recriado o Município com a denominação de Adrianópolis.

Municípios e Distritos	População		
	Total	Urbana	Rural
Censo de 1940			
. Bocaiúva do Sul (Bocayuva) ²	7.748	325	7.423
Ouro Fino	5.669	34	5.635
Paranaí	4.533	104	4.429
Campina Gde.Sul(C.Grande) ³	—	—	—
. Cerro Azul	7.430	883	6.547
Açungui	1.509	102	1.407
Rio Branco	10.048	431	9.617
São Silvestre ⁴	2.136	127	2.009
Varzeão	7.536	139	7.397

2. É chamado de Capivarí de 1932 a 1934 e Imbuial de 1943 a 1947.

3. Extingue-se o Município em 1938, passando a Distrito de Piraquara; em 1943 chama-se Timbu. Restaura-se o Município em 1951. Denomina-se Campina Grande do Sul em 1956.

4. Atualmente Distrito de Campo Largo.

Municípios e Distritos	População		
	Total	Urbana	Rural

Censo de 1950

. Bocaiúva do Sul	7.307	246	6.961
Paranaí	5.346	318	5.028
Tunas	7.837	742	7.095
Campina Gde.Sul (Timbu)	4.289	143	4.146
. Cerro Azul	7.280	1.068	6.212
São Sebastião	3.677	29	3.648
Varzeão	4.739	438	4.301

Censo de 1960

. Bocaiúva do Sul	18.346	2.101	16.245
Paranaí	5.496	434	5.062
Tunas	6.150	996	5.154
. Campina Gde. Sul	7.982	301	7.681
. Cerro Azul	8.772	1.460	7.312
São Sebastião	4.126	88	4.038
Varzeão	4.406	510	3.896

Municípios e Distritos	População		
	Total	Urbana	Rural
Censo de 1970			
. Adrianópolis	11.540	831	10.709
. Bocaiúva do Sul	6.481	734	5.747
Marquês de Abrantes	1.833	174	1.659
Tunas	2.383	500	1.883
. Campina Gde. Sul	7.891	319	7.572
. Cerro Azul	9.322	1.258	8.064
São Sebastião	4.582	67	4.515
Varzeão	4.459	314	4.145
Censo de 1980			
. Adrianópolis	11.096	1.051	10.045
. Bocaiúva do Sul	7.094	1.679	5.415
Marquês de Abrantes	2.417	123	2.294
Tunas	2.608	534	2.074
. Campina Gde. Sul	9.798	3.783	6.015
. Cerro Azul	10.641	1.831	8.810
São Sebastião	4.776	49	4.727
Varzeão	4.586	326	4.260

Fonte: Censos do IBGE.

4.2. SAÚDE

A região em estudo é uma das mais pobres do Estado. O nível de renda da população remanescente na área é muito baixa. Está à margem do progresso econômico e social da maior parte das regiões do Paraná. Nela se convive com muita carência, privação e desconforto. E continua a marginalizar-se e empobrecer-se em relação às regiões dinâmicas.

É fácil aquilatar-se o nível de saúde da população ali residente, particularmente se se considera que essa população trabalha na roça. Aí se moureja de escuro a escuro, com sol, chuva, frio ou calor. Vive mal agasalhada e percebe-se ausência de conforto de toda ordem na habitação do pequeno produtor rural de subsistência.

Acrescente-se a isso a freqüente proximidade do chiqueiro à moradia. A água consumida é recolhida na fonte ou córrego mais próximo. Poucos têm água de poço. São raras as residências que possuem instrumento para bombear água. Esta é normalmente puxada em baldes e latas.

O Sistema de esgoto é totalmente deficitário.

O chuveiro elétrico é uma realidade inexistente fora das sedes municipais. A maior parte das famílias possuem grandes bacias para o banho de caneco. Reduzido número de residências têm chuveiro de lata, com torneirinha, em que despejam a água temperada a gosto, fria ou quente. Além daqueles roceiros

que se banham nos riachos e tanques dos arredores, próprios ou dos vizinhos.

O nível de alimentação é, de modo geral, carente. Isso é reflexo do nível de renda, que se manifesta na condição de saúde de uma população.

A atividade agrícola, numa economia de subsistência, exige maiores sacrifícios do que aquela onde a agricultura pode ser mecanizada. O agricultor, particularmente em função do relevo acidentado da região e da distância da roça em relação a moradia, muitas vezes está com a roupa molhada de suor, manejando a foice, o machado, a enxada, cai uma chuva encharcando-lhe a roupa, que é enxugada no corpo, e o lavrador continua trabalhando. Outras vezes é a chuva contínua o dia inteiro e o trabalho não cessa porque o mato não espera nem dá folga à planta. Ou, é daqueles dias de chuvinha fria, trazida pelo vento do mar, aquele que sopra de Leste, e o roceiro continua molhando a roupa com o suor e a chuva, ao mesmo tempo.

Observe-se ainda que se come normalmente na roça, ao sol ou, quando possível, debaixo de alguma touceira no mato que contorna a roça.

Eis aí alguns dos fatores negativos à saúde desse produtor rural. É claro que existem também os aspectos positivos, como a pureza do ar e os alimentos de origem animal e agrícola, que ele mesmo produz.

A alimentação básica da população regional é feijão, arroz, milho e seus derivados (fubá para a polenta, farinha de beiju, canjica); carne de porco e seus derivados (salame, banha, torresmo); aves e ovos; leite e seus derivados (queijo, requeijão, nata, manteiga); aipim, farinha de mandioca, batatinha, batata doce e farinha de trigo, de que se faz macarrão caseiro.

É evidente que o consumo desses alimentos varia de acordo com o nível de renda da família.

Quando aparecem os problemas mais graves de saúde, corre-se ao médico da sede municipal. Mas o médico normalmente não reside na cidade, mora na capital. Na falta do médico, quando a situação é menos grave, o farmacêutico resolve o problema. Em caso contrário, há a necessidade de deslocamento para Curitiba, particularmente ao Hospital de Clínicas da UFPR. Se o doente morar nas vizinhanças de São Paulo, procura-se recursos nas cidades paulistas mais próximas.

As vezes, mesmo que se encontre o médico local, o hospital está desaparelhado e Curitiba, ou São Paulo, continuam sendo as alternativas de tratamento de saúde. Usa-se também o recurso as benzeduras.

Já nos problemas de saúde menos graves utilizam-se os chás de folhas, cascas e raízes medicinais, cujos preparos se transmitem por tradição.

Os habitantes urbanos, por outro lado, normalmente não trabalham na agricultura, dispõem de maiores facilidades e melhor assistência. Beneficiam-se de água encanada e até de rede de esgoto, além da luz elétrica e telefone.

Assim, a população da região ainda carece, de modo geral, dos progressos da vida moderna. Apesar de nos últimos anos, após 1980, a eletrificação rural estar penetrando em alguns povoados mais prósperos da região. Agora é que os proprietários mais abastados estão começando a usufruir dos benefícios do progresso, em termos de conforto, inclusive a TV.

4.3. EDUCAÇÃO

A rede de ensino, no meio rural da região, seja na Escola municipal ou na estadual, funciona em precárias condições.

A infra-estrutura física é a mais simples possível. É representada pelas escolas isoladas, espalhadas pelos Distritos e povoados, no interior dos Municípios.

Os professores possuem em geral pouca formação e não têm condições de se reciclar periodicamente. Trata-se da Professora que leciona para as quatro primeiras séries, na mesma sala e ao mesmo tempo, no chamado sistema de classes multisseriadas ou Escola de uma só Professora.¹

1. WACHOWICZ, Liliam A. A educação no Paraná. Revista de história: questões e debates. Curitiba, 4 (7): 171-89, dez. 1983.

O salário da Professora municipal normalmente não chega ao salário mínimo. Recebem um pouco melhor as Professoras da rede estadual.

O aluno da área rural desloca-se às vezes por vários quilômetros diariamente para ir à aula. Nem todos os povoados possuem Escola. E os alunos andam pelas estradas e caminhos para ir aprender a ler, escrever e contar. Nem todos conseguem. É verdade que existe a merenda escolar que faz aumentar a frequência escolar dessas crianças, particularmente se oriundas das famílias mais pobres.

Observa-se que os picos das atividades agrícolas coincidem com os períodos escolares e as férias nas Escolas com os tempos de entressafras ou de atividade agropecuária reduzida.

Numa agricultura de subsistência, em função das condições acidentadas do relevo, todos trabalham na roça, desde os meninos e as meninas. Daí a elevada repetência no ensino do meio rural regional.

As estradas municipais são de modo geral precariamente conservadas, aliadas às distâncias das sedes municipais, que faz do rádio de pilha o único meio de comunicação com a civilização urbana.

Há moradores na região, de idade avançada, que não conhecem a cidade de Curitiba. De vez em quando vão à Vila, se-



FOTO 1 - MORADIA RURAL DA REGIÃO

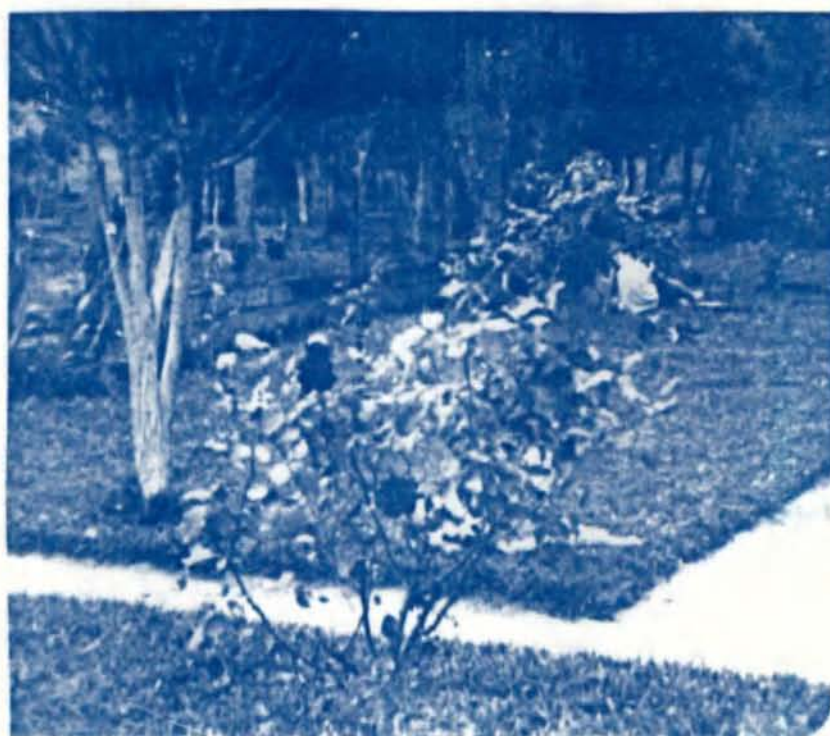


FOTO 2 - JARDIM E POMAR DA CASA

de do Município, fazer as compras mais importantes. Vivem uma vida restrita ao próprio meio.

Em alguns povoados começou a entrar a geladeira, a televisão e até o telefone.

Nas cidades, as sedes dos Municípios, a realidade já é outra, bem diferente. Toda sede municipal dispõe também de um estabelecimento de ensino de segundo grau, mais facilidade de comunicação com a Capital paranaense, além de aí se usufruírem dos benefícios urbanos.

4.4. HABITAÇÃO

Nas sedes municipais da região, uma parte das casas é construída de alvenaria, mas o maior número é de madeira. Estas variam, no tamanho e no conforto, como em toda cidade.

Bocaiúva do Sul apresenta características específicas, entre as sedes municipais da região, a respeito da habitação. Começa a **inchar** nos anos 70, como tem acontecido em outros centros urbanos, com o êxodo rural.

A cidade não possui indústrias. Existe apenas uma serraria e umas poucas casas comerciais, empregando pouca mão de obra não qualificada, que tem saído da lavoura.

Parte da população aí residente trabalha na indústria Eternit, que se localiza nas proximidades do Parque Castelo



FOTO 3 - POMAR DO AGRICULTOR

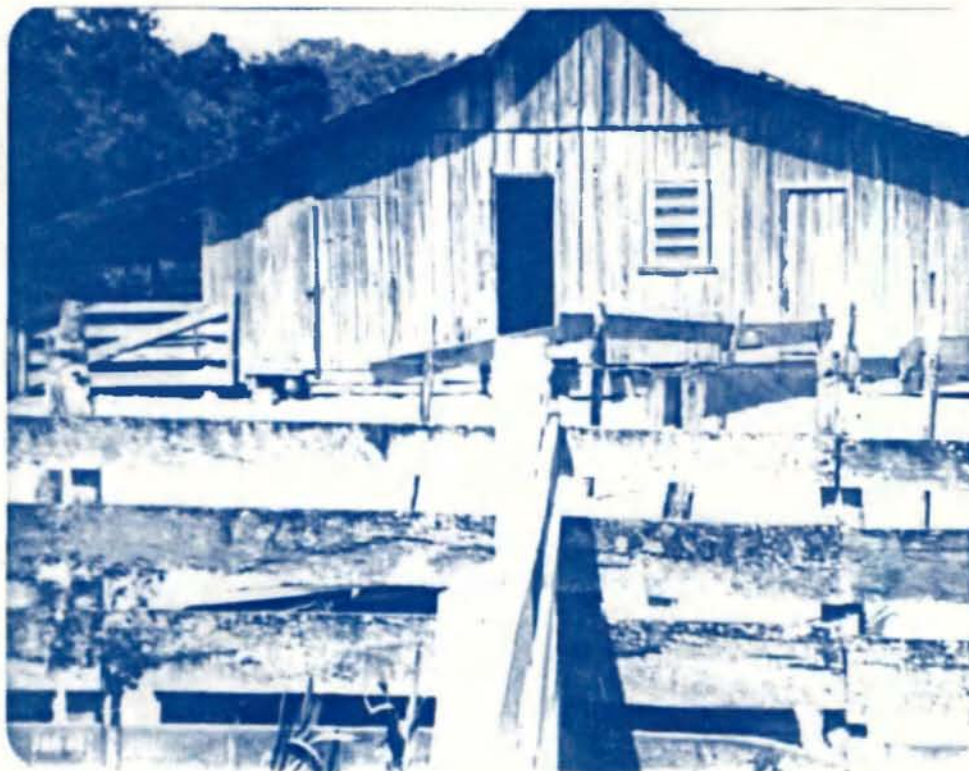


FOTO 4 - PAIOL (CELEIRO) E TERREIRO

Branco, no Atuba, arredores de Curitiba. Parte trabalha no mercado de trabalho de Curitiba. E ainda uma parte dessa população é de **aposentados** na agricultura pelo FUNRURAL.

Não se pode dizer que haja favela em Bocaiúva do Sul. São habitações simples e pobres, localizadas na periferia da cidade, fora das ruas principais e calçadas.

Saindo-se das sedes municipais, onde se desfruta de relativo conforto, para o interior dos Municípios, chega-se às Vilas, às sedes Distritais, onde o conforto decresce. São atualmente Marquês de Abrantes e Tunas no Município de Bocaiúva do Sul, e São Sebastião e Varzeão no Município de Cerro Azul.

Adentrando-se nos Distritos, mais para o interior dos Municípios, encontram-se os povoados e suas periferias distantes. Aqui as moradias são normalmente modestas, de madeira e pouco conforto. Encontram-se também casebres e ranchos de pau a pique.

Esses ranchos, cercados de varas amarradas ou pregadas na vertical, deixam aparecer frestas nas paredes simples e não barreadas. São normalmente de peça única. O chão é de terra batida. O teto coberto de capim ou de folhas de palmeira ou ainda de uvaranas. A cama, muitas vezes comum à família, é de tarimba de varas.

Os móveis são os mais rudimentares possíveis. Alguns banquinhos e uma mesinha rústicos. Alguns pregos pelas paredes complementam o mobiliário. O acolchoado para o frio nor -

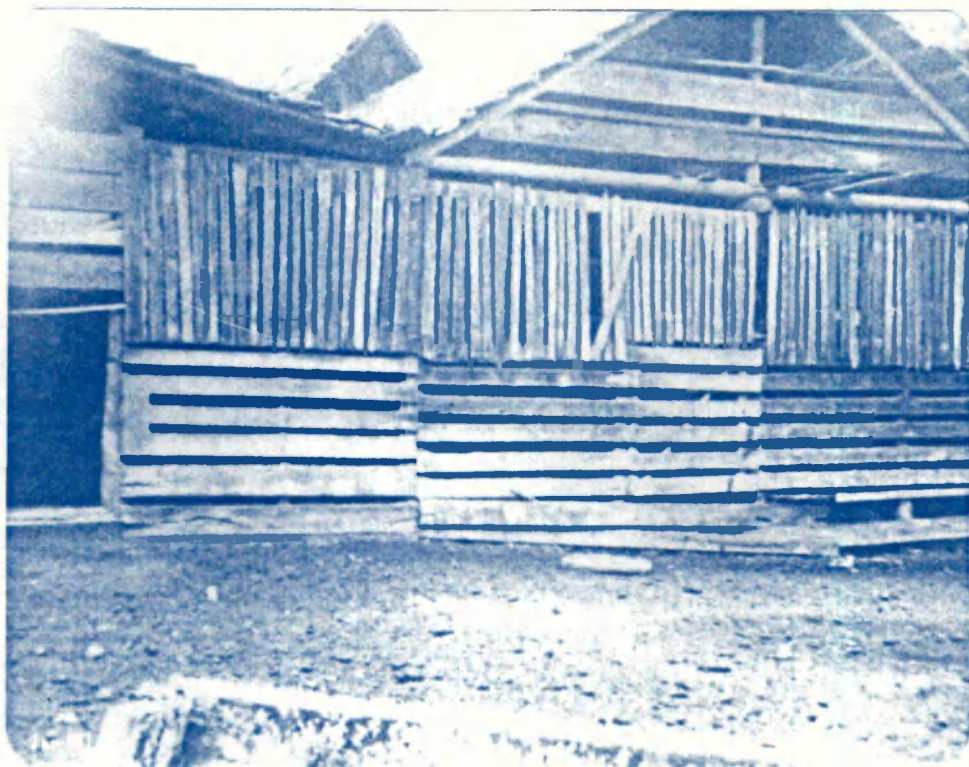


FOTO 5 - BARRACÃO DE ESTALEIROS DE FUMO

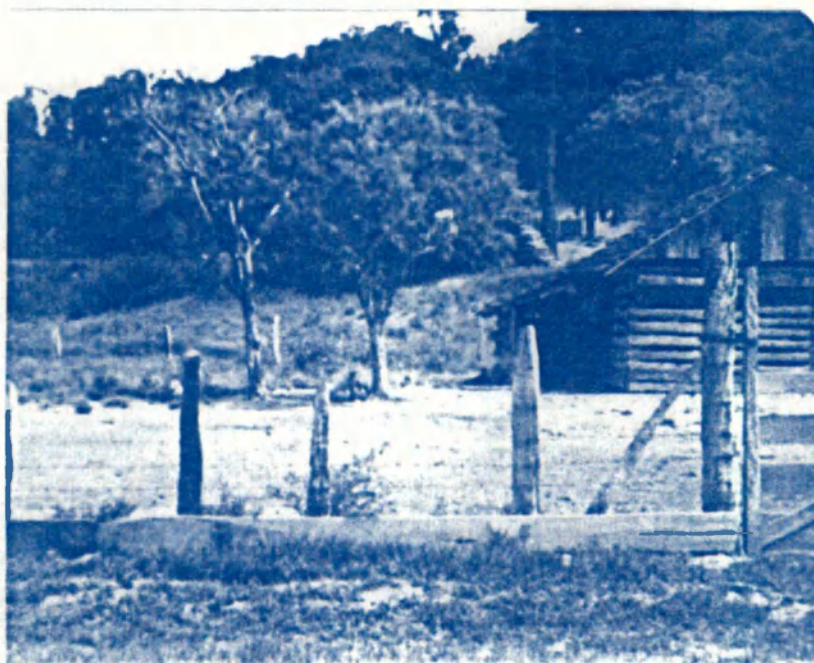


FOTO 6 - PIQUETE E BARRACÃO DE ESTALEIROS

malmente é o calor do fogo, feito no interior da moradia. Auxilia também os moradores nesse mister a cachaça, que também ajuda a mitigar muitas vezes a fome. O fogo é o mesmo onde cozem seus alimentos.

Não se vê nenhum animal de leite ou carne (como cabras, porcos ou galinhas) nas proximidades desses ranchos. Por outro lado, encontra-se sempre, invariavelmente, pelo menos um magro guapeca, cão viralata, bom para correr o tatú e outros animais selvagens.

A base da alimentação desses caboclos é a caça e a pesca. Plantam-se, às vezes, em redor do rancho, alguns pés de milho, aipim, feijão e abóbora. Nada mais.

Já os casebres são pouco mais confortáveis. São cobertos com tabuinhas destaladas, aduelas de araucária, ou com telhas francesas de terceira. As paredes são de madeira de terceira, cheias de nós, ou de costaneiras (refugos das toras que passam pelo processo de beneficiamento nas serrarias). O piso é de terra batida ou assoalhado. Dorme-se em poucas camas rudimentares. Os móveis melhoram um pouco em relação aos ranchos.

Os ranchos e casebres não possuem jardim nem flor plantada.

Os moradores dos casebres são caboclos ou acaboclos. Convivem, dentro de casa, com alguns animais, durante o dia,



FOTO 7 - CHIQUEIRÃO E BARRACÃO DE ESTALEIROS



FOTO 8 - PIQUETE COM OVINOS

como a cabra para o leite, o porco para a carne e algumas galinhas. À noite os animais dormem fora de casa.

Os casebres são às vezes de pequenos proprietários, minifundiários.

O acesso a ambos esses tipos de moradia, salvo se situadas à beira das estradas é feito por caminhos que se podem percorrer andando e às vezes até a cavalo, raramente com a carroça. Com a construção da Barragem Capivari-Cachoeira, no Município de Bocaiúva do Sul, apareceu novo meio de transporte local, que é a canoa, movida a remos, para poucos passageiros.

Poucos são os povoados onde se encontra casa de alvenaria. Estas habitações indicam a situação econômica de seus proprietários, produtores relativamente bem sucedidos na região. Mais recentemente também caracterizam as chácaras, as casas de campo de pessoas que moram e trabalham em Curitiba.

Uma característica das habitações rurais da região é a distribuição espacial da propriedade. Ilustram a assertiva as fotos 1 a 8 de uma propriedade regional. Na frente normalmente se observam terreiros e jardins. De um lado, geralmente nos fundos, fica a horta, onde se cultivam verduras e legumes. A par da horta situa-se o pomar com árvores frutíferas. Do outro lado mostra-se o galinheiro ou poleiro para as aves domésticas. Ao lado localiza-se o chiqueiro, onde são tratados os porcos de ceva, principalmente para o consumo e, fora do chiqueiro, na encerra, são alimentados os porcos de criação.

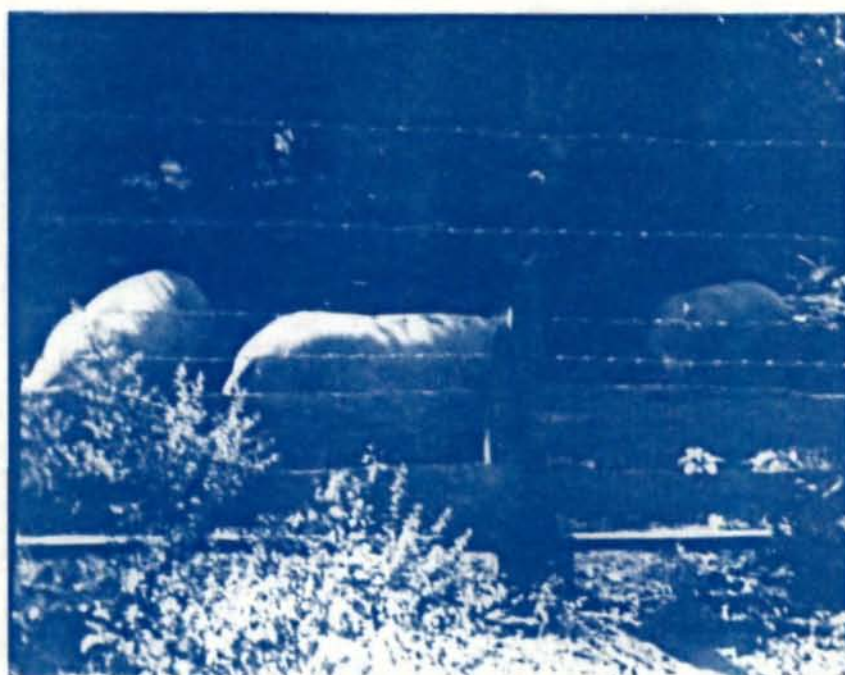


FOTO 9 - ENCERRA COM PORCOS



FOTO 10 - ENCERRA

A encerra às vezes se confunde com o piquete, quando a cerca deste é também faxinada para que os porcos não saiam para as lavouras. Ambos esses tipos de cercado são de área relativamente pequena.

A faxina é feita com tábuas, horizontalmente pregadas na parte inferior da cerca, abaixo dos fios de arame farpado. É também confeccionada de varas, horizontalmente pregadas ou tercalada de palanque a palanque (mourão). Estes são feitos de cerne de madeira de lei. No caso de a cerca ser feita com faxina de varas intercaladas, a cerca tem, como ponto de apoio lateral, em cada palanque, pequenos palanques do referido cerne, para sustentar as varas intercaladas umas sobre as outras.

A cerca do piquete é construída de três ou quatro fios de arame farpado. A encerra (fotos 6 a 12)) também pode ser feita com oito/dez fios de arame farpado, começando próximos uns dos outros de baixo para cima e espaçando à medida que a cerca sobe no palanque. O piquete é para animais de grande porte, como a vaca, o cavalo, o mular, para quando se quer mantê-los mais acessíveis e próximos da moradia.

Há ainda outra modalidade de cerca na região, usada de modo especial nos terrenos inclinados favoravelmente. São feitas com rampas, corte no terreno em aclive, que às vezes dispensa palanque e arame.

Pode também acontecer que esses dois tipos de cercados se confundam com a invernada (fotos 13 a 16), de maior área,



FOTO 11 - INVERNADA E ENCERRA



FOTO 12 - PIQUETE COM CERCA E RAMPA

normalmente o erval, onde se cria e mantém o gado graúdo, cercado com quatro fios de arame farpado, faxinado para reter também os porcos, cabritos e carneiros ao mesmo tempo.

Isso acontece com os médios e grandes produtores regionais. Assim, as criações convivem, pastando e comendo os frutos silvestres da região.

É uma constante ainda paiol ou celeiro, normalmente de madeira. É frequente também a carroça, às vezes o jipe ou a rural e raramente outro tipo de veículo.

Até o início dos anos 60, junto aos imóveis de médios e grandes proprietários regionais, viam-se as furnas ou guaranis ou, ainda, carijos para secar a erva mate, e o moedor, também chamado cancha, para moer e cancheiar o produto. No interior do Município de Bocaiúva do Sul vêem-se também os barracões para o estaleiros de fumo, nos arredores das propriedades dos fabricantes de fumo de corda.

Essas são as características das médias e grandes propriedades rurais da região. As condições dos pequenos proprietários, os minifundiários, assim como dos não proprietários (como arrendatários, empreiteiros e camaradas diaristas) são bem diferentes, conforme se observou acima em relação aos ranchos e casebres.



FOTO 15 - ASPECTO DE INVERNADA REGIONAL



FOTO 16 - OUTRO ASPECTO DE INVERNADA

Além, é claro, de outras pequenas moradias existentes na região, com características intermediárias entre os extremos enfocados.

Os Distritos, não existentes em todos os Municípios, são formados por um conjunto de casas, próximas umas das outras, em torno de uma rua longitudinal. Por sua vez, os povoados também constituem um conjunto de habitações, relativamente distantes umas das outras, normalmente algumas centenas de metros de um morador a outro. Além disso, existem os moradores isolados e dispersos pelo meio rural, distantes quilômetros uns dos outros.

4.5. ÊXODO RURAL

Pelas tabelas estatísticas de 1 a 4 e sua representação gráfica 1, descontados os desmembramentos e aglutinações realizadas entre os Municípios da região, percebe-se que, a partir dos anos 60, ocorre emigração rural, refletindo a emigração paranaense.

A população total do Paraná decresce a um ritmo mais acentuado que a regional. O mesmo fenômeno acontece com a população rural. Com relação à população urbana, invertem-se as posições, cresce mais a regional.

O centro de atração maior do fluxo populacional rural-urbano da região estudada tem sido Curitiba, principalmente os Bairros situados ao Norte da Capital, como Boa Vista, Bacache-

ri, Tingüi, Santa Cândida, Roça Grande, Atuba, Guarani e Rio Verde. A cidade de Bocaiúva do Sul também se ressentiu desse fenômeno.

O êxodo rural se efetiva em decorrência da crise crescente na agricultura de subsistência regional, em função do processo de marginalização por que está passando.

A partir dos anos 20, com a onda do café no Norte do Estado, assim como com a ocupação do Sudoeste, esse processo se intensificou. Esses movimentos de ocupação no Norte e Sudoeste, concorrendo com a agropecuária local, quer com a produção de cereais quer com a suinocultura, aumentaram o êxodo rural, em função da marginalização regional crescente.

Não se pode esquecer também a atração da cidade, com seus confortos e facilidades aparentes de assistência, principalmente sobre as gerações mais jovens.

O processo de minifundização decorrente de heranças, vendas e doações, além da concentração da terra, também deram sua contribuição a essa realidade. O Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, constituiu-se também em mais um fator complementar do êxodo rural na medida em que agregados foram sendo despedidos em função das reclamações dos novos direitos.

O êxodo rural de mão de obra não qualificada para os centros urbanos, contribuindo para o **inchamento** das cidades vai aumentar a demanda de alimentos, habitação, emprego e as-

sistência social. Cada família que sai da lavoura e vai para a cidade, é uma unidade produtora a menos de auto-alimentação e algum excedente para o mercado de alimentos. É mais uma unidade familiar de pressão sobre os preços nos centros urbanos, assim como sobre a infra-estrutura urbana.

A comunidade, o elemento motor dos processos produtivos da agricultura da região, será desenvolvida na próxima etapa expositiva.

5. ASPECTOS ECONÔMICOS : PROCESSOS DE PRODUÇÃO

Economicamente, a região em estudo é inexpressiva atualmente. É uma das áreas mais pobres do Paraná, que se marginalizou com o correr do tempo, do crescimento econômico paranaense.

A população regional monta a 53.016 habitantes em 1980, representando 0,7% da população estadual, sendo que em 1920 equivalia a 4,9%. Involuiu, portanto, de 4,9% para 0,7%.

A área territorial, por sua vez, apresenta variações. Representava 2,9% da área estadual em 1920, e 3,3% em 1940, decaiu depois para 2,7%, chegando a 1980 com 2,8%. A tabela estatística 6, em aspectos econômicos, mostra isso.

É uma região de produção agropecuária basicamente de subsistência, gerando reduzido excedente que é comercializado na Região Metropolitana de Curitiba. Caracteriza-se, predomi-



FOTO 27 - CADEIA DE MORROS COM INCLINAÇÃO
DAS TERRAS



FOTO 28 - TOPOGRAFIA ACIDENTADA DO TERRENO

nantemente, pela pequena propriedade e pela relativa minifundização.

Efetiva-se na região uma agricultura tradicional. Os instrumentos de produção são os mais rudimentares possíveis, em função das características do relevo, expressos através dos seguintes dados técnicos.

Classes de declividade e respectivas recomendações agrícolas, do estudo sobre Ouro Fino, recursos naturais da Região Metropolitana de Curitiba.¹

- De menos de 6% - agricultura intensiva, com medidas de conservação ligeira;
- De 6% a 12% - agricultura, com práticas moderadas conservacionistas;
- De 12% a 20% - agricultura, com rotação - limite do trator - conservação intensiva;
- De 20% a 45% - culturas permanentes, com restrições;
- e
- Acima de 45% - áreas de preservação obrigatória por lei.

Classes de declividade e respectivas recomendações agrícolas, da pesquisa 08/79, exemplar I, do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES.²



FOTO 29 - CARACTERÍSTICAS DO RELEVO

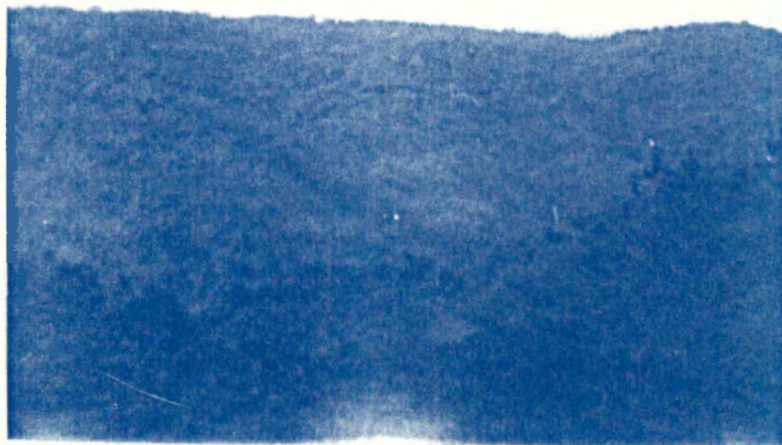


FOTO 30 - DECLIVES E ACLIVES

1. declividade de 0 a 10% - sem restrições à agricultura mecanizada, nem à pecuária ou ao reflorestamento;
2. declividade de 10 a 20% - áreas aptas, com restrições, à agricultura mecanizada, sem restrições, à agricultura não mecanizada e sem restrições à pecuária e reflorestamento;
3. declividade de 20 a 35% - áreas inaptas para a agricultura mecanizada; áreas aptas, sem restrições, à agricultura não mecanizada; sem restrições à pecuária e reflorestamento;
4. declividade de 35 a 45% - áreas inaptas para a agricultura mecanizada; áreas aptas, com restrições, a agricultura não mecanizada; áreas aptas, com restrições, à pecuária e reflorestamento; e
5. declividade acima de 45% - área apta só para manejo florestal.

Note-se que a região de Ouro Fino, está situada em torno da media da região em estudo. Ouro Fino situa-se a Oeste do Alto Vale do Ribeira e Vale do Capivari. E, à medida que se avança a favor da corrente desses rios, maior é a declividade dos terrenos. Levando-se em consideração que, ao Sul da região o relevo é mais plano, e ao Norte mais montanhoso, a região de Ouro Fino deve representar aproximadamente a média de declividade da região em apreço como um todo.



FOTO-24 - TIGÜERA , ROÇA RECÉM COLHIDA



FOTO 25 - TIGÜERA DE MILHO E FEIJÃO

Observe-se que a metodologia adotada na classificação da declividade do relevo é distinta no estudo de Ouro Fino e no trabalho do IPARDES. Os técnicos do IPARDES dão maior elasticidade ao uso do solo em função da declividade. Entretanto, concordam, ambas as pesquisas, com os limites extremos.

Afirmam os pesquisadores do IPARDES que na Bacia do Ribeira, no extremo Norte da região, observa-se a predominância de um relevo montanhoso com declividade acima de 45%. Intercalado a este, apresentam-se pequenas unidades com declividades menores, de 20 a 35% e de 35 a 45%.

5.1. O PROCESSO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA

No contexto geral, as terras férteis da região concentram-se nos estreitos vales e canhadas, que recebem o humus que é carregado pelas águas das chuvas morro abaixo e pelas águas dos rios em suas enchentes. A maior parte das terras encontram-se enfraquecidas pela erosão e pelo desgaste decorrente do processo produtivo, aos quais se juntam a elevada declividade do relevo (fotos 26 a 30).

A base da produção regional é a roça de milho e feijão.

Tudo começa com a roçada, o corte da capoeira (mato com menos de dez anos) e, mais raramente, a batida do tigüera (mato de até dois anos após a colheita), nas terras mais férteis. O plantio no tigüera consiste em plantar um segundo ano consecutivo na mesma área. (fotos 24 e 25).



FOTO 20 - FACHO DE CAPOEIRA ROÇADA



FOTO 21 - FACHO DE MATO CORTADO

Para roçar, cortar a capoeira, utiliza-se normalmente a foice e, quando a área destinada à roça é um bracatingal, usa-se também o machado. E, mais recentemente, até a moto-serra.

De modo geral a roça é feita na capoeira. Corta-se o mato no inverno, espera-se o facho (resultante do corte do mato) secar e, de setembro a novembro, faz-se a queimada. No Centro-Norte da região colhem-se duas safras por ano, a das secas e a das águas.

A plantação do início do ano é chamada das secas e denominada safrinha, por ser de menor proporção.

Seria extremamente difícil limpar o mato cortado, sem o auxílio do fogo. Observe-se como fica uma capoeira de sete anos cortada, o facho, na foto de um roçado. (fotos 20 a 23).

Precede, necessariamente, à queimada o feitio dos aceiros, que consiste no afastamento do mato cortado do mato que permanece em pé, ao redor do roçado, e limpeza com a enxada de toda e qualquer coisa que possa transmitir fogo ao mato não cortado, numa faixa que varia de um a três metros de largura.

Se se queimar a capoeira não cortada, torna-se mais difícil o futuro tratamento da roça. Cresce mais capim e mato. A terra fica mais dura. A produção cai. E se o processo se repete por algumas vezes, a capoeira vira samambaial.



FOTO 22 - ROÇA POR QUEIMAR

Se ficar coivara (remanescente do mato cortado, não consumido pelo fogo), deve-se, antes do plantio, desencoivara. Reúne-se a coivara em montes, chamados calheiras, que serão queimadas. O não desencoivamento dificulta o plantio, a carpida (a limpeza da lavoura com a enxada), a recarpida e todo o trato na roça.

Queimada a roça, plantam-se o milho, o feijão, a abóbora, a batatinha, o arroz.

O plantio do milho é feito normalmente à base da cavadeira, com que se abre a cova, pequeno sulco na terra, onde se lançam as sementes, dando-se uma segunda cavadeira junto à precedente para encobrir as sementes lançadas a cova. Evita-se, dessa forma, que os passarinhos arranquem as sementeiras plantadas.

O feijão segue o mesmo processo de plantio.

Entretanto, se o agricultor resolver plantar milho, ou feijão com adubo, normalmente utiliza a enxada para abrir a cova, outro trabalhador põe a porção de adubo no fundo da cova, outra pessoa atira pequena quantidade de terra sobre o adubo, a fim de que este não queime as sementes. Em cima dessa porção de terra sobre o adubo, na cova, é que se planta a semente, cobrindo-a com nova camada de terra. É um processo que ocupa a mão de obra de praticamente cinco pessoas e exige operações demoradas.

Por outro lado, existem aqueles produtores rurais da região, ainda raros, que estão usando a máquina manual de plantar cereais, juntamente com adubo. E, para isso, basta ajustar a máquina para a liberação da quantidade de sementes que se deseja em cada cova, assim como regular a porção de adubo que se quer utilizar. A cada movimento dos braços, introduzindo-se as lâminas da máquina no solo, abrem-se os sulcos e liberam-se as sementes e o adubo na terra, separadamente, porém simultaneamente.

Isso quer dizer que um plantador, com máquina manual, planta aproximadamente dez vezes mais cereais com adubo por dia que cinco plantadores com enxada.

Raramente se usa a enxada para o plantio, quer de milho quer de feijão, abrindo-se as covas e puxando as cinzas próximas, resultantes da queimada, que servem de adubo.

Está se utilizando também nos últimos anos, ainda em pequena escala, sementes selecionadas. E até algum corretivo de acidez dos solos, como o calcário, o que não deixa de representar um progresso nas técnicas agrícolas regionais.

O milho é plantado em carreiras, acompanhando as curvas de nível. O feijão planta-se normalmente intercalado, entre as linhas do milho e a abóbora, no meio dos dois, nas canhadas onde estão as melhores terras. A batatinha toma o lugar do feijão, quando cultivada. O aipim ou mandioca, o trigo ou o arroz requerem trato exclusivo de terra.

Pouco se usa o arado, quase nunca o trator e a carpi-deira porque a declividade dos terrenos não o permitem.

Após a queimada do roçado, é realizado o plantio, cresce o mato que deve ser carpido, cortado com a enxada. O crescimento é mais ou menos rápido em função das chuvas que caem na região. Em pouco tempo, o mato pode aniquilar e mesmo sufocar a planta.

Se qualquer planta chegar a amarelar no meio do mato, dificilmente se recuperará. E, mesmo que o faça, a produção cai significativamente.

A medida que a terra enfraquece, torna-se mais dura, aparecendo com mais intensidade as ervas daninhas. A capoeira torna-se mais cerrada, os tocos ficam mais juntos, dificultando a passagem da enxada por entre eles, prejudicando o rendimento da limpeza da plantação.

Segundo informações colhidas junto aos produtos locais, antigamente, quando se derrubava a mata virgem, a limpeza da lavoura era muito fácil. O mato nascia ralo, era brotação em sua maior parte. Por isso, limpavam-se as roças com o facão, podendo então um lavrador sozinho limpar até uma quarta de chão (6.050 m^2) por dia. E bastava apenas uma limpeza para a lavoura.

Com a enxada, em roça de terra mole e tocos ralos, um trabalhador agrícola pode carpir até $1.512,5 \text{ m}^2$ por dia. Ao

passo que, numa terra dura e com muito toco, esse mesmo trabalhador dificilmente limpa 756,25 m², doze braças e meia em quadro. Um quadro, na região, representa a quarta parte de meia quarta de área e esta a oitava parte do alqueire. O alqueire tem quatro quartas ou trinta e dois quadros. Trata-se do alqueire paulista de 24.200 m².

Hoje, após a carpida, vem a recarpida, segunda limpada, para que as plantas não sejam sufocadas pelo mato, nem tenham sua produção prejudicada. Há lugares, de terras mais enfraquecidas, onde a lavoura necessita de uma terceira limpeza.

Com o uso, ainda em reduzida escala, de sementes selecionadas, algum corretivo de acidez do solo com calcário e um pouco de adubo tem melhorado relativamente o nível da produtividade das lavouras. Mas a produtividade regional está normalmente abaixo da estadual.

Apesar disso, a produção por alqueire varia de região para região, e também na mesma região, dependendo de a roça localizar-se nas baixas ou altas encostas dos morros. Quanto mais alta a encosta, mais fracos os terrenos e menor a produtividade; depende também da declividade do relevo e de boa precipitação de chuvas.

Segundo informações colhidas em vários pontos da região, a produtividade média do milho varia de 40 a 100 cargueiros por alqueire. O cargueiro corresponde a 90 quilos de milho debulhado. O arroz produz um saco por litro de área, va-

riando até 80 sacos por alqueire. Um alqueire tem 40 litros de área. O feijão varia de 12 a 25 sacos de 60 quilos por alqueire, se plantado juntamente com o milho. Plantando somente feijão ou milho na área, a produtividade é maior. A banana rende 20 mil quilos por alqueire em Adrianópolis. A mandioca produz 70 caixas por quadro. Um alqueire de fumal, também segundo informações de produtores regionais, comporta de 16 a 20 mil pés de fumo, sendo que cada mil pés produz 150 quilos de fumo de corda. Assim, um alqueire de fumal rende de 2.400 a 3.000 quilos, em terra boa.

Em contato com agricultores da região, foi possível avaliar a real situação do homem do campo: RC, pequeno produtor regional, observou e anotou, no correr do ano de 1982, todas as despesas que teve com a lavoura, constatando que, se tivesse trabalhado de empreitada, teria ganho para comprar toda sua produção e sobraria dinheiro, sem nenhum risco nem precisar mourejar de escuro a escuro, como se costuma fazer no trabalho agrícola.

AD, também plantou, calculou os custos e chegou a conclusão de que se tivesse comprado o produto, na época da colheita, te-lo-ia adquirido por menor valor, em 1982.

O cidadão HB comprou 100 alqueires de terras na região. Transformou, de 20 partes, 19 em pasto, deixando uma parte mais plana para cultivar. Derrubou a mata, destocou, arrou. Tratou da acidez da terra e adubou. Plantou com modernas técnicas e instrumentos modernos de agricultura. Tem feito boas

colheitas a cada ano, com boa produtividade, tanto para milho como para feijão. E disse, segundo um agricultor das vizinhanças, que o pessoal da região não sabe lidar com lavoura. Entretanto, argumentam os pequenos produtores dos arredores que terrenos quase planos não são fáceis de se encontrar. Depois, quem teria condições financeiras para fazer o que HB fez em sua propriedade? É industrial em Curitiba e utiliza incentivos fiscais na fazenda. É produção de custo muito alto nos primeiros anos. Está certo que a longo prazo daria lucro. Mas quem financiaria esse processo à grande maioria dos pequenos e médios produtores regionais?

JM, grande agricultor regional, com mais de 100 alqueires de terra, afirmou que há 15 ou 20 anos fazia anualmente de 10 a 12 alqueires de roça de milho, feijão e abóbora, além de 200 a 250 rolos de fumo de corda, de 15 quilos cada. Atualmente reduziu sua lavoura para 5 a 6 alqueires de roça por ano, continuando com a produção anterior de fumo; os dados são de 1983. Anteriormente contava com grande número de empreiteiros e, atualmente, com a saída de muitas famílias de pequenos produtores para a cidade, esse tipo de trabalho se reduziu muito. Assim mesmo, mantém alguns agregados.

A produção de milho e feijão é basicamente para subsistência. Do milho faz-se o fubá nos moinhos, a farinha de beiju nos monjolos, a canjica de pilão, além de servir para a criação e engorda de porcos que contribuem com a carne, o salame caseiro, o chouriço, a banha, o toucinho, o queijo de porco, o torresmo e até mesmo para o sabão. O milho serve para a ração

da vaca de leite; para o alimento dos animais de tração e transporte, como o cavalo e muar; criação de cabritos para a carne e de ovelhas para carne e lã; e para a criação de aves para carne, ovos e penas.

Percebe-se, assim, a importância desse produto para a agropecuária de subsistência. É básico para quase tudo. E o porco se torna "verdadeira usina de transformação de milho".¹

5.2. COLHEITA E PREPARO DO MILHO

O milho que constitui, em muitos casos, a única opção de plantio, depende das condições climáticas. Uma chuva de granizo, uma geada fora de tempo, muito sol ou pouca chuva podem levar a perder todo o trabalho da família, já que a porção Centro-Sul da região não permite mais de uma safra por ano. Na porção Centro-Norte fazem-se duas safras, a das chuvas e a das secas, também chamada safrinha por ser de menor volume que a anterior. Essas condições adversas são negativas para qualquer cultura.

A colheita de milho se dá quando as folhas estão secas e a espiga madura e pendurada. Realiza-se normalmente na época do frio, de março a maio, quando o mato, apesar das carpidas, está com um metro e mais de altura.

Colher o milho é realmente quebrar a haste do milho e, em seguida, destacar a parte da espiga que a prende ao pé de milho. Nem sempre é fácil destacá-la. Os trabalhadores na co-

lheita pegam a espiga pela metade da ponta com uma das mãos, seguram com a outra mão a base, quebrando o talo.

Normalmente aproveita-se a fase da colheita do milho para tirar das espigas a palha mais grossa, deixando-as de boa aparência e ocupando menor espaço no paiol. É assim que se guarda o milho.

Colhidas algumas espigas, são retidas na mão que quebra as espigas e jogadas na "bandeira de milho", uma cova de milho mais plana, previamente escolhida e limpa em volta, cujas hás-teas ficam de pé para assinalar o lugar. Distam uma da outra cerca de 20 metros. O milho quebrado em volta de cada bandeira é ali jogado, formando pequenos montes.

O produto das bandeiras é baldeado às costas, em cestos, para o lugar onde possa chegar a carroça e, dependendo da declividade, o caminhão. E ainda pode ser transportado diretamente da bandeira para o paiol à base da tropa de cargueiros com cangalhas.

Uma vez no paiol, se o produto for vendido com palha e sabugo, está pronto para o comércio. Se sua comercialização for com o produto debulhado, necessita ser descascado a mão e debulhado a máquina manual. Ensacado, está pronto para a comercialização. Mas quase sempre o produto fica no paiol para o consumo do produtor.

5.3. COLHEITA E PREPARO DO FEIJÃO

Se tudo correr bem com os fenômenos da natureza, amadurecem os cereais. O feijão é de ciclo mais curto que o milho, amadurecendo mais cedo. Então ocorre sua colheita e preparo para o consumo e possível excedente para comercialização.

Como o feijão é plantado normalmente intercalado com o milho, uma vez seco, é arrancado por cova e pendurado na haste do milho, em cuja folha é preso. Dessa forma mantém-se enxuto e aparelha a secagem. Fica, assim, relativamente garantido em relação a brotação. A brotação do produto no pé põe tudo a perder. Mas se houver muita chuva, mesmo erguido no milho, o produto pode perecer.

Uma vez enxuto, é tirado do milho pela manhã para evitar que se debulhe e é transportado em feixes para o paiol ou diretamente para o terreiro. Se para o paiol, espera-se um dia bem quente e seco, limpam-se os terreiros, espalham-se os pés de feijão em camadas relativamente finas, virando-o de vez em quando para secar bem as vagens, que assim facilmente se abrem e soltam a semente. Na maioria das vezes, basta um dia para isso.

Bem secas, as vagens chegam a estourar, abrindo-se sozinhas ao sol. A operação que se segue é a malhada, que consiste em reunir trabalhadores com varas relativamente finas, resistentes, compridas e flexíveis, malhando o feijão de um lado e depois de outro, logo após do almoço, enquanto o sol

estiver bem quente. Malha-se até que toda vagem se abra, soltando a semente do feijão. Sobra apenas um bagaço das palhas dos pés de feijão.

Tira-se, então o bagaço, com cuidado para não jogar fora também o feijão, junta-se o produto que é abanado com peneira e ensacado. Dizem os agricultores que deixando o feijão sem abanar, fica mais macio e não caruncha de um ano para outro.

A malhada às vezes é realizada numa tarimba na roça. Tarimba é um estrado de varas, com frestas entre as mesmas, de área variável e levantada do chão. Forra-se o chão com uma tolda, sobre a qual cai o feijão malhado.

O feijão deve ser tirado e levado para a tarimba enxuto e em dia de sol e é espalhado também em camada. Quando as vagens do cereal estiverem estourando, está no ponto de malhar.

Depois o produto é peneirado e ensacado e está pronto para a comercialização, quando excedente de autoconsumo.

Esse é o processo agrícola utilizado na região para o plantio e o trato dos produtos básicos, milho e feijão, evidenciado ainda a precariedade dos processos produtivos locais.

5.4. PECUÁRIA

Na parte Centro-Sul da região o clima é menos propício à criação de gado vacum, quer no sistema intensivo, quer no extensivo.

O problema está relacionado com o pasto que morre no inverno, se for pasto natural e, se for artificial e resistente à geada, decai de produção.

Há condições relativamente boas na parte Centro-Norte da área, porém é mais montanhosa.

Existem criadores de gado de corte para o mercado na região. Todavia, essa comercialização é pequena, em função principalmente do tamanho das propriedades.

Procura-se melhorar as raças, via reprodutores, renovando o plantel com incentivo da ACARPA.

Instalou-se nos últimos tempos uma ou outra leiteira na região. Fabricam-se o queijo caseiro e a manteiga, cujo excedente é destinado ao mercado de Curitiba.

Com relação ao gado cavalari e mular, são criados para atender às necessidades de tração e transporte da agropecuária regional. O carneiro é para a extração da lã e para a carne. A criação de cabritos destina-se à carne e, de modo especial, para as festas de fim de ano e para a Páscoa. A criação de

aves e a produção de ovos e a extração de penas são, de modo geral, para o consumo local, com exceção de uma ou outra granja que objetiva o mercado.

A maior geração de excedente da agropecuária regional está na suinocultura, ainda hoje, apesar dos contratempos por que essa atividade produtiva passou.

Escreve Heloisa Barthelmess que havia no Alto Ribeira, em 1920, ainda 125 mil porcos, os quais, da Ribeira paranaense, tomavam destino de São Paulo, grande centro consumidor, devido a concentração urbana e a incipiente industrialização. Em 1920 uma frente pioneira do café já apontava no Norte do Paraná, onde existiam 145 mil porcos, concorrendo, desta forma, com a tradicional área criadora de suínos do Alto Ribeira. A suinocultura e a lavoura de milho se desenvolvem nos Municípios do ramal do Paranapanema, concomitantemente com a lavoura do café.²

Esses aspectos econômicos comprovam que a região realmente ficou marginalizada e dependente, comercializando um excedente decrescente na Região Metropolitana de Curitiba.

Com a penetração do café no Norte cresce a produção de milho, feijão e criação de porcos naquela região, com vantagem

1.2. BARTHELMESS, Heloisa. Uso da terra no Estado do paraná em 1920. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Curitiba, (9), 1967.

de melhores terras, solos propícios à mecanização, mais fáceis meios de comunicação, condições mais favoráveis de crédito, concorrendo em vantagem com a região em estudo.

Essa concorrência se torna ainda mais acentuada com a ocupação, um pouco mais tarde, do Sudoeste paranaense, também contando com as vantagens de terras mais férteis, condições favoráveis de relevo e de financiamentos, tornando-se, por isso, o maior centro de criação e engorda de porcos do Estado. Quem viajava para aquela região nos anos 60 deve lembrar-se das caravanas de caminhões de porcadeiros que se encontravam pelas estradas.

Aquelas regiões concorrentes obtiveram vantagens de toda ordem, em função da excelente fertilidade dos solos, da importância econômica do café e da suinocultura que visava novamente o mercado paulista e, principalmente, da política de integração estadual. E a região em estudo ficou mais uma vez, esquecida e marginalizada.

Os médios e grandes produtores regionais, cujas propriedades abrangem de 10 a 50 alqueires e de 50 a mais de 100 alqueires, respectivamente, é que criam porcos e procuram melhorar seu plantel com reprodutores de raça. Mas a participação relativa regional vem caindo com o correr do tempo em relação a estadual.

Os pequenos produtores criam para o gasto próprio. Os médios e grandes geram excedente para os mercados das sedes municipais e curitibano.

É significativa a influência dos preços de mercado do porco gordo ou de carne, na tomada de decisão dos criadores de suínos, assim como na geração de qualquer outro produto. Se os preços compensarem, as matrizes serão mantidas; se não, serão vendidas aos açougues e matadouros.

A alimentação dos animais, tem também suas características próprias. Para a criação de porcos, o milho é dado com casca. Para as vacas dão-se os restolhos, as espigas pequenas. Os cavalos e muares recebem o milho descascado e em espiga, com sabugo, nos cochos. Carneiros, cabritos e aves ganham o milho debulhado.

Quanto aos porcos que estão na ceva, engorda, utilizam-se dois procedimetos distintos. Geralmente dá-se o milho com casca, intercalando abóbora. Isso é complementado com milho cozido ou também milho posto de molho por alguns dias com sal. Na ceva os porcos comem a vontade.

Mais raramente se usa o processo de cercar a roça, desde que tenha água, e, quando o milho está amarelo, quase maduro, fecha-se a porcada na roça. O número de porcos varia com o tamanho da roça.

Dessa forma, o safrista, criador e engordador de suínos, ganha tempo, trabalho e evita despesas, levando-se em conta as despesas com a colheita, o transporte e o processo de

preparo do milho para a ceva dos animais. Há outras vantagens ainda para o pecuarista: os porcos soltos na roça normalmente engordam em menos tempo. O cuidado do produtor é dar uma olhada de vez em quando para observar o andamento da engorda. Até os anos 40/50 essa forma de engorda era usada com mais frequência.

Uma vez gordos, os porcos eram inicialmente tocados em manada até o lugar onde chegasse o caminhão. Às vezes eram tocados até a divisa com SP, aí eram embarcados até a capital paulista. Tocar a porcada significa fazê-los andar e perder peso. Os animais somente eram pesados ao chegarem ao matadouro, com prejuízos para o produtor.

Com o tempo, o transporte dos porcos gordos foi mudando e atualmente o transporte é diferente, os caminhões entram nas roças para buscar os animais. Onde não existe estradas, o trator as abre. E o mercado já não é o paulista, mas a Região Metropolitana de Curitiba.

Outra mudança, ocorrida nos anos 70, foi a proibição de se soltarem as criações nos tigüeras, nas roças, logo após a colheita. Ali as criações em geral aproveitavam as sobras que ficam na lavoura.

As criações normalmente voltam à sede da propriedade para se alimentar à tarde. Mantendo-as soltas nos tigüeras, chegavam a não retornar por vários dias. Quando eram recolhidas às invernadas, no fim do inverno, pela época do plantio,

os animais encontravam-se com o pelo liso, brilhante e bem saudáveis.

Esse processo de proibir a soltura dos animais nos tiguêras é bom para as terras, que ficam menos pisadas, mas ruim para as criações que ficam fechadas no inverno, quando o pasto praticamente desaparece. E são poucos os agricultores que têm condições de remanejamento das pastagens. O tamanho das propriedades não o permite. Não fosse isso, o método Voisin fundamentado no rodízio dos pastos, resolveria o problema.

5.5. FRUTICULTURA

A laranja era plantada em toda a região para o consumo local. Entretanto, por volta dos anos 60 apareceu uma praga que praticamente acabou com os laranjais. É o cancro cítrico. Hoje é proibido o trânsito de mudas cítricas entre os Municípios da região.

Salvou-se a sub-região de Cerro Azul, que é a grande produtora e exportadora de frutas cítricas.

Nesse Município, a produção de cítricas é a atividade importante no conjunto da agropecuária. Torna-se atividade principal em muitos estabelecimentos.

Todos os médios e grandes proprietários da região possuem seus pomares, cheios dos mais variados tipos de fruta, desde que adaptada ao clima. Encontram-se a laranja, (com sua

festa anual em Cerro Azul), a mimosa, o figo, o limão, a ameixa, o caqui, (com sua festa anual em Mandaçaia, município de Campina Grande do Sul), a uva, a pera, o abacaxi, o pêssego, a maçã, o abacate, o marmelo e também banana na porção Norte da área. Produz-se normalmente para o consumo familiar, mas sempre aparece um excedente para a comercialização.

A uva e o vinho apresentam algum excedente nos Municípios de Campina Grande do Sul e em Bocaiúva do Sul. Pode-se também citar um excedente de pinhão, cujo mercado, assim como para os excedentes dos demais produtos, são as sedes municipais e a capital paranaense.

5.6. EXTRAÇÃO DA ERVA MATE (*Ilex paraguayensis*)

É planta nativa no Vale do Capivari, abrangendo os Municípios de Bocaiúva do Sul e Campina Grande do Sul. Não é encontrada em toda a área em estudo.

Chama-se erval a mata em que se encontra essa planta, normalmente aparece onde cresce a araucária e está relacionada com a invernada.

Esse mato deve ser roçado anualmente por baixo para desabafar os pés de erva a fim de que produzam mais e também haja maior facilidade na extração do mate. Mas, como o erval é ao mesmo tempo a invernada, o gado ajuda a manter limpo o erval. Entretanto, o gado também pasta os pequenos pés de erva



FOTO 13 - ERVAL RECÉM PODADO, INVERNADA

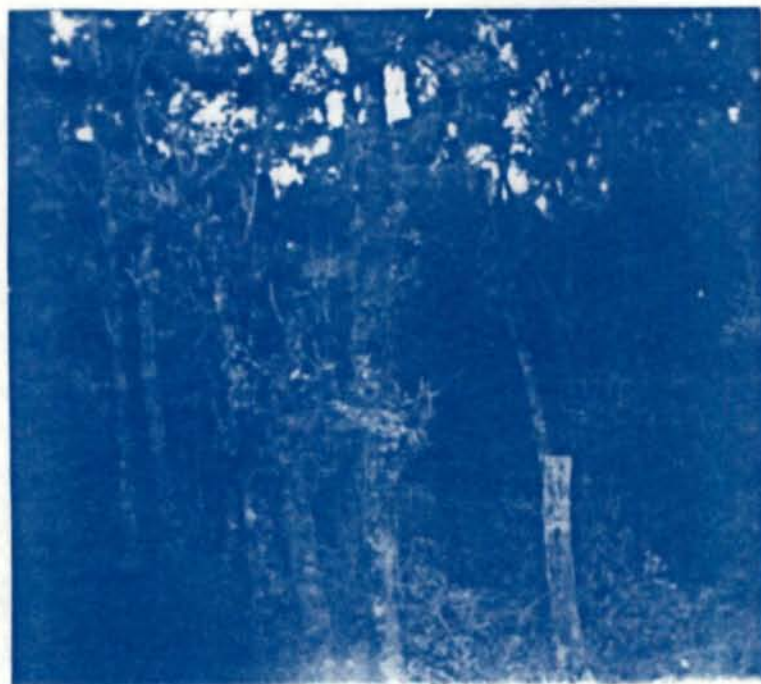


FOTO 14 - ERVAL RECÉM PODADO, INVERNADA

e os ervais tendem a envelhecer e a morrer. É o que está acontecendo nos referidos Municípios.

Poda-se o erval de modo geral a cada três anos. O podador sobe no pé de erva, com o auxílio de uma escada, cortando os galhos de baixo para cima com o facão, tendo o cuidado para não lascar a base do galho, que é matriz da futura brotação. Deixam-se várias **guias** que florescem e produzem sementes, que os passarinhos se encarregam de semear. Os galhos cortados não chegam a florescer porque o pé de erva solta flores somente após três anos da poda.

Além de servirem para a auto-reprodução do erval, as guias, os galhos mais próximos da horizontalidade e com certa distribuição em torno da árvore, também se destinam a aumentar a produção a cada corte de erva, ou colheita, já que também brotam. Assim, o pé de erva se torna cada vez mais frondoso. Ver foto 13 e 14 erveiras podadas.

A poda é feita a cerca de 1,5 metros do chão na primeira colheita. Contudo, as extrações seguintes são realizadas, a cada corte de erva, cerca de 10 centímetros acima da anterior para que a brotação seja vigorosa. À medida que a erveira envelhece e se expande, vai crescendo em altura e extensão, para o alto e para os lados. Existem pés de ervas gigantes, de 10 a 15 metros de altura, com muitas guias, que valem por 5 a 10 pés de ervas comuns. Teve-se a oportunidade de ver e constatar isso.



FOTO 18 - PARAPEITO DE TIJOLOS

Cortam-se todos os galhos com folha, com exceção das pontas das guias. Enquanto uma pessoa poda, corta os galhos, outras juntam os galhos cortados em pequenos montes, que são transportados às costas ao lugar do sapeco, denominado parapeito. Este se localiza no centro do eito do erval podado. Formam-se pilhas semicirculares dos galhos de erva, com as bases dos mesmos voltadas para o parapeito.

O parapeito é pequeno anteparo vertical, feito de pedaços cortados de árvore verde, relativamente grossos e deitados um sobre o outro, seguros com estacas, cujas junções são barreadas para neutralizar o calor para quem trabalha no sapeco, medindo cerca de 1,5 metros de largura por 1,2 metros de altura. Houve também oportunidade de se verificar outro tipo de parapeito na região (foto 18). É uma caixa estreita e retangular de tijolos, cercada por todos os lados, com pequenos respiradouros embaixo nas laterais. Existe um junto a um guarani e a uma cancha, próximos a Bocaiúva do Sul.

É no parapeito que se sapecam as folhas de erva, ainda com os galhos longos, o que facilita o trabalho. A erva com os galhos curtos é mais trabalhosa para sapecar. Faz-se a fogueira no lado oposto do parapeito em relação ao monte semi-circular de erva. No primeiro plano ficam os sapecadores, pessoas que se alternam. Cada um pega uma mancheia de galhos de erva verde e põe sobre o parapeito e vai girando e dividindo em cima das labaredas do fogo para sapecar as folhas ao contato ligeiro com o fogo.



FOTO 17 - VISTA EXTERNA DE GUARANIS

O sapeco servirá para cristalizar a seiva do produto. As folhas sapecadas não pretejam e assim não sofrem perda em seu valor comercial.

Enquanto isso, os demais membros da família, ajudados às vezes por diaristas, dedicam-se a quebrar os galhos mais finos, que contém as folhas da erva mate, com cerca de 40 centímetros de comprimento. Isso facilita o processo de secagem na furna, carijó ou guarani e o posterior cancheamento, além de eliminar os galhos grossos no produto.

A erva assim quebrada é amarrada em feixes de 4 arrobas, sendo que a arroba equivale a 15 quilos na região. Esses feixes são transportados para as furnas, onde a erva é desamarrada e arrumada para secar com fogo lento por várias horas, até que as folhas fiquem tostadas e quebradiças.

Na região funcionam furnas, carijos e guaranis. As furnas são escavadas no solo inclinado, contendo túnel de 3 metros de comprimento, em cuja boca se põe fogo e por onde passa o calor para secar a erva. A escavação é encimada por uma grade relativamente alta de madeira roliça. São cercadas e cobertas. Parecem pequenas casas de oitões abertos. O fogo brando é feito em baixo, na entrada do túnel. A erva fica arrumada de folhas para cima e sobre o estrado gradeado. Os carijos são furnas sem túneis, em que o fogo é feito diretamente em baixo da erva. Enquanto que o guarani (foto 17) é uma furna, de maior sofisticação, de túnel mais longo, de 9 metros de comprimento, em cuja entrada se põe fogo; além de possuir mais de

um andar. No andar de cima é que se arruma a erva; no de baixo existe um dispositivo para espalhar o calor; na saída do túnel, que vem de baixo, na parte interna, coloca-se uma tampa de metal a uns 50 centímetros do chão e a erva recebe o calor indiretamente. Aí o calor é mais uniforme em toda área e a secagem processa-se de modo mais uniforme.

Uma vez torrada, a erva é transportada para o moedor, que fica próximo, onde o produto é triturado e cancheado.

O moedor e a cancha constituem um conjunto de dois pavimentos. Em baixo situa-se a cancha, depósito da erva mate triturada, cujo teto é furado com buracos de pouco mais de um centímetro de diâmetro, por onde passa e cai a erva triturada, juntamente com os pauzinhos mais finos. Na parte superior, o moedor propriamente dito, compõe-se de parte central, de soalho furado, cercado de madeira até a altura de 50 centímetros, onde corre, girando um rolete cônico-circular, tendo a ponta mais fina fixa a um pé-direito central e a ponta grossa que se move em torno do centro, tracionado por um animal. O rolete é grossa peça de madeira cônico-circular de metro e meio de comprimento, com cunhas encaixadas verticalmente, que gira, rolando e triturando a erva mate seca. É preciso um cavalo ou um muar para fazê-lo girar.

A poda, o amontoado e o transporte da erva para o para-peito são realizados de dia. O sapeco e a quebra, normalmente à noite, inclusive de madrugada. E o enfurnamento é a moagem

ou cancheamento de dia ou de noite. O fogo do parapeito alumia os serviços à noite.

Há ainda hoje quem tritute a erva mate a malho, vara de madeira relativamente fina, resistente e flexível, com que se malha a erva torrada sobre uma tarimba de frestas estreitas. Esse processo é basicamente para o consumo local, de pouca expressão.

Uma vez cancheada, a erva é ensacada. Era remetida à cooperativa, ao engenho, ou ao moinho de beneficiamento, ou para o consumo diretamente. Reativa-se nos dias atuais a extração e o cancheamento do mate, abrindo-se perspectivas para a reinstalação de uma cooperativa e novos estabelecimentos de beneficiamento na região.

Todo esse processo se realizava no período de entressafra da lavoura, nos meses frios de maio a julho. Era importante fonte de renda para os pequenos e médios agricultores da região. Às vezes era vendida a poda da erva e a feira realizada por não proprietários. Chamam feira a esse processo de extração da erva mate.

É nessa época do ano que se fazem também as roçadas para as roças e os cortes de lenha.

Nos anos 60 e 70 essa atividade econômica praticamente desapareceu. Os preços não compensavam e os ervais, canchas e moedores praticamente desapareceram. Só recentemente é que os

preços da erva mate estão incentivando o retorno a extração de produto. Mas a produção caiu muito. A elevação dos preços do café tem sido fator estimulante, tendo em vista que café e chá são produtos substitutos.

Evidencia-se, assim, todo um processo artesanal no preparo da erva mate na região.

5.7. FABRICAÇÃO DO FUMO DE CORDA

A produção do fumo de corda é um processo relativamente demorado e trabalhoso. Não são todos que se adaptam ao cheiro forte das **fábricas** artesanais do fumo de corda.

Começa-se por semear os canteiros para as mudas, por volta de julho/agosto, regando, adubando, cuidando contra as pragas. Também nesses meses roça-se a capoeira, derrubando o mato e espera-se secar o mato cortado. Queima-se o roçado entre setembro e novembro. Limpa-se a coivara deixada pelo fogo e fazem-se as covas com a enxada para o plantio das mudas.

Tudo pronto, esperam-se as chuvas para o transplante das mudas dos canteiros, que são sensíveis ao sol. Quando não chove, há necessidade de cobri-las com ramos e molha-las várias vezes de manhã e à tarde para que não morram.

A seguir vem a limpeza do mato, com a carpida e a recarpida e mais uma terceira passada de enxada para que o fumaço fique limpo, facilitando os trabalhos.

A planta cresce e quando começa a soltar os botões para as flores, deve ser despontada, **capada** segundo dizem na região, a fim de que as folhas apressem a maturação, o encorpamento. Despontado, o pé de fumo solta brotos nas junções das folhas. Daí surge a necessidade da **desolha**, a retirada dessa brotação que vem enfraquecer a folha e retardar sua maturação. E o processo se repete por 3 vezes até que o fumo fique maduro. Maduro, com folha grossa característica, o fumo é colhido.

Existem duas maneiras de se colher as folhas de fumo, com vistas a fabricação da corda do rolo, como também é conhecido. Uma delas consiste em tirar do pé a folha com talo e transportá-lo para o paiol ou barracão onde é destalado. Pela outra forma, colhe-se a folha já destalada, pronta para esteleirar.

Existem vantagens e desvantagens na colheita do fumo com talo. As vantagens são as de que no paiol (foto 4) ou barracão (foto 5) todos podem ajudar a destalar, desde as crianças. Pode chover, fazer sol, frio ou calor, o trabalho fica protegido. Quanto às desvantagens, ter-se-ia o transporte mais pesado e o murchamento das folhas; estas quanto mais murchas, são mais difíceis de lidar, porque ficam grudentas.

A folha de fumo é destalada, tirando-se quase todo o talo central. Deixa-se somente uma pequena porção na ponta da folha para manter unidas as duas meias-folhas, que são dobra-

das uma contra a outra. Assim, formam-se os maços de 40 a 50 folhas.

A seguir, vem à estaleirada para o murchamento. Usam-se, para isso, taquaras secas, de 10 a 20 palmos de comprimento, de conformidade com a largura dos estaleiros. Esses ficam nos barracões e paióis como uma espécie de escadas laterais, onde se estendem as taquaras; ficam à sombra e protegidos da chuva. Estaleiram-se as folhas de fumo, duas a duas, transversalmente, na taquara para murchar; é uma secagem que ainda deixa a folha maleável e macia e leva uma semana, com tempo de sol.

Uma vez murchas as folhas, são desestaleiradas, tiradas da taquara, e enroladas em forma de cordas simples. Utiliza-se também o processo mecânico direto, em que se arrumam as folhas e a corda definitiva sai de uma só vez para o rolo. Entretanto o processo mais usado, no Município de Bocaiúva do Sul, é o do feitio da corda simples.

A corda de fumo é feita em duas etapas. Na primeira serve-se de uma mesa comprida, com uns vinte palmos de comprimento (cada palmo equivale a 22 centímetros) e relativamente larga, em cujo centro são colocadas as folhas murchas de fumo desestaleiradas, também em maços.

Em cada lado da mesa trabalham os fazedores de corda, chamada **tripa**, utilizando-se as folhas de fumo mais macias e maleáveis por baixo e as mais secas e quebradiças por cima. As

folhas mais maduras e grossas demoram mais a secar; as primeiras formam a parte externa da corda e as outras, a parte interna. As primeiras, chamadas **capas**, são arrumadas na mesa onde a ponta da segunda cobre a ponta da primeira, a da terceira, a ponta da segunda e, assim por diante, por todo o comprimento da mesa. A seguir põe-se as folhas mais secas e quebradiças, chamadas **buchas**, formando uma camada homogênea sobre toda a fila de capas. Então enrolam-se dando origem a corda simples pelas mãos de um pessoa adulta, com o auxílio de uma criança, que toca a ponta, o **rabo** da tripa, a fim de a corda não se desmanchar na porção feita.

Ao fim do dia, faz-se a corda dos rolos de fumo, amarrando-se, enrolando e cochando-se as tripas, três a três, por 30 a 40 metros contínuos. À medida que vai sendo feita a corda definitiva, vai sendo enrolada no rolo, uma vara relativamente grossa de madeira, que mede 1,5 metros de comprimento, falquejada nos quatro lados numa das pontas. Esse falquejamento serve para se virar o rolo, com uma manivela manual, no processo de **virar** o fumo. E está feito o rolo de fumo de corda **verde**, que deve ser **melado** e **curado**, pesando cerca de 30 quilos. Quando curado fica reduzido a cerca de 15 quilos.

O processo de melar o fumo; o fumo é virado, isto é, passado de um rolo para outro, embolado ou gradeado, dependendo de sua umidade, duas vezes ao dia, e tirado ao sol diariamente. Caso não saia sol e chova muito ou esfrie, deve-se fazer fogo no paiol, junto aos rolos de fumo, para evitar que o fumo se estrague.

Virar o fumo significa transferir de um rolo para outro, com o auxílio de um cavalete, uma manivela manual e uma segunda pessoa que vai cochando a corda para apertá-la e soltando-a do rolo, que está sendo virado. Na viração, a corda do fumo pode ser gradeada, quando o fumo está melando ou ainda úmido, ou amontoada, no início quando ainda está verde e depois de ter passado pelo processo de melação. Essa segunda maneira de virar o fumo consiste em arrumar uma carreira da corda numa porção intermediária do rolo, depois outra carreira por cima, um pouco mais curta, e assim por diante. Na gradeação, o vento e o sol penetram e atingem a corda mesmo nas camadas mais interiores do rolo.

Há um ou outro fabricante que se utiliza do **burrinho** para a viração do fumo de corda. É um instrumento mecânico em que se prende o rolo, substituindo a segunda pessoa no processo. A corda se solta sozinha e para cochá-la, apertando-a, basta girar o rolo com um pé. Isso porque uma mão toca a manivela e a outra orienta a corda. É um processo que exige um pouco mais do primeiro indivíduo, mas poupa o trabalho de uma pessoa. Após 3 dias, a corda de fumo verde, de cor verde-marrom, torna-se melada e preta, pingando por alguns dias o melo de fumo, substância tóxica e inseticida. Numa semana de tempo bom, a corda de fumo fica preta e lustrosa, e vai afinando a medida que solta o melo, estabilizando-se a um terço da grossura original. Na segunda semana, passa-se a virar o rolo apenas uma vez por dia. A partir da terceira semana faz-se isso apenas duas ou três vezes por semana. E em seis semanas está curado, quer dizer, já passou pelas etapas de melação, firmeza da cor-

da e enxugamento da mesma, podendo ser guardada de um ano para outro que não se estraga, não precisando mais ser virado.

É trabalho exaustivo, intenso e que requer certo conhecimento e habilidade. O apuro, tempo mais apurado da colheita, fabricação e cura do fumo de corda, ocorre entre janeiro e maio. Portanto começa logo após as carpidas e recarpidas das roças de milho e feijão.

Continua-se até os nossos dias com a fabricação do fumo de corda porque é principalmente uma atividade familiar.

O fumo picado e seco é utilizado para o cigarro de palha e para o cachimbo. Seco e moído dá o rapé. E, aos pedaços, ainda é mascado.

É plantação que exige as terras mais férteis. Sua produtividade está em torno de 600 a 750 quilos de fumo de corda por quarta de área, dependendo da qualidade da terra. Uma quarta representa a quarta parte do alqueire, ou 6.050 m^2 .

O preço por quilo varia em função da oferta e da procura do mercado, atingindo, em dezembro de 1985, o valor de onze mil cruzeiros. Sua produção é praticamente toda comercializada no mercado de Curitiba.



FOTO 23 - CORTE DE LENHA

5.8. CORTE DE LENHA

A mata remanescente na região é secundária. As serrarias passaram pela região, ficando uma ou outra para trás. Algumas dando origem a povoados.

O corte de lenha (foto 23) tem sido, nas últimas décadas, relativamente importante fonte de renda aos produtores regionais, principalmente para os Municípios de Bocaiúva do Sul e Campina Grande do Sul. Sobressai a extração de lenha de bracatinga florestada.

A bracatinga parece ser nativa da parte Centro-Sul da região. Mas, onde ela não existe, basta que se plante uma vez. Depois, quanto mais for cortada, mais nasce. Todavia, as sementes que a própria planta, auxiliada pelo vento, se encarrega de espalhar, somente germina se for queimada juntamente com as sobras da mata cortada.

Os proprietários regionais realizam florestamento de bracatinga com sementes colhidas localmente, compradas no mercado de Curitiba e mesmo importando o produto da Argentina. O Imposto Territorial Rural, do INCRA, concorre para o incentivo ao florestamento, de modo especial, reduzindo seu percentual de incidência sobre as terras.

O bracatingal dá corte de lenha com sete anos de idade. É, portanto, florestamento de rápida maturação. O corte da

bracatinga coincide com o pousio de sete anos em média em que a terra é deixada para se refazer para o feitiço de nova roça.

A bracatinga apresenta, no entanto, um inconveniente, resseca e enfraquece a terra, reduzindo sua produtividade para o milho e o feijão. O fumo, mais exigente quanto a qualidade do solo, não produz em terra de bracatingal. E assim também acontece com outros produtos. Não se leva em consideração nenhum tratamento da terra. Por outro lado, além de ser reflorestamento de rápido crescimento, é excelente para a alimentação das abelhas no inverno, quando não existem flores. O mel de flor de bracatinga é ligeiramente amargo, apesar de saudável.

O bracatingal rende entre 500 e 600 metros lineares de lenha por alqueire de área, cortada com 90 centímetros de comprimento.

O corte de bracatinga é normalmente feito na entressafra da lavoura. É trabalho pesado e consiste de várias etapas.

Em primeiro lugar, corta-se o mato miúdo, por baixo das bracatingas, com a foice, deixando-se apenas as árvores dessa espécie, para facilitar a derrubada das árvores de 10 a 15 metros de altura, assim como as etapas posteriores.

Feito isso, derruba-se a bracatinga, cortando-a com o machado. Tem-se usado também, ultimamente, a moto-serra nos

bracatingais de mais idade, mais crescidos e grossos. Uma vez derrubada, cortam-se o tronco e os galhos aproveitáveis.

A seguir é empilhada para ser medida, com estacas laterais, geralmente com um metro de altura e tantos metros de largura quantos forem necessários para que caiba a lenha cortada. Isso que dizer que um metro de lenha equivale a uma pilha de um metro de altura, um metro de largura e 90 centímetros de profundidade.

Um bom cortador de lenha corta dez metros por dia.

Depois de cortada, a lenha é deixada a secar para reduzir seu peso. Quando não há possibilidade de abrir-se estrada precária para o caminhão entrar no bracatingal, a lenha deve ser baldeada para um lugar onde esse meio de transporte possa entrar.

A baldeação é feita geralmente com a carroça, mas são utilizados também o cargueiro e o jorrão, que chamam também de zorra, e, às vezes, nos lugares mais dobrados, essa baldeação se faz às costas às braçadas. O jorrão é uma espécie de padiola, carroça rude, sem rodas nem grades laterais, com fueiros (suportes laterais que seguram as grades). O fundo é reforçado, feito de dois pranchões ou troncos. É tracionado por animal.

O preço da lenha de bracinga, que é excelente para o fogão, varia com a oferta e a procura do mercado. Em novembro de 1986 estava a 60 cruzados por metro.

Existem os caminhoneiros que compram e vendem lenha, levando o produto para os centros consumidores. Seu mercado está nas indústrias, nas panificadoras, nas residências de Curitiba e sedes municipais e principalmente nos fornos de cal, carvão e indústria de cimento da Região Metropolitana de Curitiba.

Toda essa seqüência de processos da produção agropecuária regional se efetiva na estrutura fundiária regional, que é o assunto do próximo bloco.

Capítulo III

A ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Afirma Leo Waibel que as terras em pousio recuperam parte da fertilidade natural e pela primeira vez encontra-se a primitiva rotação de cultura e floresta, que é tão difundida na América Tropical e é o sistema agrícola mais primitivo e extensivo do mundo verificado nas encostas escarpadas.¹

Há semelhanças entre o que esse autor escreve a respeito de Costa Rica e o que se observa no Brasil, particularmente naquelas áreas onde o relevo é de maior declividade, não propício à mecanização, além de ser menos fértil e onde se localizam os pequenos agricultores.

Relativamente à região em estudo, não ocorre a **agricultura nômade**, também chamada **agricultura itinerante**. É uma região em que predominam os agricultores descendentes de imigrantes europeus, que se tornaram pequenos proprietários. E, por serem proprietários, têm raízes profundas, têm **ciúmes** da terra, têm um apego todo particular às suas propriedades. Existe todo um cuidado especial no trato com as terras. Realizam uma rotatividade cultura/floresta na região, mas é uma rotação que se poderia chamar de **racional**.

Procuram não derrubar a capoeira antes de sete anos, em média, para não enfraquecer as terras. Se necessário, preferem aforar (arrendar) terras dos vizinhos e pagar foro (arrendamento) a fim de que suas capoeiras se criem o suficiente para suas terras descansarem.

É de se ver a cautela que têm com os aceiros para que o fogo da queimada do roçado não passe para o mato. Escolhem a posição do sol, a direção do vento e, às vezes, queimam à noite para ter maior controle sobre as labaredas do fogo. E se, assim mesmo, o fogo passar à capoeira, trabalham valentemente para apagá-lo, pondo em risco, às vezes, a própria vida.

Escreve Heloisa Barthelmess que a lavoura de milho, referindo-se a região do Vale do Ribeira, era feita em regime de rotação de terras primitivas. Esse sistema agrário, também conhecido como sistema de roça, só pode praticar-se em terras originalmente cobertas de florestas e consiste na roçada, derrubada, e queimada do mato. Sobre as cinzas da queimada planta-se o milho. Um mesmo talhão pode produzir apenas uma colheita, após o que o solo esgotado é deixado em descanso, vindo a cobrir-se de capoeira, enquanto novo talhão é desbravado e semeado, contando sempre com os únicos instrumentos agrícolas como a foice, o machado e o fogo.²

Reinhard Maack escreve que o milho era plantado em áreas de 10 a 100 alqueires entre os restos da queima da mata. A rotação das terras pelos colonos europeus era limitada, deixando-se a capoeira tempo suficiente para se desenvolver. É a

paisagem montanhosa da série Açunguí do Ribeira, cujos declives não são favoráveis a agricultura intensiva e mecanizada.³

Argumentam os agricultores da região, com relação a rotatividade das terras, dizendo:

Como é que vamos viver se não é para fazer como estamos fazendo? Se plantarmos todo ano no mesmo lugar, dentro de uns dez anos nossa região viraria campo de capim de barba de bode. E depois, como é que vamos recuperar nossas terras? Isso tudo viraria campo seco e imprestável. Então, sim, teríamos que ir embora. E para onde? O sistema que estamos usando pode não ser o melhor, mas é aquele que permitiu a nossos pais sobreviverem e a nós também. É verdade que hoje a coisa está mais difícil. Já pensou se não pudessemos, queimar a jangueira do mato cortado? Não poderíamos trabalhar na roça. Como plantar, como limpar a lavoura, como colher? É difícil para a gente se movimentar pela capoeira cortada.

Ralph João Jorge Hertel, compara a brutalidade que foi a devastação da floresta plúvio-tropical, milenar, do Paraná para o plantio do café e o proceder do roceiro que, humildemente, se dispõe a preparar a terra para nela plantar o seu sustento, tentando a sorte com árduo labor. O cafeicultor tudo queimando e o roceiro retirando do roçado a lenha, antes de queimar.⁴

Viu-se que a região apresenta um relevo que, começando ao Sul com características colinosas em Campina Grande do Sul, acentua a inclinação dos terrenos em Bocaiúva do Sul, chegando ao Norte, em Adrianópolis e Cerro Azul, onde o solo é montanhoso.

A porção relativamente plana e mecanizável é mais ampla ao Sul, diminuindo à medida que avança para o Norte da região. E, mesmo que houvesse área mecanizável maior, que justificasse a compra de um trator ou outro implemento agrícola qualquer, os produtores regionais não teriam, em sua maior parte, condições financeiras para isso.

A região foi marginalizada no processo de desenvolvimento econômico do Paraná. A marginalização trouxe o empobrecimento e o empobrecimento o êxodo rural da já fraca densidade demográfica. É claro que as características do relevo têm papel importante em todo o processo.

Isso aconteceu em benefício do Norte e Sudoeste do Estado, centros dinâmicos da economia paranaense, graças aos solos e relevos dessas regiões.

O grupo social é representado por produtores que, em função da concorrência do Norte do Paraná a partir dos anos 20 e, mais tarde, do Sudoeste, foram se descapitalizando, processo que se acentua à medida que o tempo passa e a mecanização avança.

Além do trator e outros implementos agrícolas, haveria a necessidade de correção da acidez dos solos, acentuada na região segundo Heinhard Maack,⁵ acrescida da aplicação de adubos para recuperar a fertilidade das terras. Assinale-se também a necessidade de sementes selecionadas. Tudo isso custando di-

nheiro e implicando em crédito rural, que é praticamente inexistente na região.

Isso tudo reflete uma característica do processo tradicional de produção local, em função principalmente do relevo. Mas parte das novas gerações deslocam-se para os centros urbanos, principalmente Curitiba, atraídos por melhores condições de vida e tentando fugir ao processo de empobrecimento regional.

A estrutura fundiária retrata o sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra no processo de produção agropecuária. Essa relação baseada na propriedade, uso e posse da terra, varia de região para região e também na mesma região, dependendo da produção realizada.

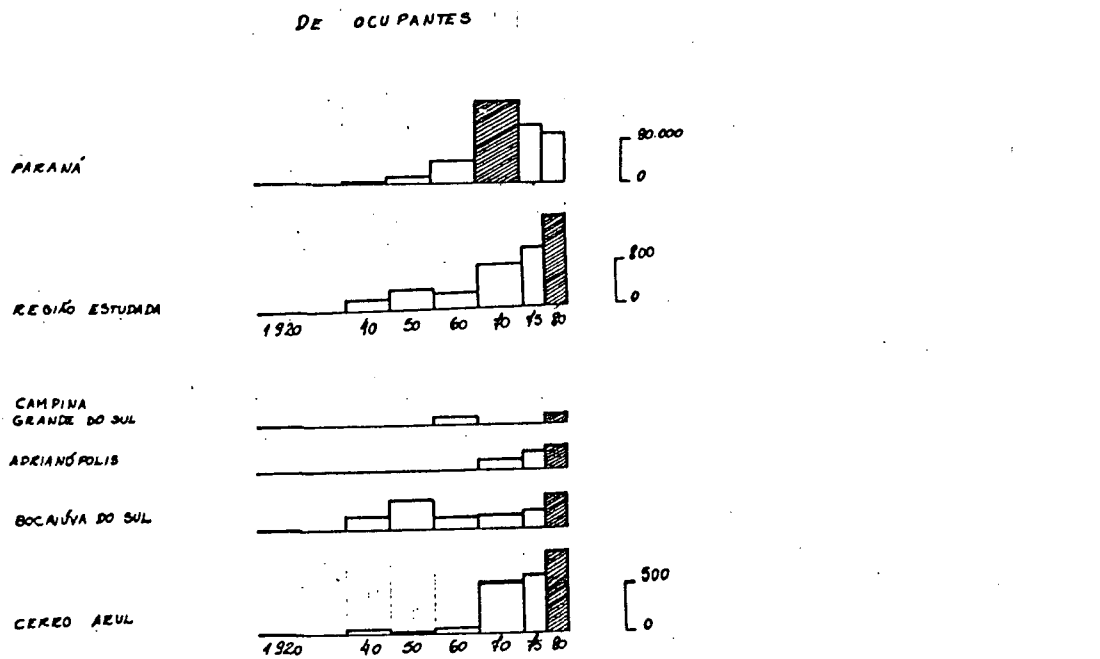
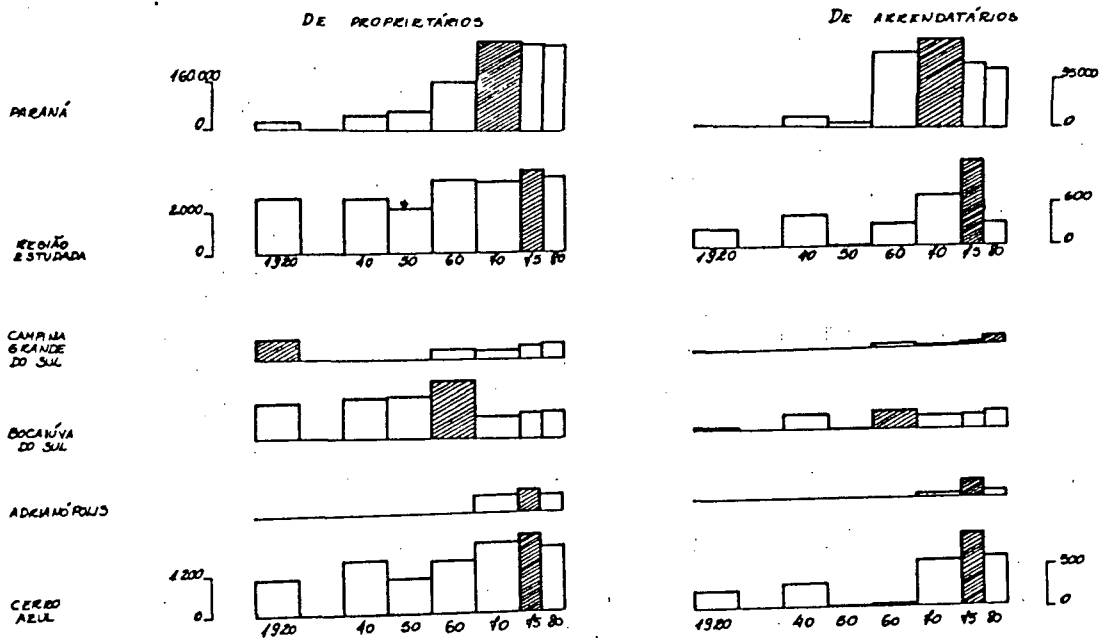
A estrutura fundiária brasileira e da região em estudo vem sofrendo transformações, devido a fatores de ordem econômica, política, social e também cultural. Cada época apresenta seus problemas.

A estrutura fundiária da região inscreve-se no contexto paranaense, com a agravante de se tratar de uma área de relevo significativamente acidentado na porção Centro-Norte, de economia basicamente de subsistência e marginalizada no processo sócio-econômico estadual.

Far-se-á, a seguir, análise estatística da propriedade, uso e posse da terra, segundo o número de estabelecimentos e a..

GRÁFICO 2

ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS SEGUNDO A PROPRIEDADE



FORNE : TABELAS 7, 8, 9.

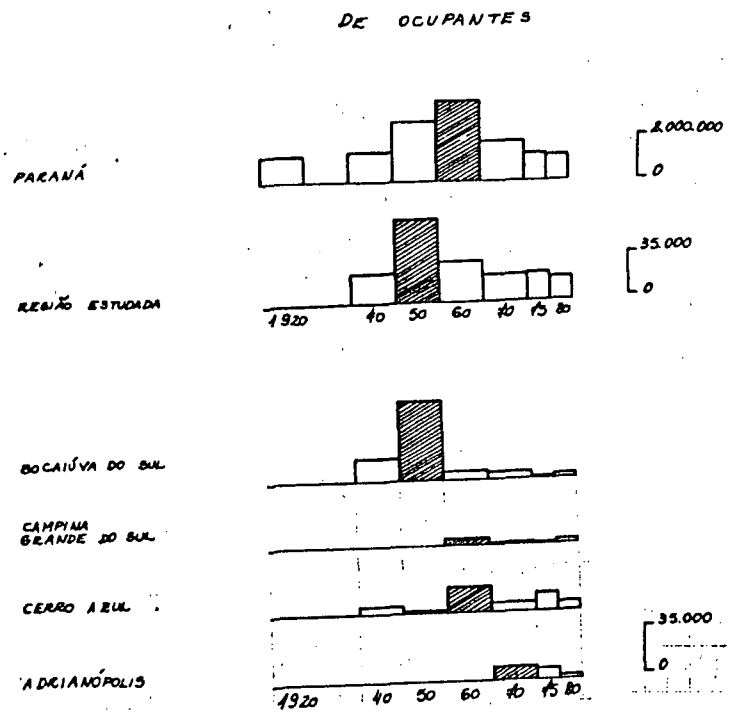
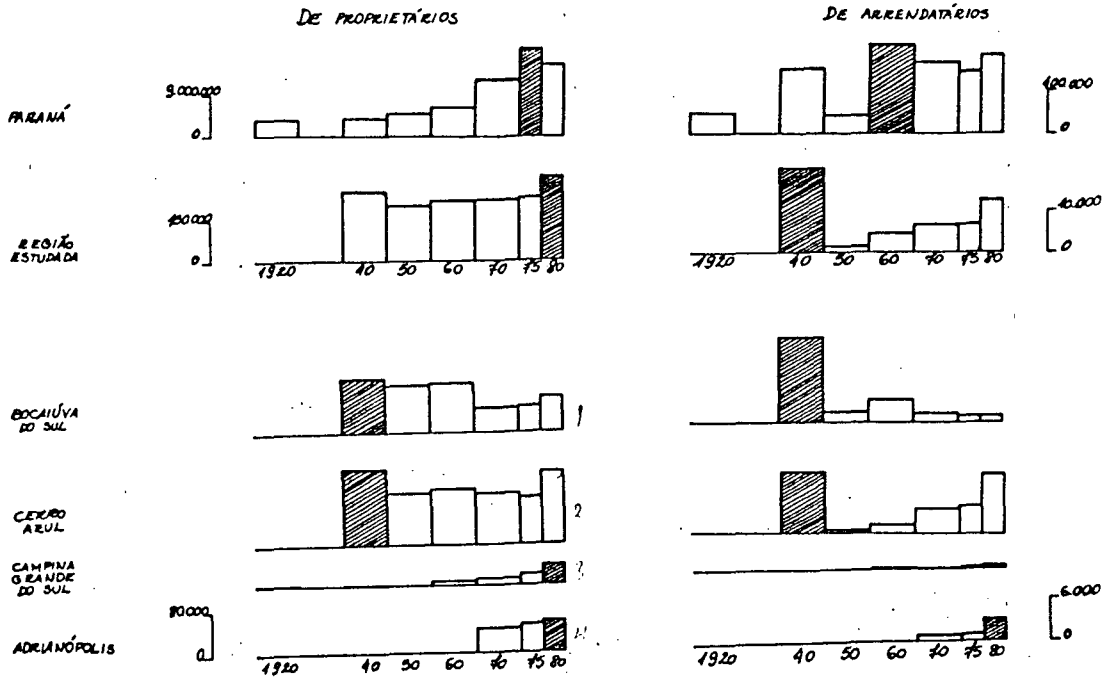
área dos mesmos, assim como por grupo de área total, com essas características, a nível municipal, regional e estadual, além da participação relativa regional no Paraná, finalizando com uma síntese regional.

Os estabelecimentos agropecuários de proprietários (tabelas 7 a 9 e gráfico 2) apresentam as seguintes características: a nível estadual, seu número cresce até 1970, quando começa a decrescer, com ligeiro incremento a partir de 1975. O número de estabelecimentos da região cresce levemente até 1940, decresce entre 1940 e 1950, incrementa outra vez entre 50 e 60, decrescendo de 60 a 70; aumenta de 70 a 75 e diminui de 75 a 80. Todavia, a tendência é de crescimento em todo o tempo analisado. Sua participação relativa decresce de 9% para 1,1% no período.

Quanto aos estabelecimentos de arrendatários, crescem em número no Estado até 1940, decrescem de 40 a 50, com crescimento acentuado de 1950 a 1970, com desaceleração a partir de 1960, caindo a partir de 1970. Enquanto que regionalmente o processo se repete, com um pormenor, a fase de crescimento acelerado vai até 1975. Esse declínio significativo nos anos 70 do número de arrendatários, com desaceleração a partir dos anos 60, parece caracterizar o processo do êxodo rural. A participação relativa regional decresce de 27,5% no início do período, representando 0,6% em 1960 e chegando a 1980 com 2,1%.

GRÁFICO 3

ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, em hectares, SEGUNDO A PROPRIEDADE



FORNE : TABELAS 10, 11, 12

Relativamente aos ocupantes, englobando parceiros e aqueles sem declaração, o número cresce constantemente no Estado até 1970, quando começa a declinar. A nível regional, com exceção do período de 50 a 60, em que ocorre leve redução, também se dá incremento a taxas crescentes. A região, em relação ao Estado, parte de 5,7% em 1940, decaindo para 0,4% em 1970, para atingir 1980 com 1,5%.

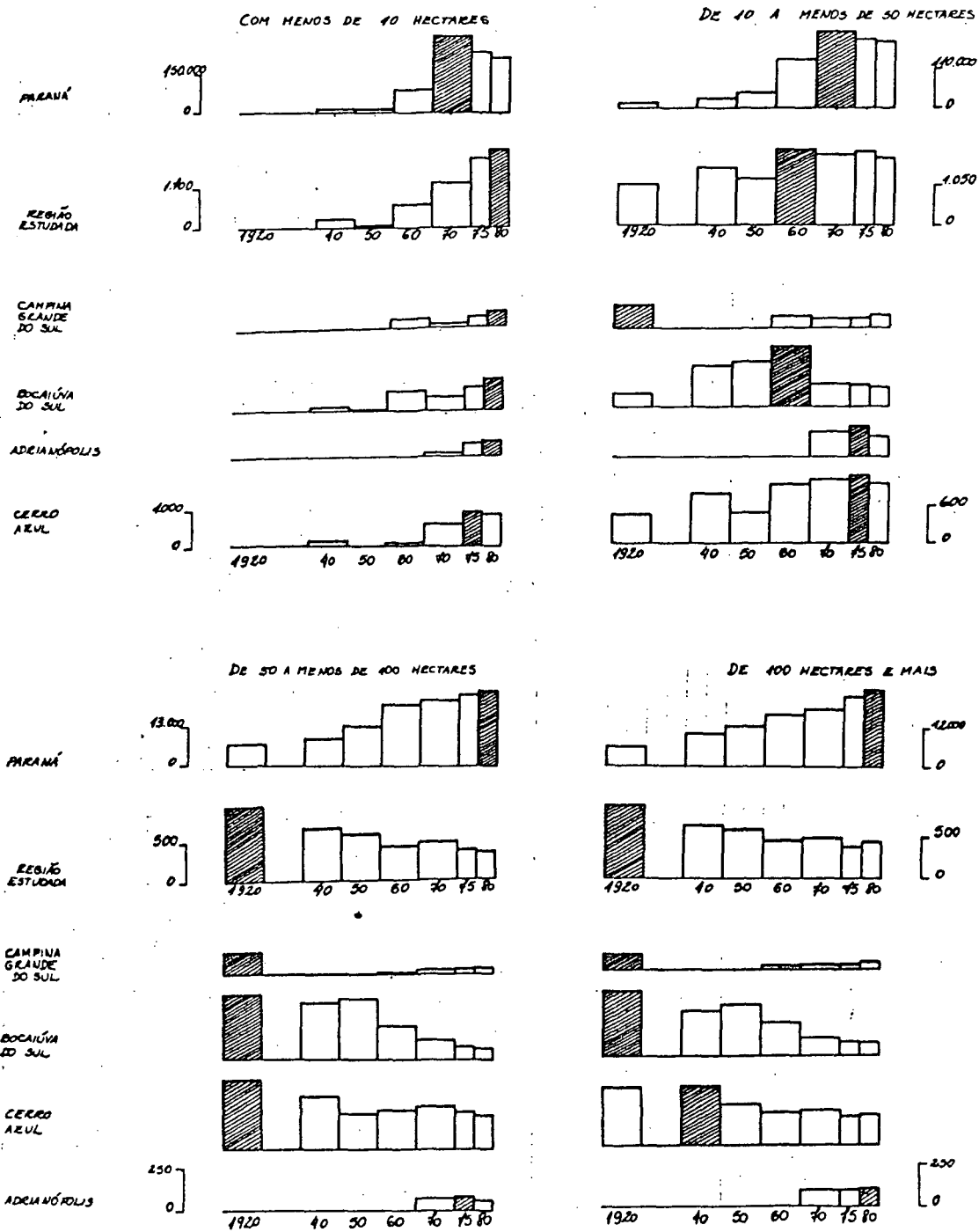
Área dos estabelecimentos (Tabelas 10 a 12 e gráfico 3), em hectares: ocorre crescimento em relação aos proprietários até 1975 para o Paraná como um todo, decrescendo para 1980. Regionalmente, decai de 1940 para 1950, subindo para 1960, quando passa a crescer até o final do período, com ligeira oscilação negativa em 1970. A participação regional decresce constantemente até 1975, iniciando em 1940 com 5,6% e chegando em 1975 com 1,1% sendo que de 1975 para 1980 se dá um incremento, passando para 1,9%.

Decresce a área dos arrendatários, no Paraná, de 1940 para 1950, depois cresce para 1960, em que se atinge a maior área. A seguir decresce até 1975, crescendo novamente para 1980. Na região decresce acentuadamente de 1940 para 1950, crescendo depois durante todo o período. Participa a região com 3,3% em 1940, caindo até 0,6% em 1960 e subindo, em seguida, até 1,8% em 1980.

Cresce a dos ocupantes, a nível estadual, até 1960, em que se dá o auge, decrescendo a seguir até o final do período em estudo. Isso caracteriza o processo de emigração da popula-

GRÁFICO 4

ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS,
POR GRUPO DE ÁREA TOTAL



FONTE: TABELAS 13, 14, 15, 16.

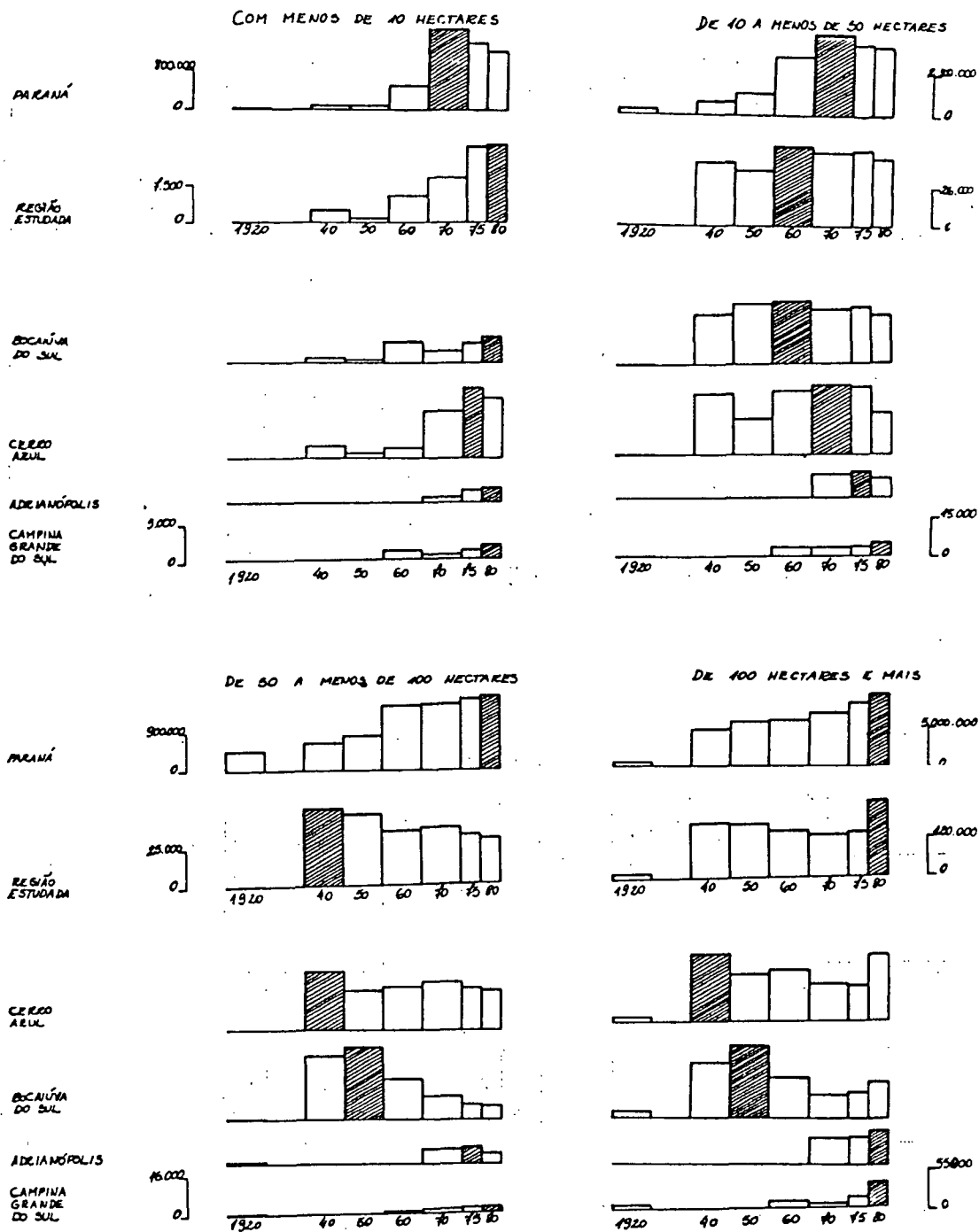
ção rural paranaense. A nível regional cresce até 1950, em que se concentra a maior área, depois decresce por todo o tempo em análise, com reduzida oscilação positiva em 1975. Isso mostra o fluxo campo-cidade da população regional a partir dos anos 50. Participa a região com 1,9% em 1940, atingindo sua maior área em 1950 com 2,4%. Decai e entra com sua menor área em 1960 com 0,9%, crescendo para 1,9% em 1975 e caindo para 1,6% em 1980.

Já os estabelecimentos (tabelas 13 a 16 e gráfico 4) com menos de 10 hectares não foram recenseados em 1920. Fez-se então o levantamento dos estabelecimentos com menos de 41 hectares. Em 1940, representavam esses estabelecimentos, com menos de 10 hectares, 3,2% do Estado. Em 1970, essa participação era de 0,6% e, em 1980, subia para 1,5%. O número desses estabelecimentos cresce no Paraná até 1970 e a partir daí seu número decresce. Ao passo, que, na região, seu número decresce entre 40 e 50, crescendo daí em diante, até o final do período analisado, o que caracteriza o processo de minifundização regional.

Por outro lado, os estabelecimentos agropecuários, cuja área se situa entre 10 e 50 hectares, crescem até 1970, com taxa elevada a partir de 1950, e decrescem em 1970 para cá. Regionalmente, o número desses estabelecimentos, com exceção do período de 1940 a 1950, em que se reduzem, há crescimento até 1960, decaindo a seguir, com pequena recuperação na primeira metade dos anos 70. A participação relativa da região decresce de 6,1% em 1920, passando para 0,8% em 1970, para chegar a 0,9% em 1980.

GRÁFICO 3

ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR GRUPO DE ÁREA TOTAL



Fonte: Tabelas 17, 18, 19, 20

O mesmo não ocorre com os estabelecimentos, com área entre 50 e 100 hectares, que apresentam crescimento contínuo a nível paranaense, decrescendo quase continuamente a nível de região, afora discreto incremento nos Censos de 1970, no correr de todo o período. Percebe-se aqui, mais uma vez, o decréscimo da média propriedade em benefício do crescimento daquela com área inferior a 10 hectares, caracterizando o minifúndio. A participação relativa regional desse tipo de propriedade involui de 13,6% em 1920 para 1,6% em 1980.

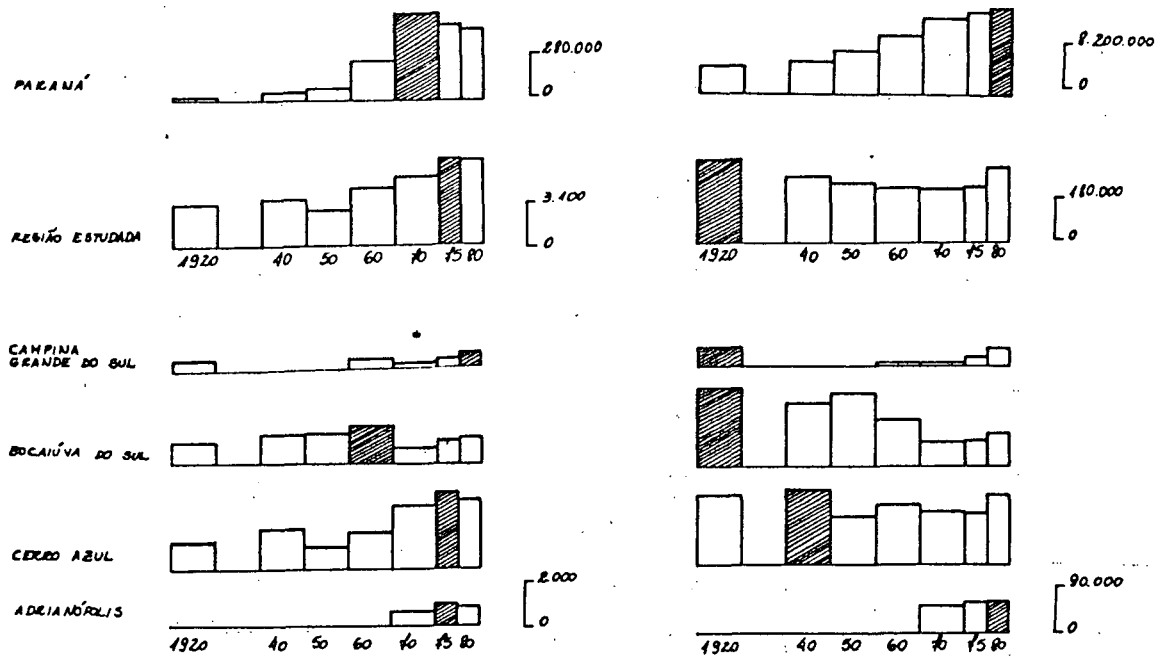
Por sua vez, os estabelecimentos, situados entre 100 e mais hectares, crescem constantemente no Paraná como um todo, enquanto que, regionalmente, ocorreu um decréscimo em todo o período, com oscilações positivas entre 60 e 70 e entre 75 e 80. A participação relativa regional involui de 15,3% em 1920 para 1,9% em 1980.

A área dos estabelecimentos agropecuários (tabelas 17 a 20 e gráfico 5), por grupo de área total, caracteriza-se da seguinte maneira: de menos de 10 hectares, cresce até 1970 a nível estadual, decrescendo depois. Regionalmente, há decréscimo de 40 para 50 e crescimento contínuo posteriormente. A participação relativa regional decresce, de 40 até 70, de 3,2% para 0,5% e evolui positivamente a seguir, chegando a 1,3% em 1980.

A área dos estabelecimentos de 10 a menos de 50 hectares cresce significativamente para o Paraná em todo o período. A nível regional decresce de 40 para 50, cresce de 50 para 60

GRÁFICO 6

TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS
AGROPECUÁRIOS, EM HECTARES



FONTE: TABELAS 21, 22.

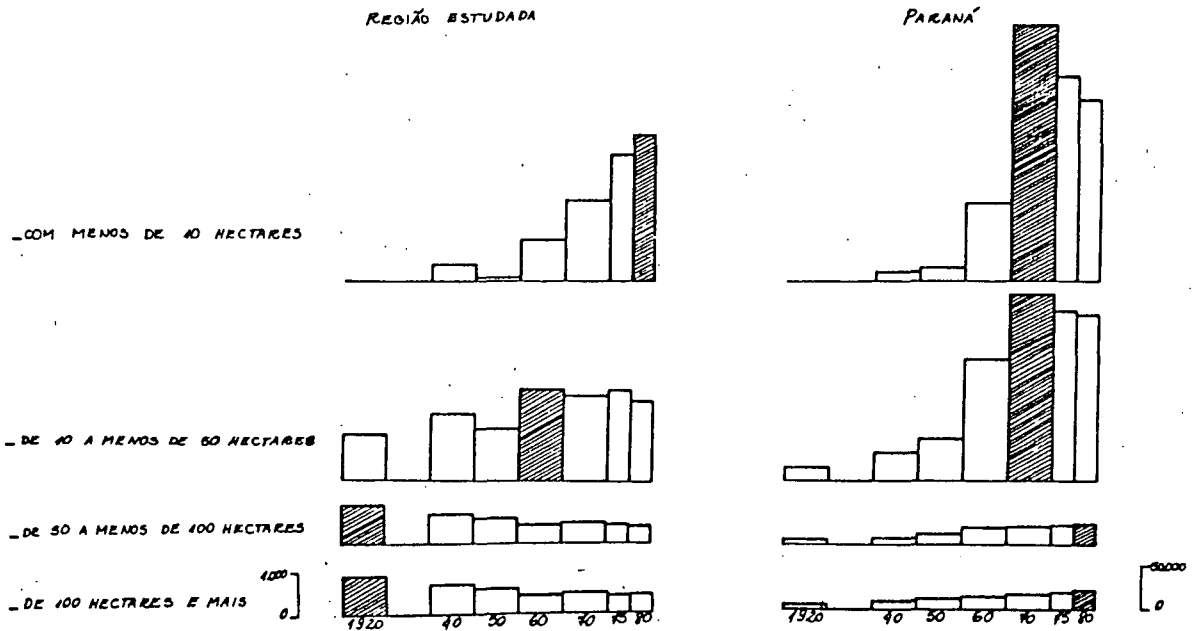
quando atinge seu maior número, decrescendo depois até 1980. A participação relativa começa em 1940 com 5,1% e decai até 1970, em que representa 1,0%, em 1975 detêm 1,2%, caindo para 1,1% em 1980.

De 50 a menos de 100 hectares, cresce constantemente para o Estado. Na região, decresce até 1960, cresce de 60 para 70, diminuindo a seguir. A participação relativa regional inicia em 1940 com 7,7%, decai depois até 1960, com pequeno incremento em 1970, reduzindo-se em seguida e chegando a 1,6% em 1980.

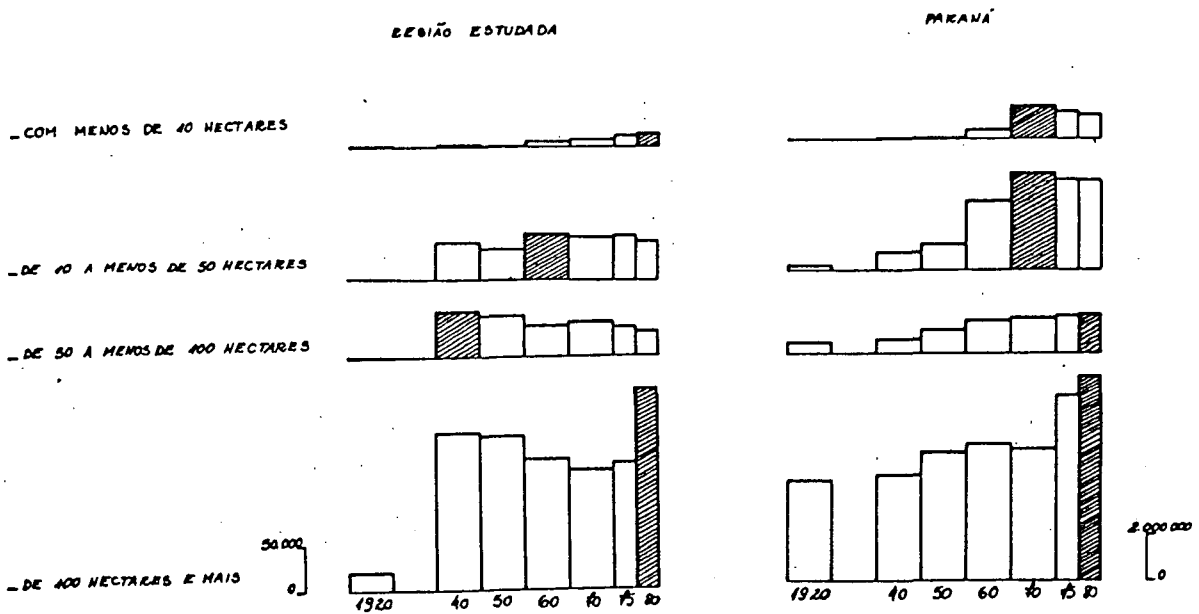
De 100 e mais hectares, cresce em todo o período para o Paraná. Decresce até 1970 para a região, crescendo depois. Participa a região com 3,7% em 1940, decrescendo após até 1975, quando representa 1,6%, evoluindo até 1980 para 2,4%.

Os estabelecimentos agropecuários (tabelas 21 e 22 e gráfico 6) a nível estadual crescem moderadamente de 1920 a 1950, acentuando-se de 1950 a 1970, quando começa a decrescer. A nível regional houve relativo crescimento de 1920 a 1940, decrescendo de 40 para 50, passando a crescer até meados dos anos 70, quando esse número cai novamente. Tudo leva a crer que o decréscimo regional de 40 a 50 ocorre em função da extinção do Município de Campina Grande do Sul e sua anexação, como Distrito, ao Município de Piraquara em 1938, saindo do âmbito da região em estudo. O Município é restaurado somente em 1951. Há ainda, em 1931, a anexação do território do Município de Açungui de Cima e o de Rio Branco em 1938, perdendo-os

GRÁFICO 7 ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS POR GRUPO DE ÁREA TOTAL



ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS POR GRUPO DE ÁREA TOTAL, em hectares



FONTE: TABELAS 23, 26.

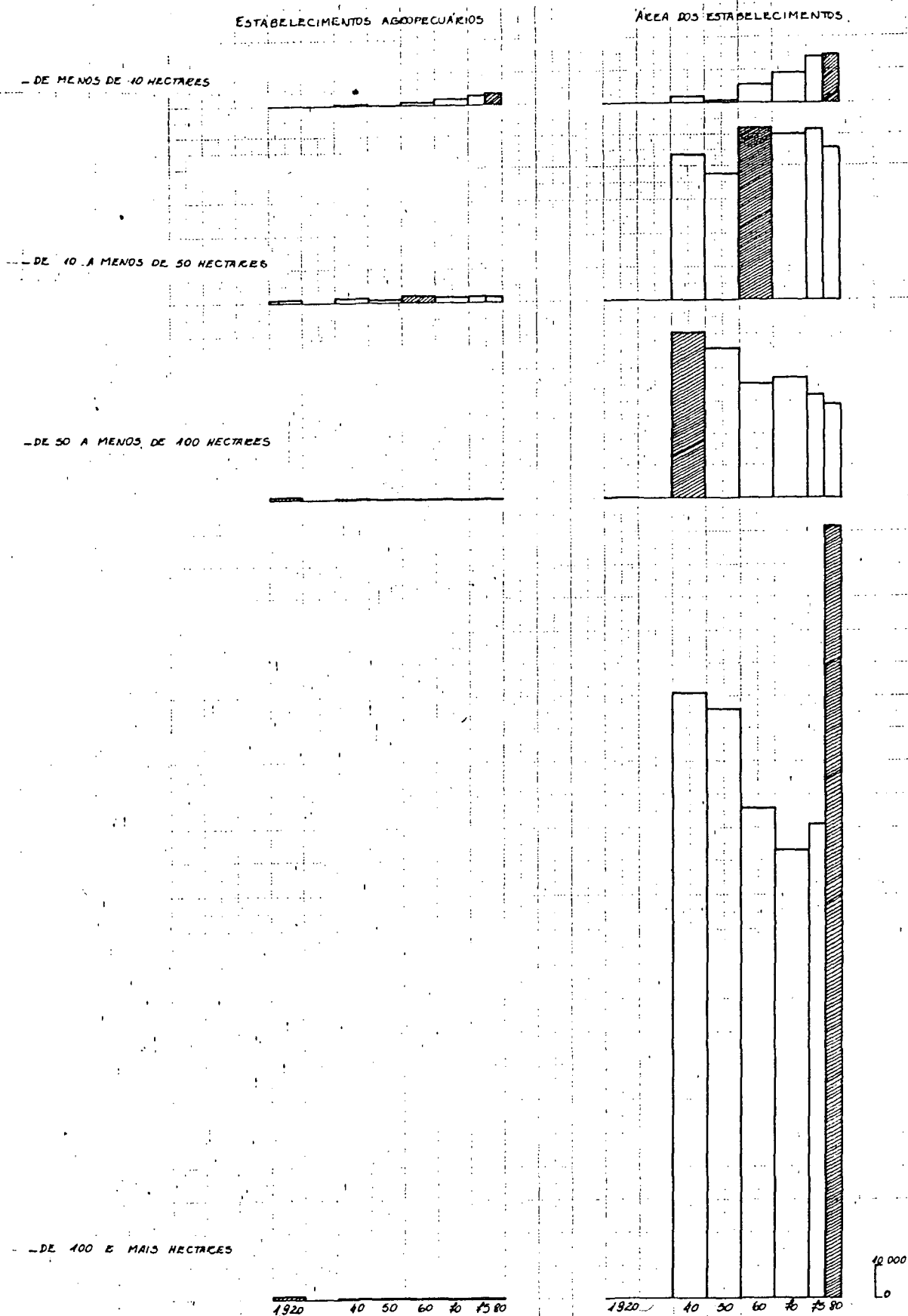
em 1947, com restauração do Município de Rio Branco do Sul, que engloba também a área de Açungui de Cima, conforme quadro da evolução político-administrativa da região. A participação relativa regional era de 9,5% em 1920, caindo para 0,8% em 1970 e evoluindo para 1,3% em 1980.

Com relação a área total dos estabelecimentos, cresce no correr de todo o período para o Estado. Decresce para a região até 1975 e cai daí até 1980. Participa a região com 6,7% em 1920, reduzindo sua participação depois até 1975, quando chega a 1,5% subindo para 1,9% em 1980.

Os estabelecimentos agropecuários, (com base nas tabelas 23 a 28 e gráficos 7 a 9, de síntese e percentagem), com menos de 10 hectares de área, crescem mais de oito vezes de 1920 a 1980, com oscilação negativa em 1950, a nível regional, enquanto que, a nível estadual, incrementam-se quase dezessete vezes, com pico em 1970. Os estabelecimentos de 10 a menos de 50 hectares crescem quase duas vezes na região, com oscilações negativas em 1950 e 1970 e o maior número em 1960, ao passo que, no Estado, multiplica-se quase onze vezes, apresentando auge em 1970. Quanto aos estabelecimentos agropecuários de 50 a menos de 100 hectares, decrescem em 60% na região estudada, com rápida elevação em 1970, e, no Paraná, crescem mais de três vezes. E os estabelecimentos de 100 e mais hectares da região envolvem em 49%, no período, variando positivamente em 1970 e 1980, ao mesmo tempo que, a nível estadual, incrementam quase quatro vezes.

GRÁFICO 8

ESTRUTURA FUNDIÁRIA POR GRUPO DE ÁREA TOTAL
- REGIONAL -



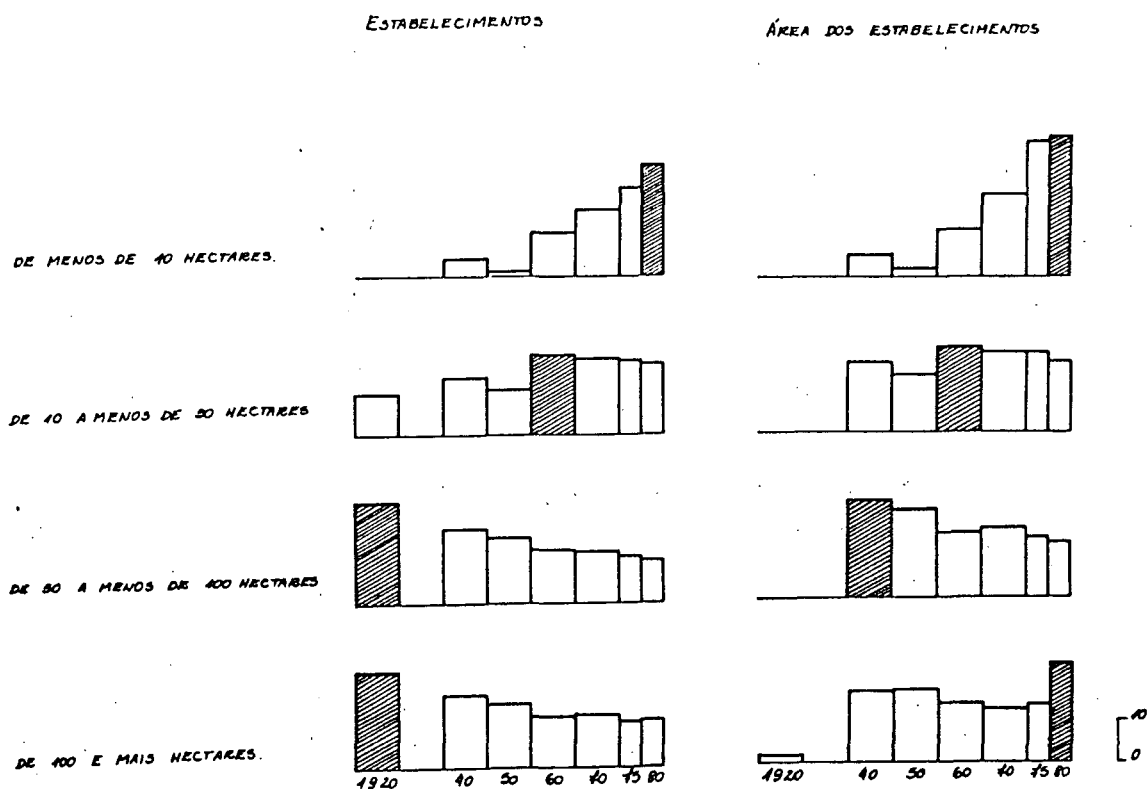
FONTE : TABELAS 23, 26

Quanto à área dos estabelecimentos agropecuários regionais, crescem significativamente aqueles com menos de 10 hectares, com variação negativa em 1950, registrando-se o mesmo incremento a nível estadual, com fase de pico em 1970, decaindo após, mas finalizando o período com o multiplicador 15. Relativamente ao Estado, as demais categorias de estabelecimentos crescem também acentuadamente, no entanto, proporcionalmente menos à medida que a variável cresceu. Regionalmente, ocorrem oscilações positivas pronunciadas de 1920 para 1940, em todos os tipos de propriedade. Depois disso, os estabelecimentos de 10 e menos de 50 hectares apresentam ligeira elevação final, com picos intermediários em 1960 e 1975. A categoria seguinte, de 50 a menos de 100 hectares, decresce acentuadamente, com rápida recuperação em 1970. E aqueles, com área de 100 e mais hectares, decai até 1970, quando atinge a fase mais baixa, crescendo depois de modo significativo e chegando a término do período com multiplicador 10.

Inicialmente prevaleciam, na região, os estabelecimentos agropecuários com área entre 10 e menos de 50 hectares, mas na última década predominam aqueles com menos de 10 hectares, decrescendo às demais classes de área. Com relação a esses dois tipos de estabelecimentos, o mesmo fenômeno se repete a nível estadual, diferenciando-se o comportamento das propriedades de 50 a menos de 100 hectares e de 100 e mais hectares, que crescem no período.

Observando-se o gráfico 9, relativo às tabelas de percentuais, 23-A e 26-A, verifica-se que há uma tendência cres-

GRÁFICO 9 ESTABELECIMENTOS E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR GRUPO DE ÁREA TOTAL, EM PORCENTAGENS.



FONTE: TABELAS 23-A e 26-A

cente e acentuada no aumento dos estabelecimentos agropecuários com menos de 10 hectares, com oscilação negativa para 1950, aparecendo seu maior número em 1980. Quanto à área desses estabelecimentos, ocorre a mesma tendência, com as mesmas características, demonstrando um processo regional de minifundização.

Relativamente aos estabelecimentos com área entre 10 e menos de 50 hectares, assim como com a área desses estabelecimentos, realiza-se tendência crescente até 1960, com variação negativa para 1950, decrescendo ligeiramente após.

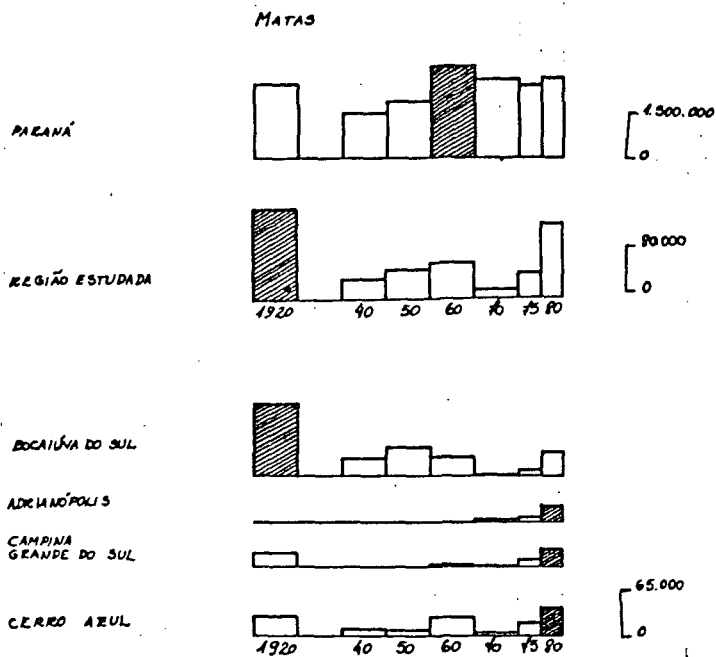
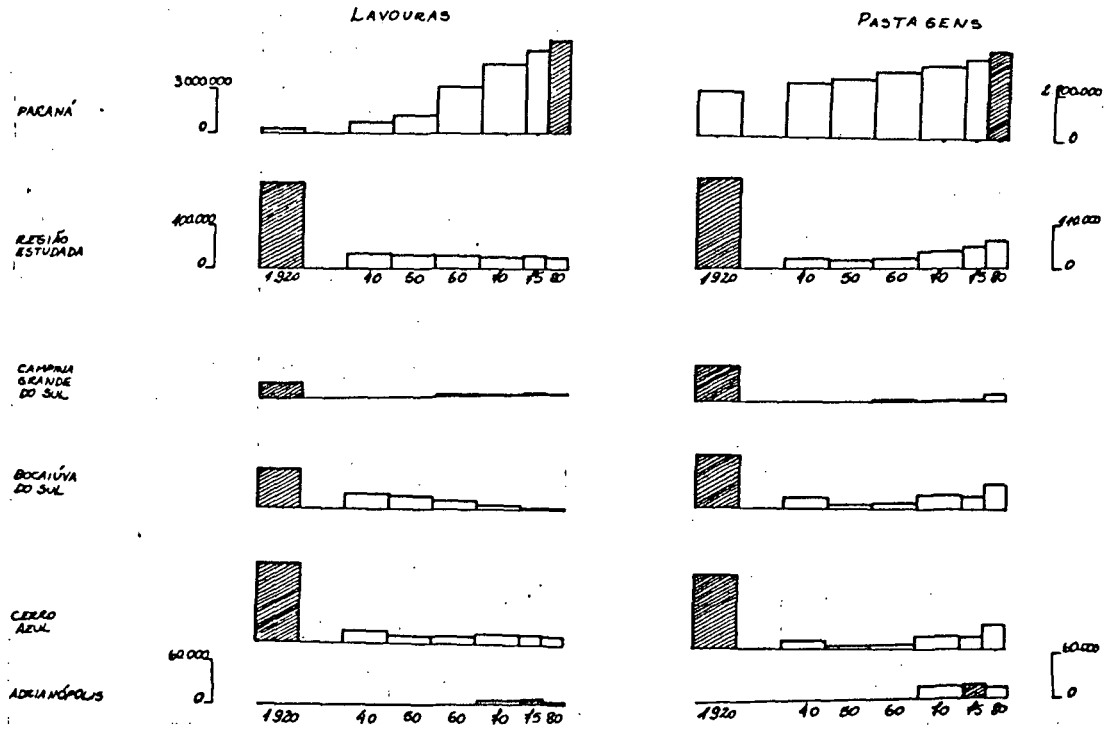
No concernente aos estabelecimentos, que se situam entre 50 e menos de 100 hectares, existe uma tendência decrescente a partir dos anos 20, quando se constata seu maior número. A respeito da área desses estabelecimentos, percebe-se uma variação declinante a partir de 1940, com ligeira oscilação positiva em 1970.

Finalmente, os estabelecimentos, com área de 100 e mais hectares, apresentam queda em seu número com o correr do tempo, ao passo que, quanto à sua área, crescem de 1920 para 1940 e 1950, declinando ligeiramente após até 1970 incrementando um pouco em 1975 e, acentuadamente, em 1980, o que caracteriza uma concentração da terra de 1970 para 1980.

Isso caracteriza um processo de minifundização crescente da propriedade regional, principalmente em função do decréscimo dos estabelecimentos situados entre 50 e menos de 100

GRÁFICO 10

ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS, em hectares, SEGUNDO SUA UTILIZAÇÃO



FONTE: TABELAS 29, 30, 31.

hectares, e uma concentração da terra nas grandes propriedades, particularmente na última década. A minifundização também cresce para o Paraná até 1970, quando passa a decrescer em benefício da concentração fundiária.

É interessante notar-se que a região em estudo apresenta uma realidade contrastante com a do Estado quanto à utilização da área para lavouras e pastagens (tabelas 29 a 31 e gráfico 10). Enquanto o Paraná conta com maior área para cada uma dessas atividades para os anos de 1980, a região destina a maior área para as lavouras nos anos 20, diminuindo bruscamente para 1940 e permanecendo numa posição de equilíbrio até 1980, sendo que a área de pastagens também com maior dotação em 1920, cai abruptamente para os anos de 1940 e, a partir de 1950, apresenta relativo incremento.

Com relação às matas, a região possui a maior área em 1920, decaindo significativamente logo após, para um primeiro ciclo de crescimento até os anos 60, quando ocorre nova queda e outro crescimento. Já o Estado como um todo aparece com ligeira redução de área até 1940, crescendo até 1960, em que atinge a maior área de matas, decrescendo posteriormente e apresentando pequena elevação em 1980.

A região em estudo, em relação ao Paraná, representava 89,1% da área destinada às lavouras em 1920, decaindo para 4,9% em 1940, para 2,4% em 1950, 0,9% em 1980, 0,6% em 1970, 0,5% em 1975 e 0,4% em 1980.

Tabela 29. Área dos estabelecimentos agropecuários, distribuídos pela utilização
De lavouras Em Hectares

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	222.868	764.370	1.358.222	3.440.971	4.718.606	5.627.535	6.085.021
Reg.Estudada	198.647	38.178	33.165	31.034	29.110	30.554	29.329
Adrianópolis	—	—	—	—	6.161	7.858	5.669
Bocaiúva do Sul	59.677	18.680	18.607	13.954	5.132	4.687	5.307
Campina Gde.Sul	23.377	—	—	2.736	1.546	1.736	2.198
Cerro Azul	115.593	19.498	14.558	14.344	16.271	16.273	16.155
Part.Rel.Reg.(%)	89,1	4,9	2,4	0,9	0,6	0,5	0,4

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 30. Área dos estabelecimentos agropecuários, distribuídos pela utilização
De pastagens Em Hectares

Características	1920 ¹	1940 ¹	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	2.854.576	2.043.482	2.248.582	2.694.023	4.509.710	4.982.840	5.520.218
Reg.Estudada	226.868	29.661	25.092	31.620	49.759	59.586	75.340
Adrianópolis	—	—	—	—	18.755	19.349	17.883
Bocaiúva do Sul	71.474	15.752	18.480	19.536	7.291	14.149	13.538
Campina Gde. Sul	52.120	—	—	4.925	2.525	5.111	8.498
Cerro Azul	103.274	13.909	6.612	7.159	21.188	20.977	35.421
Part.Rel.Reg.(%)	7,9	1,4	1,1	1,1	1,1	1,1	1,3

Fonte: Censos do IBGE.

1. Excluídas as lavouras em descanso e as terras produtivas não utilizadas para 1920 e 1940.

Tabela 31. Área dos estabelecimentos agropecuários, distribuída pela utilização
De matas Em hectares

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	2.448.133	1.503.765	1.881.344	3.027.233	2.570.563	2.363.253	2.598.608
Reg.Estudada	161.585	38.754	51.043	66.669	18.972	47.100	130.287
Adrianópolis	—	—	—	—	6.116	7.031	20.659
Bocaiúva do Sul	112.749	28.250	43.444	29.797	869	10.471	37.275
Campina Gde. Sul	20.603	—	—	5.068	5.657	11.023	28.739
Cerro Azul	28.233	10.504	7.599	31.804	6.330	18.575	43.614
Part.Rel.Reg.(%)	6,6	2,5	2,7	2,2	0,7	1,9	5,0

Fonte: Censos do IBGE.

A área ocupada com pastagens na região inicia em 1920 com 7,9%, decaindo desde esse ano até 1970, com pequeno incremento depois, chegando a 1980 com 1,3%. As matas regionais, por sua vez, começam em 1920 com 6,6%, caindo até 1970, quando representam 0,7%, subindo depois até atingir 5,0% em 1980.

Quanto aos Municípios, Adrianópolis apresenta um pico na utilização de área para lavoura em 1975, também em 1975 o maior espaço para pastagens, por outro lado, as matas vêm crescendo e, em 1980, ocupam maior espaço. Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul e Cerro Azul acompanham as características regionais, de que fogem Cerro Azul e Campina Grande do Sul com relação as matas, que mostram a maior área nos anos 80. Essa fuga às características da região com referências às matas, decorre de reflorestamentos que se realizam nesse Municípios.

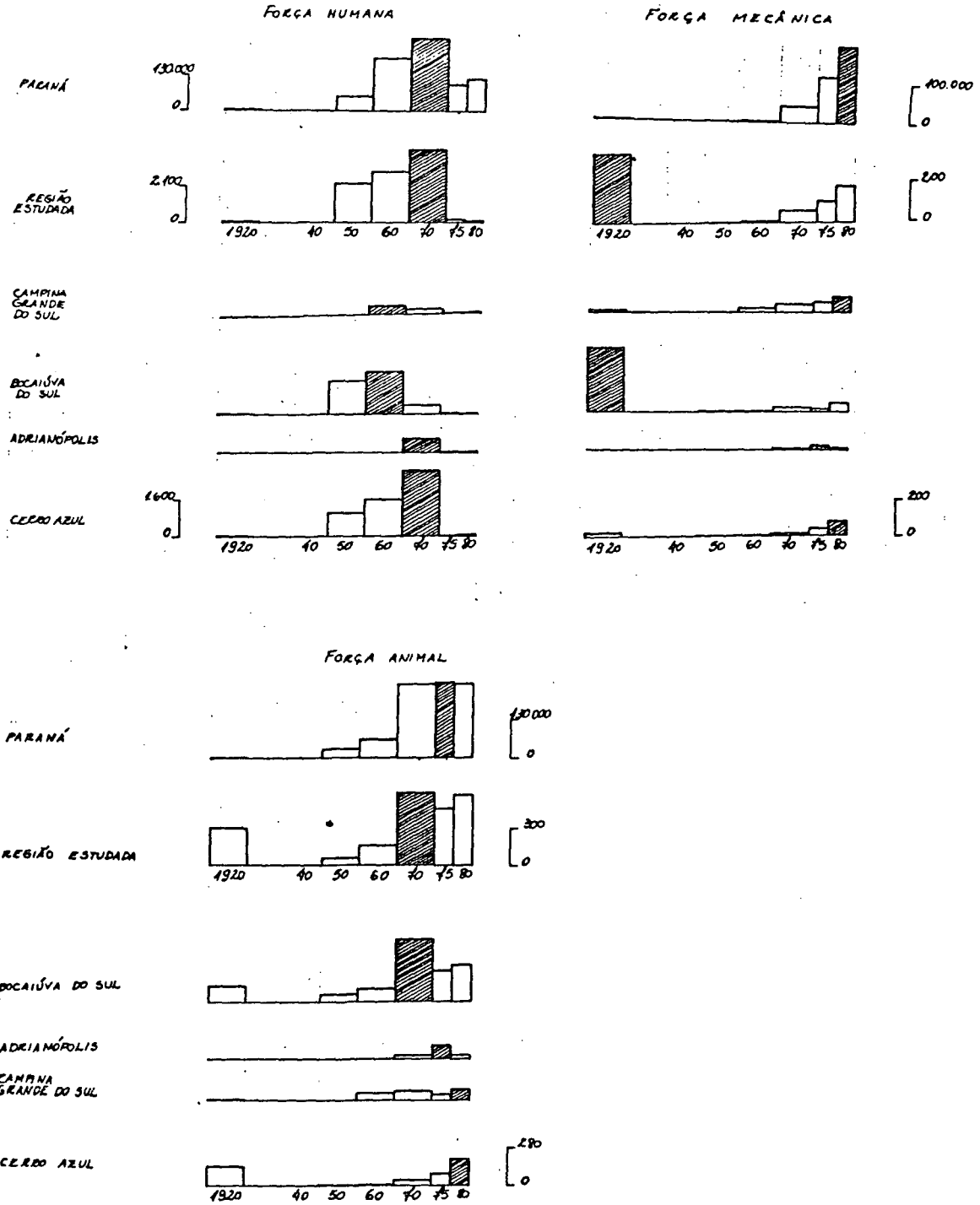
É dentro dessa estrutura que o homem, segundo a divisão social do trabalho e da especialização, utilizando a máquina na medida do possível, procura aumentar sua produtividade.

E é segundo esse fenômeno sócio-econômico e seu desenvolvimento regional que se expõe a seguir a mecanização agrícola, a produção agropecuária, sua produtividade, assim como o financiamento e capitalização, valor adicionado por setor de produção e valor agregado da agropecuária, industrial e comercial, além da comercialização.

Notas de Referências

1. WAIBEL, Leô. A teoria de von Thünen sobre a influência da distância do mercado relativamente à utilização da terra (sua aplicação à Costa Rica). Revista brasileira de geografia, 10 (1): 3-40, jan./mar. 1948.
2. BARTHELMESS, Heloisa. Uso da terra no Estado do Paraná em 1920. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Curitiba, (9), 1967.
3. MAACK, Reinhard. Geografia física do Estado do Paraná. 2.ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1981. p.220/371.
4. HERTEL, Ralph João Jorge. Aspectos interessantes da vegetação do Paraná. In: História do Paraná. Curitiba, Grafipar, 1969. v.2, p.225.
5. MAACK, Reinhard. op. cit.

GRÁFICO 11 FORÇA UTILIZADA PELOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS



FONTE: TABELAS 32, 33, 34.

Capítulo IV

A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL, A COMERCIALIZAÇÃO E A PRODUTIVIDADE AGROPECUÁRIA

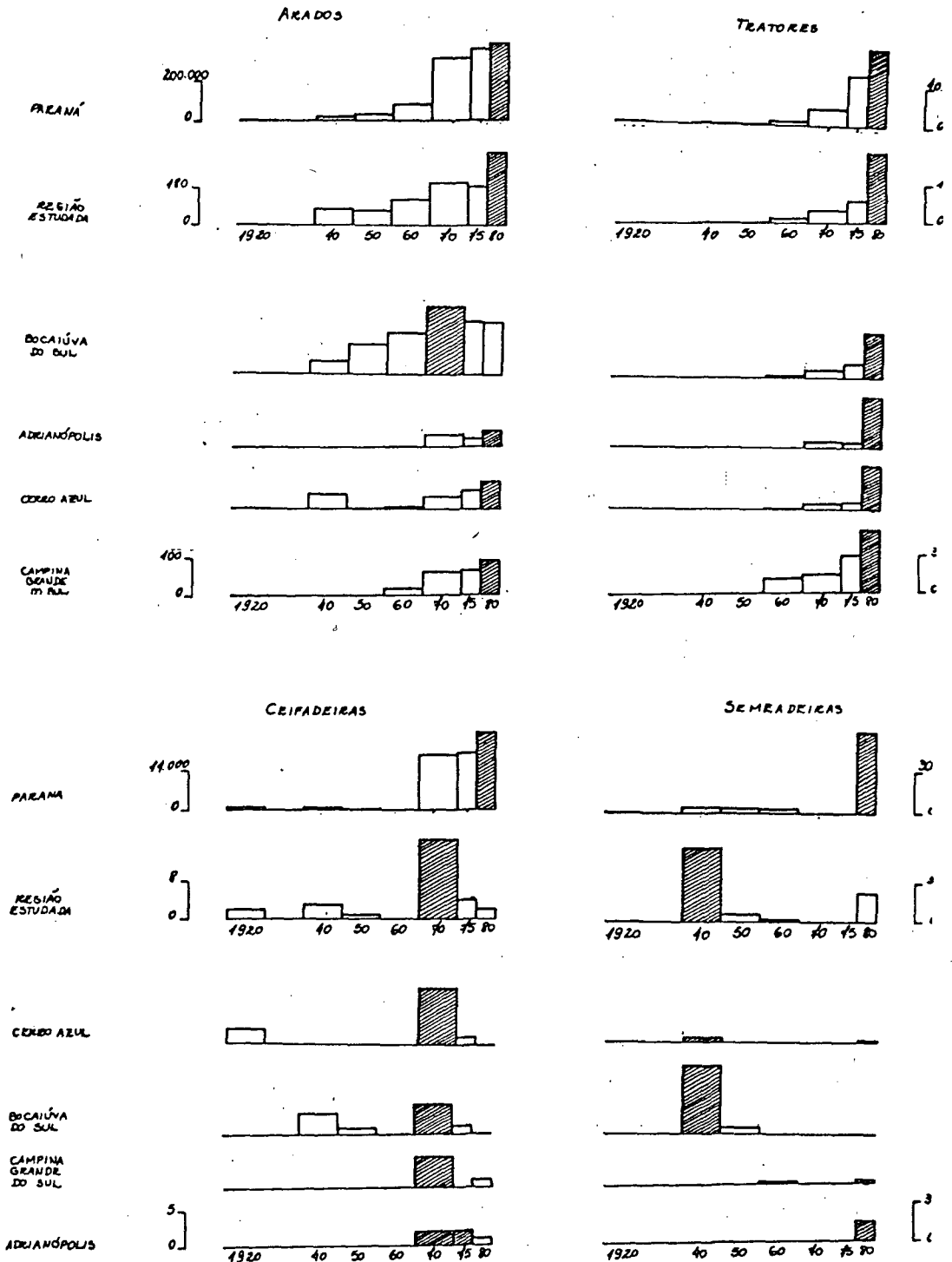
1. MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

Segundo as Tabelas 32 a 34 e gráfico 11, os estabelecimentos agropecuários que se utilizam da força humana comportam-se da seguinte forma: o Paraná registra seu maior número em 1970, crescendo continuamente até então, decrescendo significativamente em 1975 e apresentando novo incremento em 1980. Regionalmente, essa força produtiva cresce, década após década, também até 1970, envolvendo daí para frente. O Município de Adrianópolis se identifica com as tendências regionais. Cerro Azul acompanha as características estaduais. Bocaiúva do Sul apresenta maior número de estabelecimentos que usam dessa força em 1960, decaindo continuamente desse Censo em diante. E Campina Grande do Sul também aparece com o maior uso da referida força em 1960, decrescendo depois até 1975 e, a seguir ocorre pequeno incremento até 1980. A participação relativa regional parte de 2,2% em 1920, atinge o máximo em 1950 com 4,7%, caindo depois até chegar em 1980 com 0,13%.

Quanto à força animal, sua utilização cresce continuamente no Estado até 1975, declinando ligeiramente em 1980. A região também incrementa de modo contínuo até 1970, decrescen-

GRÁFICO 12

ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS COM MECANIZAÇÃO



FORNE: TABELAS 35, 36, 37, 38

do em 1975 e crescendo outra vez em 1980. Adrianópolis cresce até 1975, caindo significativamente em 1980. Bocaiúva do Sul e Campina Grande do Sul apresentam o maior uso da força em apreço em 1970, envolvendo em 1975 e evoluindo positivamente em 1980. E Cerro Azul conta com crescimento, sem interrupção, até 1980, quanto utiliza o maior volume dessa força. A maior participação regional ocorre em 1920 com 2,4%, caindo para 0,16% em 1950, subindo para 0,24% em 1960 e 1970, voltando a cair para 0,18% em 1975 e chegando a 0,23% em 1980.

A respeito do emprego da força mecânica (Tabelas 35 a 38 e gráfico 12), os estabelecimentos agropecuários, a nível do Estado do Paraná, diminuem em seu número de 1920 para 1950, crescendo de forma contínua em seguida. O mesmo acontece com a região, que é seguida pelos Municípios que a compõem. A região representa 3,2% em 1920, caindo depois, constantemente, até chegar a 0,09% dos estabelecimentos agropecuários que se utilizam dessa força de produção em 1980.

Quantitativamente, o número de arados cresce continuamente a nível estadual, assim como a nível regional, com exceção dos anos 50, em que ocorre pequeno decréscimo. Adrianópolis apresenta redução em 1975 e Cerro Azul, da mesma forma, uma diminuição significativa de 1940 para 1950, crescendo depois. Bocaiúva do Sul e Campina Grande do Sul acompanham a evolução estadual. A participação relativa regional é de 0,1% em 1920, passando para 0,39% em 1940, caindo, a seguir, até 1980, representando 0,09%, com ligeira queda em 1975.

Tabela 35. Número de arados existentes nos estabelecimentos agropecuários.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	7.000.	20.498	30.405	80.669	302.098	349.411	379.648
Reg. Estudada	7	80	75	127	301	281	351
Adrianópolis	—	—	—	—	31	23	53
Bocaiúva do Sul	—	37	74	105	176	139	132
Campina Gde. Sul	4	—	—	15	61	68	92
Cerro Azul	3	43	1	7	33	51	74
Part. Rel. Reg. (%)	0,1	0,3	0,2	0,1	0,09	0,08	0,09

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 36. Número de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	95	65	280	5.181	18.619	52.498	81.727
Reg. Estudada	—	1	1	18	37	60	187
Adrianópolis	—	—	—	—	5	5	46
Bocaiúva do Sul	—	1	1	2	7	13	40
Campina Gde. Sul	—	—	—	14	18	35	58
Cerro Azul	—	—	—	2	7	7	43
Part. Rel. Reg. (%)	—	1,5	0,3	0,3	0,2	0,1	0,2

Fonte: Censos do IBGE.

Nota: Não se computaram as grades e os cultivadores entre os maquinismos e instrumentos mecânicos da produção agrícola regional nesse período.

Tabela 37. Número de semeadeiras mecânicas* existentes nos estabelecimentos agropecuários.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	316	5.759	4.610	5.346	—	—	59.775
Reg. Estudada	1	69	7	2	—	—	26
Adrianópolis	—	—	—	—	—	—	19
Bocaiúva do Sul	—	64	7	—	—	—	1
Campina Gde. Sul	—	—	—	2	—	—	3
Cerro Azul	1	5	—	—	—	—	3
Part. Rel. Reg. (%)	0,003	1,2	0,2	0,03	—	—	0,04

Fonte: Censos do IBGE.

* Nos primeiros censos são chamados plantadores mecânicos.

Tabela 38. Número de cefadeiras mecânicas existentes nos estabelecimentos agropecuários.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	835	322	254	—	19.719	20.699	28.063
Reg. Estudada	2	3	1	—	17	4	2
Adrianópolis	—	—	—	—	2	2	1
Bocaiúva do Sul	—	3	1	—	4	1	—
Campina Gde. Sul	—	—	—	—	4	—	1
Cerro Azul	2	—	—	—	7	1	—
Part. Rel. Reg. (%)	0,2	0,9	0,4	—	0,08	0,01	0,007

Fonte: Censos do IBGE.

O número de semeadeiras mecânicas cresce no Estado até 1940, decrescendo após até 1960, e apresentando um crescimento de dez vezes para 1980, em relação a 1940. A região, por sua vez, cresce até 1940, decrescendo daí em diante até 1960 e evoluindo positivamente para 1980, mas ficando em 37% de sua posição de pico de 1940. Bocaiúva do Sul acompanha as características regionais, aparecendo em 1980 com apenas 1,5% do máximo de 1940. Encontram-se informações apenas para 1980 para Adrianópolis, com dados significativos no conjunto regional: 7,3%. Campina Grande do Sul também cresce. Cerro Azul acompanha com a mesma percentagem os movimentos de Bocaiúva do Sul. A participação regional no Estado evolui de 0,003% em 1920 para 1,1% em 1940, decaindo a seguir para atingir 1980 com 0,04%.

Com referência ao número de ceifadeiras mecânicas, decresce no Paraná de 1920 a 1950, crescendo posteriormente durante todo o restante do período. Regionalmente ocorrem dois picos, um em 1940 e outro em 1970, decaindo ulteriormente e representando, em 1980, apenas 11% do volume de 1970. Bocaiúva do Sul representa o total desses instrumentos de produção até 1950. E todos os Municípios seguem os altos e baixos da região a partir dessa data. A região concorre com 0,23% em 1920, cresce para 0,93% em 1940, decrescendo daí para frente até chegar a 0,007% em 1980.

Finalmente, o número de tratores nos estabelecimentos agropecuários evolui da seguinte forma: há decréscimo para o Estado de 1920 para 1940, crescendo, depois, constante e sig-

Tabela 32. Estabelecimentos agropecuários que utilizam a força humana

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	2.398	—	52.498	196.577	216.243	98.241	121.905
Reg.Estudada	55	—	2.510	3.873	4.190	170	159
Adrianópolis	—	—	—	—	651	52	10
Bocaiúva do Sul	26	—	1.441	1.846	392	56	35
Campina Gde.Sul	18	—	—	420	230	8	16
Cerro Azul	11	—	1.069	1.607	2.917	54	98
Part.Rel.Reg.(%)	2,2	—	4,7	1,9	1,6	0,2	0,1

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 33. Estabelecimentos agropecuários que utilizam a força animal.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	1.248	—	36.759	68.301	249.333	254.641	254.380
Reg.Estudada	301	—	62	165	618	473	586
Adrianópolis	—	—	—	—	23	100	25
Bocaiúva do Sul	139	—	60	99	478	240	279
Campina Gde.Sul	12	—	—	62	69	53	82
Cerro Azul	150	—	2	4	48	80	200
Part.Rel.Reg.(%)	2,4	—	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 34. Estabelecimentos agropecuários que utilizam força mecânica.¹

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	1.173	—	204	4.268	48.912	122.269	201.108
Reg.Estudada	376	—	1	18	71	126	198
Adrianópolis	—	—	—	—	6	24	19
Bocaiúva do Sul	356	—	1	2	33	27	50
Campina Gde.Sul	1	—	—	14	20	35	57
Cerro Azul	19	—	0	2	12	40	72
Part.Rel.Reg.(%)	3,2	—	0,4	0,4	0,1	0,1	0,09

Fonte: Censos do IBGE

1. Engloba estabelecimentos mistos, que utilizam força animal e mecânica.

nificativamente. A região possui tratores em 1940 e incrementa daí para frente até 1980. Os Municípios seguem as evoluções regionais, indistintamente. A participação regional inicia com 1,53% em 1940, decaindo até 1975, quando representa 0,11%, evoluindo para 0,22% em 1980.

Tal como nos demais aspectos analisados, percebe-se que a região foi ficando para trás, sua participação relativa foi decrescendo com o passar do tempo, caracterizando o processo de marginalização, que os Municípios regionais vêm sofrendo desde longa data.

2. PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

A produção regional é basicamente de milho, feijão, criação e engorda de porcos, mas é crescente o número daqueles que se dedicam à criação de gado vacum.

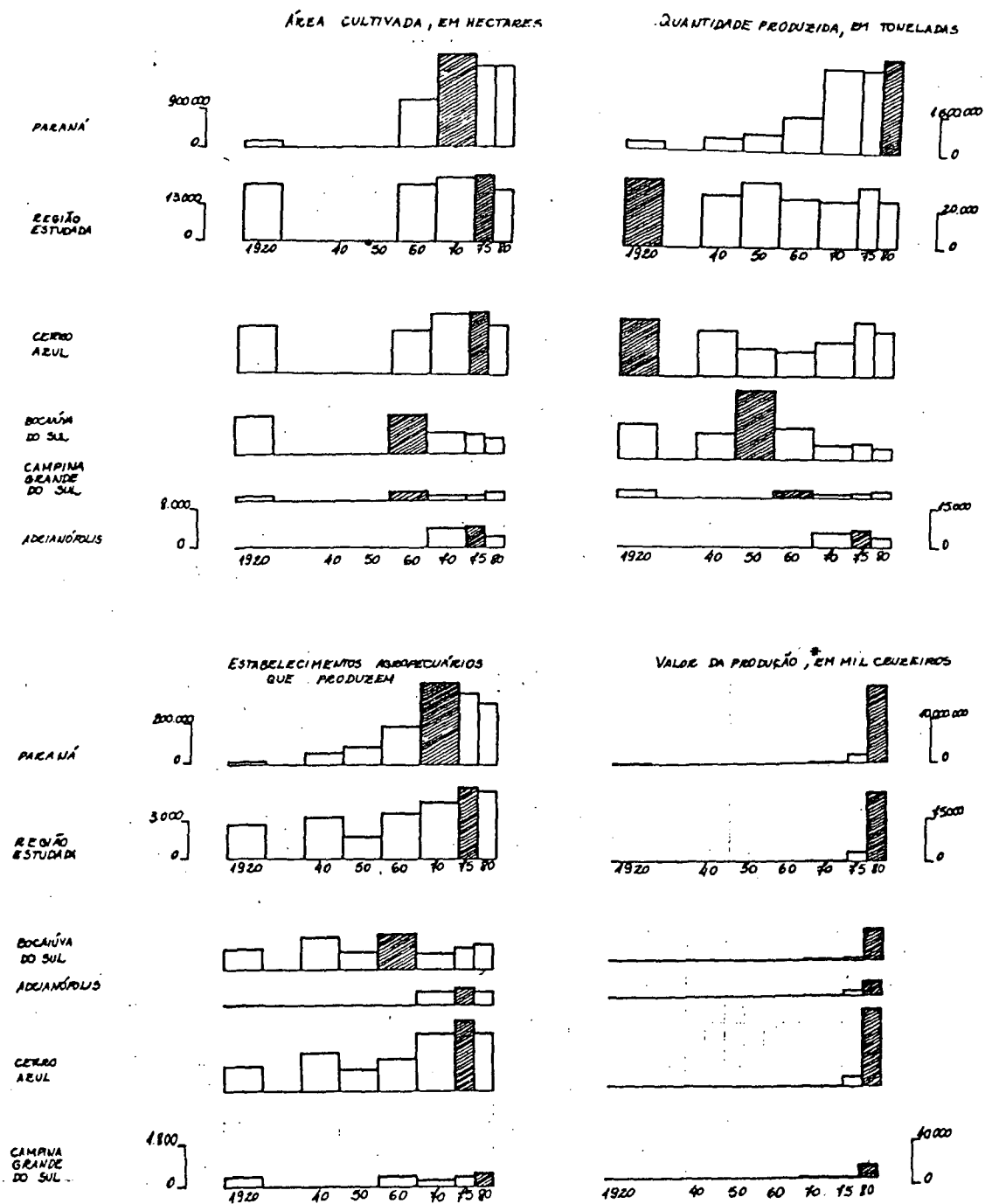
Existe produção localizada de laranja em Cerro Azul, fábricas de fumo de cordão Município de Bocaiúva do Sul, caqui e uva em Campina Grande do Sul. Uma poucas serrarias ainda são encontradas na região.

O milho é cultivado para a alimentação da família, com seus derivados, criação de animais e engorda de porcos.

O feijão, o porco, o fumo de corda, a laranja, a erva mate e demais produtos, quando excedentes de autoconsumo, des-

GRÁFICO 13

MILHO



Fonte: TABELAS 39, 40, 41, 42.

* EM VALORES CORRENTES

tinam-se ao mercado da Grande Curitiba. Por outro lado, a lenha, particularmente a de bracinga, além de abastecer o mercado curitibano, também atende aos fornos de cal, cimento e carvão de Colombo, Rio Branco do Sul e Almirante Tamandaré.

Os preços compensadores, com lucro, são o melhor incentivo à produção. E isso se reflete em qualquer ramo da produção, assim como na geração de excedente para a comercialização. Quando existe um lucro, por pequeno que seja, engordam-se os porcos. Em caso contrário, quando os preços não compensam, vendem-se os porcos magros e em idade de entrar para a engorda, assim como o milho, que era destinado aos suínos.

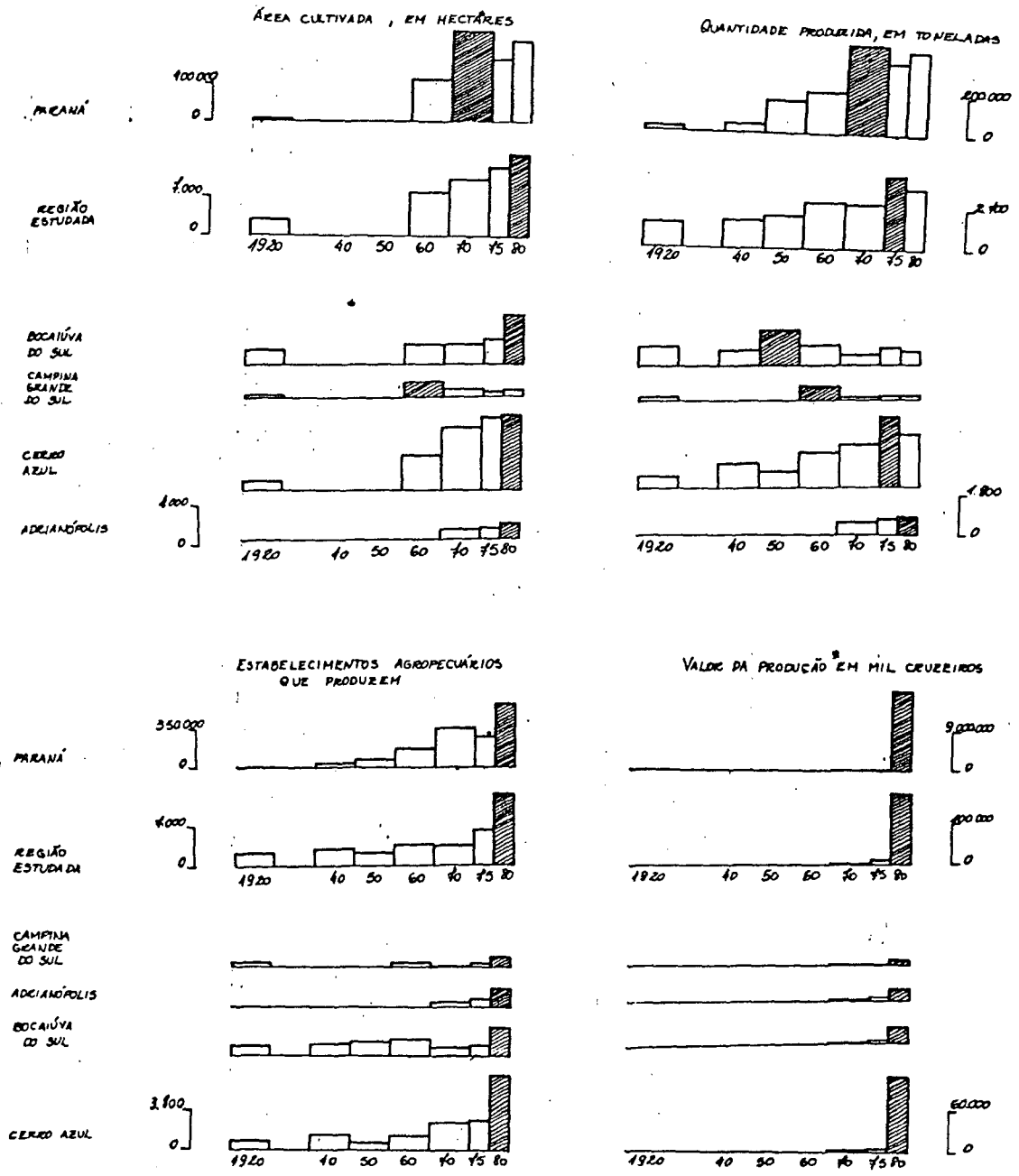
É interessante notar-se como os agricultores, por pequenos que sejam, sabem fazer seus cálculos. Ninguém os engana nesse aspecto. Se os preços de mercado estiverem apenas cobrindo custos, a produção e a criação fixam-se ao nível de subsistência e quem perde é o mercado.

2.1. AGRICULTURA

A produção agrícola refere-se aos principais produtos da região em estudo conforme as Tabelas 39 a 70 e gráficos 13 a 20. O Paraná apresenta uma produção de milho crescente à medida que o tempo passa. Seu maior nível de produção ocorreu na década de 80. A região do Alto Vale do Ribeira paranaense e Vale do Capivari apresenta sua maior produção nos anos 20, com tendência decrescente a partir de então, apesar do aumento da produção nos anos 50 e 70. Já os Municípios que compõem a re-

GRÁFICO 14

FEIJÃO



FONTE: TABELAS 43, 44, 45, 46.

gião, comportam-se de modo diferenciado: Cerro Azul segue tendência regional decrescente, com picos em 70 e 80, a partir dos anos 40. Adrianópolis tem sua maior produção nos anos 70, com ligeira ascensão em 75. Bocaiúva do Sul aparece com seu pico de produção na década de 50. E Campina Grande do Sul mostra sua maior produção nos anos 60.

A região entra com 10,6% da produção do Paraná em 1920, passando para 4,7% em 1940, para 0,7% em 1970, chega a 0,6% em 1980.

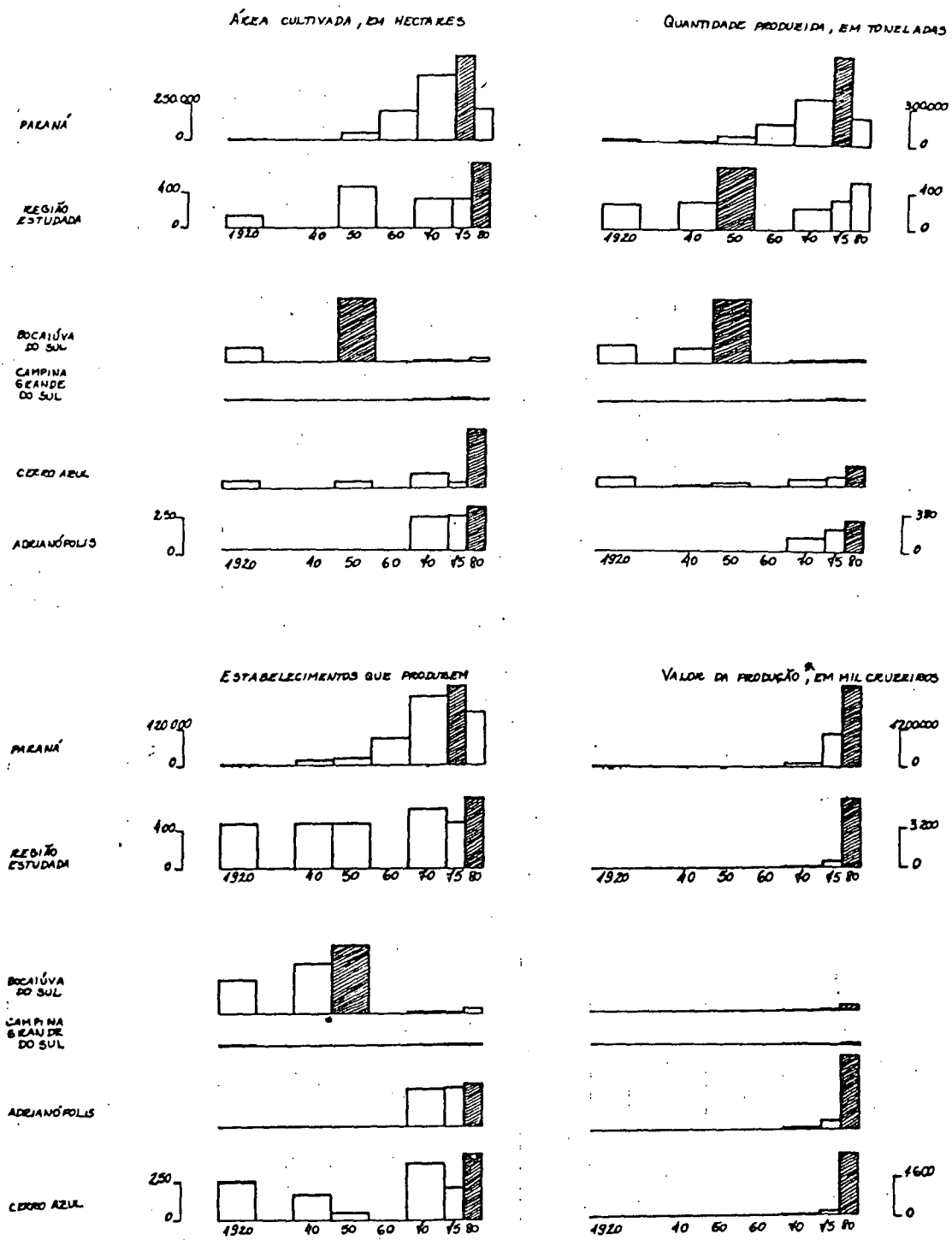
Por outro lado, o feijão demonstra uma tendência crescente de produção, quer a nível estadual quer regional, com pico de produção nos anos 70, decrescendo para os anos 80, tendo a região apresentado sua produção maior em 75. A região apresenta uma produção equivalente a 7,5% do Estado em 1920, declinando para 0,6% em 1970, com recuperação para 1975 e nova queda para 1980, quando representa 0,9% da produção estadual.

A produção de arroz mostra sua maior produção nos anos 70, com pico em 1975, assinalando uma tendência crescente para o Estado, decaindo para os anos 80. É inexpressiva a produção regional, que participa com 2,8% nos anos 20, decrescendo para 0,06% em 1970 e subindo para 0,2% para a década de 1980, com pequenas oscilações.

A mandioca teve sua maior produção nos anos 70 a nível estadual, decaindo após, com ligeira elevação em 80. A região

GRÁFICO 15

ARROZ



FONTE: TABELAS 48, 49, 50

* EM VALORES CORRENTES

mostra sua maior produção nos anos 40, com tendência decrescente a partir de então, todavia com pequenas oscilações.

Já o trigo apresenta uma expansão muito grande no Estado, com o correr dos anos, e maior produção em 1980. Na região registra-se maior produção em 1950, decrescendo depois. Sua participação relativa na produção do Estado foi de 5,5% em 1920, de 0,8% em 1950, de 0,003% em 1960, 0,0004% em 1970, de 0,00001% em 1975 e desaparecendo em 1980.

Na produção de fumo de corda, a região entrou com 11,3% em 1920, 9,6% em 1940, 0,3% em 1950, 0,1% em 1960, 1,2% em 1970 e 0,1% em 1980.

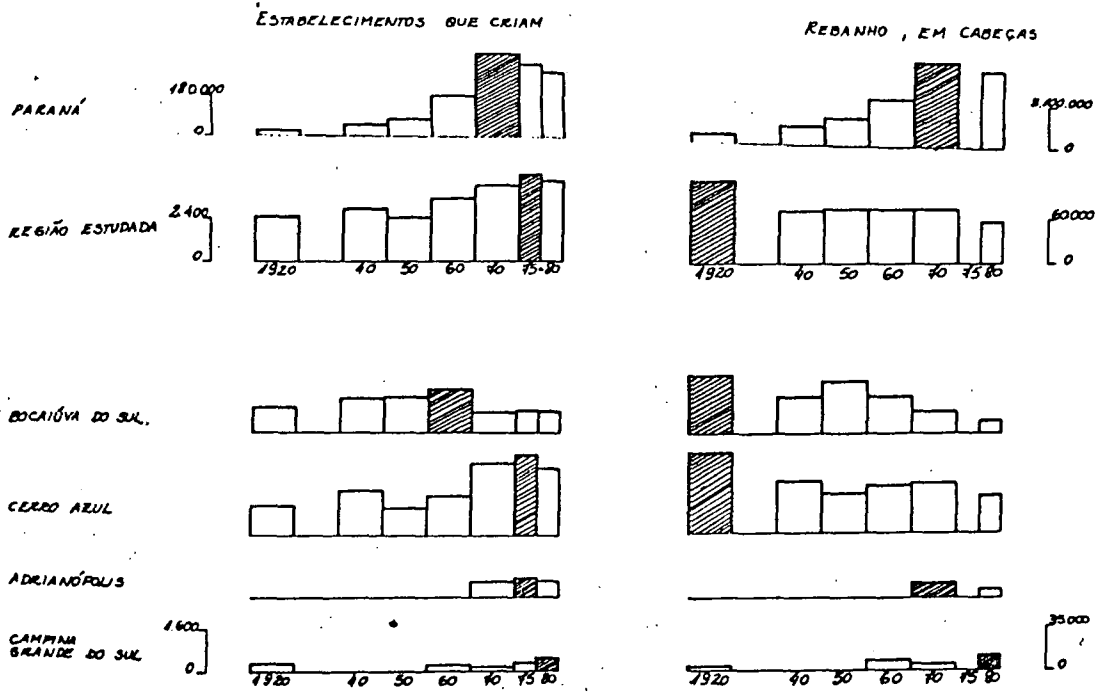
O fumo não é, como se vê, de muita expressão para a região estudada como um todo, sendo produzido nos Municípios de Bocaiúva do Sul e Campina Grande do Sul, representando certa importância na renda local.

A produção de fumo é pouco expressiva também a nível estadual.

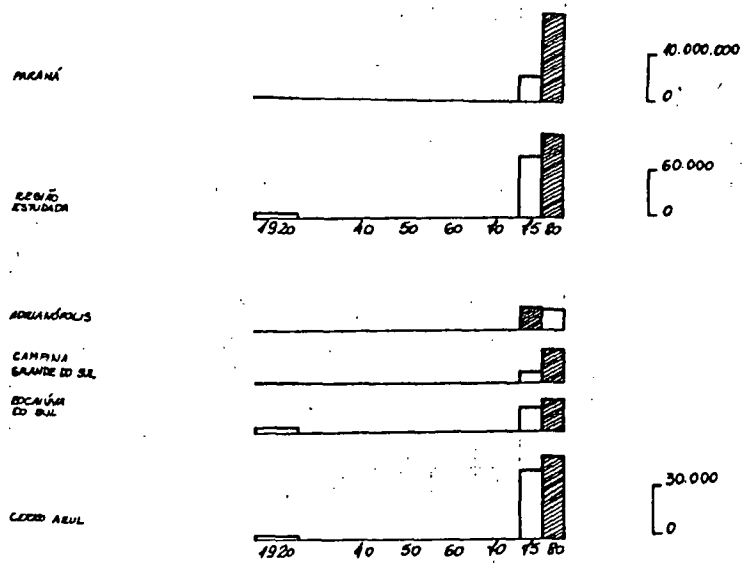
A produção de laranja aparece com tendência crescente, apesar do decréscimo dos anos 70 para o Estado e no anos 60 para a região. A participação regional foi de 9,6% em 1950, sendo de 2,9% em 1960, de 10,6% em 1970 e chegando em 1980 com 9,5% da produção estadual.

GRÁFICO 22

SUÍNOS



VALOR DO REBANHO, EM MIL CRUZADOS*



FORTE: TABELAS 99, 100, 101.

* EM VALORES CORRENTES

A queda que se observa na produção estadual e regional, decorre da incidência do cancro cítrico, que dizimou as laranjas de subregiões inteiras.

E a uva apresenta uma tendência crescente na região, principalmente Campina Grande do Sul e Bocaiúva do Sul.

2.2. PECUÁRIA

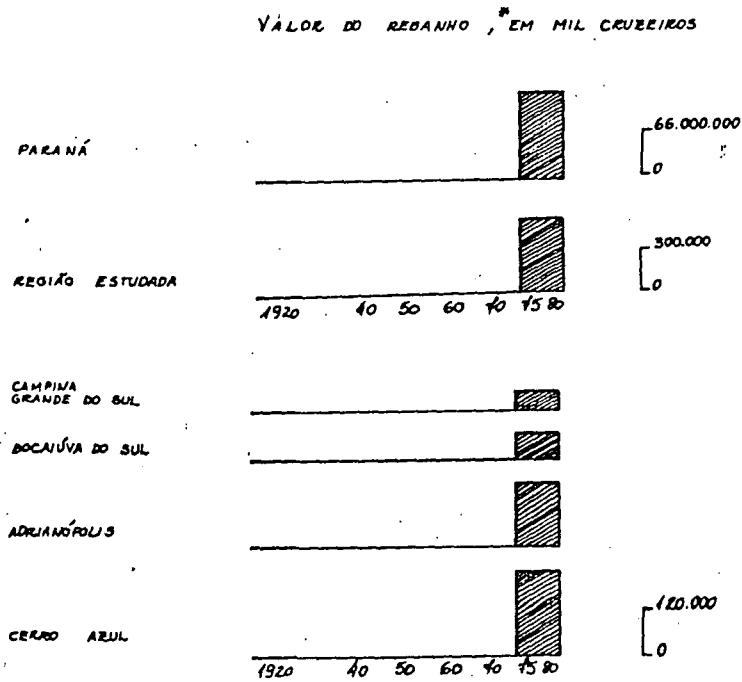
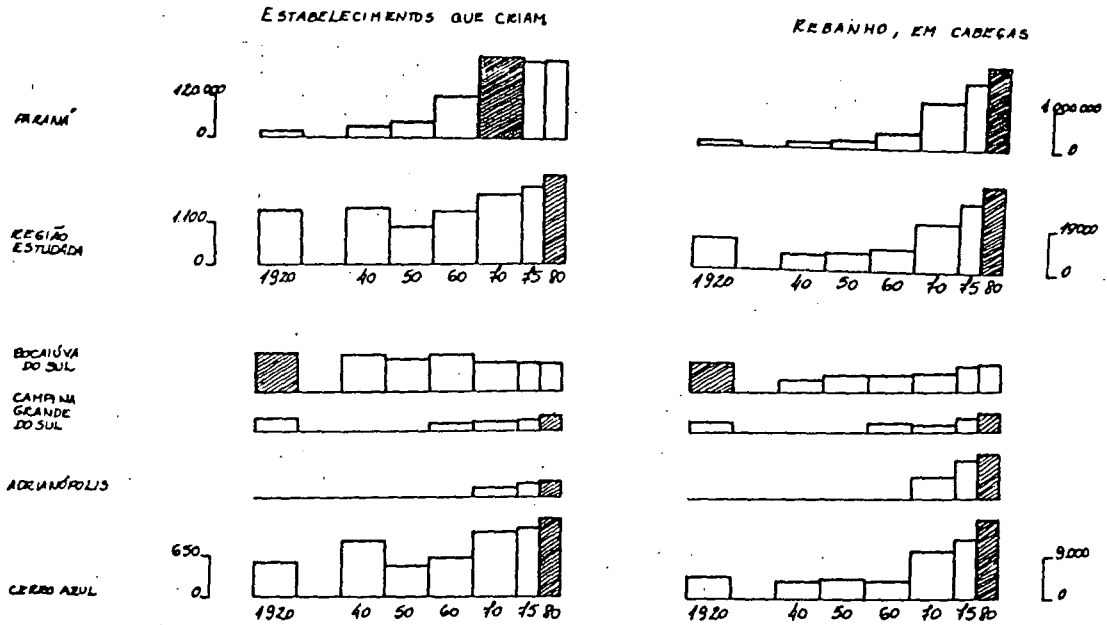
Conforme as Tabelas 99 a 120 e gráficos 22 a 27, a criação de suínos é bastante expressiva no Estado do Paraná, sendo que seu maior contingente registrou-se em 1970, decrescendo posteriormente. A região em estudo surge com seu maior rebanho em 1920, apresentando um patamar de 1940 a 1970, com ligeira elevação em 1975 e declínio em 1980.

Em 1920 a região participa com 14,6% do rebanho do Estado, evoluindo negativamente com pequena flutuação para 4,9% em 1940, 3,6% em 1950, 2,1% em 1960, 1,2% em 1970 e 1,0% em 1980.

Quanto ao rebanho bovino, ocorre um crescimento, tanto para o Estado como para região. O maior efetivo em ambos os níveis se deu em 1980. A participação regional começa em 1920 com 2,5% das cabeças, decrescendo continuamente até atingir 0,4% em 1980.

GRÁFICO 23.

BOVINOS



Fonte: Tabelas 102, 103, 104.

* Em valores correntes

É crescente a produção de leite regional, registrando-se 1,2% da produção estadual em 1950, caindo para 0,4% em 1960, apresentando 0,4% em 1970, 0,4% em 1975 e 0,5% em 1980.

A avicultura mostra tendência crescente para o Estado do Paraná. Na região ocorreu decréscimo no número de cabeças, de 1920 para 1940, evoluindo positivamente desde esse ano, com pico em 1980.

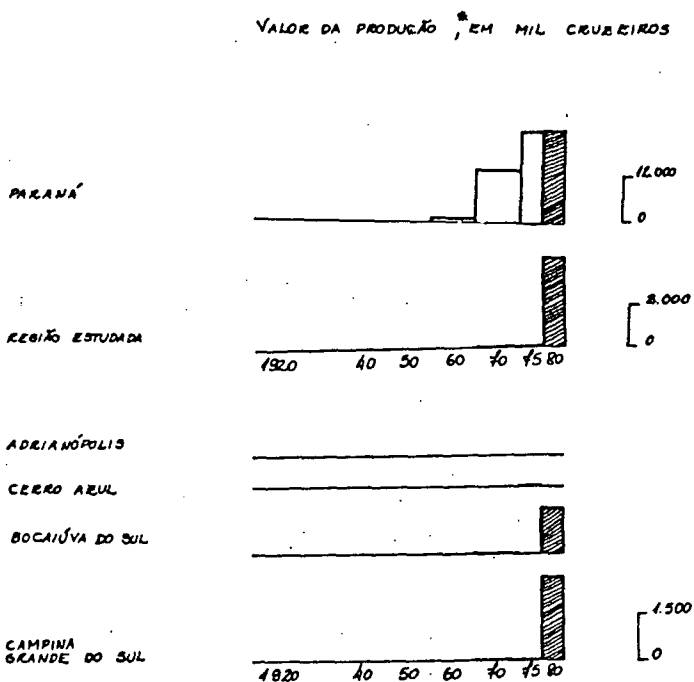
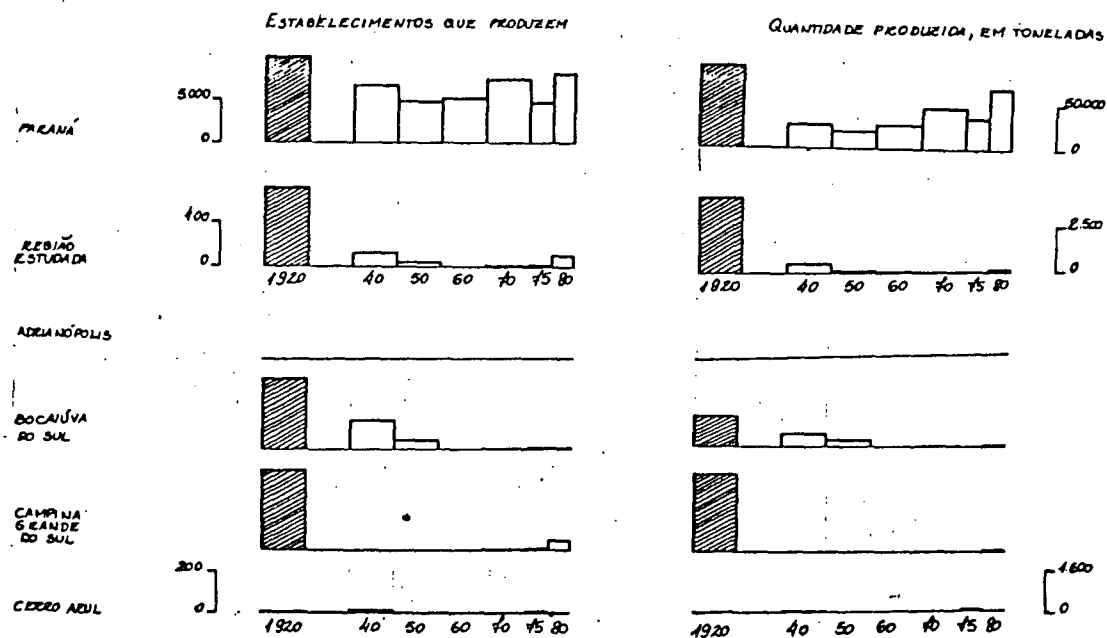
A criação regional representa 9,5% em 1920, caindo depois continuamente até chegar a 0,9% em 1980.

Vai crescendo a produção de ovos na região, como decorrência lógica do aumento da criação de aves. A participação relativa da produção de ovos da região inicia com 0,5% em 1940, passando para 2,8% em 1950, decrescendo em 1960 para 1,1%, aumentando para 1,2% em 1970, estabilizando sua participação em 75 e 80. Apesar de ser significativa para a região, é inexpressiva em relação à produção estadual.

Cresce a apicultura regional, que participa com 2,6% das colméias paranaenses em 1920, evoluindo para 1,8% em 1960, para 6,2% em 1970, para 7,6% em 1975 e para 4,2% em 1980. A produção de mel da região passa de 3,3% em 1920, para 1,4% em 1960, crescendo para 9,9% em 1970 e caindo para 5,7% em 1980. Dados referentes a 50 confirmam que houve elevação da produção em 50 e 60, decaindo continuamente para 1970, com ligeiro acréscimo em 75 e 80. Isso é devido a invasão de abelhas afri-

GRÁFICO 29

ERVA - MATE



FONTE: TABELAS 136, 137, 138.

* EM VALORES CORRENTES

canas, que fugiram de colméias do campo experimental da Universidade de Ribeirão Preto, SP, nos anos 50.

Atualmente, a região, como praticamente todo o Brasil, caracteriza-se com uma produção de mel de abelha miscigenadas (africanizadas). Mas o sabor do mel depende da floração local. Isso se interliga com os cuidados dispensados na produção com vistas à qualidade do produto.

2.3. VEGETAL

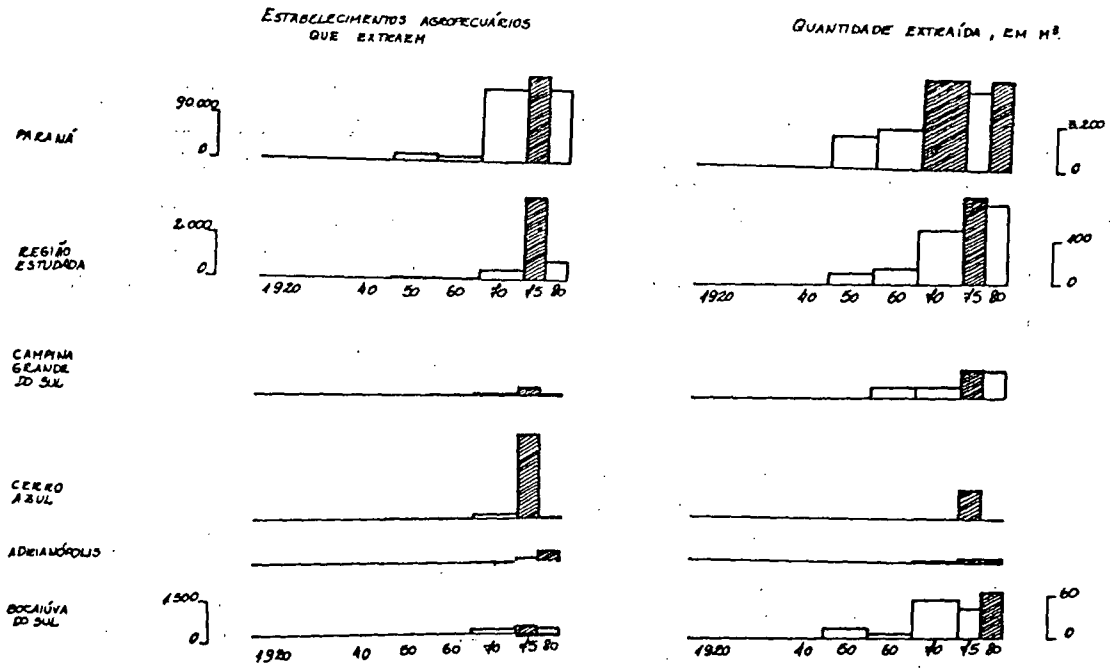
Na extrativa vegetal (tabelas 136 a 144 e gráficos 29 a 31), destacou-se na região a produção de erva-mate cancheada. No Paraná sua maior produção ocorreu em 1920, dentro do período de 1920 a 1980, caindo significativamente para 1940 e 1950. Cresce o aumento da produção desde esse ano.

A produção regional segue esse mesmo ritmo. A participação relativa da região no Estado foi como segue: 4,4% em 1920, 1,8% em 1940, 0,9% em 1950, 0,0% em 1960, 0,01% em 1970, 0,1% em 1975 e 0,2% em 1980. Havia falta do estímulo de um preço que cobrisse os custos mais uma margem de lucros.

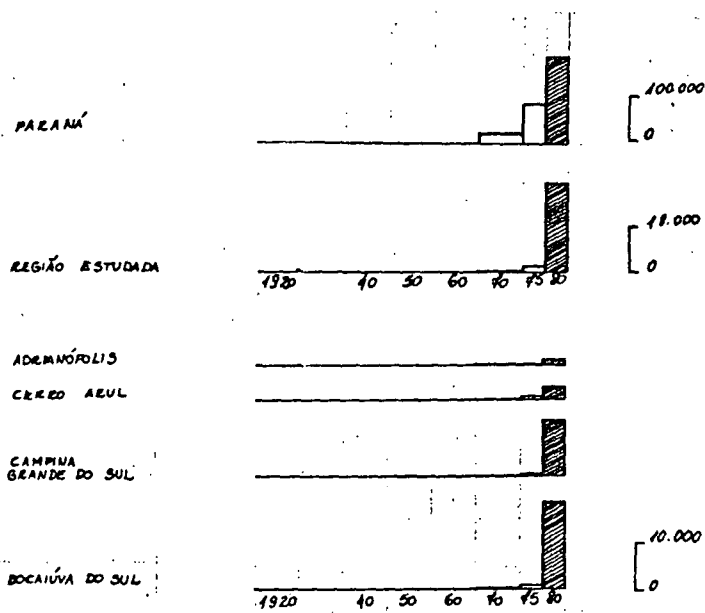
A extração de lenhas é outra atividade econômica da região. O Estado apresenta sua maior produção em 1970, decrescendo depois disso e apresentando um patamar nos anos de 75 e 80. Já a região aparece com sua maior produção em 1975, decaindo em seguida. A produção regional é de 1,1% em 1950, evoluindo para 1,2% em 1960, para 1,9% em 1970, 3,5% em 1975 e 2,8% em 1980.

GRÁFICO 30

LENHA



VALOR DA PRODUÇÃO, EM MIL CRUZEIROS



Fonte: TABELAS 139, 140, 141.

* EM VALORES CORRENTES

Na produção de lenha, destaca-se atualmente o corte de lenha de bracatinga, particularmente no Municípios de Bocaiúva do Sul e Campina Grande do Sul. A lenha de mato, de outras madeiras, era mais significativa em décadas passadas. As madeiras de lei não têm expressividade hoje em dia.

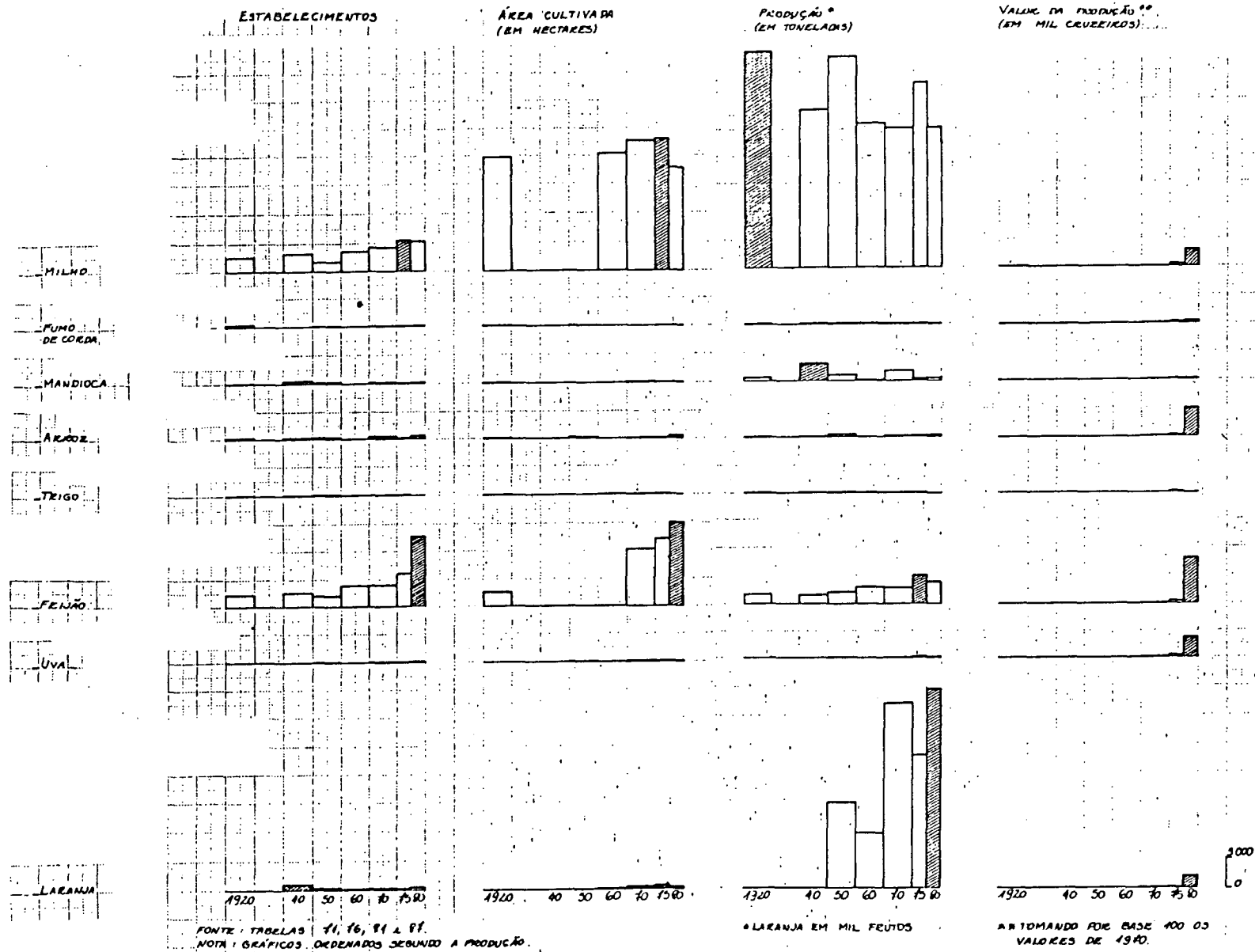
2.4. MINERAL

A região do Alto Vale do Ribeira paranaense e do Vale do Capivari possui jazidas de vários minérios, metálicos e não metálicos, sendo que algumas estão sendo exploradas.

Tabela 167. Produção e valor da produção mineral da região em 1980.

Características	Produção/Toneladas	Produção/mil Cr\$
Adrianópolis: chumbo	5.025	76.778
prata	851	13.524
barita	855	466
calcário	1.281	142
Bocaiúva do Sul: talco	7.567	4.587
calcário	32.955	2.623
dolomito	5.179	510
granito	99	92
mármore	74	65
Cerro Azul: chumbo	18.969	98.383
calcário	259	22

Fonte: DEE.



A maior produção mineral de Adrianópolis é de chumbo e prata, Bocaiúva do Sul explora mais o talco e Cerro Azul destaca-se também na extração de chumbo, sendo que Campina Grande do Sul não apresenta produção mineral.

Apesar de estar crescendo a produção mineral da região, aquilo que se extrai representa muito pouco em vista de suas potencialidades, principalmente na porção Centro-Norte da área.

3. AGROPECUÁRIA REGIONAL

A produção dos principais produtos agropecuários regionais, com base 100 em 1920, tem a seguinte evolução em relação ao Paraná.

3.1. AGRICULTURA REGIONAL

Os estabelecimentos agrícolas regionais (tabelas 71,76, 81 e 97 e gráfico 21), que produzem milho, partem em 1920, de 100 e involuem para 69 em 1950, atingindo um pico de 205 em 1975, decrescendo a seguir. A nível estadual crescem até 1970, chegando ao auge de 1601, declinando após essa data, atingindo o índice de 1203 em 1980.

Aqueles que produzem feijão, na região, têm uma oscilação positiva em 1940, caindo para 87 em 1950, variando positivamente até o nível de 525. Para o Estado, ocorre um pico de

4.250 em 1970, e caindo para 1950, mas incrementando até 8.923 em 1980.

Quanto ao arroz, regionalmente cresce de 100 para 151, com oscilação positiva em 1970. Estadualmente, evolui de 100 para 3.401, com pico em 1975, quando esse incremento representa 5.277.

Relativamente à mandioca, a região passa do índice 100 para 370 em 1940, declinando até 44 em 1975 e subindo para 191 em 1980. O Estado involui para 31 em 1960, crescendo para 2.108 em 1970, decrescendo para 1975 e chegando a 2.033 em 1980.

Já os estabelecimentos que produzem trigo na região estudada, começam em 1920 em 100, incrementam até 1950, em que representam 308, involuindo depois até desaparecer. Apresentam-se diferentemente para o Paraná, iniciando com 100, passam por 3.786 em 1970, e terminam o período com 1706.

No concernente ao fumo de corda, a região começa com o índice 100 e termina com 15, enquanto que o Estado chega a 470, com fase negativa de 62 em 1960.

Com referência aos estabelecimentos agropecuários que produzem laranja, a região inicia com 100 em 1940, decresce para 23 em 1960, crescendo a seguir para 54 em 1980. O Estado decresce para 45 em 1950, crescendo após até 381 em 1980.

Tabela 71. Estabelecimentos regionais com produção agrícola.

ANOS	MILHO	FEIJÃO	ARROZ	MANDIOCA	TRIGO	FUMO DE CORDA	LARANJA	UVA
1920	2.747	2.429	487	131	12	376	—	—
1940	3.266	2.927	489	485	20	—	1.283	—
1950	1.913	2.132	490	307	37	80	415	30
1960	3.632	3.519	—	—	1	—	307	—
1970	4.457	3.581	623	294	1	70	434	108
1975	5.634	6.133	488	58	1	59	385	182
1980	5.323	12.761	740	251	—	60	698	253

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 72. Evolução dos estabelecimentos agrícolas regionais.¹

ANOS	MILHO	FEIJÃO	ARROZ	MANDIOCA	TRIGO	FUMO DE CORDA	LARANJA	UVA
1920	100	100	100	100	100	100	—	—
1940	118	120	100	370	166	—	100	—
1950	69	87	100	234	308	21	32	100
1960	132	144	—	—	8	—	23	—
1970	162	147	127	224	8	18	33	360
1975	205	252	100	44	8	15	30	606
1980	193	525	151	191	—	15	54	843

Fonte: Censos do IBGE.

1. Com base 100 em 1920, exceto Laranja e Uva.

Tabela 73. Participação relativa dos estabelecimentos agrícolas regionais, em %.

ANOS	MILHO	FEIJÃO	ARROZ	MANDIOCA	TRIGO	FUMO DE CORDA	LARANJA	UVA
1920	9,8	28,3	9,8	3,4	0,02	14,3	—	—
1940	5,2	5,0	2,6	3,7	0,14	—	4,7	—
1950	1,9	2,6	1,8	21,5	0,12	3,5	3,3	0,6
1960	1,8	1,9	—	—	0,002	—	0,8	—
1970	0,9	0,9	0,2	0,19	0,0003	1,1	12,9	1,1
1975	1,4	2,1	0,1	0,13	0,003	0,5	0,7	1,7
1980	1,5	1,6	0,4	0,3	—	0,4	0,6	0,8

Fonte: Censos do IBGE.

E os estabelecimentos que produzem uva, começam regionalmente com 100 em 1950, expandindo para 843 em 1980 e o Estado evolui, no mesmo período, para 661.

A participação relativa regional (região estudada/Paraná), dos estabelecimentos (tabela 73) evolui, de 1920 a 1980, da seguinte forma: o milho inicia com 9,8% e termina com 1,5%; o feijão participa com 28,3% e 1,6%; o arroz com 9,8% e 0,4%; a mandioca com 3,4% e 0,3%; o trigo com 0,02% e 0,0%; o fumo de corda com 14,3% e 0,4%; a laranja com 4,7% e 0,6% e a uva com 0,6% e 0,8%, respectivamente. O último produto foi o único cuja participação cresceu.

Análise comparativa da evolução da área cultivada (tabelas 76 a 80), a nível regional e estadual, também com base 100 em 1920: regionalmente cresce até 1975, quando representa para o milho 17% de incremento, caindo para 90 em 1980, ao passo que o Estado do Paraná cresce até 1970, em que soma 1.191, decaindo após para chegar a 1980 com 1.045.

A área destinada ao feijão cresce continuamente até o final do período, quando representa 531 a nível regional. E a nível estadual cresce até 1970, em que monta a 3.009, decaindo para 1975 e novamente subindo para 2.646 em 1980.

A do arroz, na região, cresce até 1950, decrescendo depois até 1975 e chega a 1980 com 470 e, no Estado, varia positivamente até 1975, representando 9.738 e involuindo para 3.813 em 1980.

Tabela 76. Área cultivada na agricultura regional, em Ha.

ANOS	MILHO	FEIJÃO	ARROZ	MANDIOCA	TRIGO	FUMO DE CORDA	LARANJA	UVA
1920	19.825	2.871	155	50	122	69	—	—
1940	—	—	—	—	—	—	—	—
1950	—	—	478	—	—	7	—	18
1960	20.173	7.876	—	—	2	—	120	—
1970	22.859	10.396	341	169	1	—	557	91
1975	23.260	12.228	337	26	1	24	530	75
1980	17.918	15.262	729	65	—	23	402	51

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 77. Evolução da área cultivada¹, regional.

ANOS	MILHO	FEIJÃO	ARROZ	MANDIOCA	TRIGO	FUMO DE CORDA	LARANJA	UVA
1920	100	100	100	100	100	100	—	—
1940	—	—	—	—	—	—	—	—
1950	—	—	308	—	—	10	—	100
1960	101	274	—	—	1	—	100	—
1970	115	362	220	338	0,008	—	464	505
1975	117	425	217	52	0,008	34	441	416
1980	90	531	470	130	—	33	335	283

Fonte: Censos do IBGE.

1. Com base 100 em 1920, exceto laranja e uva.

Tabela 78. Participação relativa da agricultura regional, em %.

ANOS	MILHO	FEIJÃO	ARROZ	MANDIOCA	TRIGO	FUMO DE CORDA	LARANJA	UVA
1920	11,1	9,3	2,7	1,4	5,2	6,3	—	—
1940	—	—	—	—	—	—	—	—
1950	—	—	0,9	—	—	0,3	—	1,4
1960	1,8	1,7	—	—	0,002	—	3,1	—
1970	0,9	0,9	0,07	0,3	0,001	—	1,1	3,3
1975	1,2	1,9	0,06	0,09	0,0001	0,2	27,1	3,3
1980	0,9	1,8	0,33	0,1	—	0,1	9,2	2,8

Fonte: Censos do IBGE.

Para a mandioca, a região cresce para 338 em 1970, caindo para 52 em 1975 e elevando-se para 130 em 1980. O Paraná cai para 45 em 1960, atingindo o auge em 1970 com 2.482, decaindo em 1975 e evoluindo para 1.326 em 1980.

Regionalmente, o trigo começa com 100 em 1920 e declina, chegando a 0,008 em 75 e desaparecendo em 1980, e, no Estado, inicia com 100 e termina com 48.975, crescendo continuamente.

O fumo de corda, para a região, decresce para 10 em 1950, subindo para 34 em 1975 e oscilando para 33 em 1980. Para o Estado, varia positivamente para 1950, cai para 62 em 1960, depois cresce e chega a 1980 com o índice 1.572.

A laranja, principia, para o Paraná, com o índice 100 em 1960, oscilando positivamente para 1970, negativamente para 1975, e crescendo para 114 em 1980. Na região estudada, chega à maior área cultivada em 1970 com o índice 464, declinando em seguida até 335 em 1980.

E para a uva, cujo índice 100 ocorre em 1950, atinge o auge em 1970, com 505, decrescendo após até chegar a 283 em 1980 na região e, no Estado, segue o mesmo ritmo de variação regional, chega ao máximo em 224 em 1970, diminuindo para 149 em 1980.

A participação relativa da área cultivada regional (tabela 78), em relação ao Paraná, evolui, no período de 1920 a 1980, para o milhódé 11,1% no começo para 0,9% no fim do mesmo;

Tabela 81. Produção agrícola regional (em tonel).

ANOS	MILHO	FEIJÃO	ARROZ	MANDIOCA	TRIGO	FUMO DE CORDA	LARANJA ¹	UVA
1920	38.918	1.830	299	588	86	76	—	—
1940	28.588	1.908	200	3.151	6	34	—	—
1950	37.916	2.258	689	1.153	379	11	14.549	38
1960	26.039	3.202	—	6	2	1	9.375	—
1970	25.333	3.115	253	1.720	1	55	32.132	168
1975	33.072	5.091	346	375	1	46	23.102	325
1980	25.489	4.115	523	540	0	14	34.808	268

Fonte: Censos do IBGE.

1. Em 1.000 Frutos.

Tabela 82. Evolução da produção agrícola regional¹

ANOS	MILHO	FEIJÃO	ARROZ	MANDIOCA	TRIGO	FUMO DE CORDA	LARANJA	UVA
1920	100	100	100	100	100	100	—	—
1940	73	104	66	535	6	44	—	—
1950	97	123	230	196	440	14	100	100
1960	66	174	—	1	2	1	64	—
1970	65	170	84	292	1	72	220	442
1975	84	278	115	63	1	60	158	855
1980	65	224	174	108	—	18	239	705

Fonte: Censos do IBGE.

1. Com base 100 em 1920, exceto Laranja e Uva.

Tabela 83. Participação relativa da produção agrícola regional, em percentagem.

ANO	MILHO	FEIJÃO	ARROZ	MANDIOCA	TRIGO	FUMO DE CORDA	LARANJA	UVA
1920	10,6	7,5	2,8	1,4	5,5	11,3	—	—
1940	4,7	3,6	1,1	4,5	0,06	9,6	—	—
1950	4,0	1,3	1,1	0,9	0,8	0,3	9,6	1,4
1960	1,7	1,4	—	0,03	0,003	0,16	2,9	—
1970	0,7	0,6	0,06	0,16	0,0004	1,2	10,6	1,9
1975	0,9	1,4	0,05	0,10	0,0002	0,4	9,7	2,8
1980	0,6	0,9	0,2	0,09	0,0	0,11	9,5	1,8

Fonte: Censos do IBGE.

para o feijão de 9,3% para 1,8%; para o arroz de 2,7% para 0,3%; para a mandioca de 1,4% para 0,1%; para o trigo de 6,3% a 0,1%; para a laranja de 0,3% para 9,2% e para a uva de 1,4% para 2,8%, respectivamente. Apenas esses dois últimos produtos têm sua participação relativa aumentada.

Analisando-se a quantidade produzida (tabelas 82 e 83) verifica-se que a região, no referido período e com base 100 no ano de 1920, involui, com o milho para 65 em 1980, com oscilações positivas em 1950 e 1975 e que o Estado avança para 1.066 em 1980, crescendo continuamente.

O feijão apresenta o seguinte desempenho: para a região, chega à sua maior produção em 1975 com índice 278, oscilando negativamente em 1970, para atingir 1980 com 224, e, para o Paraná, cresce constantemente, chegando a 1980 com 1.773.

A produção de arroz regional apresenta seu auge em 1950 com o índice 230, declinando depois até 84 em 1970 e variando positivamente para 174 em 1980, enquanto que, para o Estado, esse desempenho é positivo até 1975, ano em que representa 6.533, caindo a seguir para 2.221 em 1980.

A região, com a produção máxima de mandioca em 1940, chegando a 535, caindo a 1 em 1960, sobe para 292 em 1970, variando negativamente em 1975 e terminando o período com 108. O Paraná, por sua vez, consegue a maior produção em 1970 com

Tabela 86. Valor da produção agrícola regional, em mil cruzeiros.

ANOS	MILHO	FEIJÃO	ARROZ	MANDIOCA	TRIGO	FUMO CORDA	LARANJA	UVA
1920	—	—	—	—	—	—	—	—
1940	—	—	—	—	—	—	—	—
1950	—	—	—	—	—	—	—	—
1960	—	—	—	—	—	—	—	—
1970	4.099	2.188	115	104	0	211	899	82
1975	20.066	11.703	636	236	1	573	1.733	376
1980	136.298	178.500	5.785	3.824	—	860	20.085	3.089

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 87. Evolução do valor da produção agrícola regional¹

ANOS	MILHO	FEIJÃO	ARROZ	MANDIOCA	TRIGO	FUMO CORDA	LARANJA	UVA
1920	—	—	—	—	—	—	—	—
1940	—	—	—	—	—	—	—	—
1950	—	—	—	—	—	—	—	—
1960	—	—	—	—	—	—	—	—
1970	100	100	100	100	0	100	100	100
1975	489	534	553	226	100	271	192	458
1980	3.325	8.158	5.030	367	—	407	2.234	3.767

Fonte: Censos do IBGE.

2. Com base 100 em 1920, exceto Trigo.

Tabela 88. Participação relativa do valor de produção agrícola regional, em %.

ANOS	MILHO	FEIJÃO	ARROZ	MANDIOCA	TRIGO	FUMO CORDA	LARANJA	UVA
1920	—	—	—	—	—	—	—	—
1940	—	—	—	—	—	—	—	—
1950	—	—	—	—	—	—	—	—
1960	—	—	—	—	—	—	—	—
1970	0,8	0,7	0,07	0,15	0	1,7	11,5	1,08
1975	0,9	1,6	0,06	0,14	0,0001	0,6	4,9	1,02
1980	0,6	0,9	0,2	0,18	—	0,1	4,4	0,7

Fonte: Censos do IBGE.

2.517. Passando em 1960 por 40, declinando depois para 851 em 1975, finalizando o período com 1.682.

Já o trigo evolui positivamente, no âmbito estadual, terminando o período com o índice de 79.165, ao passo que a região cai para 6 em 1940, apresentando sua maior produção em 1950 com 440, caindo depois e finalmente desaparecendo.

A produção de fumo de corda, na região oscila de 100 para 1 em 1960, crescendo para 72 em 1970 e baixando a seguir para chegar a 18 em 1980 e, no Estado, subindo para 1.901 em 1980, depois de variação negativa até 1950.

O índice de produção de laranja inicia em 1950 e, regionalmente, evolui para 239, ao término do período, com oscilações negativas em 1960 e 1975 e, estadualmente, chega ao montante de 242, com variação negativa de 1960 a 1975.

E a uva, com início também em 1950, na região, produz um pico de 855 em 1975, caindo para 705 em 1980. No Paraná, cresce continuamente até 531 em 1980.

A participação relativa da produção regional (tabela 83) evolui, no período estudado, no milho de 10,6% para 0,6%; no feijão de 7,5% para 0,9%; no arroz de 2,8% para 0,2%; na mandioca de 1,4% para 0,09%; no trigo de 5,5% para 0,0; no fumo de corda de 11,3% para 0,11%; na laranja de 9,6% para 9,5% (passando por 10,6% em 1970) e na uva de 1,4% para 1,8% (com passagem por 2,8% em 1975). Mantém o penúltimo produto

Tabela 84. Produção agrícola paranaense, Em toneladas.

ANOS	MILHO	FEIJÃO	ARROZ	MANDIOCA	TRIGO	FUMO DE CORDA	LARANJA ¹	UVA
1920	366.461	24.090	10.584	40.702	1.555	667	—	—
1940	604.226	51.701	17.485	69.614	8.888	348	—	—
1950	936.705	169.731	62.298	123.262	43.921	349	150.185	2.713
1960	1.474.493	221.688	171.382	16.680	58.628	602	314.146	7.642
1970	3.426.389	457.096	375.605	1.024.516	205.359	4.413	301.140	8.422
1975	3.429.737	362.515	691.528	346.697	380.600	9.793	236.547	11.473
1980	3.908.144	427.128	335.159	684.766	1.231.017	12.683	363.774	14.418

Fonte: Censos do IBGE.

1. Em mil frutos.

Tabela 85. Evolução da produção agrícola paranaense.¹

ANOS	MILHO	FEIJÃO	ARROZ	MANDIOCA	TRIGO	FUMO DE CORDA	LARANJA	UVA
1920*	100	100	100	100	100	100	—	—
1940	164	214	165	171	571	52	—	—
1950	255	704	588	302	2.824	52	100	100
1960	402	920	1.619	40	3.770	90	209	281
1970	934	1.897	3.548	2.517	13.206	661	200	310
1975	935	1.504	6.533	851	24.475	1.468	157	422
1980	1.066	1.773	2.221	1.682	79.165	1.901	242	531

Fonte: Censos do IBGE.

1. Com base 100 em 1920, exceto laranja e uva.

sua participação relativa ao longo do tempo, crescendo relativamente a uva.

Comparando o valor da produção agrícola regional com o do Paraná (tabela 87 e 89 e gráfico 21) no período, com índice 100 em 1970, observa-se a seguinte evolução: o milho atinge o índice de 3.325 na região, ao final do período e no Estado 4.443; o feijão 8.158 e 6.486; o arroz 5.030 e 1.774; a mandioca 367 e 3.121; o trigo 0,0 e 15.290; o fumo de corda 407 e 5.969; laranja 2.234 e 5.771 e a uva 3.767 e 5.815, respectivamente.

As informações relativas aos valores agregados estão representados graficamente em valores deflacionados, com base 100 em 1977, segundo o índice calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

A participação relativa regional (tabela 88) comporta-se como segue: o milho inicia o período analisado com 0,8% e termina com 0,6%; o feijão com 0,7% e 0,9% (passando por 1,6% em 1975); o arroz com 0,07% e 0,2%; a mandioca com 0,15% e 0,18%; o trigo com 0,0 e 0,0 (passando por 0,0001% em 1975); o fumo de corda com 1,7% e 0,1%; a laranja com 11,5% e 4,4% e a uva com 1,0% e 0,7%, respectivamente no começo e no fim do período.

Esse é o quadro geral da análise pormenorizada, que permite apresentar as grandes tendências da produção agrícola da região, caracterizando-se por uma tendência declinante

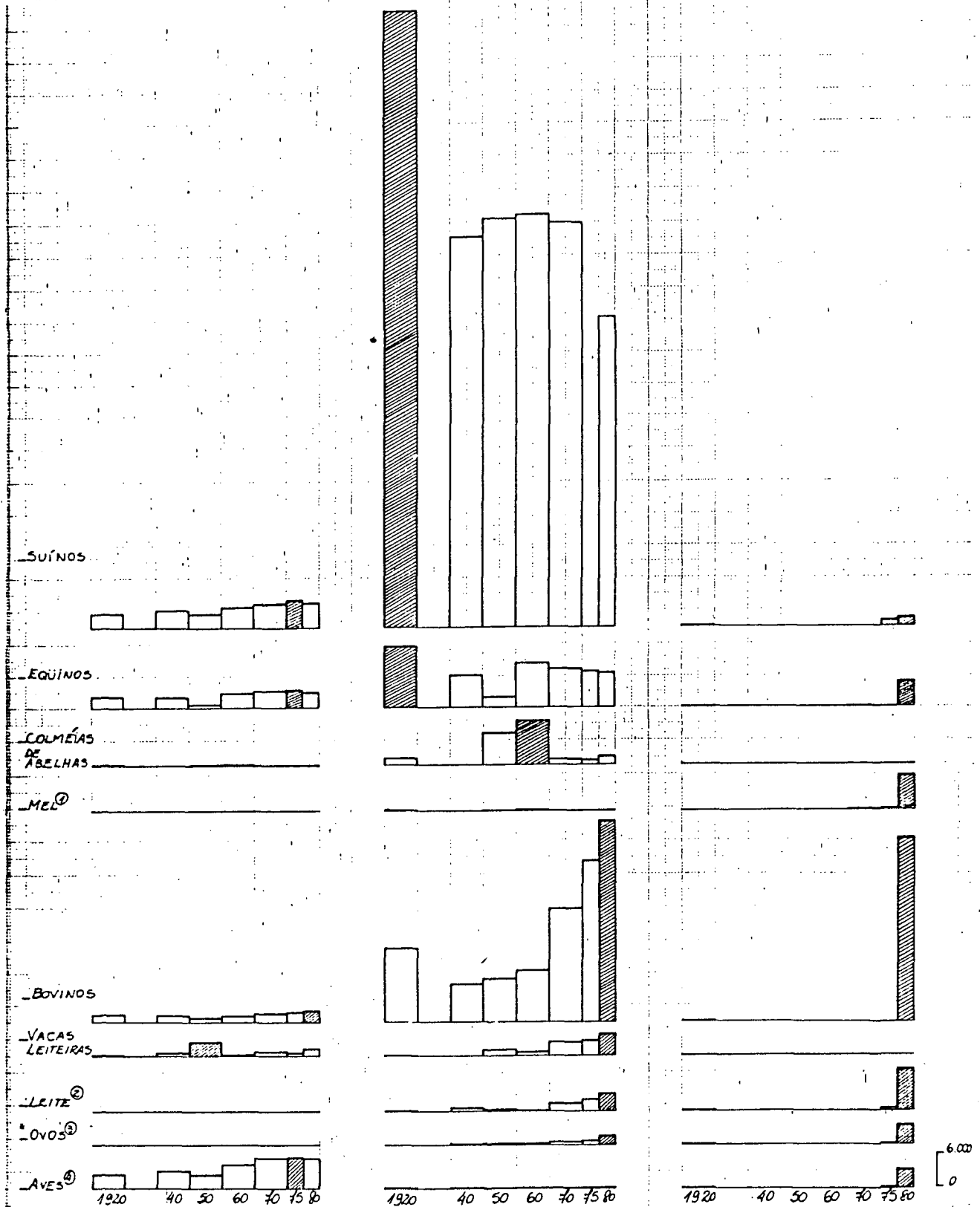
GRÁFICO 28

PECUÁRIA REGIONAL

ESTABELECIMENTOS

PRODUÇÃO (EM CABEÇAS)

VALOR DA PRODUÇÃO (EM MIL CRUZEIROS)



FONTE: TABELAS 124, 126 e 132

NOTA: GRÁFICOS ORDENADOS SEGUNDO A PRODUÇÃO

- ① EM MIL QUILOS
- ② EM MIL LITROS
- ③ EM MIL DÚZIAS
- ④ EM MIL CABEÇAS

* TOMANDO POR BASE 100 OS VALORES DE 1970, OU 1920 QUANDO EXISTENTE

para o milho e fumo de corda, estabilizante para a mandioca e crescente para o feijão, arroz, laranja e uva, sendo que o trigo não mais é produzido na área. A participação relativa da região no Estado é acentuadamente decrescente para os referidos produtos, com exceção da laranja e da uva, que se mostram crescentes. Enquanto que, a nível estadual, a tendência é de crescente incremento para todos os produtos supra citados.

3.2. PECUÁRIA REGIONAL

Os estabelecimentos agropecuários da região (tabelas 121 a 125 e gráfico 28), destinados à criação de suínos, com base 100 em 1920, evolui para 184 em 1975, passando por uma involução de 7% em 1950, registrando-se incremento de 17% em 1940, e crescendo para 169 em 1980.

Aqueles estabelecimentos que possuem bovinos apresentam uma evolução mais irregular. Iniciando com índice 100 em 1920, cresce 5 pontos para 1940, decai para 71 em 1950, crescendo novamente depois, até atingir 163 em 1980.

Com referência àqueles que criam gado leiteiro, atingem seu maior índice (5.251) em 1950, decaindo para 761 em 1960, elevando-se a 1838 em 1970, passando por 1575 em 1975 e chegando a 2589 em 1980.

Relativamente aos estabelecimentos que criam eqüinos, começa com 100 em 1920, decresce para 35 em 1950, depois evolui para 138 em 1975, terminando o período com 124.

Tabela 126. Produção Pecuária regional. Em cabeças.

ANOS	SUÍNOS	BOVINOS	VAC. LEIT.	LEITE ¹	EQUÍNOS	AVES ²	OVOS ³	COLMEIAS	MEL ⁴
1920	114.128	13.762	—	27	11.803	217	—	1.218	4,0
1940	72.578	7.016	—	605	6.384	123	27	—	—
1950	75.636	7.951	1.147	517	2.396	137	285	5.578	27,0
1960	76.538	9.738	745	444	8.506	178	244	8.023	42,3
1970	75.108	20.852	2.566	1.492	7.536	271	656	1.118	17,6
1975	—	29.601	2.766	2.246	7.173	320	927	1.171	12,7
1980	57.737	36.537	3.943	3.466	6.877	429	1.619	1.708	24,9

Fonte: Censos do IBGE

1. Em mil litros
2. Em mil cabeças
3. Em mil dúzias
4. Em mil quilos

Tabela 127. Evolução da pecuária regional. (1920 = 100)

ANOS	SUÍNOS	BOVINOS	VAC. LEIT;	LEITE	EQUÍNOS	AVES	OVOS	COLMEIAS	MEL
1920	100	100	—	100	100	100	—	100	100
1940	63	50	—	2.240	54	56	100	—	—
1950	66	57	100	1.914	20	63	1.055	457	675
1960	67	70	64	1.644	72	82	903	659	1.057
1970	65	151	223	5.525	63	124	2.429	91	440
1975	—	215	241	8.318	60	147	3.433	96	317
1980	50	265	343	12.837	58	197	5.996	140	622

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 128. Participação da pecuária relativa regional, em percentagem.

ANOS	SUÍNOS	BOVINOS	VAC. LEIT.	LEITE	EQUÍNOS	AVES	OVOS	COLMEIAS	MEL
1920	14,6	2,5	—	1,6	6,2	9,5	—	2,6	3,3
1940	4,9	1,4	—	1,2	2,8	4,8	0,5	—	—
1950	3,6	0,9	1,2	0,9	0,9	3,1	2,8	2,0	1,8
1960	2,1	0,5	0,42	0,37	1,9	1,3	1,1	1,8	1,4
1970	1,2	0,44	0,46	0,35	1,5	1,00	1,2	6,2	10,1
1975	—	0,44	0,45	0,43	1,6	1,07	1,17	7,6	6,4
1980	1,0	0,46	0,5	0,42	1,7	0,9	1,19	4,2	5,9

Fonte: Censos do IBGE.

Com respeito aos que se dedicam às aves, crescem para 126 até 1940, involuem a 100 em 1950, crescendo posteriormente até totalizar 222 em 1980.

O número dos que criam abelhas, evolui ao índice 100 em 1920, chegando a 1960 com 353, caindo para 21 em 1970, 29 em 1975 e 25 em 1980.

Com oscilações, a participação relativa da pecuária regional, em percentagem, varia de 9,8% em 1920 para 1,5% em 1980 na suinocultura, mostrando sua menor participação em 1970 com 1,1%. A bovinocultura vai de 6,4%, caindo para 0,7% em 1970, evoluindo para 0,9% em 1980. As vacas ordenhadas, iniciando com 2,6% caem para 0,4% em 1975 e sobem para 0,7% em 1980. A eqüinocultura principia com 9,2%, decai para 1,2% em 1970 e termina o período com 1,4%, passando por 1,5% em 1975. A avicultura inicia com 9,5%, caindo para 1,1% em 1970 e concluindo o período com 1,6%. A apicultura começa com 2,4%, cai até 1,3% em 1970, atinge o auge em 1975 com 3,3%, voltando novamente a 1,3% em 1980.

A produção pecuária regional (tabelas 126 a 130 e gráfico 28) evolui, no período, também com base 100 em 1920, como segue: suínos, começa com 100 e involui, com oscilações, chegando com 50 a 1980. Bovinos, de 100 em 1920, cai para 50 em 1940, crescendo depois até 1980, quando se apresenta com 265. Vacas leiteiras, cujo índice 100 inicia em 1950, decai para 64 em 1960, crescendo até 343 em 1980. Leite evolui de 100 para 2.240 em 1940, involuindo após até 1960, quanto está em 1.644,

Tabela 129. Produção pecuária estadual. Em cabeças.

ANOS	SUÍNOS	BOVINOS	VAC. LEIT.	LEITE ¹	EQUINOS	AVES ²	OVOS ³	COLMEIAS	MEL ⁴
1920	778.342	539.765	—	1.628	190.138	2.273	—	45.826	135,
1940	1.477.428	469.053	—	48.244	224.763	2.508	5.311	—	—
1950	2.044.839	812.513	93.728	56.439	261.728	4.311	9.933	273.983	1.510,
1960	3.630.659	1.665.693	175.968	119.724	431.767	13.211	21.804	437.232	2.872,
1970	6.215.147	4.692.677	547.035	425.807	489.718	26.835	52.258	17.877	174,
1975	—	6.587.064	606.837	518.606	440.867	29.917	78.897	15.213	197,
1980	5.712.220	7.915.140	761.818	822.292	401.757	46.728	135.407	40.130	422,

Fonte: Censos do IBGE.

1. Em mil litros.
2. Em mil cabeças.
3. Em mil dúzias.
4. Em mil quilos.

Tabela 130. Evolução da pecuária estadual.

ANOS	SUÍNOS	BOVINOS	VAC. LEIT.	LEITE	EQUINOS	AVES	OVOS	COLMEIAS	MEL
1920	100	100	—	100	100	100	—	100	100
1940	189	86	—	2.963	118	110	100	—	—
1950	262	150	100	3.466	137	189	187	597	1.118
1960	466	308	187	7.354	227	581	410	954	2.127
1970	798	869	583	26.155	257	1.180	983	39	128
1975	—	1.220	647	31.855	231	1.316	1.485	33	145
1980	733	1.466	812	50.509	211	2.055	2.549	87	312

Fonte: Censos do IBGE.

1. Com base 100 em 1920, exceto vacas leiteiras e ovos.

saltando para 12.837 em 1980. Eqüinos decaem para 20 em 1950, sobem para 72 em 1960 involuindo para 58 em 1980. Aves caem para 56 em 1940, crescendo para 197 em 1980. Ovos evoluem significativamente de 100 em 1940 para 5.996 em 1980, com uma oscilação negativa para 903 em 1960. Colméias evoluem positivamente até 659 em 1960, caindo para 91 em 1970, crescendo depois para 140 em 1980. E mel incrementando sua produção para 1.057 em 1960, declinando após para 317 em 1975, subindo para 622 em 1980.

Os dados mostram que a criação de suínos decresce no correr de todo o tempo, involuindo 50%. Ao passo que a de bovinos apresenta um pico de queda em 1940, também de 50%, crescendo depois. Quanto às vacas leiteiras, registra-se sua maior crise em 1960, crescendo após, no que é acompanhada pelo leite. A tabela 127 mostra que a evolução da criação de eqüinos decai até 1950, quando representa apenas 20% de 1920, recuperando-se para 72 em 1960 e novamente decrescendo para chegar a 58 em 1980. As aves aparecem com sua mais acentuada baixa em 1940, crescendo depois até 197 em 1980. Relativamente aos ovos, não se dispõe de informações para 1920, sendo que seu maior declínio ocorre em 1960. As colméias apresentam sua crise em 1970, decorrência da disseminação das abelhas africanas que dizimaram as européias. O mel acompanha a crise das colméias, mas não na mesma proporção, o que indica que as abelhas africanizadas são mais produtivas.

A participação relativa da produção pecuária regional (tabela 128) em percentagem, evolui de 14,6 para 1,0 na suino-

Tabela 131. Valor da produção pecuária regional, em mil cruzeiros.

ANOS	SUÍNO	BOVINOS	LEITE	EQUINOS	AVES	OVOS	MEL
1920	7.418	1.555	—	1.546	—	—	—
1940	—	—	—	—	—	—	—
1950	—	—	—	—	—	—	—
1960	—	—	—	—	—	—	—
1970	—	—	585	68	799	994	36
1975	84.002	—	3.507	—	2.659	3.214	89
1980	112.644	520.126	45.852	76.524	26.956	36.437	2.337

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 132. Evolução da Produção Pecuária Regional.¹

ANOS	SUÍNOS	BOVINOS	LEITE	EQUINOS	AVES	OVOS	MEL
1920	100	100	—	100	—	—	—
1940	—	—	—	—	—	—	—
1950	—	—	—	—	—	—	—
1960	—	—	—	—	—	—	—
1970	—	—	100	4	100	100	100
1975	1.132	—	599	—	332	323	247
1980	1.518	33.448	7.837	4.949	3.373	3.665	6.491

Fonte: Censos do IBGE

1. 1920 = 100, exceto leite, aves, ovos, mel.

Tabela 133. Participação relativa da pecuária regional, em percentagem.

ANOS	SUÍNOS	BOVINOS	LEITE	EQUINOS	AVES	OVOS	MEL
1920	12,5	2,2	—	5,0	—	—	—
1940	—	—	—	—	—	—	—
1950	—	—	—	—	—	—	—
1960	—	—	—	—	—	—	—
1970	—	—	0,45	0,05	1,1	1,6	9,0
1975	1,4	—	0,55	—	0,72	1,2	5,3
1980	0,5	0,3	0,50	1,5	0,7	1,1	6,5

Fonte: Censos do IBGE.

cultura; de 2,5 para 0,4 na bovinocultura; de 1,2 para 0,5 com as vacas leiteiras; de 1,6 para 0,4 com o leite, que apresenta oscilações no correr do tempo; de 6,2 para 1,7 com a eqüinocultura, também com oscilações; de 9,5 para 0,9 com a avicultura; de 2,8 para 1,1 com os ovos, com altos e baixos no período; de 2,6 oscilando até 7,6 com as colméias, caindo para 4,2 em 1980; de 3,3 para 10,1 com o mel, caindo para 5,9 no final do período.

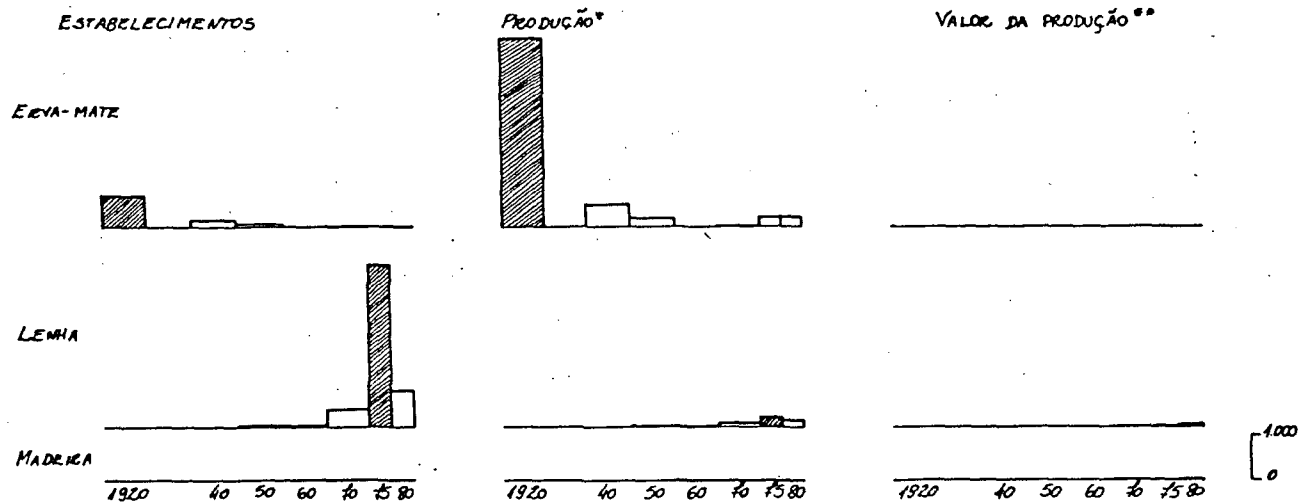
Relativamente ao valor da produção pecuária regional, analisa-se a participação relativa em percentagem: os suínos iniciam com a participação de 12,5 e terminam com 0,5. Os bovinos com 2,2 e 0,3, no princípio e fim do período, respectivamente, e, assim, se comporta o leite com 0,4 e 0,5. Os eqüinos com 5,0 e 0,5. As aves com 1,1 e 0,7 e ovos com 0,6 e 1,1. E o mel com 9,0 e 6,5.

Em valores correntes de 1980, em mil cruzeiros, os suínos concorrem com 112.644 (14,3%), os bovinos com 520.126 (66,1%), o leite com 45.852 (5,8%), os eqüinos com 76.524 (9,7%), aves com 26.956 (3,4%), ovos com 36.437 (4,6%), mel com 2.337 (0,29%). Observa-se que bovinos, suínos e eqüinos representam noventa por cento do valor da produção pecuária regional, por ordem de importância decrescente.

Dos principais elementos da produção pecuária regional, apresentam tendência de produção decrescentes os suínos e eqüinos, tendência crescente os bovinos, vacas leiteiras, aves e colméias. Com exceção das colméias, cuja participação rela-

GRÁFICO 32

PRODUÇÃO VEGETAL REGIONAL



FCNTE: TABELAS 145, 148, 151.

* ERYA-MATE: TONELADAS
LENHA: EM M³
MADEIRA: EM MIL M³

** VALOR REAL (1977=100 DA F.B.V.)

tiva cresceu, todos os demais elementos decrescem de modo significativo. Estadualmente, a tendência é acentuadamente crescente em todos esses componentes, exceto colméias que declinaram, mas se recuperaram.

3.3. PRODUÇÃO VEGETAL REGIONAL

Em termos de estabelecimentos agropecuários regionais (tabelas 145 a 153 e gráfico 32) referentes à produção florestal, destaca-se a erva mate que, com base 100 em 1920, involui para 0,0 em 1960, evoluindo após para 8 em 1980. Sua participação relativa decai de 7,3% para 0,3%, descontado o ciclo de involução e crescimento. As lenhas, com base 100 em 1950, crescem e chegam ao auge em 1975, em que registram o índice 8.595, decaindo após e atingindo 916 em 1980. Sua participação relativa começa com 0,2% e termina com 0,5%, passando por 2,0% em 1975. E as madeiras de lei, que, com base 100 em 1920, involuem para 11 em 1960, crescem para 533 em 1970, voltam a 100 em 1975 e incrementam novamente para 188 em 1980. Sua participação relativa inicia com 0,5%, passa por 0,8% em 1970, com oscilações, e termina o período com 0,4%.

A produção de erva mate, com base 100 em 1920, desaparece em 1960, crescendo depois para atingir 4,7% em 1980.

A participação relativa da produção da erva mate regional decresce totalmente até 1960, crescendo novamente para 0,2 em 1980, participando relativamente no valor da produção do Paraná com 0,02 em 1970, 0,2 em 1975 e 0,4 em 1980. A eleva-

Tabela 145. Estabelecimentos agropecuários com produção vegetal.

ANOS	REGIÃO ESTUDADA			PARANÁ		
	ERVA MATE	LENHAS	MADEIRAS LEI	ERVA MATE	LENHAS	MADEIRA LEI
1920	712	—	9	9.844	—	1.732
1940	142	—	—	6.586	—	—
1950	46	43	—	4.860	15.961	637
1960	—	43	1	5.129	11.161	1.459
1970	3	391	48	7.483	150.760	2.307
1975	7	3.696	9	4.630	179.941	5.100
1980	59	824	17	7.999	150.760	4.091

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 146. Evolução dos estabelecimentos agropecuários com produção vegetal.

ANOS	REGIÃO ESTUDADA			PARANÁ		
	ERVA MATE	LENHAS	MADEIRAS LEI	ERVA MATE	LENHAS	MADEIRAS LEI
1920	100	—	100	100	—	100
1940	19	—	—	66	—	—
1950	6	100	—	49	100	36
1960	—	100	11	52	69	84
1970	0,4	909	533	76	944	133
1975	0,9	8.595	100	47	1.127	294
1980	8,2	1.916	188	81	944	236

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 147. Participação relativa dos estabelecimentos agropecuários regionais na extração vegetal, em porcentagem.

ANOS	ERVA MATE	LENHAS	MADEIRAS DE LEI
1920	7,3	—	0,5
1940	2,1	—	—
1950	0,9	0,2	—
1960	—	0,3	0,06
1970	0,04	0,2	0,8
1975	0,4	2,0	0,1
1980	0,3	0,5	0,4

Fonte: Censos do IBGE.

ção dos preços do café, um produto substituto do chá mate, está estimulando outra vez a erva mate.

Por sua vez, a produção de lenha, com base 100 em 1950, cresce até 1975, quando o índice é de 776, decrescendo para 711 em 1980. Quanto à participação relativa, evolui de 0,15 até 3,5 em 1975, declinando após 2,8 em 1980, participando relativamente no valor da produção do Estado com 2,0 em 1970, 3,5 em 1975 e 18,3 em 1980.

Relativamente à produção da madeira de lei, com base 100 em 1970, passa por 227 em 1975, voltando a 100 em 1980. Sua participação relativa começa com 0,1 em 1970, continua com 0,3 em 1975 e termina com 0,3 em 1980. O valor da produção relativa é estável e chega a 1980 com 0,3.

Regionalmente, a tendência é decrescente para a erva mate, com ligeira recuperação na última década, assim como para a madeira de lei, sendo fortemente crescente, a tendência de produção de lenha. A participação relativa regional declina para o mate e incrementa para a lenha e a madeira de lei. A nível estadual, as tendências são idênticas às regionais.

3.4. PRODUÇÃO MINERAL REGIONAL

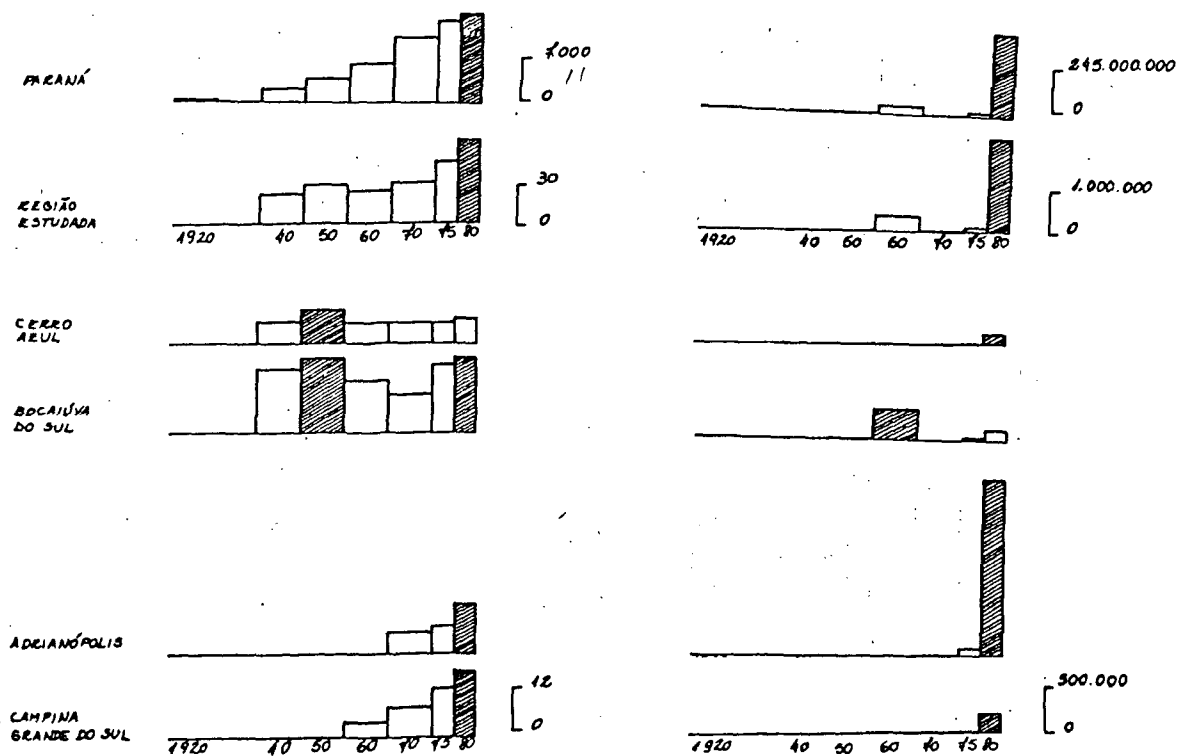
A produção mineral (tabela 148 e 150 e gráfico 32 e tabela 167, inserida no contexto da produção mineral) concentra-se na porção Centro-Norte da região, tanto para os

GRÁFICO 33

INDÚSTRIA

ESTABELECIMENTOS

VALOR DA PRODUÇÃO* EM MIL CRUZEIROS



Fonte: TABELAS 134, 135

* EM VALORES CORRENTES

minerais metálicos como para os não metálicos. Entretanto, seu valor de produção é muito pequeno se comparado com as potencialidades do subsolo regional.

Observa-se na referida tabela que o valor da produção de chumbo chegou a 175 milhões de cruzeiros em 1980, o da prata montou a 13,5 milhões, o do talco a 4,5 milhões e o calcário a 2,6 milhões de cruzeiros. E esses são os produtos que apresentam mais destaque na região.

A participação relativa industrial da região no Paraná (tabelas 154 e 155 e gráfico 33), assim como a participação relativa do comércio regional, no atacado e no varejo (tabelas 156 e 157 e gráfico 34) é insignificante, quer em relação aos estabelecimentos quer no concernente ao valor da produção. Quanto ao comércio, a análise restringe-se aos estabelecimentos, não considerando o valor da produção.

4. PRODUTIVIDADE AGROPECUÁRIA REGIONAL

A produtividade média regional (tabela 91 a 98) do milho (kg/ha) sempre esteve abaixo, durante o período, da produtividade média do Estado, aumentando a diferença à medida que o tempo passa. Houve um ou outro Município que, em determinada época, superou a produtividade paranaense, como Campina Grande do Sul e Cerro Azul em 1920, e Bocaiúva do Sul e Campina Grande do Sul em 1960.

Tabela 91. Produtividade do Milho (Kg/ha)

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	2.057	—	—	1.360	1.615	1.855	2.098
Reg. Estudada	1.963	—	—	1.290	1.108	1.421	1.422
Adrianópolis	—	—	—	—	1.273	1.298	1.269
Bocaiúva do Sul	1.769	—	—	1.484	1.123	1.519	1.463
Campina Gde. Sul	2.099	—	—	1.543	1.208	1.600	1.488
Cerro Azul	2.100	—	—	1.061	1.036	1.419	1.435

Fonte: Censos do IBGE.

Nota 5: Os cálculos da produtividade (ka/ha) são também de responsabilidade do autor.

Tabela 92. Produtividade do Feijão.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	782	—	—	488	493	564	524
Reg. Estudada	637	—	—	406	299	416	269
Adrianópolis	—	—	—	—	549	649	478
Bocaiúva do Sul	600	—	—	447	228	322	139
Campina Gde. Sul	798	—	—	339	211	314	352
Cerro Azul	640	—	—	420	292	424	300

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 93. Produtividade do Arroz.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	1.867	—	1.191	819	850	1.253	1.088
Reg. Estudada	1.929	—	1.441	—	741	1.026	717
Adrianópolis	—	—	—	—	706	995	1.003
Bocaiúva do Sul	2.000	—	1.524	—	857	1.750	652
Campina Gde. Sul	1.000	—	—	—	1.000	1.000	1.000
Cerro Azul	1.818	—	745	—	809	1.076	507

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 94. Produtividade da Mandioca.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	11.553	—	—	10.386	11.716	12.308	14.654
Reg. Estudada	11.760	—	—	—	10.177	14.423	9.846
Adrianópolis	—	—	—	—	8.024	8.285	8.947
Bocaiúva do Sul	11.937	—	—	—	7.235	3.000	6.000
Campina Gde. Sul	4.000	—	—	—	2.400	20.500	9.000
Cerro Azul	11.882	—	—	—	12.316	12.111	10.771

Fonte: Censos do IBGE.

Relativamente ao feijão, a produtividade estadual também supera a regional, sendo exceção o Município de Campina Grande do Sul em 1920, Adrianópolis em 1970 e 1975. Nota-se que, na parte Norte da região, Adrianópolis e Cerro Azul, cultivam-se o feijão das águas e o das secas, com duas safras por ano.

A região apresenta maior produtividade de arroz em 1920 e 1950, perdendo para o Paraná nos demais anos. Bocaiúva do Sul tem uma produtividade maior que a do Estado até 1975. Campina Grande do Sul produz mais por hectare, em média, que o Paraná como um todo em 1970.

Com referência à mandioca, a produtividade paranaense é inferior à regional em 1920 e 1975. Cerro Azul e Bocaiúva do Sul superam a produtividade estadual em 1920. Cerro Azul em 1970 e Campina Grande do Sul em 1975. Quanto à produtividade do trigo, a região fica acima da estadual, com exceção de 1980 quando a região deixa de produzir o cereal.

A produtividade média estadual está acima da regional na produção de fumo de corda, com exceção de 1950, destacando-se Bocaiúva do Sul.

Regionalmente a produtividade da laranja supera a estadual em 1980, enquanto que Cerro Azul suplanta a média paranaense em 1960 e 1980, Bocaiúva do Sul e Campina Grande do Sul em 1970.

A produção de uva por hectare é menor a nível regional, em todo o período, superando a média estadual os Municípios de Bocaiúva do Sul e Cerro Azul em 1970 e Campina Grande do Sul em 1980.

Tabela 95. Produtividade do Trigo.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	670	—	—	64	820	637	1.084
Reg. Estudada	704	—	—	1.000	1.000	1.000	—
Adrianópolis	—	—	—	—	—	1.000	—
Bocaiúva do Sul	702	—	—	1.000	1.000	—	—
Campina Gde. Sul	706	—	—	—	—	—	—
Cerro Azul	705	—	—	—	—	—	—

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 96. Produtividade do Fumo.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	615	—	151	886	—	882	744
Reg. Estudada	110	—	157	—	—	191	608
Adrianópolis	—	—	—	—	—	—	14
Bocaiúva do Sul	557	—	200	—	—	191	120
Campina Gde. Sul	500	—	—	—	—	—	—
Cerro Azul	603	—	100	—	—	—	16

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 97. Produtividade da Laranja (1000 frutos/ha).

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	—	—	—	82	69	121	83
Reg. Estudada	—	—	—	78	57	43	86
Adrianópolis	—	—	—	—	35	53	82
Bocaiúva do Sul	—	—	—	64	90	—	9
Campina Gde. Sul	—	—	—	27	134	48	34
Cerro Azul	—	—	—	85	53	43	87

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 98. Produtividade da Uva.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	—	—	2.245	3.282	3.110	5.101	7.983
Reg. Estudada	—	—	2.111	—	1.846	4.333	5.254
Adrianópolis	—	—	—	—	4.000	4.200	3.000
Bocaiúva do Sul	—	—	2.111	—	1.773	5.068	3.692
Campina Gde. Sul	—	—	—	—	1.147	3.823	8.444
Cerro Azul	—	—	—	—	13.500	3.000	2.500

Fonte: Censos do IBGE.

Ao analisar-se o conjunto da produção agrícola, percebe-se que a produtividade regional decresce com o correr do tempo. A elevada declividade do relevo e o processo produtivo empobreceram a fertilidade do solo, deixando-o ácido. E essa situação não foi corrigida, naquilo que pode ser feito, com vistas à restauração da fertilidade da terra. Motivo por que a produtividade regional vem decrescendo.

Em função das condições do relevo e do clima, o rendimento da pecuária da região é menor que a estadual. Nem por isso deixa de ser uma alternativa viável, apesar de menos rentável, ao agropecuarista local.

Face à análise realizada, pode-se completar o quadro da região, afirmando que há possibilidade de se incrementar a produção de vários elementos da agropecuária local. Entretanto, a produtividade vem declinando ao longo do tempo, os agricultores se descapitalizando e o êxodo rural crescendo, com todas as conseqüências decorrentes dessa situação para a sociedade como um todo orgânico.

5. FINANCIAMENTO E CAPITALIZAÇÃO

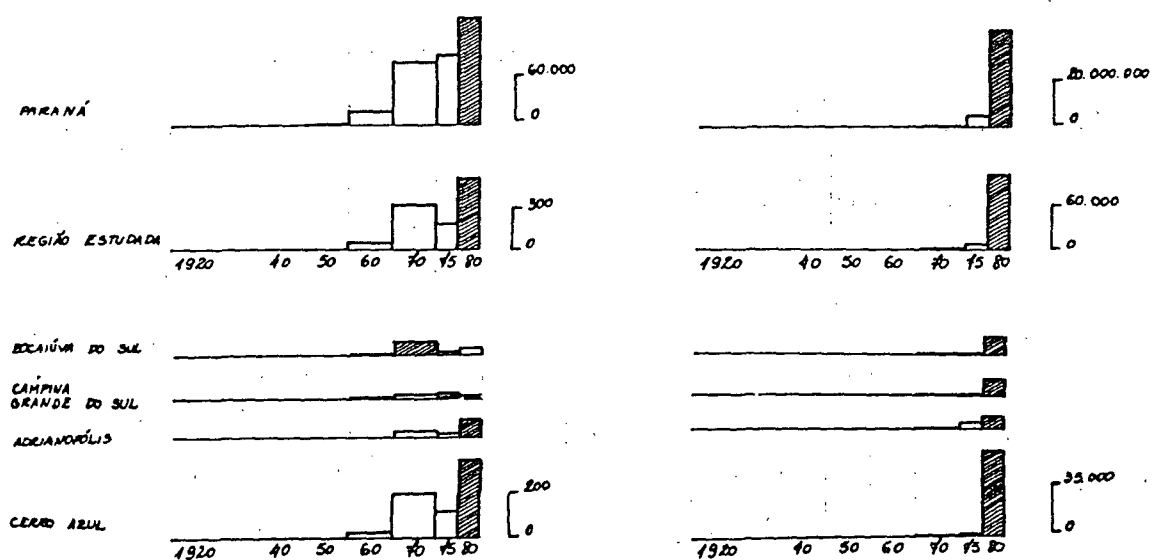
Os Censos do IBGE começaram a levantar os dados relativos aos financiamentos concedidos aos produtores dos Municípios da região em estudo a partir de 1960. Nessa data relacionam apenas o número dos estabelecimentos, omitindo o valor dos financiamentos concedidos. Nos Censos de 1970, 1975 e

GRÁFICO 35

FINANCIAMENTO

ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS QUE RECEBERAM FINANCIAMENTO

MONTANTE RECEBIDO, * EM MIL CRUZEIROS



Fonte: Tabelas 158, 159.

* Em valores correntes

1980 são apresentadas ambas as informações (Tabelas 158 e 159 e gráfico 35).

A participação relativa dos estabelecimentos agropecuários regionais que foram beneficiados com financiamento, foi de 0,36% em 1970, envolvendo para 0,19% em 1975 e voltando a 0,35 em 1980 em relação ao Estado. Com referência ao valor dessa participação, foi a seguinte sua evolução: 0,11% em 1970, 0,17% em 1975 e 0,22% em 1980.

Analisando-se a participação relativa, quer quanto ao número de estabelecimentos beneficiados quer quanto ao valor dos financiamentos recebidos, percebe-se que Cerro Azul e Adrianópolis são os Municípios que mais se beneficiam do processo. Com referência ao número de estabelecimentos financiados, Cerro Azul fica com 61% em 1960, evoluindo para 66% em 1970, decrescendo para 62% em 1975 e terminando, em 1980, com 71%. Quanto ao valor dos financiamentos, a participação de Cerro Azul evolui, respectivamente, a partir de 1970, de 38%, para 21% e 64%. Adrianópolis sobressai nessa participação com o Censo de 1975, quando fica com 58% dos financiamentos regionais.

O sistema de crédito é praticamente inexistente na região. Uns poucos produtores que conseguiram acumular riquezas mais do que os outros e que se poderiam denominar médios e grandes proprietários regionais, têm acesso relativamente fácil aos financiamentos agropecuários.

Tabela 158. Estabelecimentos agropecuários que receberam Financiamentos.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	—	—	160	18.245	84.628	98.300	144.551
Reg.Estudada	—	—	—	44	312	189	510
Adrianópolis	—	—	—	—	34	24	93
Bocaiúva do Sul	—	—	—	8	61	20	32
Campina Gde.Sul	—	—	—	9	12	26	22
Cerro Azul	—	—	—	27	205	119	363
Part.Rel.Reg.(%)	—	—	—	0,2	0,4	0,2	0,4

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 159. Montante do Financiamento recebido, em milhares de cruzeiros.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	—	—	1.575	—	514.701	5.044.099	45.376.847
Reg.Estudada	—	—	—	—	600	8.995	102.992
Adrianópolis	—	—	—	—	156	5.223	10.332
Bocaiúva do Sul	—	—	—	—	110	177	14.389
Campina Gde.Sul	—	—	—	—	107	1.694	12.826
Cerro Azul	—	—	—	—	227	1.901	65.445
Part.Rel.Reg.(%)	—	—	—	—	0,10	0,2	0,2

Fonte: Censos do IBGE.

Os pequenos proprietários dificilmente têm acesso aos financiamentos que são feitos em função da extensão da propriedade e do tamanho das lavouras. Há também o receio da hipoteca. Recorrem aos compadres e amigos mais abonados financeiramente, quando se acham em dificuldades, ou desejam ampliar suas propriedades, em vez de recorrerem aos bancos.

Os arrendatários e camaradas pedem adiantamentos, em dinheiro, aos compadres e amigos mais ricos para pagamento na próxima colheita ou com o próprio trabalho e o de sua família nas lavouras vindouras, à base da empreitada. Arrendam a área de terra de conformidade com a capacidade de cultivo de sua família, com o que suprem total, ou parcialmente sua subsistência. Se parcialmente, é porque vão trabalhar de empreitada para complementar a manutenção da família entre uma colheita e outra.

Conclui-se, por isso, que são poucos os benefícios que os pequenos produtores dessa região usufruem dos financiamentos.

À medida que os agricultores regionais se capitalizam, compram mais terras, ampliam as construções, aumentam a criação de animais, principalmente o gado vacum e o de suínos.

Na década de 1940 os proprietários mais capitalizados possuíam carroças e transportavam o excedente de produção ao mercado de Curitiba. Aí faziam suas compras dos principais

produtos para o ano todo, até a próxima safra. Mais tarde as carroças foram substituídas pelos caminhões.

Mas, como o excedente de subsistência é, de modo geral, reduzido, a capacidade de acumulação também não pode ser grande. Assim, a capitalização dos produtores regionais é necessariamente lenta.

A região se marginalizou em relação aos polos dinâmicos da agropecuária estadual (Norte e Sudoeste), graças à agricultura tradicional. Os polos dinâmicos trazem grande capacidade de acumulação, particularmente se voltados para o comércio externo, em função da produção mecanizada, ao passo que a oprimida agricultura de subsistência¹, que produz num relevo de topografia acidentada e depende do mercado interno para a colocação de seu pequeno excedente, possui diminuta capacidade de acumulação, situação esta que se agrava com a marginalização no processo econômico paranaense. Essa condição traz a descapitalização aos minifundiários que vivem nos bolsões de pobreza², como é o caso da região em apreço.

A pobreza secular existente em algumas regiões acrescenta-se a chamada **pobreza moderna**³, a acentuação dos desequilíbrios sociais com o processo de industrialização.

Até mesmo os chamados grandes agricultores regionais possuem uma capacidade de acumulação bem menos expressiva que os agropecuaristas do Norte e Sudoeste do Paraná.

O caminho para a solução do problema parece situar-se nas alternativas tecnológicas⁴ entre produtos e regiões, conforme se está realizando do outro lado do rio Ribeira, no Estado de São Paulo.

O arrendamento é pago com parte do produto ou em dinheiro, dependendo do que for combinado, em função da qualidade da terra e do valor de mercado do aforamento por alqueire. O contrato é feito por um ano e consensualmente.

Os camaradas são arrendatários que trabalham também como empreiteiros para os agricultores em cuja propriedade moram. Vivem em casebres **con**struídos pelos proprietários do imóvel rural.

Segue-se, portanto, que o enriquecimento ou empobrecimento depende das circunstâncias do tipo do relevo, do processo produtivo utilizado, do tipo de mercado a que o produtor tem acesso, com maior ou menor facilidade, e, principalmente, da política agropecuária que for implementada.

Notas de Referências

1. GARCIA, Flávio Braun. O homem e a terra na agricultura do Paraná. Revista paranaense de desenvolvimento, BADEP, Curitiba. (1), jul.ago.1967.
2. CANET JUNIOR, Jayme. Mensagem à Assembléia Legislativa do Paraná de 1977. Curitiba, 1977.
3. BRASIL. Secretaria de Planejamento. Diretrizes gerais de política econômica: notas para o I PND da Nova República. Brasília, 1985. p.28.
4. MELO, Fernando Homem de. A política econômica e a pequena produção agrícola. Revista de Estudos Econômicos. FIPE/USP, 12(3):67-85, dez.1982.

6. VALOR ADICIONADO POR SETOR DE PRODUÇÃO

O valor adicionado, também chamado valor agregado, por Setor de produção é elemento importante em análise macroeconômica. Dá condições para avaliar o grau de desenvolvimento da economia em foco.

Tabela 168. Valor adicionado* de 1971, em percentuais.

Características	SETORES		
	Primário	Secundário	Terciário
Paraná ¹	43,60	10,00	46,40
Reg. Estudada	36,69	33,56	29,55
Adrianópolis ²	3,87	93,18	2,15
Bocaiúva do Sul ³	44,10	24,33	31,57
Campina Gde.Sul ⁴	36,78	16,49	46,73
Cerro Azul ⁵	62,03	0,23	37,74

Fonte: BADEP

Tabela 169. Valor adicionado* por setores de 1980⁶, em percentagens.

Características	SETORES		
	Primário	Secundário	Terciário
Paraná	29,53	43,90	26,56
Reg. Estudada	37,18	41,71	21,11
Adrianópolis	6,18	91,49	2,32
Bocaiúva do Sul	51,01	26,60	22,39
Campina Gde. Sul	19,30	48,75	31,95
Cerro Azul	72,23	0,0	27,77

Fonte: DEE

*. Dados calculados pelo autor, representando a região estudada a média aritmética dos Municípios.

Se realizada comparação do valor adicionado de 1971 com o de 1980, verifica-se que o Município de Adrianópolis cresce no Setor primário (que representa a produção agropecuária e vegetal) decresce no Setor secundário (que diz respeito ao processo de transformação industrial) e incrementa o Setor terciário (de serviços). O Município de Bocaiúva do Sul mostra evolução positiva nos dois primeiros setores, envolvendo no terceiro. Campina Grande do Sul decai na produção dos Setores primário e terciário, aumentando a do secundário. E o de Cerro Azul incrementa o Setor primário, decrescendo nos outros dois.

Campina Grande do Sul registra perfil de crescimento mais equilibrado e maior desenvolvimento econômico. Adrianópo-

lis possui excessiva concentração na indústria de mineração, com atrofiamento dos demais Setores. Cerro Azul mostra-se totalmente atrofiado no Setor industrial e grande concentração no Setor primário. E Bocaiúva do Sul, ainda bastante dependente do Setor agropecuário, apresenta um aumento de dependência na última década.

Observa-se nas tabelas acima, que o Paraná registra significativa diminuição na produção agropecuária, incrementando acentuadamente a produção industrial e decrescendo também com destaque o percentual da produção de serviços.

O Brasil mostra o seguinte desempenho setorial em 1971: o primário com 17,70, o secundário com 28,50 e o terciário com 53,80, em percentuais.⁷

Sabe-se que a economia é tanto menos desenvolvida quanto maior for a participação relativa do setor primário no valor adicionado, e tanto mais desenvolvida quanto maior for essa participação dos demais setores.

É de se notar que a produção do setor secundário de Adrianópolis está basicamente representada pela produção da indústria de mineração Plumbum SA e que Cerro Azul praticamente não possui valor adicionado no setor secundário.

Na média regional, cresce em importância a participação dos setores primário e secundário, com maior incremento para o segundo, desenvolvendo significativamente a do terciário entre

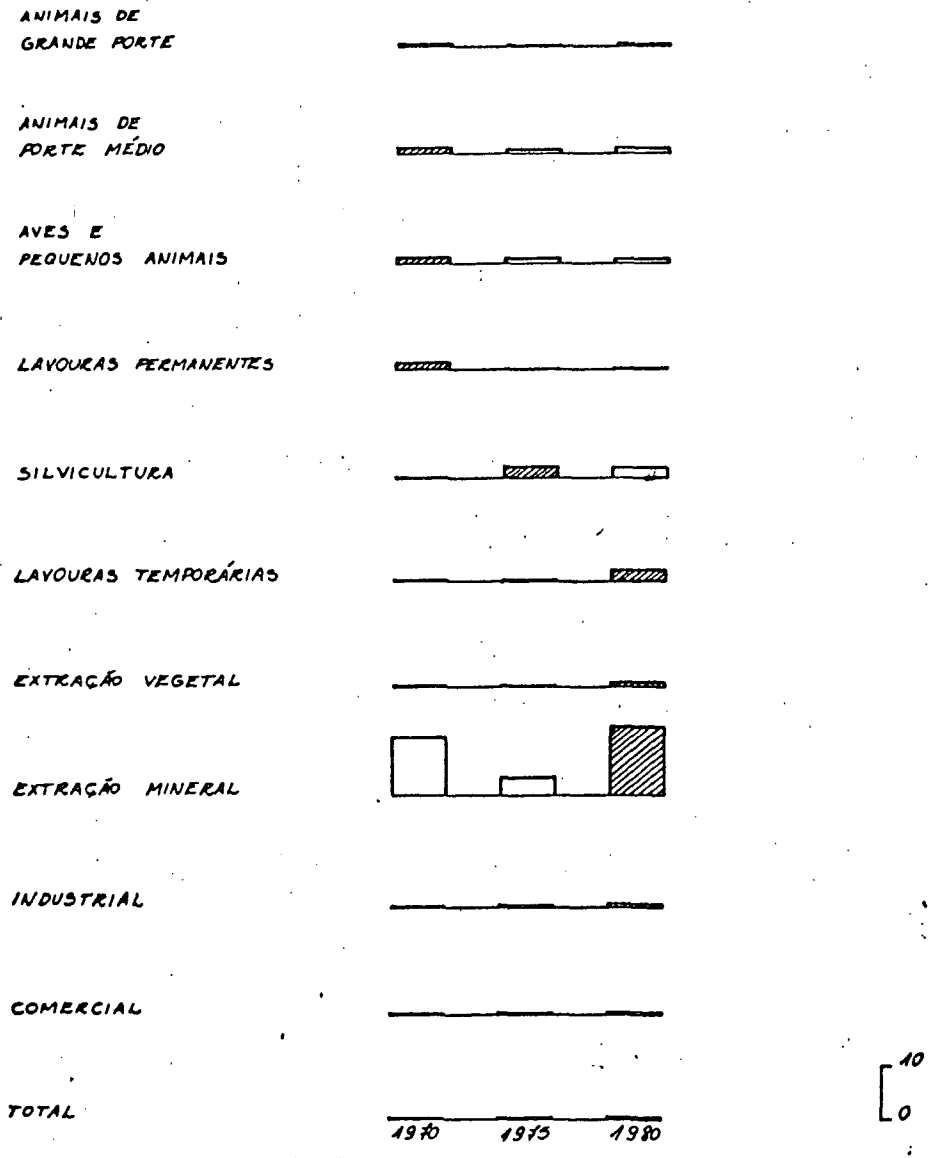
1971 e 1980. Enquanto o valor adicionado estadual declina 32%, o da média regional aumenta 1,3% no setor primário. O setor secundário paranaense se amplia em 339%, ao mesmo tempo que regionalmente cresce 24%. Com relação ao setor terciário, o valor agregado do Paraná decai em 43%, ao passo que o regional, desce em 29%. Isso significa que enquanto o Estado reduzia de modo apreciável sua dependência do setor primário, aumentando grandemente sua geração de riqueza no setor industrial, diminuindo também de modo expressivo o do setor de serviços, a região estudada aumenta ainda um pouco sua dependência do setor primário de 36 para 37, ampliando sua participação no secundário de 33 para 41%, e reduzindo acentuadamente o do setor terciário, de 29 para 21%.

Notas de Referências

- 1.7. RISCHBIETER, Karlos. Incentivos à industrialização paranaense. Revista paranaense de desenvolvimento, BADEP, Curitiba, (30):7-23, maio/jun. 1972.
- 2.3.4.5. PENTEADO, Jurema E. Produção agrícola do Paraná 1963-1972. Revista paranaense de desenvolvimento, BADEP, Curitiba, (33):27-71, nov. dez. 1972.
6. DEE, Anuário Estatístico do Paraná, 1980-81, Curitiba, 1982, p.410 e 414.

GRÁFICO 36

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, INDUSTRIAL E COMERCIAL DA REGIÃO. (EM PORCENTAGEM).



FORTE : TABELAS 161, 163 e 165.

7. VALOR AGREGADO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, INDUSTRIAL E COMERCIAL

A participação relativa regional (tabelas 160 a 165 e gráfico 36), no valor da produção agropecuária, industrial e comercial estadual, de 1970 a 1980, em percentagens, evoluiu, em valor total, de 0,2 para 0,3. Quanto aos animais de grande porte, envolveu de 0,4 para 0,3. De médio porte decaiu de 1,1 para 0,8 e aves e pequenos animais declinaram de 1,4 para 0,7. As lavouras permanentes caíram de 1,6 para 0,2 e as temporárias sobem de 0,4 para 2,6. A silvicultura cresce de 0,6 para 2,0 e a extração vegetal de 0,2 para 0,7. Com referência à indústria de extração mineral, a região incrementou sua participação relativa de 10,4 em 1970 para 12,7 em 1980, e o valor da produção industrial cresce de 0,3 para 0,5. E a participação relativa do comércio, com o valor das vendas de mercadorias, inicia com 0,07 em 1970 e atinge 0,12 em 1980.

Conclui-se que a participação relativa regional, no valor agregado estadual, possui algum significado com os animais de médio porte, destacando-se os suínos, melhorando essa participação com a silvicultura e, finalmente, avultando também a extração mineral, que poderia ingressar numa fase de maior dinamização.

8. A COMERCIALIZAÇÃO

Os agricultores regionais produzem basicamente ao nível de subsistência, gerando escasso excedente para a comerciali-

Tabela 160. Valor da produção agropecuária, industrial e comercial em 1970, em mil cruzeiros.

CARACTERÍSTICAS	TOTAL	ANIMAL			LAVOURA		VEGETAL		INDUSTRIAL		COMERCIAL
		DE GRANDE PORTE	DE MÉDIO PORTE	AVES E PEQ. ANIMAIS	PERMANENTES	TEMPORÁRIAS	SILVICULTURA	EXTRAÇÃO VEGETAL	EXTRAÇÃO MINERAL	INDUSTRIAL	
Paraná	13.775.358	344.178	265.658	129.820	155.988	1.701.912	41.139	444.176	25.446	4.288.512	9.466.846
Reg. Estudada	40.542	1.559	3.187	1.834	2.629	7.239	247	1.161	2.657	15.878	6.806
Adrianópolis	18.256	652	624	192	648	1.478	--	9	(x)	11.588	3.064
Bocaiúva do Sul	8.276	340	1.060	198	51	1.509	247	992	864	2.057	1.822
Campina Gde. Sul	3.075	137	199	1.003	204	810	--	111	(x)	362	248
Cerro Azul	10.935	430	1.304	441	1.726	3.442	0	49	1.793	1.871	1.672

Fonte: Censos do IBGE.

* Em valores correntes

Tabela. 161. Participação relativa no valor da produção agropecuária, industrial e comercial em 1970, em percentagem.

CARACTERÍSTICAS	TOTAL	ANIMAL			LAVOURA		VEGETAL		INDUSTRIAL		COMERCIAL
		DE GRANDE PORTE	DE MÉDIO PORTE	AVES E PEQ. ANIMAIS	PERMANENTES	TEMPORÁRIA	SILVICULTURA	EXTRAÇÃO VEGETAL	EXTRAÇÃO MINERAL	INDUSTRIAL	
Reg. Estudada	0,29	0,45	1,19	1,41	1,68	0,42	0,6	0,26	10,44	0,37	0,07
Adrianópolis	0,13	0,18	0,23	0,14	0,41	0,08	--	0,002	--	0,27	0,03
Bocaiúva do Sul	0,06	0,09	0,39	0,15	0,03	0,08	0,6	0,22	3,39	0,04	0,01
Campina Gde. Sul	0,02	0,03	0,07	0,77	0,13	0,04	--	0,02	--	0,008	0,002
Cerro Azul	0,07	0,12	0,49	0,33	1,10	0,20	--	0,01	7,04	0,04	0,01

Fonte: Censos do IBGE

zação, excetuados os maiores agropecuaristas locais, que comercializam seu maior volume de produção, diretamente, em Curitiba. O excedente de produção dos pequenos produtores é comercializado regionalmente, na bodega (a casa comercial do povoado), com os grandes produtores da área ou no comércio da sede municipal.

Pratica-se também a troca de produtos da agropecuária por mercadorias provenientes dos centros urbanos.

Agravando essa situação, os pequenos agricultores vendem seu excedente na época da colheita, em função de suas necessidades, quando a oferta é grande e os preços estão baixos. O problema é o transporte. Até a década de 1940 os maiores proprietários dispunham de carroças e transportavam eles mesmos seu excedente de produção, vendendo-o em Curitiba. Mais tarde, as carroças foram sendo substituídas pelos caminhões e camionetas. Eventualmente passam os caminhoneiros pela região, nessa época, pagando os preços de mercado. A única cooperativa existente na área é a Co-Ribeira, criada há poucos anos.

O comércio em geral desses Municípios é feito predominantemente com Curitiba, com exceção de Adrianópolis que, complementarmente, comercializa com São Paulo.

O agricultor é o elemento que moureja, de escuro a escuro, correndo os maiores riscos e é quem menos ganha. O intermediário entre o produtor e o consumidor é quem mais ganha,

Tabela 162. Valor da produção agropecuária; industrial e comercial em 1975, em mil cruzeiros.

CARACTERÍSTICAS	TOTAL	ANIMAL			LAVOURA		VEGETAL		INDUSTRIAL		COMERCIAL
		DE GRANDE PORTE	DE MÉDIO PORTE	AVES E PEQ. ANIMAIS	PERMANENTES	TEMPORÁRIAS**	SILVICULTURA	EXTRAÇÃO VEGETAL	EXTRAÇÃO MINERAL	INDUSTRIAL	
Paraná	122.833.917	2.236.623	1.259.171	639.752	6.561.515	10.124.552	152.904	1.929.439	111.960	35.438.437	64.491.524
Reg. Estudada	282.257	8.637	14.847	5.986	7.028	34.864	3.348	3.467	3.661	130.150	73.930
Adrianópolis	129.834	3.733	3.263	718	3.775	7.769	1	84	(x)	101.393	9.098
Bocaiúva do Sul	44.636	1.562	3.278	969	302	7.643	2.664	1.205	3.661	15.998	11.015
Campina Gde. Sul	64.278	1.377	1.663	2.647	426	2.891	667	1.145	(x)	7.569	45.893
Cerro Azul	43.509	1.965	6.643	1.652	2.525	16.561	16	1.033	(x)	5.190	7.924

Fonte: Censos do IBGE.

* Em valores correntes

** Inclui Horticultura e Floricultura.

Tabela 163. Participação relativa no valor da produção agropecuária, industrial e comercial de 1975, em percentagem.

CARACTERÍSTICAS	TOTAL	ANIMAL			LAVOURA		VEGETAL		INDUSTRIAL		COMERCIAL
		DE GRANDE PORTE	DE MÉDIO PORTE	AVES E PEQ. ANIMAIS	PERMANENTES	TEMPORÁRIAS	SILVICULTURA	EXTRAÇÃO VEGETAL	EXTRAÇÃO MINERAL	INDUSTRIAL	
Reg. Estudada	0,22	0,38	1,17	0,93	0,10	0,34	2,18	0,17	3,26	0,36	0,11
Adrianópolis	0,10	0,16	0,25	0,11	0,05	0,07	0,0006	0,004	--	0,28	0,01
Bocaiúva do Sul	0,03	0,06	0,26	0,15	0,004	0,07	1,74	0,06	3,26	0,04	0,01
Campina Gde. Sul	0,05	0,06	0,13	0,41	0,006	0,02	0,43	0,05	--	0,02	0,07
Cerro Azul	0,03	0,08	0,52	0,25	0,03	0,16	0,01	0,05	--	0,01	0,01

Fonte: Censos do IBGE.

encarecendo significativamente o produto final. É o processo de comercialização que está sem controle.

Note-se, por exemplo, a prática de proprietário de um supermercado regional, único existente na sua cidade: baixou em 50% o preço do feijão no varejo, ficando significativamente abaixo do preço mínimo estabelecido pelo governo, na época da colheita, para poder comprar esse mesmo produto abaixo do preço de mercado. Quando o produtor chegava oferecendo seu produto, o dono do supermercado mostrava seu preço de venda no varejo e dizia "como é que vou comprar seu produto acima do preço que estou vendendo?". Forçava, dessa forma, o preço para baixo e o agricultor acabava cedendo e o comerciante fazia seu estoque. Em seguida o comerciante duplicou o preço do produto no varejo. Isso aconteceu na região em 1986, segundo informação de RC, agricultor local.

8.1. MEIOS DE COMUNICAÇÃO

A região é precariamente servida de estradas. É cortada pela Estrada da Ribeira, BR-476, antiga estrada para São Paulo, contruída nos anos de 1940. É asfaltada nos primeiros vinte quilômetros e o restante acascalhada e mal conservada. Iniciaram-se os trabalhos de asfaltamento até Bocaiúva do Sul em fins de 1986.

Marginalmente, a região é também servida pela BR-116, construída nos anos 60. Existe ainda asfalto recente que liga a BR-116 à sede do Município de Campina Grande do Sul. O res-

tante são estradas municipais, de terra batida e precaríssima conservação. Em épocas de chuva tornam-se intransitáveis em sua maior parte, entrando em colapso o já precário sistema de comunicações.

Diz Souza Campos, a respeito do Vale do Ribeira paulista, que, apesar do seu povoamento muito antigo, permaneceu decadente durante quatro séculos, quase isolado do desenvolvimento do Estado e que, com a construção da BR-116, que corta aquela área nos anos 60, a região começou a integrar-se na economia paulista.¹

A falta de meios de comunicações em boas condições, bem como a declividade acentuada do relevo e a relativa distância da Capital, impedem o crescimento regional do Alto Vale do Ribeira paranaense e Vale do Capivarí.

8.2. ARMAZENAGEM

Fator importante, ao lado da rede de transportes e a capacidade de armazenamento da produção agrícola para o bom desempenho da comercialização, que é fundamental para o desenvolvimento sócio-econômico, particularmente com o auxílio da cooperativa.

Uma pesquisa sobre o problema da alimentação no Brasil² conhecido como Relatório Klain-Saks, de 1954, revela que se perdia então 25% dos alimentos produzidos no decorrer do pro-

cesso de comercialização. Outros estudos foram realizados nos anos 70 e confirmam que essa realidade ainda não mudou.

Assegura o Anuário Estatístico do Paraná - 1980-81³ que a região em pauta não possuía, em 1980, nenhuma unidade armazenadora, quer de origem oficial, privada ou cooperativa. Existiam, então, como atualmente, apenas os celeiros, os paióis dos produtores rurais. O autor, percorrendo a região, constatou essa realidade, caracterizando mais uma variável de marginalização da área.

Mas o processo natural de crescimento de uma comunidade nem sempre descobre as potencialidades sócio-econômicas, particularmente numa economia agropecuária basicamente de subsistência. É o de que se trata no próximo e último Capítulo.

Notas de Referências

1. CAMPOS, Joaquim Pedro Vilaça Souza. A formação de setores médios em uma sociedade em recente desenvolvimento. São Paulo, FEA/USP, 1972. Tese, Doutorado em Sociologia Geral e Aplicada.
2. MELO, Fernando Homem de. A agricultura nos anos 80; perspectiva e conflitos entre objetivos de política. Revista de Estudos econômicos, FIPE/USP, 10,(2):57-101, maio/ago.1980.
3. PARANÁ. Departamento Estadual de Estatística. Anuário estatístico do Paraná - 1980-81. Curitiba, 1982.

Capítulo V

POTENCIALIDADES ECONÔMICAS REGIONAIS

Deveriam ser desenvolvidas pesquisas técnicas sobre a agropecuária, assim como a respeito da agroindústria na região, com a finalidade de se descobrir as melhores alternativas vocacionais locais, tendo em vista o tipo de solo, a declividade, a rotatividade da terra (pousio), a queimada, a baixa fertilidade atual e a elevada acidez dos terrenos.

Como por exemplo, existem estudos dessa natureza sobre a margem esquerda do Vale do Ribeira, pertencente ao Estado de São Paulo, cujos frutos são o plantio do chá, da seringueira, da produção fruti-granjeira, da pecuária leiteira e de corte.

Na França, o relevo com alta declividade e, por isso, não se prestando a agropecuária, é destinado ao turismo, segundo informações do Professor Ronald Hubscher, da Universidade de Amieis, que esteve realizando palestras no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, em 1982.

Na Alemanha Ocidental, segundo afirmação do Professor Bernd Karp, que também esteve proferindo palestras no referido Curso de Pós-Graduação, naquele ano, o relevo com essas características é destinado ao florestamento.

Desenvolve-se, relativamente bem, na porção Centro-Norte da região, a pecuária de corte existindo também algumas iniciativas na pecuária leiteira no conjunto da região. A produção frutigranjeira também apresenta implementação, ainda de pequeno porte, mas com sucesso. Na parte Centro-Norte, produzem-se as frutas tropicais, como a laranja, assim como as cítricas em geral. Na porção Centro-Sul da área, cultivam-se a uva, o caqui, o pêssigo (com iniciativa pioneira na localidade de Estiva, Município de Bocaiúva do Sul), a ameixa, além de outras. Mas não se dispõe de um estudo aprofundado a respeito do solo regional e, da mesma forma, não se conhecem todas as potencialidades do sub-solo.

A piscicultura, assim como a apicultura, a ranicultura, poderiam ser implementadas com vantagens para os agricultores da região e também para o mercado de Curitiba. Poderia ainda ser incrementada a suinocultura, a ovinocultura e a caprinocultura.

O reflorestamento e a decorrente exploração econômica dos recursos florestais deveriam ser incentivados, com instalação da fábrica de celulose. Já existem florestamentos de propriedade de pessoas jurídicas. Mas os incentivos deveriam ser estendidos a todos os agricultores locais, com maior desenvolvimento, abrangendo todas as áreas com mais elevadas declividades.

A exploração de recursos minerais, metálicos e não metálicos, é outro setor da economia regional, que deveria ser significativamente incrementado.

Mencionam-se a seguir as reservas minerais medidas e indicadas, assim como levantamentos realizados por pesquisadores de campo, na região.

Quanto às reservas medidas de minerais metálicos, em mil toneladas, montavam, em 1980, a 476 de chumbo, 145 de cobre, 335 de prata e 41 de titânio em Adrianópolis e 5 de chumbo em Cerro Azul. Já as reservas indicadas, em mil toneladas, nessa data, subiam a 2.238 de chumbo, 177 de cobre e 315 de prata, em Adrianópolis, aparecendo também Bocaiúva do Sul com 5 de chumbo.

Relativamente às reservas medidas de minerais não metálicos, em mil toneladas, registrava Adrianópolis 725.376 de calcário; Bocaiúva do Sul apresenta-se com 93.370 de calcário, 157.680 de dolomito e 5.787 de talco; Campina Grande do Sul surgia com 286 de argila e 71 de vermiculita e Cerro Azul contava com 20 de barita e 1.871.736 de mármore. Por outro lado, as reservas indicadas, desses minerais, em mil toneladas, era de 69.998 de calcário no Município de Adrianópolis, 36 de vermiculita e 6.242 de argila em Campina Grande do Sul e 1 de barita em Cerro Azul. Tudo segundo informações do Anuário Estatístico do Paraná-1982, do Departamento Estadual de Estatística.

Escreve Francisco Moacyr de Vasconcelos¹ que se localizam 34 ocorrências de cobre nos Municípios de Bocaiúva do Sul, Cerro Azul e Adrianópolis. As principais jazidas de chumbo e associados (prata, ouro e cobre) do país encontram-se na re-

gião. Em Cerro Azul e Adrianópolis existem várias ocorrências de galena argentífera (nas localidades de Panelas, Ribeirão da Rocha e Bonette). Calcários e dolomitos aparecem em grandes extensões no Grupo Açunguí.

Afirma, por sua vez, Riad Salamuni² que é indubitável o potencial econômico que as rochas calcárias representam para o Paraná: fabricação de cimento, corretivo do solo (calcários, calcários dolomitos e dolomitos), fundente em metalurgia, fabricação de cal, elaboração de mármore, material de construção e outros usos. Moídas e adicionadas ao solo, as rochas calcárias acarretam os seguintes benefícios: neutralizam a acidez do solo, melhoram as condições da matéria orgânica, propiciam condições mais favoráveis ao crescimento de diversas culturas, promovem o uso do nitrogênio atmosférico pelas plantas, melhoram a porosidade do solo, fornecem cálcio e magnésio as plantas sob a forma de substâncias nutritivas.

Continua o referido autor escrevendo sobre a existência de grafita (filitos grafitosos) no Grupo Açunguí, da ocorrência de minério de ferro na Serra de Bocaiúva, e 34 ocorrências de cobre nos Municípios de Bocaiúva do Sul, Cerro Azul e Adrianópolis. Destaca a jazida de Perau, próxima a localidade de Barra do Faxinal, em Adrianópolis, e as jazidas de Antinhas e da barra do Açunguí com o Ribeira, em Cerro Azul.

Escreve também João José Bigarela³ que ao Norte e Nordeste de Curitiba as rochas são fortemente dobradas, onde se encontram os principais e mais valiosos recursos minerais da

região de Curitiba. Apresentam excepcional riqueza os dolomitos, cujos maiores depósitos localizam-se em Pulador, nas proximidades da estrada da Ribeira.

Escrevem ainda Arsênio Muratori e outros⁴ sobre grande número de ocorrência de rochas carbonatadas (calcário e dolomito) do Paraná, que vem sendo explorado há algum tempo para a fabricação de cal, cal hidratada, cimento e uma indústria incipiente de corretivos calcários. As principais ocorrências encontram-se no Grupo Açunguí, com destaque para o calcário em Sumidouro, Município de Bocaiúva do Sul. Continuam afirmando que a Comissão da Carta Geológica do Paraná constatou dolomitos, estendendo-se desde a região de Itaiacoca, passando por Varzeão, até o limite de São Paulo, e à região de Almirante Tamandaré, Colombo, Rio Branco do Sul e Bocaiúva do Sul e uma faixa central, onde predominam os dolomitos, compreendendo São Sebastião, Carumbê, Vale do Ribeira e Sumidouro. Em algumas ocorrências, o dolomito pode ser utilizado sem qualquer das operações de beneficiamento. Concluem esses pesquisadores afirmando que as reservas paranaenses de dolomitos são praticamente inesgotáveis, dando para abastecer o mercado Estadual e regional por centenas de anos.

Portanto, as reservas minerais, principalmente de minerais não metálicos, são muito grandes, permanecendo potencialmente quase adormecidas, diante de carências regionais enormes. Carências não só de minerais não metálicos, como também das riquezas que sua exploração poderia trazer a região. Além

de outros minerais de que existem indícios no sub-solo da região, aguardando novas pesquisas.

Conclui-se, assim, que a porção Centro-Norte da área apresenta potencialidades para o florestamento, para o incentivo à criação de gado de corte e leiteiro, além da produção de frutigranjeiros.

Como atividade complementar, podem-se explorar a apicultura, a aquíicultura (peixes e rãs), afora animais de médio e pequeno portes, como suínos, ovinos, caprinos e coelhos.

A parte Centro-Sul possui essas potencialidades, exceto as de minerais e de gado de corte, acrescidas da característica de dispor de terrenos menos inclinados e vocação relativamente maior para a mecanização e de se situar nas proximidades da Capital.

É claro que isso tudo depende de estudos técnicos, análises dos solos, de correção da acidez e da pouca fertilidade atual da terra, da declividade, dos meios de comunicação e da assistência social, não desprezando os incentivos de financiamento. É evidente que isso representa um custo econômico estadual, que traria benefícios sociais diretos para a região e indiretos para o Paraná, uma vez mantida essa população produzindo na agropecuária ou agroindústria local. Esse custo torna-se insignificante se comparado com o custo de infra-estrutura para acomodar essa população na Capital do Estado, para onde se desloca a maioria que sai da área.

A eletrificação rural não existia na região até 1980. Após essa data é que se inicia por Campina Grande do Sul a extensão das redes elétricas para as propriedades rurais. Em anos mais recentes esse serviço está penetrando, lentamente, para o interior dos Municípios, entretanto, a maioria dos povoados ainda aguardam esses benefícios. Há muito que fazer nesse sentido para a região, que poderá responder melhor aos desafios do momento histórico atual.

São potencialidades regionais que aguardam políticas agropecuárias e agro-industriais para se transformarem em renda e riqueza, em benefício da população local, regional e estadual, e mesmo nacional, em função de seus efeitos multiplicadores no âmbito da sociedade.

Notas de Referências

1. VASCONCELOS, Francisco Moacyr de. Aspectos técnico-econômicos dos recursos minerais. Revista paranaense de desenvolvimento. BADEP. Curitiba. (30):25-48, maio/jun. 1972.
2. SALAMUNI, Riad. Fundamentos geológicos do Paraná. In: História do Paraná. Curitiba, Grafipar, 1969. v.2.
3. BIGARELLA, João José. Sinopse dos recursos minerais da região de Curitiba. Revista paranaense de desenvolvimento. BADEP, Curitiba, (36):33-42, maio/jun. 1973.
4. MURATORI, Arsênio et.al. A ocorrência de calcário e dolomito no Paraná. Revista paranaense de desenvolvimento. BADEP, Curitiba, (14):45-68, set/out. 1969.

CONCLUSÃO

O objetivo central do capitalismo liberal é o lucro e tudo aquilo que não serve ao modelo é preterido no processo sócio-econômico, não importando os custos sociais. Daí a realidade dos dualismos funcionais, em que as regiões dinâmicas convivem com áreas abandonadas à própria sorte.

Cabe ao homem humanizar o sistema econômico, aproveitando as circunstâncias e possibilidades de cada micro-região. É necessário aprofundar os estudos das economias de subsistência, descobrindo-lhes as potencialidades segundo cada espaço geográfico a fim de que as comunidades se complementem gozando bem estar social.

As políticas sócio-econômicas, principalmente nos países menos desenvolvidos, visam os pólos dinâmicos da economia e os custos sociais, decorrentes dessa filosofia, são elevados, particularmente nas regiões mais pobres.

Cada micro-região possui suas potencialidades econômicas, que dependem de estudos técnicos e pesquisas para produzirem seus frutos, dando sua contribuição à comunidade nacional.

É o caso da região do Vale do Ribeira paranaense e Vale do Capivari, além de outras micro-regiões do Paraná e do Brasil, sobre a qual vão ser apresentadas algumas conclusões e considerações a respeito de suas potencialidades sócio-econômicas.

A região em estudo, compreendendo os Municípios de Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul e Cerro Azul, sofreu uma série de variações territoriais, com desmembramentos e aglutinações a nível municipal.

Deve-se acrescentar ao exposto que se processa uma minifundização crescente na área, em função da herança, da venda e da doação, ao mesmo tempo que se observa expressiva concentração da terra.

As condições dos terrenos são limitadoras das atividades agropecuárias. As elevadas inclinações das terras, particularmente na porção Centro-Norte, restringem o desenvolvimento da pecuária, impossibilitando a mecanização agrícola.

A declividade do relevo condiciona o processo produtivo à base da roça, com desmatamento e queimada, rotatividade da terra (pousio) e ao crescente empobrecimento do solo, à menor produtividade, a maiores custos de produção, à perda de competitividade da produção regional, fazendo com que a produção seja vendida com menores lucros, quando não com prejuízos, acarretando a desacumulação numa economia basicamente de subsistência e reduzido excedente para a comercialização. Tudo

isso leva à marginalização sócio-econômica e ao fluxo populacional rural-urbano. Acrescente-se a isso o processo produtivo tradicional, com os instrumentos de produção rudimentares e simples como a foice, o fogo, a cavadeira e a enxada. São fatores que trabalham contra o processo de acumulação de riqueza regional. E assim se terá um quadro da produção agrícola regional.

Quanto à mecanização, assim como nos demais aspectos analisados, evidencia-se que a região foi ficando para trás, sua participação relativa no contexto sócio-econômico do Estado do Paraná foi decrescendo com o correr do tempo, perdendo o dinamismo dentro do contexto conjuntural paranaense, caracterizando-se o seu processo de marginalização.

A região acompanha a conjuntura estadual, inserindo-se diretamente nos ciclos da mineração, do mate e da madeira e, indiretamente, nos do tropeirismo, café e agroindústria.

A análise dos principais produtos agrícolas regionais, no período de 1920 a 1980, produto por produto, a nível municipal e regional, em comparação com a produção estadual, expressa claramente o decréscimo de sua participação na agricultura, ocorrendo o mesmo fenômeno no concernente à pecuária. A produção regional involui na produção de seus principais produtos: o milho decresce 45% e a criação de porcos cai 50%. Por outro lado, a população cresce 57% no mesmo período de tempo, registrando-se empobrecimento e marginalização sócio-econômica.

Empobrecido e pressionado pelas circunstâncias, o homem emigra para os centros urbanos, principalmente Curitiba, localizando-se, de preferência, nos Bairros ao Norte da Capital paranaense, trazendo todos os efeitos negativos decorrentes do fluxo rural-urbano, e não só para os migrantes como também para a própria comunidade que o acolhe.

Quanto à saúde, à educação, à habitação, à assistência médico-hospitalar e técnica, são outros tantos fatores carenciais que impellem o pequeno produtor local à emigração para as cidades.

É necessário corrigir a elevada acidez do solo da região, assim como suprir as carências de adubação. Ambos os processos implicam na necessidade de um crédito rural mais acessível aos pequenos e descapitalizados agricultores regionais. O financiamento rural praticamente inexistente. Os pequenos agricultores, predominantes na área, dificilmente têm acesso a esse crédito em função do tamanho de suas propriedades.

A minifundização crescente na região, assim como a acentuada concentração da terra, dramatizam essa situação. A carência de boas estradas reduz a margem de lucros, podendo até aumentar os prejuízos.

Os meios de comunicação regional são precários, dificultando o acesso do reduzido excedente de produção ao mercado com exceção da BR-116 que margeia a área.

Aliado a isso, ocorre o precaríssimo processo de comercialização, em que os produtores regionais, premidos pelas necessidades, não têm condições de aguardar melhores preços, vendendo sua produção na época das colheitas, quando os preços estão normalmente baixos em função do aumento da oferta.

São outros tantos aspectos da realidade sócio-econômica, que demonstram estar a região se distanciando cada vez mais do crescimento econômico paranaense, descapitalizando-se, empobrecendo e caminhando para os limites da pauperização. Limite esse que impelirá fatalmente um contingente crescente da população local para a periferia da Capital, agravando ainda mais os problemas sociais e de serviços básicos de infraestrutura de Curitiba, afora o aumento da demanda de bens de primeira necessidade e a correspondente redução da oferta.

Concluindo, verificou-se que as políticas econômicas, voltadas para a agropecuária, têm se esquecido da agricultura de mercado interno e, particularmente, da agricultura basicamente de subsistência, que caracteriza a economia regional.

Confirmam-se, assim, todas as hipóteses levantadas no início do presente trabalho de pesquisa.

Evidenciam-se possibilidades de implementação e crescimento de setores da agropecuária regional, com destaque para a exploração mineral, a pecuária de corte e leiteira, a suinocultura, a apicultura, a aquicultura (peixes e rãs), a fruticultura, florestal e celulose.

Essas potencialidades dependem, no entanto, de uma política agropecuária de incentivos à produção e permanência dos agricultores no processo produtivo regional. Todo esse processo depende, ainda, de estudos e análises técnicas das condições de cada micro-região. É claro que isso tudo terá um custo financeiro, mas em contrapartida trará benefícios sociais à própria comunidade paranaense.

Toda a região, e outras em idênticas condições, têm esse direito e, particularmente, os Municípios de Campina Grande do Sul e Bocaiúva do Sul, que fazem parte da Região Metropolitana de Curitiba.

Aí está o quadro da realidade sócio-econômica da região do Alto Vale do Ribeira paranaense e Vale do Capivari.

E a solução desses diversos problemas é uma questão de justiça social, que se insere na **dívida social** do Brasil e do Paraná.

Devido à relevância e significação histórica do estudo dos **bolsões de pobreza**, o presente tema poderá ser retomado em futuras pesquisas do autor, inclusive, em Tese de Doutorado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. BAER, Werner. A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1977.
02. BARTHELMESS, Heloisa. Uso da terra no Estado do Paraná em 1920. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Curitiba, (9), 1967.
03. BIGARELLA, João José, coord. Recursos naturais da Região Metropolitana de Curitiba: Folha de Ouro Fino. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1979, p.11.
04. _____. Sinopse dos recursos minerais da região de Curitiba. Revista paranaense de desenvolvimento, BADEP, Curitiba, (36):33-42, mai./jun. 1973.
05. BRASIL. Secretaria de Planejamento. Diretrizes gerais de política econômica: notas para o I PND da Nova República. Brasília, 1985. p.28.
06. _____. III Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (1980-1985). Resolução nº 01 do Congresso Nacional, de 14.12.79.
07. _____. Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965). Brasília, Presidência da República, 1962.
08. _____. I Plano Nacional de Desenvolvimento (Lei nº 5727). São Paulo, Sugestões Literárias, 1971.
09. _____. II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979); Lei nº 6151. Brasília, 1974.
10. CAMPOS, Joaquim Pedro Vilaça Souza. A formação de setores médios em uma sociedade em recente desenvolvimento. São Paulo, FEA/USP, 1972. Tese, Doutorado em Sociologia Geral e Aplicada.
11. CANET JUNIOR, Jayme. Mensagem à Assembléia Legislativa do Paraná de 1977. Curitiba, 1977.
12. CARDOSO, Ciro F.S. Historiografia brasileira. Palestra no Curso de Pós-Graduação em História da UFPR, 1983.
13. COSTA, Odah Regina Guimarães. Estruturas agrárias de Curitiba-Paraná 1850-1900. Revista de História: Questões e Debates. Curitiba, 3(5):183-194, dez. 1982.
14. _____. O estudo das estruturas agrárias no Departamento de História da UFPR. Revista de História: Questões e Debates. Curitiba, 6(10):91-108, jun. 1985.

15. _____. Novas perspectivas da historiografia econômica; estudos das correntes da historiografia e econômica contemporânea. Notas de aula, no Curso de Pós-Graduação em História da UFPR, 1983.
16. EL KHATIB, Faissal. org. História do Paraná; municípios do Paraná. 2.ed. Curitiba, Grafipar, 1969. v.4.
17. FAMEPAR. Dados e informações úteis. 2.ed. Curitiba, 1982. Documento 10.
18. FURTADO, Celso. Formação econômica da América Latina. 2.ed. Rio de Janeiro, Lia, 1970.
19. _____. Formação econômica do Brasil. 11.ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971.
20. FUNDAÇÃO IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros; municípios do Estado do Paraná. Rio de Janeiro, 1959. v. 31.
21. _____. Recenseamentos gerais de 1920 a 1980 e Censos Econômicos de 1975.
22. GARCIA, Flávio Braun. O homem e a terra na agricultura do Paraná. Revista paranaense de desenvolvimento, BADEP, Curitiba, (1), jul/ago.1967.
23. GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio. 5. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
24. HERTEL, Ralph João Jorge. Aspectos interessantes da vegetação do Paraná. In: História do Paraná. Curitiba, Grafipar, 1969. v.2, p. 225.
25. IPARDES. Meio ambiente e recursos naturais da Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba, 1979.
26. INSTITUTO de Terras Cartografia e Florestas. Fichário dos municípios do Estado do Paraná. Curitiba, s.d.
27. JAGUARIBE, Hélio. Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.
28. _____. Condições institucionais do desenvolvimento. Rio de Janeiro, ISB, 1958.
29. LAFER, Celso. O sistema político brasileiro. São Paulo, Perspectiva, 1975. Debates nº 118.
30. LAMBERT, Jacques. Os dois Brasis. Rio de Janeiro, INPE, 1959.
31. LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco C.T. da. História da agricultura brasileira; combates e controvérsias. São Paulo Brasiliense, 1981. p.13 e 43.

32. MAACK, Reinhard. Geografia física do Estado do Paraná. 2.ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1981. p.220/371.
33. MARTINS, Romário. História do Paraná. 3.ed. Curitiba, Guaira, 1933. p.294.
34. MASANORI, Fukuchimã. Alguns aspectos das migrações internas do Paraná 1900/1984. Curitiba, 1986. Tese, Doutorado, Universidade Federal do Paraná.
35. MELO, Fernando Homem de. A agricultura nos anos 80: perspectiva e conflitos entre objetivos de política. Revista de estudos econômicos, FIPE/USP, 10(2):57-101, maio/ago. 1980.
36. _____. A política econômica e a pequena produção agrícola. Revista de Estudos econômicos, FIPE/USP, 12(3):67-85, dez. 1982.
37. MUNHOZ, Dércio Garcia. Economia Agrícola; agricultura em defesa dos subsídios. Petrópolis, Vozes, 1982. p.91, nota nº 16.
38. MURATORI, Arsênio et al. A ocorrência de calcário e dolomito no Paraná. Revista paranaense de desenvolvimento, BADEP, Curitiba (14):45-68, set/out. 1969.
39. PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo, Hucitec, 1981.
40. PARANÁ. Departamento estadual de Estatística. Anuário estatístico do Paraná - 1980-81. Curitiba, 1982.
41. _____. Anuário Estatístico do Paraná - 1982. Curitiba, 1983.
42. PENTEADO, Jurema E. Produção agrícola do Paraná 1963-1972. Revista paranaense de desenvolvimento, BADEP, Curitiba, (33):27-71, nov.dez. 1972.
43. PINHEIRO MACHADO, Brasil. Sinopse da história regional do Paraná. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba, 1951. p.26.
44. PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. 17. ed. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1981.
45. RISCHBIETER, Karlos. Incentivos à Industrialização paranaense. Revista paranaense de desenvolvimento, BADEP, Curitiba, (30):7-23, maio/jun, 1972.
46. SALAMUNI, Riad. Fundamentos geológicos do Paraná. In: História do Paraná. Curitiba, Grafipar, 1969. v.2.

47. SANTOS, Carlos Alberto Antunes. Métodos e técnicas de pesquisa; estudos metodológicos das flutuações de curta e longa duração dentro da multiplicidade do tempo histórico. Notas de aula no Curso de Pós-Graduação em História da UFPR, 1983.
48. SIMONSEN, Roberto C. História econômica do Brasil (1500/1820). 8.ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978.
49. SODRÉ, Nelson Werneck. Introdução à revolução brasileira. 2.ed. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1963.
50. SUDESUL. Alto Vale do Ribeira - Adrianópolis e Cerro Azul; I Curso de Planejamento Regional e Urbano. Curitiba, 1976.
51. TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importação ao capitalismo financeiro. 3.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
52. TAVARES, Maria da Conceição & DAVID, Maurício Dias, org. A economia política da crise; problemas e impasses da política econômica brasileira. 5.ed. Petrópolis, Vozes, 1984.
53. VALVERDE, Orlando. Estudos de geografia agrária brasileira. Petrópolis, Vozes, 1985. p. 259.
54. VASCONCELOS, Francisco Moacyr de. Aspectos técnico-econômicos dos recursos minerais. Revista paranaense de desenvolvimento, BADEP, Curitiba, (30):25-48, maio/jun. 1972.
55. WACHOWICZ, Liliam A. A educação no Paraná. Revista de história: questões e debates. Curitiba, 4(7):171-89, dez. 1983.
56. WAIBEL, Leo. A teoria de von Thünen sobre a influência da distância do mercado relativamente à utilização da terra (sua aplicação à Costa Rica). Revista brasileira de geografia, 10(1):3-40, jan./mar. 1948.
57. WESTPHALEN, Cecília Maria; PINHEIRO MACHADO, Brasil; BALHANA, Altiva Pilatti. Nota Prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. Boletim do Departamento de História da UFPR, (7):1-52. 1968.
58. WESTPHALEN, Cecília Maria & BALHANA, Altiva Pilatti. Nota Prévia ao estudo da Expansão agrícola no Paraná moderno. Boletim do Departamento de História da UFPR. Curitiba, (25), 1977.

A N E X O S

ANEXO I - LISTA EXPLICATIVA DOS MAPAS E PLANTA

Os MAPAS 1 e 2 referem-se a Província do Paraná, sendo o primeiro de 1853, que registra a região estudada fazendo parte do Município de Curitiba. O segundo, de 1889, traz os Municípios de Arraial Queimado, Campina Grande e Cerro Azul. O MAPA 3, que é de 1920, apresenta os Municípios de Bocaiúva (ex- Arraial Queimado), Campina Grande e Cerro Azul. O MAPA 4, de 1938, apresenta a mesma configuração anterior. No MAPA 5, de 1948, configuram-se os Municípios de Bocaiúva do Sul, Cerro Azul e Campina Grande, que passa a Distrito de Piraquara. O MAPA 6, representa Bocaiúva do Sul, Cerro Azul e Timbu (ex-Campina Grande) em 1953. No MAPA 7, de 1956, caracteriza os Municípios de Bocaiúva do Sul (ainda englobando Paranaí, ex-Epitácio Pessoa e atual Adrianópolis), Campina Grande (ex-Timbu) e Cerro Azul. O MAPA 8, feito em 1960, delinea a região subdividida no Município de Adrianópolis, que retoma seu território de Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul e Cerro Azul. O MAPA 9, de 1965, mostra a região com as mesmas características do anterior. E o MAPA 10, elaborado em 1977, com as mesmas confrontações regionais do precedente, representa a represa Capivari-Cachoeira.

Os MAPAS de 1 a 10, referentes ao Paraná, registram fases da ocupação paranaense, partindo do Paraná tradicional de Leste, chegando também à frente Norte e, finalmente, à frente Sudoeste. As três frentes avançam, com dinâmicas distintas, povoando o Estado e deslocando a fronteira agrícola, em pouco

tempo, até o Mato Grosso. É significativa a rapidez com que isso se realiza. Basta observar o número de cidades que vão surgindo, ponteando os mapas cada vez mais, particularmente com relação aos últimos mapas.

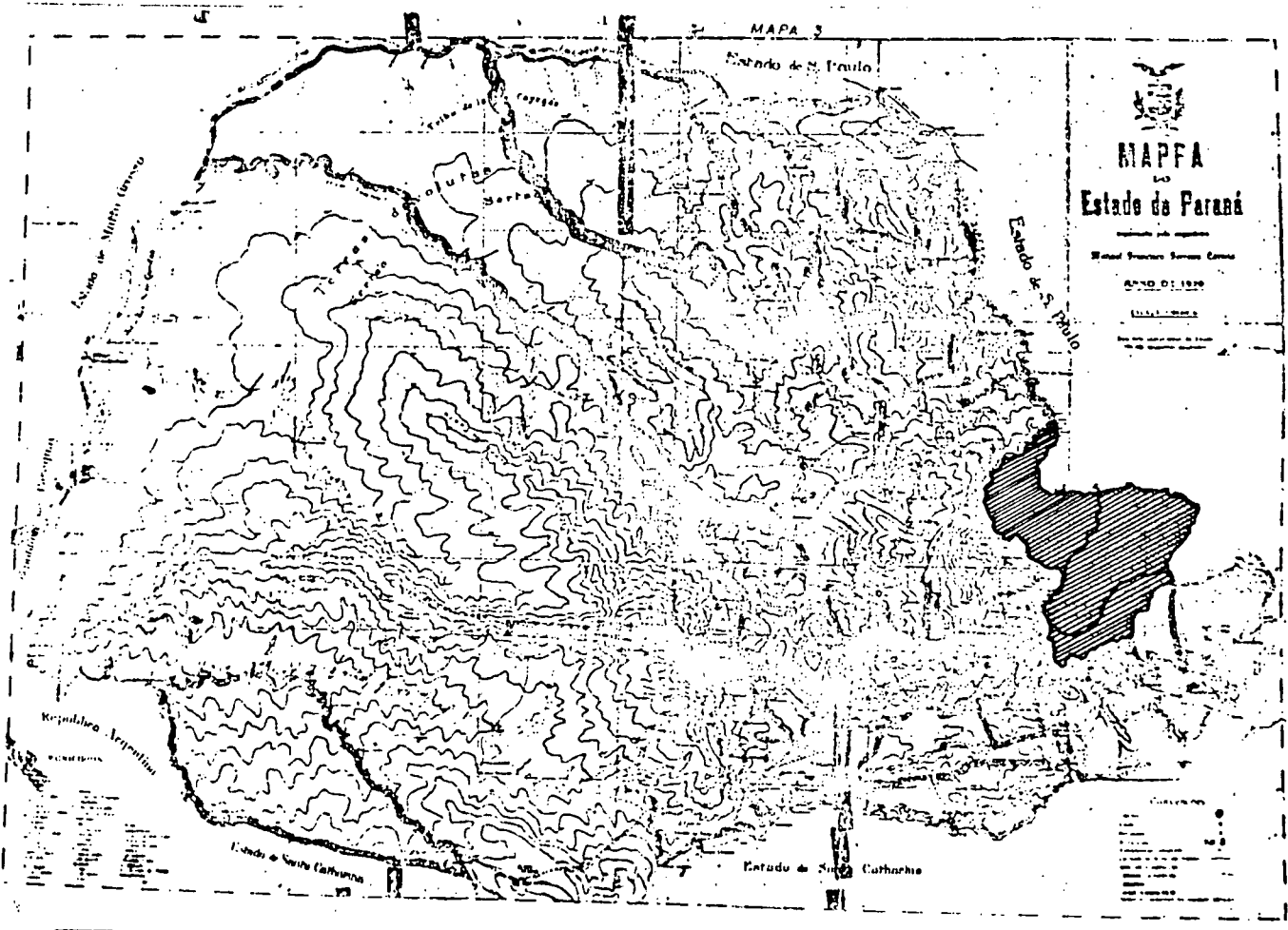
Os MAPAS 11 a 19 e 21 a 24 retratam a evolução específica do Municípios regionais, com exceção da Planta 20, que representa as Colônias de imigrantes italianos Alfredo Chaves (atual Colombo) e Eufrázio Correia, esta no Município de Bocaiúva do Sul.

O MAPA 11 é de 1929 e relativo ao Município de Bocaiúva do Sul, quando se denominava Bocayuva e o atual Município de Adrianópolis se chamava Epitácio Pessoa. O MAPA 12 refere-se a Cerro Azul, também de 1929. O Município de Capivary é registrado no MAPA 13, de 1932, que engloba os Municípios de Bocayuva, Colombo e o atual Adrianópolis. O MAPA 14 delinea Campina Grande de 1934. O MAPA 15 versa sobre os limites entre os Municípios de Bocaiúva, Colombo e Campina Grande, em 1937. O MAPA 16, de 1938, expõe o Município de Bocaiúva, quando este abrangia também a área de Paranaí. O MAPA 17, de 1943, caracteriza o Município de Imbuial, atual Bocaiúva do Sul, contendo em seu território Paranaí, destacando-se o Território do Iguaçu. No MAPA 18 Cerro Azul continha os territórios de Votuverava e Açungui, e Campina Grande (então Timbu), era Distrito de Piraquara, também de 1943. O MAPA 19, de 1953, representa Bocaiúva do Sul, incorporando ainda Paranaí, também apresentando a situação do Território do Iguaçu. Na PLANTA 20 são retratadas as Colônias Alfredo Chaves e Eufrázio Correia. Eufrázio Correia se desdobra em dois núcleos coloniais, um junto à ci-

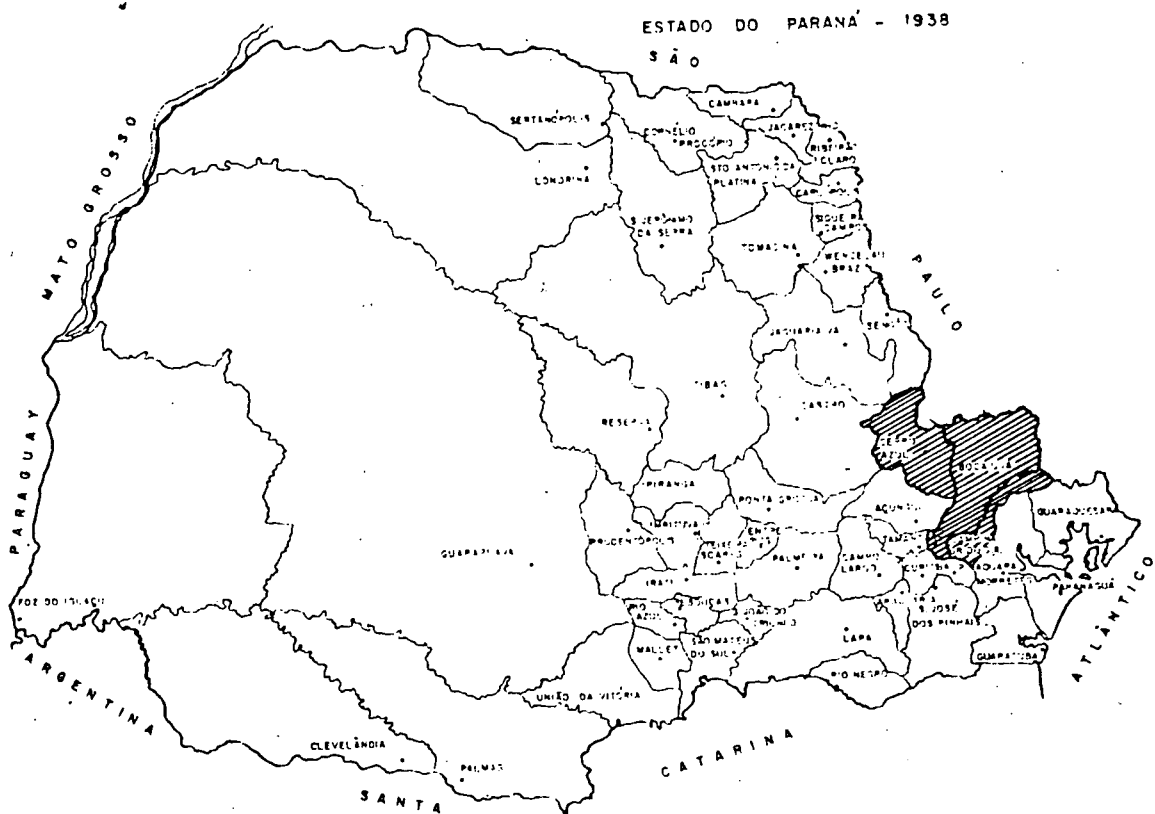
dade de Bocaiúva do Sul, chamado Pedra Branca, e outro no atual Capivari, distante sete quilômetros dessa cidade, a caminho de Colombo. Alfredo Chaves está na origem de Colombo.

E, por fim, os MAPAS 21 a 24, demonstram os contornos atuais dos Municípios que compõem a região em estudo.

Esses mapas, particularmente os municipais, apresentam, geograficamente, um quadro da evolução político-administrativa da região, com seus desdobramentos, aglutinações, desaparecimentos e absorções de Municípios e o desaparecimento dos mesmos no âmbito da área em estudo, dentro do período de 1920 a 1980. Esses mapas propiciam uma visão de conjunto do Alto Vale do Ribeira paranaense e Vale do Capivari.



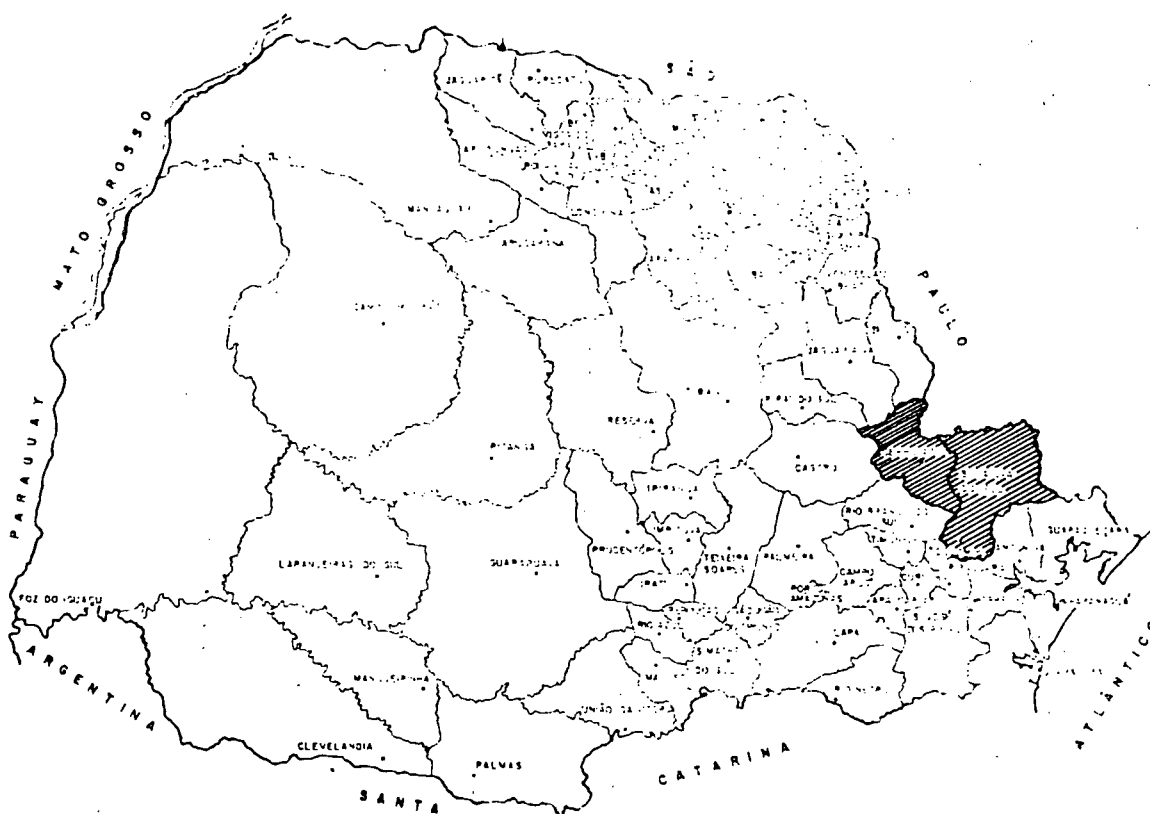
MAPA 4



FONTE: Departamento de Terras e Colonização
da Secretaria de Obras Públicas Viação e Agricultura

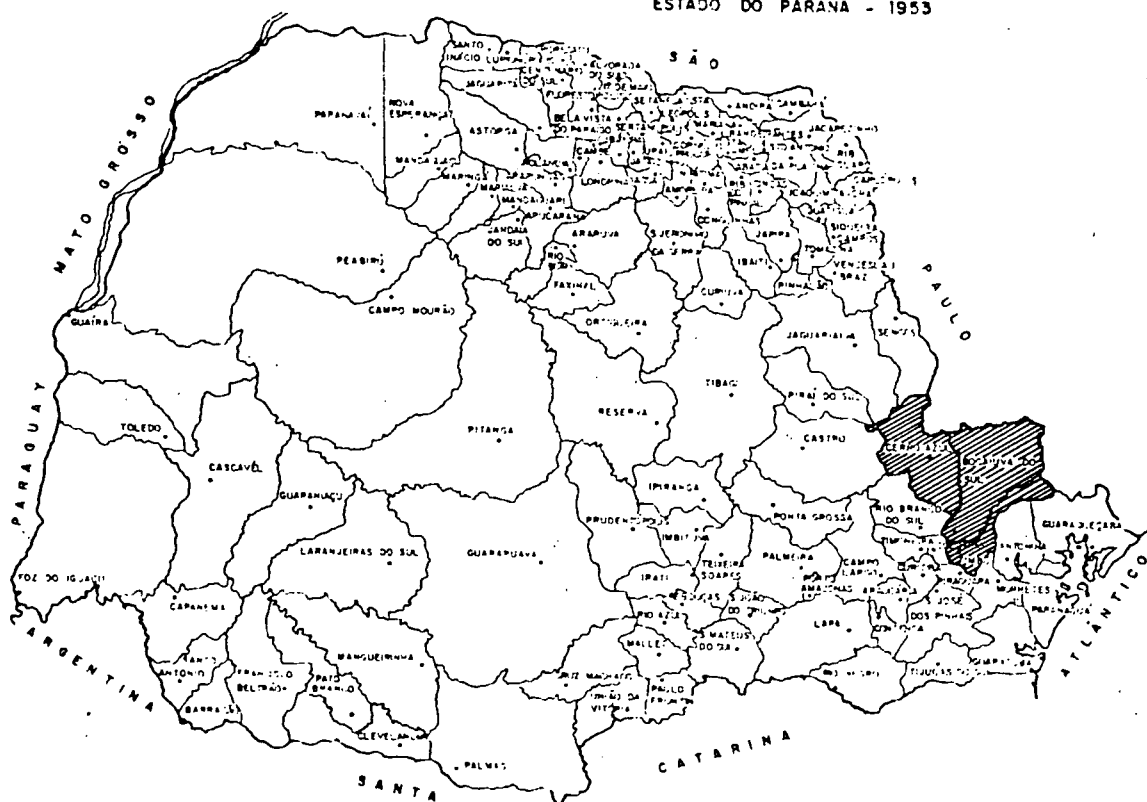
MAPA 5

ESTADO DO PARANÁ - 1948



MAPA 6

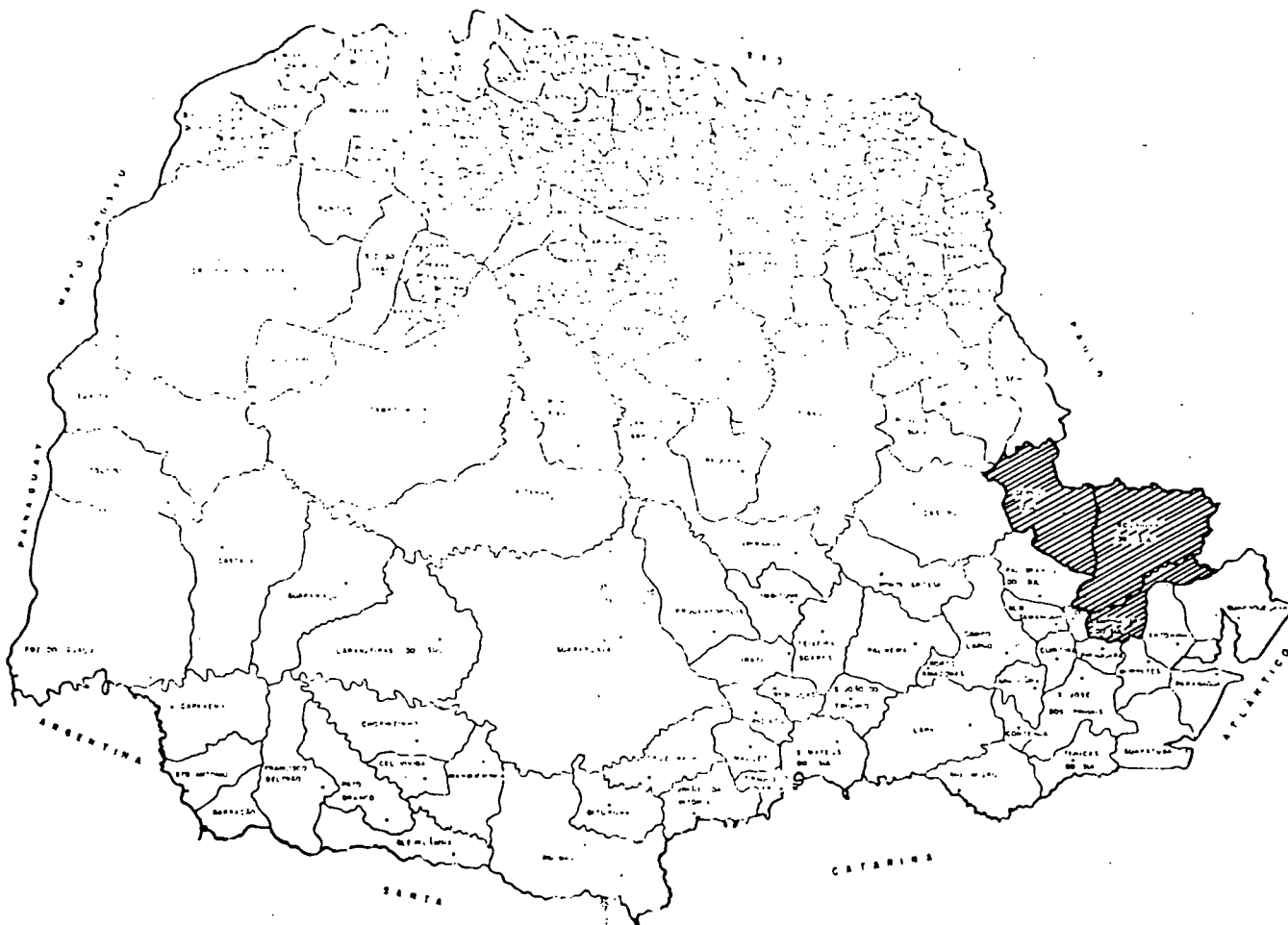
ESTADO DO PARANÁ - 1953



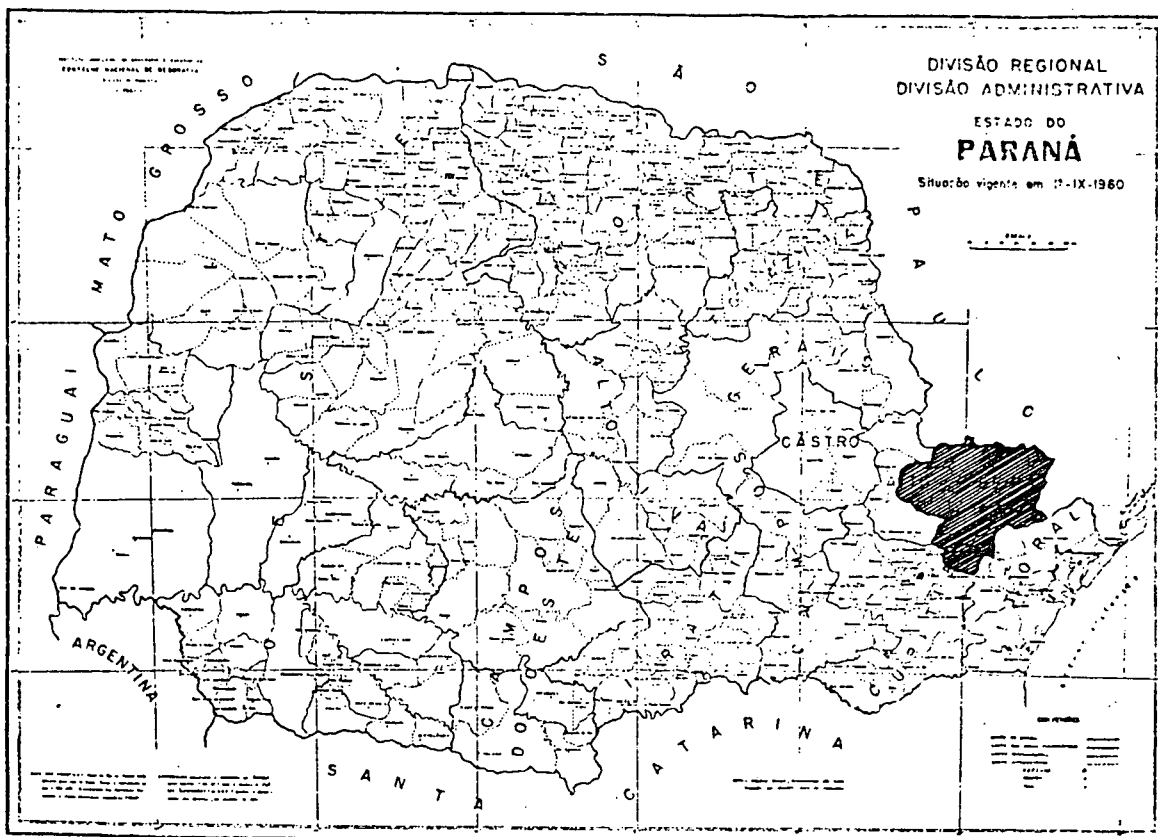
FONTE: Departamento de Geografia, Terras e Colonização
da Secretaria de Viação e Obras Públicas

MAPA 7

ESTADO DO PARANÁ - 1956



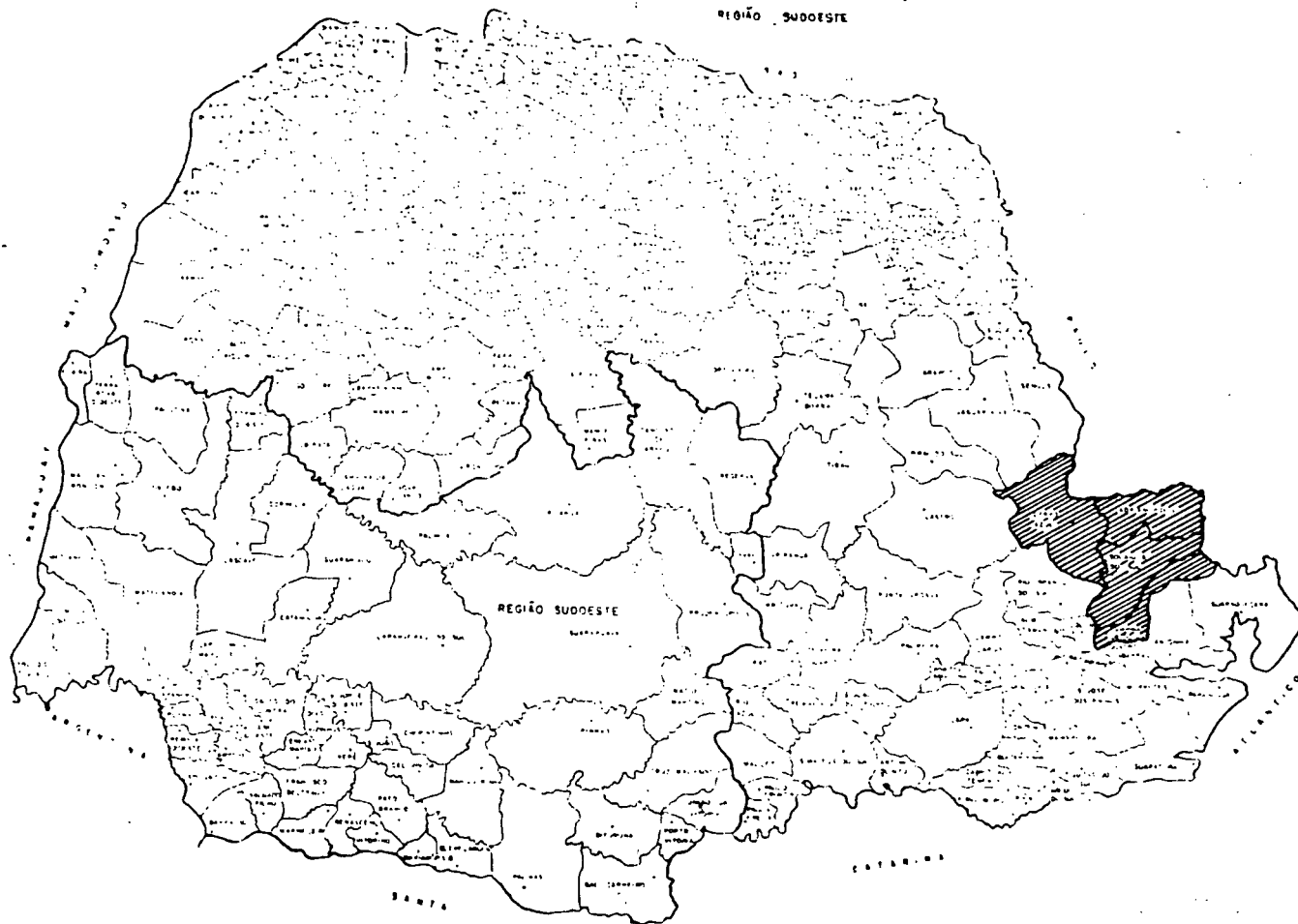
MAPA 8



Fonte: Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

MAPA 9

ESTADO DO PARANÁ - 1963
REGIÃO SUDOESTE



MAPA 10



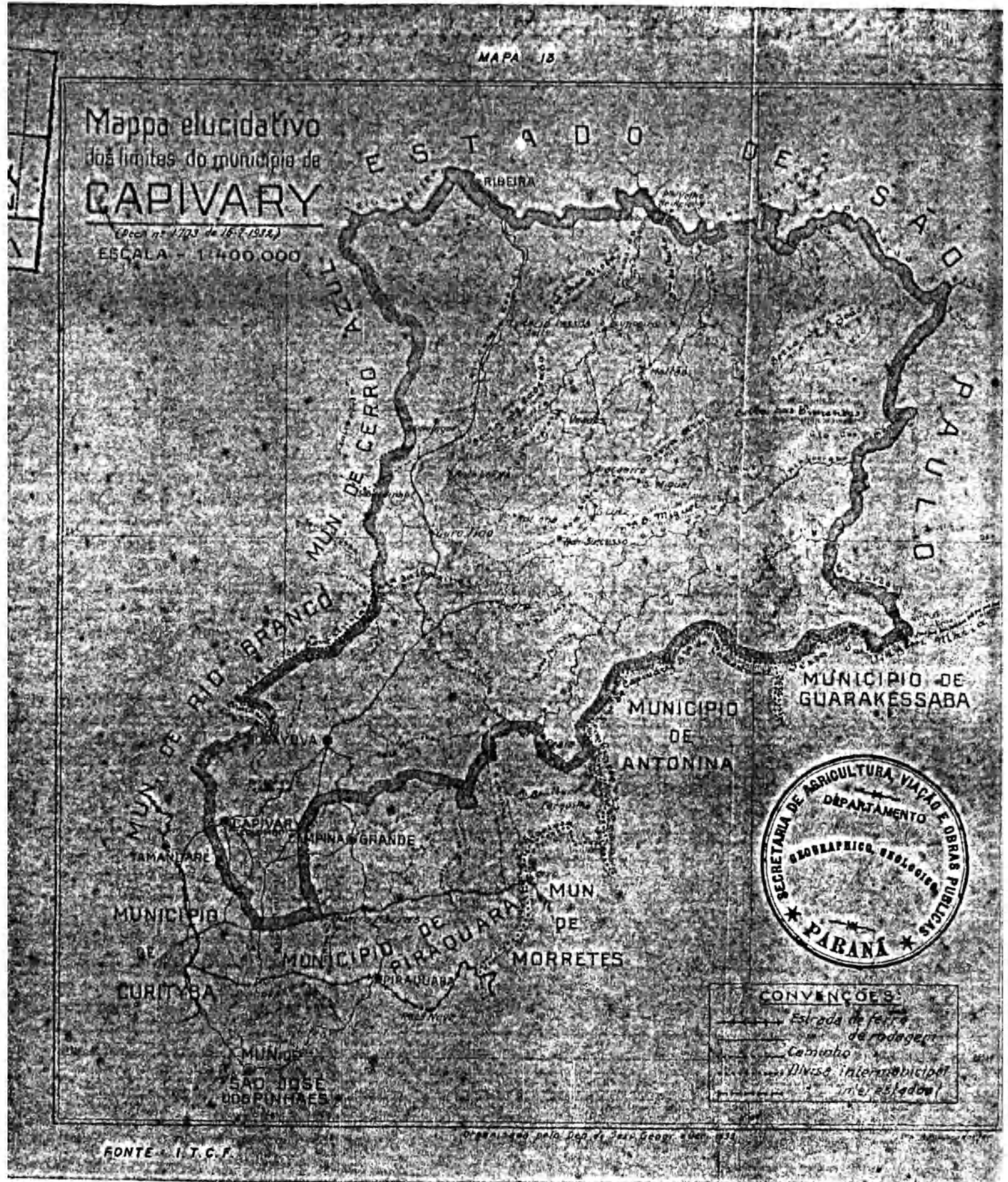
Fonte: Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

MAPA 18

Mapa elucidativo dos limites do municipio de **CAPIVARY**

(Decreto nº 1703 de 16-7-1938)

ESCALA - 1:400.000



CONVENÇÕES:

- Estrada de ferro
- Estrada de rodagem
- Caminho
- Divisa internacional
- Divisa estadual

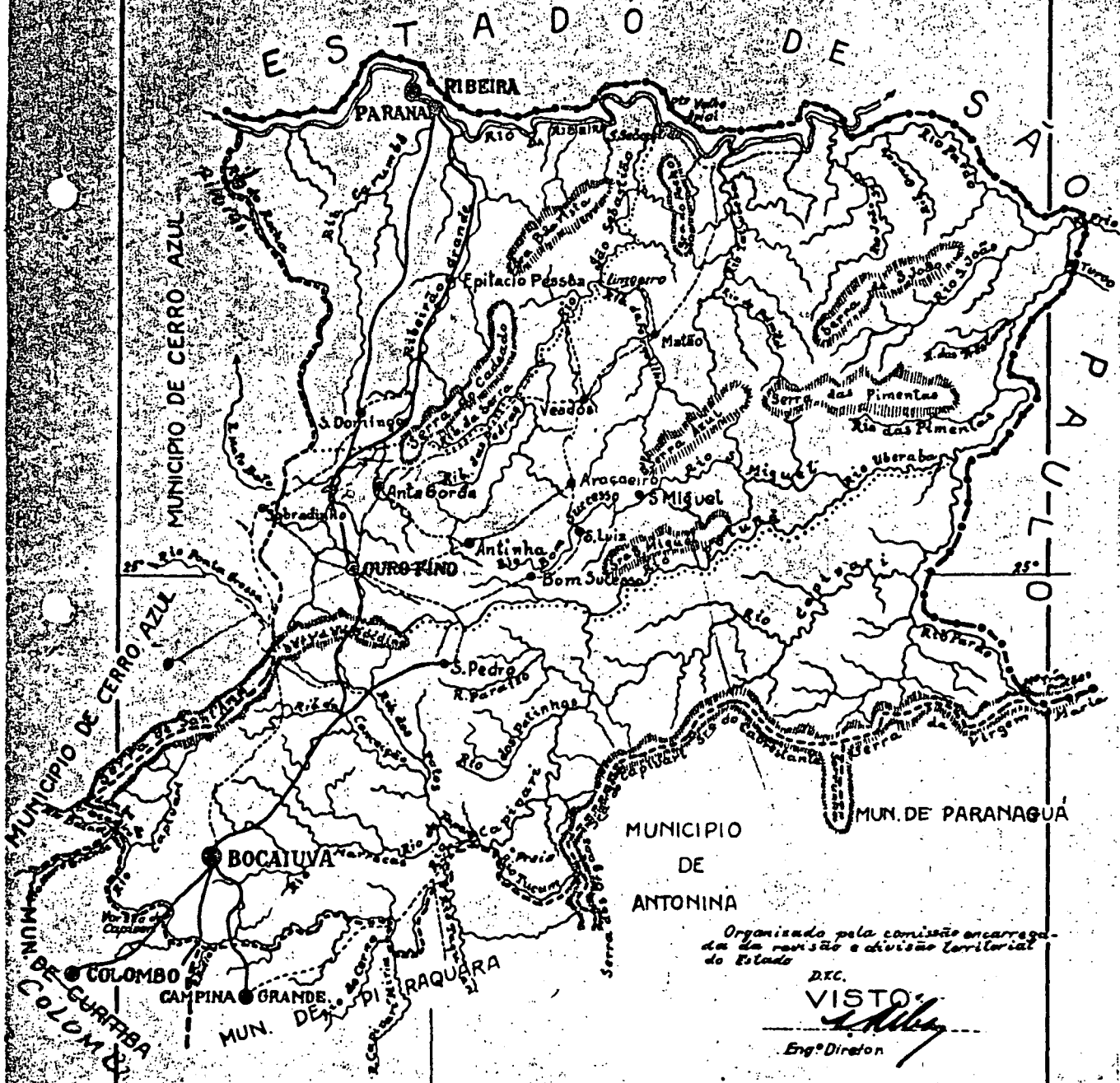
FONTE - I.T.C.F.

Organizado pelo Dep. de Geog. e Geol. 1938

ESTADO DO PARANÁ MUNICIPIO DE BOCAIUVA

Mapa organizado em observancia ao decreto lei nº 311 de 2 Março do 1938

ESCALA 1:400.000



Organizado pela comissão encarregada da revisão e divisão territorial do Estado

D.R.C.
VISTO

Eng.º Diretor

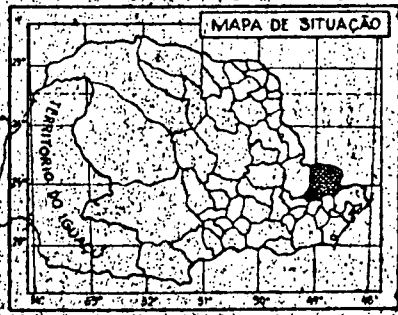
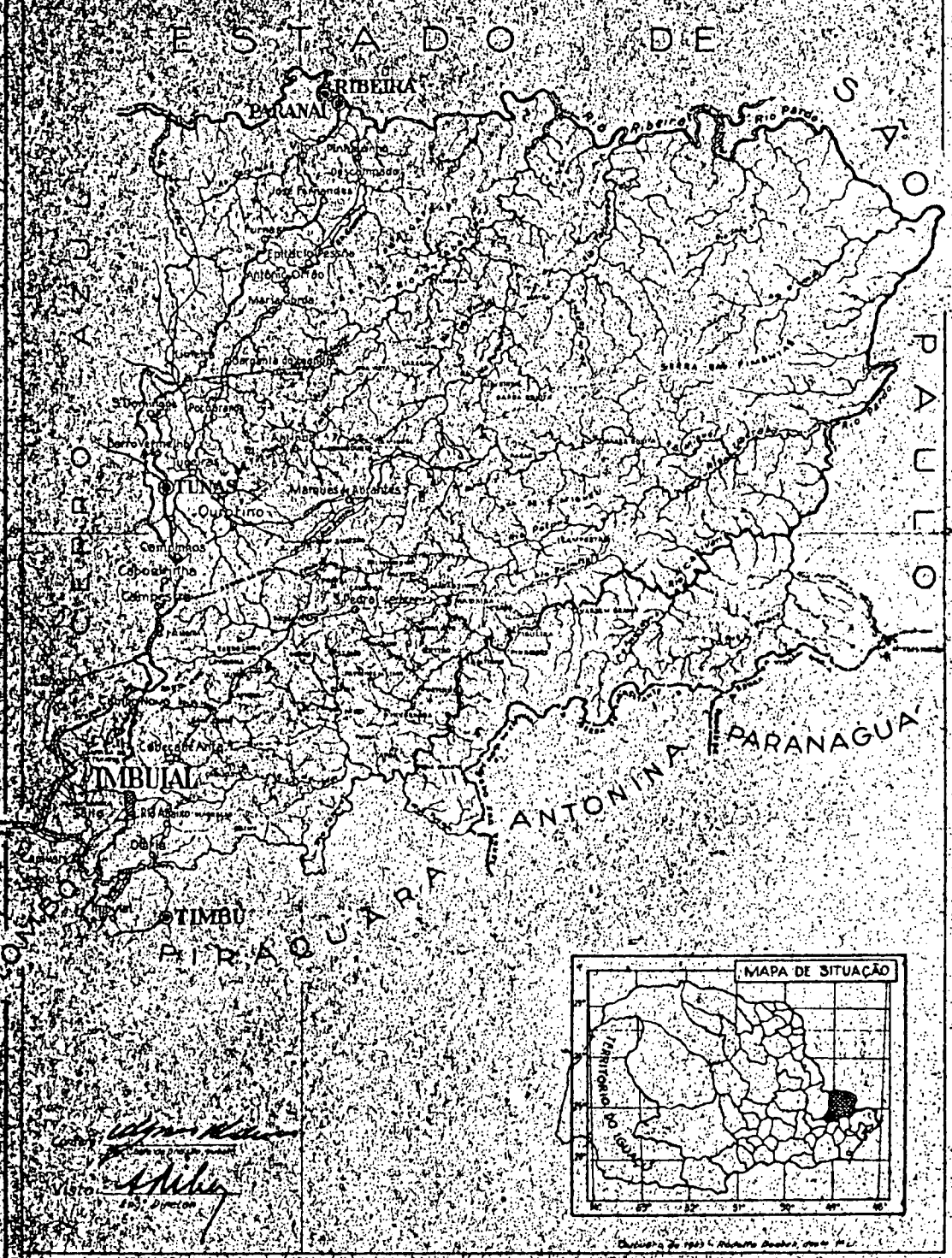
André Ballestrero
Des. Cartogr.

MAPA 17

ESTADO DO PARANÁ
S.O.P.V.A.
DEPTO DE GEOGRAFIA, TERRAS E COLONIZAÇÃO

MUNICÍPIO DE IMBUIAL

ESCALA 1:450.000

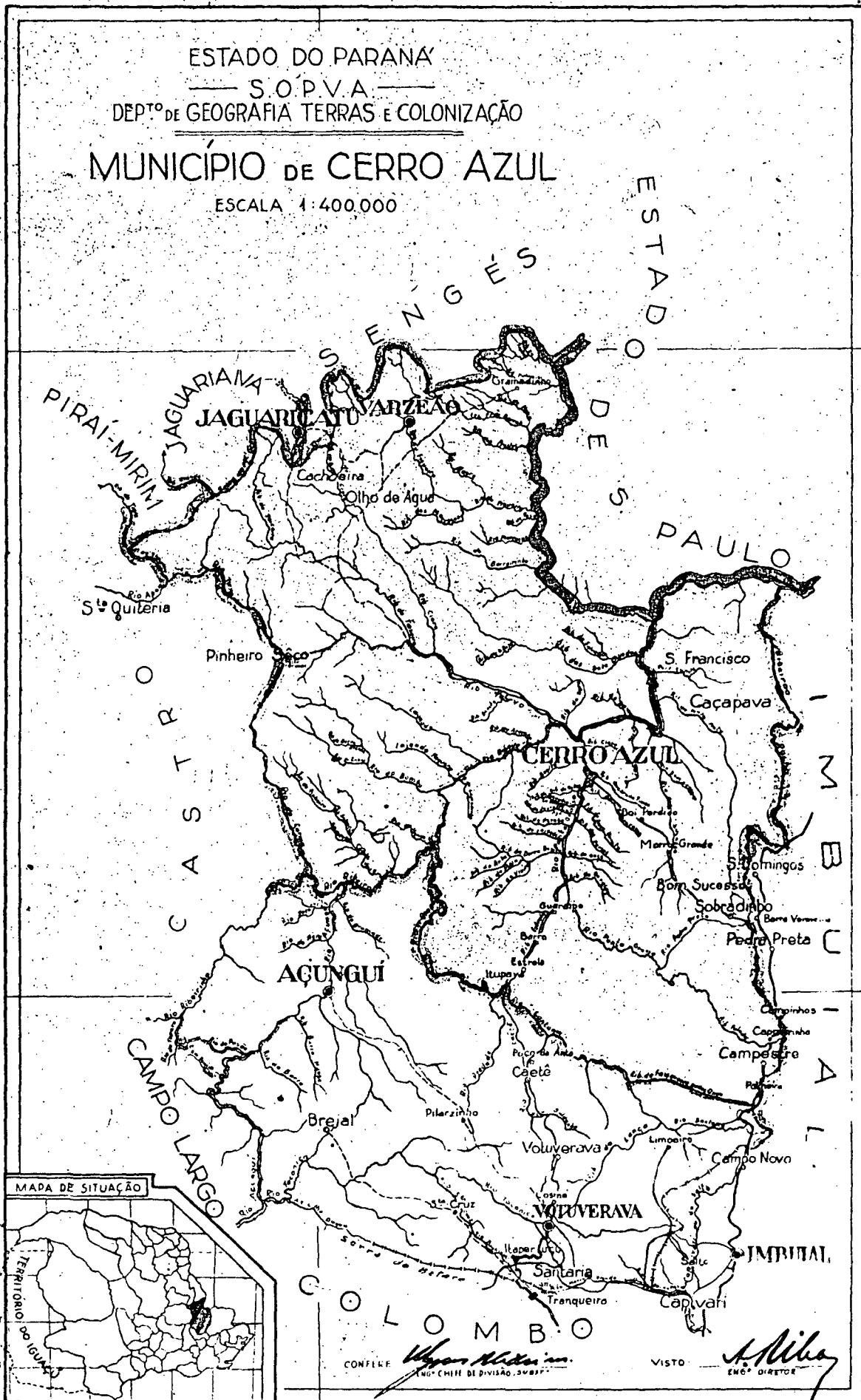


Walter...
 Diretor

FORNTE: T.C.R.

MAPA 18

ESTADO DO PARANÁ
 — S.O.P.V.A. —
 DEPTO DE GEOGRAFIA TERRAS E COLONIZAÇÃO
MUNICÍPIO DE CERRO AZUL
 ESCALA 1:400.000





ANEXO 3 - LISTA EXPLICATIVA DAS FOTOS ILUSTRATIVAS *

01. Moradia de um grande produtor da agropecuária regional, com terreiro e aspectos do jardim e da cerca.
02. Outro ângulo do jardim e parte do pomar, separados por outro tipo de cerca.
03. Outro aspecto do pomar, próximo à moradia.
04. O paiol, com terreiro para malhar feijão e também onde os rolos de fumo são expostos ao sol para melar. Esse agropecuarista é também fabricante de fumo de corda.
05. Barracão para estaleirar o fumo em folha, situado nos fundos do paiol da foto anterior, cuja cumeeira se vê ao fundo, no alto. Percebem-se algumas pontas de taquaras saindo pelas frestas. A proteção com ripas é para que o vento não derrube as folhas.
06. No primeiro plano está a cerca do piquete, faxinada com costaneira por baixo, num segundo plano, à direita, outro barracão para os serviços do fumo.
07. Onde se apresenta a estrada aparece a cerca faxinada e, ao fundo, constam um chiqueirão e um barracão-estaleiro.
08. Ovinos num piquete, junto à moradia, por onde corre um riacho.
09. Cerca duma encerra, faxinada com costaneira, dentro da qual aparecem alguns porcos. A sombra é de um caquizal.

*. Fotos tiradas pelo autor.

10. Outro aspecto: cerca da encerra faxinada, e outro ângulo do caquizal à esquerda, cujos frutos, quando maduros, substituem a ração aos porcos.
11. Invernada e encerra com cerca de faxina com costaneira e arame farpado, dividindo os cercados.
12. Piquete, cercado com rampa em aclive e cerca mista.
13. Mata de erval, vendo-se pés de erva mate podados e invernada.
14. Outra focalização do erval podado recentemente e invernada
15. Detalhe de uma invernada.
16. Outro trecho de uma invernada
17. Vista parcial de dois guaranis, que servem para secar erva mate. No primeiro plano, à direita, a boca do túnel em que se faz fogo para a secagem. As construções são os guaranis
18. Parapeito de tijolo para o sapeco da erva mate.
19. No primeiro plano um pilão rústico, em que se descasca arroz, se faz canjica, dentre outras coisas. Aos fundos, cantos de dois casebres de agregados. Encostada à porta está uma foice.
20. Facho, resultante da derrubada do mato para a roça. É o resultado da roçada que os agricultores da região queimam para poder plantar. Percebe-se também que o mato cortado está afastado do mato não cortado. É o aceiro preliminar, que depois será completado com uma limpeza de enxada.
21. Outro aspecto do roçado, mostrando também alguma declividade do terreno.
22. É outro ponto da roça ainda por queimar.

23. Mostra um corte de lenha, com lenha amontoada e, mais ao fundo, uma pilha de lenha, restando ainda a parte do facho que deve ser queimado.
24. É um tigüera, uma roça de milho e feijão recém colhida, apresentando alguma inclinação do relevo.
25. Trata-se de outra tomada do tigüera.
26. É uma amostra de inclinação das terras. No primeiro plano se vê uma parte da invernada e, no canto a esquerda, algumas colméias de abelhas, ao fundo uma porção de capoeira com relevo de acentuada inclinação.
27. Registra-se, em primeiro plano, uma lagoa no alto de um morro elevado, próximo à cidade de Bocaiúva do Sul. Ao fundo aparece a acidentada topografia, parecendo um mar de morros para o Oeste da lagoa.
28. Outro ângulo de visão da lagoa da foto anterior, agora para o Norte, em que a declividade do relevo aumenta, dificultando a agricultura, mas com grandes potencialidades minerais.
29. O lado Sul da referida lagoa, caracterizando um abrandamento da declividade dos terrenos.
30. Outra amostra da porção central da região, em que ficam identificadas as condições acidentadas do relevo.

Tabela 7 - Estabelecimentos Agropecuários por condição do produtor. Proprietários.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	29.050	49.432	68.609	165.974	312.762	305.734	305.765
Reg.Estudada	2.627	2.637	2.169	3.401	3.323	3.831	3.547
Adrianópolis	—	—	—	—	485	594	520
Bocaiúva do Sul	1.000	1.133	1.135	1.581	620	713	774
Campina Gde.Sul	575	—	—	314	269	423	466
Cerro Azul	1.052	1.504	1.034	1.506	1.949	2.101	1.787
Part.Rel.Reg.(%)	9,0	5,3	3,1	2,0	1,0	1,2	1,1

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 8 - Estabelecimento Agropecuários, por condição do produtor Arrendatários.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	1.021	8.385	4.436	56.332	68.741	48.466	43.340
Reg.Estudada	281	470	45	345	735	1.218	945
Adrianópolis	—	—	—	—	67	202	105
Bocaiúva do Sul	62	182	32	241	142	170	210
Campina Gde.Sul	7	—	—	63	18	40	94
Cerro Azul	212	288	13	41	508	806	536
Part.Rel.Reg.(%)	27,5	5,6	1,0	0,6	1,0	2,5	2,1

Fonte: Censo do IBGE.

Tabela 9 - Estabelecimentos Agropecuários por condição do produtor.Ocupantes¹

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	880	6.580	16.404	46.840	172.985	124.253	104.998
Reg.Estudada	51	212	358	310	821	1.100	1.636
Adrianópolis	—	—	—	—	128	221	292
Bocaiúva do Sul	16	162	334	125	141	242	375
Campina Gde.Sul	17	—	—	119	32	35	126
Cerro Azul	18	50	24	66	520	602	843
Part.Rel.Reg.(%)	5,7	3,2	2,1	0,6	0,4	0,8	1,5

Fonte: Censos do IBGE.

1. Inclui também as condições de administradores, parceiros e sem declaração.

Tabela 10. Área dos estabelecimentos agropecuários, por condição do produtor
Proprietários

Em Hectares

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	3.873.345	4.301.465	5.068.893	6.898.981	12.161.283	17.798.843	14.578.888
Reg. Estudada	—	242.171	187.350	200.888	200.353	208.519	290.241
Adrianópolis	—	—	—	—	44.745	52.225	56.803
Bocaiúva do Sul	—	102.889	91.717	90.218	46.585	50.637	65.292
Campina Gde. Sul	—	—	—	9.793	13.517	20.589	39.708
Cerro Azul	—	139.282	95.633	100.877	95.506	85.068	128.438
Part. Rel. Reg. (%)	—	5,6	3,6	2,9	1,6	1,1	1,9

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 11 - Área dos estabelecimentos agropedueiros, por condição do produtor.
Arrendatários

Em Hectares

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	207.358	584.099	184.198	794.194	646.760	579.795	702.844
Reg. Estudada	—	19.352	1.894	4.829	6.377	6.749	12.832
Adrianópolis	—	—	—	—	1.505	1.627	3.242
Bocaiúva do Sul	—	11.105	1.458	3.038	1.302	816	829
Campina Gde. Sul	—	—	—	444	168	221	653
Cerro Azul	—	8.247	436	1.347	3.402	4.085	8.108
Part. Ri. Reg. (%)	—	3,3	1,0	0,6	0,9	1,1	1,8

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 12 - Área dos estabelecimentos agropecuários, por condição do produtor.
Ocupantes¹

Em Hectares

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	1.222.006	1.366.916	2.779.137	3.691.759	1.817.487	1.252.323	1.098.599
Reg. Estudada	—	25.996	67.694	34.007	22.719	24.235	17.843
Adrianópolis	—	—	—	—	8.302	6.544	4.050
Bocaiúva do Sul	—	20.678	65.293	8.055	6.389	2.905	3.412
Campina Gde. Sul	—	—	—	5.356	455	617	3.027
Cerro Azul	—	5.318	2.401	20.596	7.573	14.169	7.354
Part. Rel. Reg. (%)	—	1,9	2,4	0,9	1,2	1,9	1,6

Fonte: Censos do IBGE.

1. Engloba também administradores, parceiros e sem declaração

Tabela 13. Estabelecimentos Agropecuários, por grupo de área total, de menos de 10 hectares.¹

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	—	12.811	14.941	93.477	295.272	237.168	214.995
Reg. Estudada	—	411	125	1.017	1.931	2.997	3.418
Adrianópolis	—	—	—	—	109	374	406
Bocaiúva do Sul	—	119	44	523	270	575	849
Campina Gde. Sul	—	—	—	282	102	270	395
Cerro Azul	—	292	81	212	1.450	1.778	1.768
Part. Rel. Reg. (%)	—	3,2	0,8	1,0	0,6	1,2	1,5

Fonte: Censos do IBGE.

1. Os Censos de 1920 englobam todos os estabelecimentos agropecuários com menos de 41 hectares.

Tabela 14. Estabelecimentos agropecuários, por grupo de área total, de 10 a menos de 50 hectares.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	17.284	31.985	47.716	137.637	218.625	194.744	189.900
Reg. Estudada	1.064	1.504	1.219	2.077	1.939	2.040	1.840
Adrianópolis	—	—	—	—	397	451	341
Bocaiúva do Sul	220	678	719	973	371	362	325
Campina Gde. Sul	367	—	—	173	159	165	216
Cerro Azul	477	826	500	931	1.012	1.062	958
Part. Rel. Reg. (%)	6,1	4,7	2,5	1,5	0,8	1,0	0,9

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 15. Estabelecimentos agropecuários, por grupo de área total, de 50 a menos de 100 hectares.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	7.276	9.111	13.810	21.450	22.311	24.142	25.131
Reg. Estudada	995	718	624	488	512	448	404
Adrianópolis	—	—	—	—	78	87	63
Bocaiúva do Sul	428	373	398	226	131	87	78
Campina Gde. Sul	132	—	—	14	26	30	31
Cerro Azul	435	345	226	248	277	244	232
Part. Rel. Reg. (%)	13,6	7,8	4,5	2,2	2,2	1,8	1,6

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 16. Estabelecimentos agropecuários, por grupo de área total, de 100 e mais hectares.¹

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	6.391	10.580	12.994	16.582	18.280	22.499	24.077
Reg. Estudada	900	686	605	474	497	432	466
Adrianópolis	—	—	—	—	96	105	107
Bocaiúva do Sul	430	307	341	225	131	101	107
Campina Gde. Sul	100	—	—	27	32	33	44
Cerro Azul	370	379	264	222	238	193	208
Part. Rel. Reg. (%)	14,0	6,4	4,6	2,8	2,7	1,9	1,9

Fonte: Censos do IBGE.

1. Inclui também estabelecimentos de área não declarada.

Tabela 17. Área dos estabelecimentos agropecuários, por grupo de área total, de menos de 10 hectares.¹ Em ha.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	—	72.499	90.241	523.892	1.575.024	1.286.777	1.108.663
Reg. Estudada	—	2.385	941	5.370	8.976	14.569	14.875
Adrianópolis	—	—	—	—	711	1.856	1.928
Bocaiúva do Sul	—	638	326	2.755	1.461	2.546	3.275
Campina Gde. Sul	—	—	—	1.206	556	1.158	1.805
Cerro Azul	—	1.747	615	1.409	6.248	9.009	7.867
Part. Rel. Reg. (%)	—	3,2	1,0	1,0	0,5	1,1	1,3

Fonte: Censos do IBGE.

1. O Censo de 1920 engloba todos os grupos de área total com menos de 41 hectares.

Tabela 18. Área dos estabelecimentos agropecuários, por grupo de área total, de 10 a menos de 50 hectares.¹ Em ha.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	342.146	839.767	1.231.093	3.203.529	4.536.541	4.163.546	4.109.298
Reg. Estudada	69	43.650	37.397	52.332	49.868	51.668	45.603
Adrianópolis	—	—	—	—	10.023	11.980	8.468
Bocaiúva do Sul	28	20.322	23.049	24.054	9.559	9.509	7.960
Campina Gde. Sul	17	—	—	3.515	4.102	4.201	5.314
Cerro Azul	24	23.328	14.348	24.763	26.184	25.978	23.861
Part. Rel. Reg. (%)	0,02	5,1	3,0	1,6	1,0	1,2	1,1

Fonte: Censos do IBGE.

1. O Censo de 1920 inclui aqui todos os pequenos estabelecimentos agropecuários.

Tabela 19. Área dos estabelecimentos agropecuários, por grupo de área total, de 50 a menos de 100 hectares. Em ha.

Características	1920 ¹	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	466.195	649.384	999.391	1.537.852	1.560.825	1.684.243	1.758.795
Reg. Estudada	205	50.644	46.674	35.438	37.140	32.281	28.948
Adrianópolis	—	—	—	—	5.842	6.460	4.423
Bocaiúva do Sul	69	26.172	30.146	16.524	9.834	6.337	5.651
Campina Gde. Sul	69	—	—	1.057	1.795	2.086	2.235
Cerro Azul	67	24.472	16.528	17.857	19.669	17.398	16.639
Part. Rel. Reg. (%)	0,04	7,7	4,6	2,3	2,3	1,9	1,6

Fonte: Censos do IBGE.

1. Compreende os estabelecimentos de 41 a 100 hectares.

Tabela 20. Área dos estabelecimentos agropecuários, por grupo de área total, de 100 e mais hectares.¹ Em ha.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	4.494.368	4.690.830	5.712.018	6.119.661	6.953.175	8.496.396	9.403.570
Reg. Estudada	21.278	176.009	171.974	146.584	133.466	141.284	231.475
Adrianópolis	—	—	—	—	37.974	40.399	49.273
Bocaiúva do Sul	11.251	78.344	104.995	57.978	33.424	35.966	52.643
Campina Gde. Sul	4.706	—	—	9.815	7.688	13.981	34.031
Cerro Azul	5.321	97.665	66.979	78.791	54.380	50.938	95.528
Part. Rel. Reg. (%)	0,4	3,7	3,0	2,3	1,9	1,6	2,4

Fonte: Censos do IBGE.

1. Os dados que não condizem com o respectivo Censo, foram retificados em Censos posteriores.

Tabela 21. Total dos estabelecimentos agropecuários.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	30.951	64.397	89.461	269.146	554.488	478.453	454.103
Reg.Estudada	2.959	3.319	2.573	4.056	4.879	6.149	6.128
Adrianópolis	—	—	—	—	680	1.017	917
Bocaiúva do Sul	1.078	1.477	1.502	1.947	903	1.125	1.359
Campina Gde.Sul	599	—	—	496	319	498	686
Cerro Azul	1.282	1.842	1.071	1.613	2.977	3.509	3.166
Part.Rel.Reg.(%)	9,5	5,1	2,8	1,5	0,8	1,2	1,3

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 22. Área total dos estabelecimentos agropecuários.¹

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	5.302.709	6.252.480	8.032.743	11.384.934	14.625.530	15.630.961	16.380.332
Reg.Estudada	356.232	287.952	256.986	239.724	229.449	239.802	320.922
Adrianópolis	—	—	—	—	54.552	60.696	64.098
Bocaiúva do Sul	172.426	134.976	158.516	101.311	54.275	54.358	69.534
Campina Gde. Sul	43.980	—	—	15.593	14.141	21.426	43.389
Cerro Azul	139.826	152.976	98.470	122.820	106.481	103.322	143.901
Part.Rel.Reg.(%)	6,7	4,6	3,1	2,1	1,5	1,5	1,9

Fonte: Censos do IBGE.

1. Inclui a área dos estabelecimentos sem declaração de área.

Tabela 23. Estabelecimentos agropecuários por grupo de área total.

ANOS	REGIÃO ESTUDADA				PARANÁ			
	DE < 10/ha	DE 10 < 50/ha	DE 50 < 100/ha	DE 100+/ha	De < 10/ha	De 10 < 50/ha	De 50 < 100/ha	De 100 +/ha
1920	—	1.054	995	900	—	17.284	7.276	6.391
1940	411	1.504	718	686	12.811	31.985	9.111	10.580
1950	125	1.219	624	605	14.941	47.716	13.810	12.994
1960	1.017	2.077	488	474	93.477	137.637	21.450	16.582
1970	1.931	1.939	512	497	295.272	218.625	22.311	18.218
1975	2.997	2.040	448	432	237.168	194.744	24.142	22.499
1980	3.418	1.840	404	466	214.995	189.900	25.131	24.077

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 24. Evolução dos Estabelecimentos agropecuários por grupo de área total.¹

ANOS	REGIÃO ESTUDADA				PARANÁ			
	DE < 10/ha	DE 10 < 50/ha	DE 50 < 100/ha	DE 100+/ha	De < 10 /ha	DE 10 < 50/ha	DE 50 < 100/ha	DE 100 +/ha
1920	—	100	100	100	—	100	100	100
1940	100	141	72	76	100	185	125	165
1950	30	114	62	67	116	276	189	203
1960	247	195	49	52	729	796	294	259
1970	469	182	51	55	2.304	1.264	306	285
1975	729	191	45	48	1.851	1.126	331	352
1980	831	172	40	51	1.678	1.098	345	376

Fonte: Censos do IBGE.

1. Com base 100 em 1920, e exceção dos de 10 ha.

Tabela 25. Participação relativa dos estabelecimentos agropecuários regionais. Em percentagem.

ANOS	De < 10 /ha	DE 10 < 50 /ha	DE 50 < 100/ha	DE 100 +/ha
1920	—	6,1	13,6	14,0
1940	3,2	4,7	7,8	6,4
1950	0,8	2,5	4,5	4,6
1960	1,0	1,5	2,2	2,8
1970	0,6	0,8	2,2	2,7
1975	1,2	1,0	1,8	1,9
1980	1,5	0,9	1,6	1,9

Fonte: Censos do IBGE.

Nota 2 : As tabelas relativas à evolução com base 100 em ano dado, assim como as de participação relativa, foram elaboradas pelo autor.

Tabela 23-A. Estabelecimentos agropecuários regionais, por grupo de área total, em percentagem.

ANOS	DE < 10 ha	DE 10 < 50 ha	DE 50 < 100 ha	De 100 ha e +
1920	—	9	23	22
1940	4	13	17	17
1950	1	10	15	15
1960	10	18	12	12
1970	20	17	12	12
1975	30	17	11	11
1980	35	16	10	11
Σ	9.899	11.683	4.189	4.060

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 26-A. Área dos estabelecimentos agropecuários, por grupo de área total, em percentagem.

ANOS	De < 10 ha	DE 10 < 50 ha	DE 50 < 100 ha	DE 100 ha e +
1920	—	0,02	0,08	2
1940	5	16	22	17
1950	2	13	20	17
1960	11	19	15	14
1970	19	18	16	13
1975	31	18	14	14
1980	32	16	13	23
Σ	47.116	280.587	231.330	1.022.070

Fonte: Censos do IBGE

Tabela 26. Área dos estabelecimentos agropecuários, por grupo de área total, em hectares.

ANOS	REGIÃO ESTUDADA				PARANÁ			
	DE < 10/ha	DE 10 < 50/ha	DE 50 < 100/ha	DE 100+ /ha	DE < 10/ha	DE 10 < 50/ha	DE 50 < 100/ha	DE 100 +/ha
1920	—	69	205	21.278	—	342.146	466.195	4.494.368
1940	2.385	43.650	50.644	176.009	72.499	839.767	649.384	4.690.830
1950	941	37.397	46.674	171.974	90.241	1.231.093	999.391	5.712.018
1960	5.370	52.332	35.438	146.584	523.892	3.203.529	1.537.852	6.119.661
1970	8.976	49.868	37.140	133.466	1.575.024	4.536.541	1.560.825	5.953.175
1975	14.569	51.668	32.281	141.284	1.286.777	4.163.546	1.684.243	8.496.396
1980	14.875	45.603	28.948	231.475	1.108.663	4.109.298	1.758.795	9.403.570

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 27. Evolução da área dos estabelecimentos agropecuários, por grupo de área total, em hectares.

ANOS	REGIÃO ESTUDADA				PARANÁ			
	DE < 10/ha	DE 10 < 50/ha	DE 50 < 100/ha	DE 100+	DE < 10/ha	DE 10 < 50/ha	DE 50 < 100/ha	DE 100 +/ha
1920	—	100	100	100	—	100	100	100
1940	100	63.260	24.704	827	100	245	139	104
1950	39	54.198	22.767	808	124	359	214	127
1960	225	75.843	17.286	688	722	936	329	136
1970	376	72.272	18.117	627	2.172	1.325	334	154
1975	610	74.881	15.746	663	1.774	1.216	361	189
1980	623	66.091	14.120	1.087	1.529	1.201	377	209

Fonte: Censos do IBGE.

1. Com base 100 em 1920, com exceção dos de menos de 10 hectares.

Tabela 28. Participação relativa da área dos estabelecimentos agropecuários regionais, em percentagem

ANOS	DE < 10 ha	DE 10 < 50 ha	DE 50 < 100 .ha	100 + ha
1920	—	0,02	0,04	0,4
1940	3,2	5,1	7,7	3,7
1950	1,0	3,0	4,6	3,0
1960	1,0	1,6	2,3	2,3
1970	0,5	1,0	2,3	1,9
1975	1,1	1,2	1,9	1,6
1980	1,3	1,1	1,6	2,4

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 39. Estabelecimentos agropecuários que produzem Milho.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	27.875	61.628	98.392	280.757	446.539	377.287	335.539
Reg.Estudada	2.747	3.266	1.913	3.632	4.457	5.634	5.323
Adrianópolis	—	—	—	—	607	845	623
Bocaiúva do Sul	1.052	1.441	891	1.676	806	1.023	1.258
Campina Gde.Sul	480	—	—	453	273	405	585
Cerro Azul	1.215	1.825	1.022	1.503	2.771	3.361	2.857
Part.Rel.Reg.(%)	9,8	5,2	1,9	1,8	1,0	1,4	1,5

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 40. Área cultivada com milho, em hectares.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	178.094	—	—	1.083.698	2.121.206	1.848.380	1.862.670
Reg.Estudada	19.825	—	—	20.173	22.859	23.260	17.918
Adrianópolis	—	—	—	—	4.296	4.661	2.478
Bocaiúva do Sul	8.221	—	—	8.334	4.646	3.966	3.369
Campina Gde.Sul	1.415	—	—	2.287	1.288	1.216	1.587
Cerro Azul	10.189	—	—	9.552	12.629	13.417	10.484
Part.Rel.Reg.(%)	11,1	—	—	1,8	0,9	1,2	0,9

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 41. Quantidade produzida de milho, em toneladas.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	366.461	604.226	936.705	1.474.493	3.426.389	3.429.737	3.908.144
Reg.Estudada	38.918	28.588	37.916	26.039	25.333	33.072	25.489
Adrianópolis	—	—	—	—	5.469	6.053	3.145
Bocaiúva do Sul	14.550	10.478	27.019	12.372	5.221	6.028	4.930
Campina Gde.Sul	2.971	—	—	3.529	1.557	1.946	2.362
Cerro Azul	21.397	18.110	10.897	10.138	13.086	19.045	15.052
Part.Rel.Reg.(%)	10,6	4,7	4,0	1,7	0,7	0,9	0,6

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 42. Valor da produção de milho, em mil cruzeiros.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	73.292	—	—	—	465.462	2.055.680	20.681.255
Reg.Estudada	—	—	—	—	4.099	20.066	136.298
Adrianópolis	—	—	—	—	905	4.191	15.615
Bocaiúva do Sul	—	—	—	—	1.004	4.533	31.919
Campina Gde.Sul	—	—	—	—	330	1.230	13.206
Cerro Azul	—	—	—	—	1.860	10.112	75.558
Part.Rel.Reg.(+)	—	—	—	—	0,8	0,9	0,6

Fonte: Censos do IBGE.

Nota: Até 1940 o valor da produção é expresso em contos de réis (1.000\$000) e após esse ano em mil cruzeiros.

Obs. Milho e Feijão são normalmente cultivados em associação.

Tabela 43. Estabelecimentos agropecuários que produzem feijão.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	8.566	57.465	79.446	180.947	364.112	280.559	764.413
Reg.Estudada	2.429	2.927	2.132	3.519	3.581	6.133	12.761
Adrianópolis	—	—	—	—	567	820	1.857
Bocaiúva do Sul	985	1.296	1.318	1.596	780	982	2.807
Campina Gde.Sul	446	—	—	438	243	358	933
Cerro Azul	998	1.631	814	1.485	2.691	2.973	7.163
Part.Rel.Reg.(%)	28,3	5,0	2,6	1,9	1,1	2,1	1,6

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 44. Área cultivada com feijão, em hectares.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	30.799	—	—	454.083	926.975	642.982	815088
Reg.Estudada	2.871	—	—	7.876	10.396	12.228	15.262
Adrianópolis	—	—	—	—	1.046	1.175	1.690
Bocaiúva do Sul	1.588	—	—	2.135	2.079	2.711	5:000
Campina Gde.Sul	352	—	—	2.080	789	710	650
Cerro Azul	931	—	—	3.661	6.482	7.632	7.922
Part.Rel.Reg.(%)	9,3	—	—	1,7	0,9	1,9	1,8

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 45. Quantidade produzida de feijão, em toneladas.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	24.090	51.701	169.731	221.688	457.096	362.515	427.128
Reg.Estudada	1.830	1.908	2.258	3.202	3.115	5.091	4.115
Adrianópolis	—	—	—	—	575	763	809
Bocaiúva do Sul	953	804	1.541	955	475	872	698
Campina Gde.Sul	281	—	—	707	167	223	229
Cerro Azul	596	1.104	717	1.540	1.898	3.233	2.379
Part.Rel.Reg.(%)	7,5	3,6	1,3	1,4	0,6	1,4	0,9

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 46. Valor de produção de feijão, em mil cruzeiros.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	8.432	—	—	—	281.553	715.070	18.262.504
Reg.Estudada	—	—	—	—	2.188	11.703	178.500
Adrianópolis	—	—	—	—	401	2.922	38.083
Bocaiúva do Sul	—	—	—	—	347	2.430	24.416
Campina Gde.Sul	—	—	—	—	136	511	7.371
Cerro Azul	—	—	—	—	1.304	5.840	108.630
Part.Rel.Reg.(%)	—	—	—	—	0,7	1,6	0,9

Fontes: Censos do IBGE.

Tabela 47. Estabelecimentos agropecuários que produzem arroz.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	4.955	18.298	27.165	94.413	222.524	261.517	168.554
Reg. Estudada	487	489	490	—	623	488	740
Adrianópolis	—	—	—	—	236	244	264
Bocaiúva do Sul	236	325	436	—	14	12	37
Campina Gde. Sul	1	—	—	—	2	10	8
Cerro Azul	250	164	54	—	371	222	431
Part. Rel. Reg. (%)	9,8	2,6	1,8	—	0,3	0,2	0,4

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 48. Área cultivada com arroz, em hectares.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	5.666	—	52.298	209.253	441.645	551.777	216.088
Reg. Estudada	155	—	478	—	341	337	729
Adrianópolis	—	—	—	—	228	237	298
Bocaiúva do Sul	99	—	427	—	7	4	23
Campina Gde. Sul	1	—	—	—	1	5	4
Cerro Azul	55	—	51	—	105	91	404
Part. Rel. Reg. (%)	2,7	—	0,9	—	0,07	0,06	0,3

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 49. Quantidade produzida de arroz, em toneladas.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	10.584	17.485	62.298	171.382	375.605	691.528	235.159
Reg. Estudada	299	200	689	—	253	346	523
Adrianópolis	—	—	—	—	161	236	299
Bocaiúva do Sul	198	177	651	—	6	7	15
Campina Gde. Sul	1	—	—	—	1	5	4
Cerro Azul	100	23	38	—	85	98	205
Part. Rel. Reg. (%)	2,8	1,1	1,1	—	0,06	0,05	0,2

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 50. Valor da produção de arroz, em mil cruzeiros.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	5.292	—	—	—	148.726	1.037.101	2.638.426
Reg. Estudada	—	—	—	—	115	636	5.785
Adrianópolis	—	—	—	—	70	460	3.061
Bocaiúva do Sul	—	—	—	—	2	12	275
Campina Gde. Sul	—	—	—	—	1	13	84
Cerro Azul	—	—	—	—	42	151	2.365
Part. Rel. Reg. (%)	—	—	—	—	0,07	0,06	0,2

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 51. Estabelecimentos agropecuários que produzem mandioca.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	3.817	13.063	1.425	1.192	80.467	41.485	77.608
Reg.Estudada	131	485	307	—	294	58	251
Adrianópolis	—	—	—	—	102	21	45
Bocaiúva do Sul	82	324	268	—	18	4	5
Campina Gde.Sul	3	—	—	—	3	10	74
Cerro Azul	46	161	39	—	171	23	127
Part.Rel.Reg.(%)	3,4	3,7	21,5	—	0,2	0,1	0,3

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 52. Área cultivada com mandioca, em hectares.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	3.523	—	—	1.606	87.445	28.167	46.726
Reg.Estudada	50	—	—	—	169	26	65
Adrianópolis	—	—	—	—	41	7	19
Bocaiúva do Sul	32	—	—	—	17	0	2
Campina Gde.Sul	1	—	—	—	10	10	9
Cerro Azul	17	—	—	—	101	9	35
Part.Rel.Reg.(%)	1,4	—	—	—	0,3	0,09	0,1

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 53. Quantidade produzida de mandioca, em toneladas.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	40.702	69.614	123.262	16.680	1.024.516	346.697	684.766
Reg.Estudada	588	3.151	1.153	6	1.720	375	640
Adrianópolis	—	—	—	—	329	58	170
Bocaiúva do Sul	382	1.610	758	1	123	3	12
Campina Gde.Sul	4	—	—	5	24	205	81
Cerro Azul	202	1.541	395	—	1.244	109	377
Part.Rel.Reg.(%)	1,4	4,5	0,9	0,03	0,2	0,1	0,09

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 54. Valor da produção de mandioca, em mil cruzeiros.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	—	—	—	—	66.154	168.147	2.065.053
Reg.Estudada	—	—	—	—	104	236	3.824
Adrianópolis	—	—	—	—	31	36	1.173
Bocaiúva do Sul	—	—	—	—	19	1	91
Campina Gde.Sul	—	—	—	—	5	158	451
Cerro Azul	—	—	—	—	49	41	2.109
Part.Rel.Reg.(%)	—	—	—	—	0,15	0,14	0,18

Fontes: Censos do IBGE.

Tabela 55. Estabelecimentos agropecuários que produzem trigo.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	2.178	13.747	28.924	40.000	82.477	31.538	37.169
Reg.Estudada	12	20	37	1	1	1	—
Adrianópolis	—	—	—	—	—	1	—
Bocaiúva do Sul	1	19	17	1	1	—	—
Campina Gde.Sul	6	—	—	—	—	—	—
Cerro Azul	5	1	20	—	—	—	—
Part.Rel.Reg.(%)	0,02	0,1	0,1	0,002	0,0003	0,003	0,0

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 56. Área cultivada com trigo, em hectares.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	2.318	—	—	76.686	250.213	596.939	1.135.263
Reg.Estudada	122	—	—	2	1	1	—
Adrianópolis	—	—	—	—	—	1	—
Bocaiúva do Sul	37	—	—	2	1	—	—
Campina Gde.Sul	17	—	—	—	—	—	—
Cerro Azul	68	—	—	—	—	—	—
Part.Rel.Reg.(%)	5,2	—	—	0,002	0,001	0,0001	0,0

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 57. Quantidade produzida de trigo, em toneladas.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	1.555	8.888	43.921	58.628	205.359	380.600	1.231.077
Reg.Estudada	86	6	379	2	1	1	0
Adrianópolis	—	—	—	—	—	1	—
Bocaiúva do Sul	26	6	199	2	1	—	—
Campina Gde.Sul	12	—	—	—	—	—	—
Cerro Azul	48	(x)	180	—	—	—	—
Part.Rel.Reg.(%)	5,5	0,06	0,8	0,003	0,0004	0,0002	0,0

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 58. Valor da produção de trigo, em mil cruzeiros.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	—	—	—	—	87.828	551.732	13.428.904
Reg.Estudada	—	—	—	—	0	1	—
Adrianópolis	—	—	—	—	—	1	—
Bocaiúva do Sul	—	—	—	—	0	—	—
Campina Gde. Sul	—	—	—	—	—	—	—
Cerro Azul	—	—	—	—	—	—	—
Part.Rel.Reg.(%)	—	—	—	—	0,0	0,0001	0,0

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 59. Estabelecimentos agropecuários que fabricam Fumo de corda.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	2.615	—	2.236	1.647	6.357	11.408	12.312
Reg.Estudada	376	—	80	—	70	59	60
Adrianópolis	—	—	—	—	3	2	1
Bocaiúva do Sul	137	—	47	—	57	51	25
Campina Gde.Sul	15	—	—	—	—	2	2
Cerro Azul	224	—	33	—	10	4	32
Part.Rel.Reg.(%)	14,3	—	3,5	—	1,1	0,5	0,4

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 60. Área cultivada com Fumo. Em ha.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	1.083	—	2.305	679	—	11.096	17.026
Reg.Estudada	69	—	7	—	—	24	23
Adrianópolis	—	—	—	—	—	0	7
Bocaiúva do Sul	7	—	4	—	—	24	10
Campina Gde.Sul	4	—	—	—	—	0	0
Cerro Azul	58	—	3	—	—	0	6
Part.Rel.Reg.(%)	6,3	—	0,3	—	—	0,2	0,1

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 61. Quantidade produzida de Fumo de corda, em toneladas.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	667	348	349	602	4.413	9.793	12.683
Reg.Estudada	76	34	11	1	55	46	14
Adrianópolis	—	—	—	—	0	0	1
Bocaiúva do Sul	39	20	8	1	22	46	12
Campina Gde.Sul	2	—	—	—	—	0	0
Cerro Azul	35	14	3	—	33	0	1
Part.Rel.Reg.(%)	11,3	9,6	0,3	0,2	1,2	0,4	0,1

Fonte: Censos do IBGE.

Nota 4:O fumo em folha foi transformado em fumo de corda. Não consta, segundo informações de produtores regionais, que se tenha vendido fumo em folha na região. O fumo verde quebra 2/3 entre a destalação, o murchamento e o processo de melação. Utilizou-se esse percentual para a transformação.

Tabela 62. Valor da produção de Fumo de corda, em mil cruzeiros.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	999	—	—	8.865	11.865	92.604	708.281
Reg.Estudada	—	—	—	—	211	573	860
Adrianópolis	—	—	—	—	1	0	93
Bocaiúva do Sul	—	—	—	—	64	551	667
Campina Gde.Sul	—	—	—	—	—	8	1
Cerro Azul	—	—	—	—	146	14	99
Part.Rel.Reg.(%)	—	—	—	—	1,7	0,6	0,1

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 63. Estabelecimentos agropecuários que produzem Laranja.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	—	27.210	12.489	36.695	38.101	49.521	103.675
Reg.Estudada	—	1.283	415	307	434	385	698
Adrianópolis	—	—	—	—	91	90	151
Bocaiúva do Sul	—	842	369	93	7	—	6
Campina Gde.Sul	—	—	—	48	1	39	79
Cerro Azul	—	441	46	166	335	256	462
Part.Rel.Reg.(%)	—	4,7	3,3	0,8	12,9	0,7	0,6

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 64. Área cultivada com Laranja, em hectares.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	—	—	—	3.814	4.317	1.949	4.350
Reg.Estudada	—	—	—	120	557	530	402
Adrianópolis	—	—	—	—	46	22	23
Bocaiúva do Sul	—	—	—	10	1	—	2
Campina Gde.Sul	—	—	—	11	39	1	1
Cerro Azul	—	—	—	99	471	507	376
Part.Rel.Reg.(%)	—	—	—	3,1	1,1	27,1	9,2

Fonte: Censos do IBGE

1. Área colhida para os censos de 1980.

Tabela 65. Quantidade produzida de Laranja, em mil frutos.¹

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	—	—	150.185	314.146	301.140	236.547	363.774
Reg.Estudada	—	—	14.549	9.375	32.132	23.102	34.808
Adrianópolis	—	—	—	—	1.655	1.170	1.908
Bocaiúva do Sul	—	—	10.255	645	90	—	19
Campina Gde.Sul	—	—	—	306	5.250	48	34
Cerro Azul	—	—	4.294	8.424	25.137	21.884	32.847
Part. Rel.Reg.(%)	—	—	9,6	2,9	10,6	9,7	9,5

Fonte: Censos do IBGE.

1. Os dados foram unificados para mil frutos, os censos de 1950 e 1960 são à base de centos de frutos.

Tabela 66. Valor da produção da Laranja, em mil cruzeiros.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	—	—	—	—	7.754	35.288	447.515
Reg.Estudada	—	—	—	—	899	1.733	20.085
Adrianópolis	—	—	—	—	44	122	1.104
Bocaiúva do Sul	—	—	—	—	2	—	12
Campina Gde.Sul	—	—	—	—	175	23	49
Cerro Azul	—	—	—	—	678	1.588	18.920
Part.Rel.Reg.(%)	—	—	—	—	11,5	4,9	4,4

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 67. Estabelecimentos agropecuários que produzem Uva.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	—	—	4.684	15.430	9.097	10.638	30.980
Reg. Estudada	—	—	30	—	108	182	253
Adrianópolis	—	—	—	—	3	12	8
Bocaiúva do Sul	—	—	30	—	84	84	78
Campina Gde. Sul	—	—	—	—	20	83	162
Cerro Azul	—	—	—	—	1	3	5
Part. Rel. Reg. (%)	—	—	0,6	—	1,2	1,7	0,8

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 68. Área cultivada com Uva, em hectares.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	—	—	1.208	2.328	2.708	2.249	1.806
Reg. Estudada	—	—	18	—	91	75	51
Adrianópolis	—	—	—	—	2	10	5
Bocaiúva do Sul	—	—	18	—	53	29	26
Campina Gde. Sul	—	—	—	—	34	34	18
Cerro Azul	—	—	—	—	2	2	2
Part. Rel. Reg. (%)	—	—	1,4	—	3,3	3,3	2,8

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 69. Quantidade produzida de Uva, em toneladas.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	—	—	2.713	7.642	8.422	11.473	14.418
Reg. Estudada	—	—	38	—	168	325	268
Adrianópolis	—	—	—	—	8	42	15
Bocaiúva do Sul	—	—	38	—	94	147	96
Campina Gde. Sul	—	—	—	—	39	130	152
Cerro Azul	—	—	—	—	27	6	5
Part. Rel. Reg. (%)	—	—	1,4	—	1,9	2,8	1,8

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 70. Valor da produção de Uva, em mil cruzeiros.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	—	—	—	—	7.583	36.690	440.988
Reg. Estudada	—	—	—	—	82	376	3.089
Adrianópolis	—	—	—	—	10	101	589
Bocaiúva do Sul	—	—	—	—	30	102	883
Campina Gde. Sul	—	—	—	—	15	169	1.459
Cerro Azul	—	—	—	—	27	4	158
Part. Rel. Reg. (%)	—	—	—	—	1,1	1,0	0,7

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 74. Estabelecimentos agrícolas estaduais com produção.

ANOS	MILHO	FEIJÃO	ARROZ	MANDIOCA	TRIGO	FUMO DE CORDA	LARANJA	UVA
1920	27.875	8.566	4.955	3.817	2.178	2.615	—	—
1940	61.628	57.465	18.298	13.066	13.747	—	27210	—
1950	98.392	79.446	27.165	1.425	28.924	2.236	12.489	4.684
1960	200.757	180.947	94.413	1.192	40.000	1.647	36.695	15.430
1970	446.539	364.112	222.524	80.467	82.477	6.357	38.101	9.097
1975	377.287	280.559	261.517	41.485	31.538	11.408	49.521	10.638
1980	335.539	764.413	168.554	77.608	37.169	12.312	103.675	30.980

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 75. Evolução dos estabelecimentos agrícolas do Paraná, com produção.¹

ANOS	MILHO	FEIJÃO	ARROZ	MANDIOCA	TRIGO	FUMO DE CORDA	LARANJA	UVA
1920	100	100	100	100	100	100	—	—
1940	221	670	369	342	631	—	100	—
1950	352	927	548	37	1.328	85	45	100
1960	720	2.112	1.905	31	1.836	62	134	329
1970	1.601	4.250	4.490	2.108	3.786	243	140	194
1975	1.353	3.275	5.277	1.086	1.448	436	181	227
1980	1.203	8.923	3.401	2.033	1.706	470	381	661

Fonte: Censos do IBGE.

1. Com base 100 em 1920, exceto a Laranja e Uva.

Tabela 79. Área cultivada, no Paraná. Em Ha.

ANOS	MILHO	FEIJÃO	ARROZ	MANDIOCA	TRIGO	FUMO DE CORDA	LARANJA	UVA
1920	178.094	30.799	5.666	3.523	2.318	1.083	—	—
1940	—	—	—	—	—	—	—	—
1950	—	—	52.298	—	—	2.305	—	1.208
1960	1.083.698	454.083	209.253	1.606	76.686	679	3.814	2.328
1970	2.121.206	926.975	441.645	87.445	250.213	—	4.317	2.708
1975	1.848.380	642.982	551.777	28.167	596.939	11.096	1.949	2.249
1980	1.862.670	815.088	216.088	46.726	1.135.263	17.026	4.350	1.806

Fonte: Censos do IBGE

Tabela 80. Evolução da área cultivada no Paraná

ANOS	MILHO	FEIJÃO	ARROZ	MANDIOCA	TRIGO	FUMO DE CORDA	LARANJA	UVA
1920	100	100	100	100	100	100	—	—
1940	—	—	—	—	—	—	—	—
1950	—	—	923	—	—	212	—	100
1960	608	1.474	3.693	45	3.308	62	100	192
1970	1.191	3.009	7.794	2.482	10.794	—	113	224
1975	1.037	2.087	9.738	799	25.752	1.024	51	186
1980	1.045	2.646	3.813	1.326	48.975	1.572	114	149

Fonte: Censos do IBGE.

1. Com base 100 em 1920, exceto Laranja e Uva.

Tabela 89. Valor da produção agrícola estadual, em mil cruzeiros.

ANOS	MILHO	FEIJÃO	ARROZ	MANDIOCA	TRIGO	FUMO DE CORDA	LARANJA	UVA
1920	73.292	8.432	5.292	—	—	—	—	—
1940	—	—	—	—	—	—	—	—
1950	—	—	—	—	—	—	—	—
1960	—	—	—	—	—	8.865	—	—
1970	465.462	281.553	148.726	66.154	87.828	11.865	7.754	7.583
1975	2.055.680	715.070	1.037.101	168.147	551.732	92.604	35.288	36.690
1980	20.681.255	18.262.504	2.638.426	2.065.053	13.428.904	708.281	447.515	440.988

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 90. Evolução do valor da produção agrícola estadual. 1970 = 100.

ANOS	MILHO	FEIJÃO	ARROZ	MANDIOCA	TRIGO	FUMO DE CORDA	LARANJA	UVA
1920	—	—	—	—	—	—	—	—
1940	—	—	—	—	—	—	—	—
1950	—	—	—	—	—	—	—	—
1960	—	—	—	—	—	—	—	—
1970	100	100	100	100	100	100	100	100
1975	441	253	697	254	628	780	455	483
1980	4.443	6.486	1.774	3.121	15.290	5.969	5.771	5.815

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 99. Estabelecimentos agropecuários que criam Suínos

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	26.567	57.219	78.527	201.870	362.529	319.149	283.981
Reg.Estudada	2.621	3.086	2.448	3.566	4.265	4.836	4.452
Adrianópolis	—	—	—	—	566	643	544
Bocaiúva do Sul	1.034	1.342	1.410	1.752	835	870	881
Campina Gde.Sul	333	—	—	294	240	351	542
Cerro Azul	1.254	1.744	1.038	1.520	2.624	2.972	2.485
Part.Rel.Reg.(%)	9,8	5,3	3,1	1,7	1,2	1,5	1,6

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 100. Rebanho de Suínos, em cabeças.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	778.342	1.477.428	2.044.839	3.630.659	6.215.147	—	5.712.220
Reg.Estudada	114.128	72.578	75.636	76.538	75.108	—	57.739
Adrianópolis	—	—	—	—	12.781	—	7.134
Bocaiúva do Sul	49.103	31.753	44.400	31.817	18.758	—	11.010
Campina Gde.Sul	4.771	—	—	8.462	5.227	—	11.667
Cerro Azul	60.254	40.825	31.236	36.259	38.342	—	27.928
Part.Rel.Reg.(%)	14,6	4,9	3,6	2,1	1,2	—	1,0

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 101. Valor do Rebanho Suíno, em mil cruzeiros.

Características	1920 ¹	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	59.154	—	—	—	—	5.888.873	19.142.241
Reg.Estudada	7.418	—	—	—	—	84.002	112.644
Adrianópolis	—	—	—	—	—	15.607	14.147
Bocaiúva do Sul	3.192	—	—	—	—	16.403	22.648
Campina Gde.Sul	310	—	—	—	—	7.561	22.646
Cerro Azul	3.917	—	—	—	—	44.431	53.203
Part.Rel.Reg.(%)	12,5	—	—	—	—	1,4	0,6

Fonte: Censos do IBGE.

1. Em 1920 o valor médio por animal era de 65\$000 (sessenta e cinco mil réis).

Valor com que se calculou o valor do rebanho para esse ano.

Tabela 102. Estabelecimentos agropecuários que criam Bovinos.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	20.975	35.313	50.153	124.378	232.351	224.016	226.367
Reg. Estudada	1.350	1.421	965	1.355	1.731	1.961	2.208
Adrianópolis	—	—	—	—	145	227	261
Bocaiúva do Sul	582	553	485	577	439	441	430
Campina Gde. Sul	208	—	—	133	142	189	230
Cerro Azul	560	868	480	645	1.005	1.104	1.287
Part. Rel. Reg. (%)	6,4	4,0	1,9	1,1	0,7	0,8	0,9

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 103. Rebanho Bovino, em cabeças.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	539.765	469.053	812.513	1.665.698	4.692.677	6.587.064	7.915.140
Reg. Estudada	13.762	7.016	7.951	9.738	20.852	29.601	36.537
Adrianópolis	—	—	—	—	5.128	8.744	9.589
Bocaiúva do Sul	6.423	2.760	3.637	3.618	3.826	5.246	5.575
Campina Gde. Sul	2.420	—	—	1.953	1.745	2.991	4.194
Cerro Azul	4.919	4.256	4.314	4.167	10.153	12.620	17.179
Part. Rel. Reg. (%)	2,5	1,5	0,9	0,6	0,4	0,4	0,5

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 104. Valor do rebanho Bovino, em mil cruzeiros

Características	1920 ¹	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	70.169	—	—	—	—	—	131.660.265
Reg. Estudada	1.555	—	—	—	—	—	520.126
Adrianópolis	—	—	—	—	—	—	165.890
Bocaiúva do Sul	726	—	—	—	—	—	72.185
Campina Gde. Sul	273	—	—	—	—	—	54.438
Cerro Azul	556	—	—	—	—	—	227.613
Part. Rel. Reg. (%)	2,2	—	—	—	—	—	0,4

Fonte: Censos do IBGE.

1. Valores calculados pelos preços médios por cabeça que, em 1920, era de 113\$000 (cento e treze mil réis).

Tabela 105. Estabelecimentos agropecuários em que se criam Vacas Leiteiras.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	1.866	17.839	89.461	48.197	165.460	166.502	174.191
Reg.Estudada	49	601	2.573	373	901	772	1.269
Adrianópolis	—	—	—	—	81	118	135
Bocaiúva do Sul	11	322	1.502	71	290	229	311
Campina Gde.Sul	3	—	—	1	111	107	197
Cerro Azul	35	279	1.071	301	419	318	626
Part.Rel.Reg.(%)	2,6	3,3	2,8	0,7	0,5	0,4	0,7

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 106. Vacas Leiteiras

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	—	—	93.728	175.968	547.035	606.837	761.818
Reg.Estudada	—	—	1.147	745	2.566	2.766	3.943
Adrianópolis	—	—	—	—	633	1.198	1.067
Bocaiúva do Sul	—	—	522	118	589	493	598
Campina Gde.Sul	—	—	—	3	312	274	421
Cerro Azul	—	—	625	624	1.032	801	1.857
Part.Rel.Reg.(%)	—	—	1,2	0,4	0,4	0,4	0,5

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 107. Quantidade de Leite produzido,¹ em mil litros.²

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	1.628	48.244	56.439	119.724	425.807	518.606	822.292
Reg.Estudada	27	605	517	444	1.492	2.246	3.466
Adrianópolis	—	—	—	—	388	1.069	1.235
Bocaiúva do Sul	2	337	246	82	476	489	516
Campina Gde.Sul	4	—	—	1	167	298	425
Cerro Azul	21	268	271	361	461	390	1.290
Part.Rel.Reg.(%)	1,6	1,2	0,9	0,4	0,3	0,4	0,4

Fonte: Censos do IBGE.

1. Refere-se a leite vendido.

2. Até 1960 os dados eram coletados em hectolitros, depois em litros. As informações foram unificadas para mil litros.

Tabela 108. Valor da produção de Leite, em mil cruzeiros.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	—	—	—	—	127.826	635.344	9.004.880
Reg.Estudada	—	—	—	—	585	3.507	45.852
Adrianópolis	—	—	—	—	132	1.554	14.428
Bocaiúva do Sul	—	—	—	—	226	893	7.258
Campina Gde.Sul	—	—	—	—	83	512	7.727
Cerro Azul	—	—	—	—	144	548	16.439
Part.Rel.Reg.(%)	—	—	—	—	0,4	0,6	0,5

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 109. Estabelecimentos agropecuários que criam Equinos

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	24.740	50.848	25.217	158.435	243.610	210.935	194.398
Reg. Estudada	2.292	2.305	809	2.954	3.159	3.172	2.864
Adrianópolis	—	—	—	—	484	498	372
Bocaiúva do Sul	931	978	611	1.461	671	655	611
Campina Gde. Sul	304	—	—	168	169	194	256
Cerro Azul	1.057	1.327	198	1.325	1.835	1.825	1.625
Part. Rel. Reg. (%)	9,2	4,5	3,2	1,8	1,2	1,5	1,4

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 110. Rebanho Equino, em cabeças.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	190.138	224.763	261.728	431.767	489.718	440.867	401.757
Reg. Estudada	11.803	6.384	2.396	8.506	7.536	7.173	6.877
Adrianópolis	—	—	—	—	1.239	1.122	897
Bocaiúva do Sul	5.046	2.936	1.742	4.433	1.965	1.758	1.700
Campina Gde. Sul	2.486	—	—	578	606	556	986
Cerro Azul	4.271	3.448	654	3.495	3.726	3.737	3.294
Part. Rel. Reg. (%)	6,2	2,8	0,9	1,9	1,5	1,6	1,7

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 111. Valor do Rebanho Equino, em mil cruzeiros.

Características	1920 ¹	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	30.612	—	—	—	134.670	—	4.996.151
Reg. Estudada	1.546	—	—	—	68	—	76.524
Adrianópolis	—	—	—	—	13	—	17.940
Bocaiúva do Sul	661	—	—	—	13	—	20.400
Campina Gde. Sul	326	—	—	—	4	—	11.832
Cerro Azul	560	—	—	—	38	—	26.352
Part. Rel. Reg. (%)	5,0	—	—	—	0,05	—	1,5

Fonte: Censos do IBGE.

1. O valor médio por cabeça era, em 1920, de 131\$000 (cento e trinta e um mil reis). É com esse preço médio que se calculou o valor do rebanho existente nessa data.

Tabela 112. Estabelecimentos agropecuários que criam Aves.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	26.223	60.729	82.836	269.731	491.088	381.710	331.595
Reg.Estudada	2.508	3.179	2.509	4.274	5.426	5.580	5.574
Adrianópolis	—	—	—	—	790	950	794
Bocaiúva do Sul	1.012	1.405	1.461	2.133	990	1.009	1.275
Campina Gde.Sul	309	—	—	178	276	423	616
Cerro Azul	1.187	1.774	1.048	1.963	3.370	3.198	2.889
Part.Rel.Reg.(%)	9,5	5,2	3,0	1,5	1,1	1,4	1,6

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 113. Efetivo de Aves existentes, em cabeças.¹

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	2.272.902	2.508.179	4.310.819	13.211.016	26.834.706	29.917.474	46.727.652
Reg.Estudada	216.952	122.653	137.266	178.416	270.770	320.562	429.383
Adrianópolis	—	—	—	—	35.242	27.433	36.817
Bocaiúva do Sul	97.798	54.782	69.557	75.090	38.341	47.435	47.172
Campina Gde.Sul	20.773	—	—	4.537	80.322	118.804	219.556
Cerro Azul	98.381	67.871	67.709	98.789	116.865	126.890	125.838
Part.Rel.Reg.(%)	9,5	4,8	3,1	1,3	1,0	1,0	0,9

Fonte: Censos do IBGE.

1. Engloba galinhas, patos, marrecos, gansos, perus e codornas.

Tabela 114. Valor do efetivo de Aves, em mil cruzeiros.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975 ¹	1980
Paraná	—	—	—	—	70.223	366.395	3.797.661
Reg.Estudada	—	—	—	—	799	2.659	26.956
Adrianópolis	—	—	—	—	108	392	1.875
Bocaiúva do Sul	—	—	—	—	95	462	2.877
Campina Gde. Sul	—	—	—	—	326	663	16.506
Cerro Azul	—	—	—	—	270	1.142	5.698
Part.Rel.Reg.(%)	—	—	—	—	1,1	0,7	0,7

Fonte: Censos do IBGE.

1. Valor de venda.

Tabela 115. Produção de Ovos,¹ em mil dúzias.²

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	—	5.311	9.933	21.804	52.258	78.897	135.407
Reg.Estudada	—	27	285	244	656	927	1.619
Adrianópolis	—	—	—	—	60	69	63
Bocaiúva do Sul	—	12	175	94	51	92	104
Campina Gde.Sul	—	—	—	4	406	627	1.269
Cerro Azul	—	15	110	146	139	139	183
Part.Rel.Reg.(%)	—	0,5	2,8	1,1	1,2	1,2	1,2

Fonte: Censos do IBGE

1. Abrange ovos de galinha, codornas e outras aves.

2. As informações foram unificadas para mil dúzias.

Tabela 116. Valor da produção de Ovos, em mil cruzeiros.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	—	—	—	—	58.803	251.223	3.048.089
Reg.Estudada	—	—	—	—	994	3.214	36.437
Adrianópolis	—	—	—	—	84	323	1.642
Bocaiúva do Sul	—	—	—	—	65	420	2.672
Campina Gde.Sul	—	—	—	—	677	1.968	27.994
Cerro Azul	—	—	—	—	168	503	4.129
Part.Rel.Reg.(%)	—	—	—	—	1,6	1,2	1,1

Fonte: Censos do IBGE

Tabela 117. Estabelecimentos agroecúarios que criam Abelhas.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	3.756	—	13.298	24.661	1.472	803	1.745
Reg.Estudada	92	—	227	325	20	27	23
Adrianópolis	—	—	—	—	—	—	1
Bocaiúva do Sul	19	—	169	223	17	24	11
Campina Gde.Sul	33	—	—	6	—	1	6
Cerro Azul	40	—	58	96	3	2	5
Part.Rel.Reg.(%)	2,4	—	1,7	1,3	1,3	3,3	1,3

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 118. Colmeias de Abelhas.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	45.826	—	273.983	437.232	17.877	15.213	40.130
Reg.Estudada	1.218	—	5.578	8.023	1.118	1.171	1.708
Adrianópolis	—	—	—	—	—	—	50
Bocaiúva do Sul	226	—	4.273	5.371	1.033	1.114	1.495
Campina Gde.Sul	464	—	—	70	—	30	107
Cerro Azul	528	—	1.305	2.582	85	27	56
Part.Rel.Reg.(%)	2,6	—	2,0	1,8	6,2	7,6	4,2

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 119. Quantidade produzida de Mel, em mil quilos.¹

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	135	—	1510	2.872	174	197	422
Reg.Estudada	4	—	27	42,3	17,6	12,7	24,9
Adrianópolis	—	—	—	—	—	—	0,1
Bocaiúva do Sul	1	—	21	25	17	12	22
Campina Gde.Sul	1	—	—	0,3	—	0,3	0,8
Cerro Azul	2	—	6	17	0,6	0,4	2
Part.Rel.Reg.(%)	3,3	—	1,8	1,4	10,1	6,4	5,9

Fonte: Censos do IBGE.

1. Até 1960 utilizou-se o litro para a medição do mel, depois dessa data usou-se o quilo. Toda a produção foi convertida em quilo, tendo por base a densidade de 1,3 do mel, quer dizer, um litro pesando um quilo e trezentas gramas.

Tabela 120. Valor da produção de Mel, em mil cruzeiros.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	—	—	—	—	396	1.658	35.486
Reg.Estudada	—	—	—	—	36	89	2.337
Adrianópolis	—	—	—	—	—	—	12
Bocaiúva do Sul	—	—	—	—	35	81	2.047
Campina Gde.Sul	—	—	—	—	—	4	78
Cerro Azul	—	—	—	—	1	4	200
Part.Rel.Reg.(%)	—	—	—	—	9,0	5,3	6,5

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 121. Estabelecimentos regionais com produção pecuária.

ANOS	SUÍNOS	BOVINOS	VACAS LEIT.	EQUINOS	AVES	COLMEIAS DE ABELHAS
1920	2.621	1.350	49	2.292	2.508	92
1940	3.086	1.421	601	2.305	3.179	—
1950	2.448	965	2.573	809	2.509	227
1960	3.566	1.355	373	2.954	4.274	325
1970	4.265	1.731	901	3.159	5.426	20
1975	4.836	1.961	772	3.172	5.580	27
1980	4.452	2.208	1.269	2.864	5.574	23

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 122. Evolução dos estabelecimentos regionais com produção pecuária. 1920 = 100

ANOS	SUÍNOS	BOVINOS	VACAS LEIT.	EQUINOS	AVES	COLMEIAS DE ABELHAS
1920	100	100	100	100	100	100
1940	117	105	1.226	100	126	—
1950	93	71	5.251	35	100	246
1960	136	100	761	128	170	353
1970	162	128	1.838	137	216	21
1975	184	145	1.575	138	222	29
1980	169	163	2.569	124	222	25

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 123. Participação relativa regional da pecuária. Em %

ANOS	SUÍNOS	BOVINOS	VACAS LEIT.	EQUINOS	AVES	COLMEIAS DE ABELHAS
1920	9,8	6,4	2,6	9,2	9,5	2,4
1940	5,3	4,0	3,3	4,5	5,2	—
1950	3,1	1,9	2,8	3,2	3,0	1,7
1960	1,7	1,0	0,7	1,8	1,5	1,3
1970	1,1	0,7	0,5	1,2	1,1	1,3
1975	1,51	0,8	0,4	1,5	1,4	3,3
1980	1,56	0,9	0,7	1,4	1,6	1,3

Fonte: Censos do IBGE.

Nota.6 . 1920 = 100. Significa que o valor de 1920 representa o índice 100, evoluindo depois, a partir dessa base, positiva ou negativamente.

Nota 7. A participação relativa representa a proporção da participação regional na produção estadual (região estudada/Paraná).

Tabela 124. Estabelecimentos com produção pecuária paranaense.

ANOS	SUÍNOS	BOVINOS	VACAS LEIT.	EQUINOS	AVES	COLMEIAS DE ABELHAS
1920	26.567	20.975	1.866	24.740	26.223	3.756
1940	57.219	35.313	17.839	50.848	60.729	—
1950	78.527	50.153	89.461	25.217	82.836	13.293
1960	201.870	124.378	48.197	158.435	269.731	24.661
1970	352.529	232.351	165.460	243.610	491.088	1.742
1975	319.149	224.016	166.502	210.935	381.710	803
1980	283.981	226.367	174.191	194.393	331.595	1.745

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 125. Evolução dos Estab. paranaenses com produção regional. 1920=100.

ANOS	SUÍNOS	BOVINOS	VACAS LEIT.	EQUINOS	AVES	COLMEIAS DE ABELHAS
1920	100	100	100	100	100	100
1940	215	168	956	205	231	—
1950	295	239	4.794	101	315	354
1960	759	592	2.582	640	1.028	656
1970	1.364	1.107	8.867	984	1.872	46
1975	1.201	1.068	8.922	852	1.455	21
1980	1.068	1.079	9.334	785	1.264	46

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 134. Valor da produção pecuária estadual, em mil cruzeiros.

ANOS	SUINOS	BOVINOS	LEITE	EQUINOS	AVES	OVOS	MEL	AGROPECUÁRIA
1920	51.154	70.169	—	30.612	—	—	—	107.620
1940	—	—	—	—	—	—	—	337.003
1950	—	—	—	—	—	—	—	—
1960	—	—	—	—	—	—	—	—
1970	—	—	127.826	134.670	70.223	58.803	396	3.082.977
1975	5.888.873	—	635.344	—	366.395	251.223	1.658	—
1980	19.142.241	131.660.265	9.004.880	6.996.151	3.797.661	3.048.089	35.486	193.634.231

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 135. Evolução do valor da produção pecuária estadual.

ANOS	SUINOS	BOVINOS	LEITE	EQUINOS	AVES	OVOS	MEL	AGROPECUÁRIA
1920	100	100	—	100	—	—	—	100
1940	—	—	—	—	—	—	—	313
1950	—	—	—	—	—	—	—	—
1960	—	—	—	—	—	—	—	—
1970	—	—	100	439	100	100	100	2.864
1975	11.512	—	497	—	521	427	418	—
1980	37.420	187.633	7.044	22.854	5.408	5.183	8.961	179.924

Fonte: Censos do IBGE.

1. Base 100 em 1920 e 1970, segundo indicado.

Tabela 136. Estabelecimentos agropecuários que produzem Erva-mate.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	9.844	6.586	4.860	5.129	7.483	4.630	7.999
Reg.Estudada	712	142	46	—	3	7	59
Adrianópolis	—	—	—	—	—	—	—
Bocaiúva do Sul	323	132	46	—	2	—	16
Campina Gde.Sul	381	—	—	—	1	4	48
Cerro Azul	8	10	—	—	—	3	—
Part.Rel.Reg.(%)	7,2	2,1	0,9	—	0,04	0,4	0,38

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 137. Quantidade produzida de Erva-mate, em toneladas ¹.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	93.807	27.459	22.774	26.217	46.035	35.142	43.914
Re.Estudada	4.261	499	227	—	8	13	203
Adrianópolis	—	—	—	—	—	—	—
Bocaiúva do Sul	1.124	490	227	—	6	—	58
Campina Gde.Sul	3.116	—	—	—	2	12	145
Cerro Azul	21	9	—	—	—	1	—
Part.Rel.Reg.(%)	4,5	1,8	0,9	0,0	0,01	0,1	0,3

Fonte: Censos do IBGE.

1. O censo de 1920 traz a quantidade produzida em quintal (100 Kg.) que foi transformada em tonelada.

Os censos fornecem dados, ora sobre erva-mate cancheada, ora sobre erva-mate de extrativa vegetal e Nota 8: outras vezes de erva-mate cancheada e de extrativa vegetal. Segundo informações obtidas junto a produtores regionais, a erva-mate sempre foi cancheada na região. Ainda existem vestígios de furnas, Carijós e Guaranis, e Canchas e moedores. Por isso, se computou toda a produção como erva-mate cancheada no que se refere à região.

Tabela 138. Valor da produção da Erva-mate, em mil cruzeiros.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	—	—	—	1.230	14.261	24.081	24.230
Reg.Estudada	—	—	—	—	3	14	4.279
Adrianópolis	—	—	—	—	—	—	—
Bocaiúva do Sul	—	—	—	—	2	—	1.533
Campina Gde.Sul	—	—	—	—	1	13	2.746
Cerro Azul	—	—	—	—	—	1	—
Part.Rel.Reg.(%)	—	—	—	—	0,02	0,2	0,5

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 139. Estabelecimentos agropecuários que extraem Lenha

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	—	—	15.961	11.161	150.760	179.941	150.760
Reg. Estudada	—	—	43	43	391	3.696	824
Adrianópolis	—	—	—	—	4	185	431
Bocaiúva do Sul	—	—	37	19	159	286	236
Campina Gde. Sul	—	—	—	6	67	290	121
Cerro Azul	—	—	6	18	161	2.935	36
Part. Rel. Reg. (%)	—	—	0,2	0,4	0,2	2,0	0,5

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 140. Quantidade extraída de Lenha¹ em m³

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	—	—	2.253	3.040	6.444	5.639	6.444
Reg. Estudada	—	—	26	37	126	202	185
Adrianópolis	—	—	—	—	2	6	12
Bocaiúva do Sul	—	—	25	10	93	71	111
Campina Gde. Sul	—	—	—	26	24	58	55
Cerro Azul	—	—	1	1	7	67	7
Part. Rel. Reg. (%)	—	—	0,2	1,2	1,9	3,5	2,8

Fonte: Censos do IBGE.

1. As informações foram unificadas para metros cúbicos.

Tabela 141. Valor da produção das Lenhas, em mil cruzeiros:

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	—	—	—	—	25.333	89.026	196.657
Reg. Estudada	—	—	—	—	520	3.182	36.128
Adrianópolis	—	—	—	—	9	84	1.372
Bocaiúva do Sul	—	—	—	—	390	1.103	18.405
Campina Gde. Sul	—	—	—	—	95	992	13.258
Cerro Azul	—	—	—	—	26	1.003	3.093
Part. Rel. Reg. (%)	—	—	—	—	2,0	3,5	18,3

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 142. Estabelecimentos agropecuários que extraem Madeira de lei.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	1732	—	637	1.459	2.307	5.100	4.091
Reg. Estudada	9	—	—	1	48	9	17
Adrianópolis	—	—	—	—	—	2	3
Bocaiúva do Sul	2	—	—	—	44	3	1
Campina Gde. Sul	6	—	—	1	33	2	6
Cerro Azul	1	—	—	—	1	2	7
Part. Rel. Reg. (%)	0,5	—	—	0,06	0,8	0,2	0,4

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 143. Quantidade de Madeira de lei extraída, em mil m³.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	—	—	—	—	6.266	6.263	2.868
Reg. Estudada	—	—	—	—	11	25	11
Adrianópolis	—	—	—	—	—	—	5
Bocaiúva do Sul	—	—	—	—	11	9	0
Campina Gde. Sul	—	—	—	—	0	16	5
Cerro Azul	—	—	—	—	0	—	1
Part. Rel. Reg. (%)	—	—	—	—	0,2	0,4	0,4

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 144. Valor da produção de Madeiras de lei, em mil cruzeiros.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	2.661	—	—	—	399.403	1.770.135	5.129.237
Reg. Estudada	12,4	—	—	—	531	524	19.616
Adrianópolis	—	—	—	—	—	1	6.300
Bocaiúva do Sul	6	—	—	—	523	230	2
Campina Gde. Sul	6	—	—	—	8	292	9.480
Cerro Azul	0,4	—	—	—	0	1	3.834
Part. Rel. Reg. (+)	0,03	—	—	—	0,1	0,02	0,4

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 148. Produção Vegetal.¹

ANOS	REGIÃO ESTUDADA			PARANÁ		
	ERVA MATE	LENHAS	MADEIRA LEI	ERVA MATE	LENHAS	MADEIRA LEI
1920	4.261	—	—	93.807	—	—
1940	499	—	—	27.959	—	—
1950	227	26	—	22.774	2.253	—
1960	—	37	0,02	26.217	3.040	—
1970	8	126	11	46.035	6.444	6.266
1975	13	202	25	35.142	5.639	6.263
1980	203	185	11	43.914	6.444	2.868

Fonte: Censos do IBGE.

1. A Erva Mate em toneladas, lenha em m³ e madeiras de lei em mil m³.Tabela 149. Evolução da Produção vegetal.¹

ANOS	REGIÃO ESTUDADA			PARANÁ		
	ERVA MATE	LENHAS	MADEIRA LEI	ERVA MATE	LENHAS	MADEIRA LEI
1920	100	—	—	100	—	—
1940	11,7	—	—	29	—	—
1950	5,3	100	—	24	100	—
1960	—	142	—	27	134	—
1970	0,1	484	100	49	286	100
1975	0,3	776	227	37	250	99
1980	4,7	711	100	46	286	45

Fonte: Censos do IBGE.

1. Com base 100 em 1920, 1950 e 1970, respectivamente.

Tabela 150. Participação relativa regional na produção vegetal.

ANOS	ERVA MATE	LENHAS	MADEIRAS DE LEI
1920	4,5	—	—
1940	1,8	—	—
1950	0,9	0,15	—
1960	—	1,2	—
1970	0,01	1,9	0,17
1975	0,1	3,5	0,39
1980	0,29	2,8	0,38

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 151. Valor da produção vegetal, em mil cruzeiros.

	REGIÃO ESTUDADA			PARANÁ		
	ERVA MATE	LENHAS	MAD. LEI	ERVA MATE	LENHAS	MAD. LEI
1920	—	—	12,4	—	—	2.661
1940	—	—	—	—	—	—
1950	—	—	—	—	—	—
1960	—	—	—	1.230	—	—
1970	3	520	531	14.261	25.333	399.403
1975	14	3.182	524	24.081	89.026	1.770.135
1980	4.279	36.128	19.616	24.230	196.657	5.129.237

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 152. Evolução do valor da produção vegetal.¹

	REGIÃO ESTUDADA			PARANÁ		
	ERVA MATE	LENHAS	MAD. LEI	ERVA MATE	LENHAS	MAD. LEI
1920	—	—	100	—	—	100
1940	—	—	—	—	—	—
1950	—	—	—	—	—	—
1960	—	—	—	100	—	—
1970	100	100	4.282	1.159	100	15.009
1975	466	611	4.225	1.957	351	66.521
1980	142.633	6.947	158.193	1.969	776	192.755

Fonte: Censos do IBGE

1. Com base 100 em 1920, 1960 e 1970.

Tabela 153. Participação relativa regional no valor de produção vegetal, em percentagem.

	ERVA MATE	LENHAS	MAD. LEI
1920	—	—	0,03
1940	—	—	—
1950	—	—	—
1960	—	—	—
1970	0,02	2,0	0,13
1975	0,21	3,5	0,02
1980	0,47	18,3	0,38

Fonte: Censos do IBGE

Tabela 154. Estabelecimentos industriais.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	623	2.264	4.038	6.417	10.855	12.893	14.136
Reg.Estudada	—	23	30	24	31	46	61
Adrianópolis	—	—	—	—	6	8	14
Bocaiúva do Sul	—	17	20	14	10	18	20
Campina Gde.Sul	—	—	—	4	9	14	19
Cerro Azul	—	6	10	6	6	6	8
Part.Rel.Reg.(%)	—	1,0	0,7	0,4	0,3	0,3	0,4

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 155. Valor da produção industrial, em mil cruzeiros.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Paraná	102.301	373.509	3.785.739	47.063.544	4.288.512	35.438.437	489.380.633
Reg.Estudada	—	514	15.412	365.714	15.878	130.150	2.093.034
Adrianópolis	—	—	—	—	11.588	101.393	1.957.304
Bocaiúva do Sul	—	434	14.363	357.336	2.057	15.998	123.346
Campina Gde.Sul	—	—	—	2.826	362	7.569	205.209
Cerro Azul	—	80	1.049	5.552	1.871	5.190	167.175
Part.Rel.Reg.(%)	—	0,1	0,4	0,7	0,3	0,3	0,4

Fonte: Censos do IBGE, de 1920 à 1970. DEE p/ 1975 e 1980

Nota: Em 1967 houve a reforma monetária, quando o cruzeiro novo vale mil cruzeiros, influenciando os resultados entre 1960 e 1970.

Tabela 156. Estabelecimentos comerciais atacadistas.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1980
Paraná	—	498	840	1.107	3.378	4.375
Reg. Estudada	—	11	—	1	1	3
Adrianópolis	—	—	—	—	—	—
Bocaiúva do Sul	—	3	—	1	1	—
Campina Gde. Sul	—	—	—	—	—	2
Cerro Azul	—	8	—	—	—	1
Part. Rel. Reg. (%)	—	2,2	—	0,09	0,02	0,06

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 157. Estabelecimentos comerciais varejistas.

Características	1920	1940	1950	1960	1970	1980
Paraná	—	4.688	8.829	16.286	35.656	37.689
Reg. Estudada	—	124	128	142	241	229
Adrianópolis	—	—	—	—	52	52
Bocaiúva do Sul	—	60	76	66	71	61
Campina Gde. Sul	—	—	—	19	39	43
Cerro Azul	—	64	52	57	79	73
Part. Rel. Reg. (%)	—	2,6	1,4	0,8	0,6	0,6

Fonte: Censos do IBGE.

Tabela 164. Valor da produção* agropecuária, industrial e comercial em 1980, em mil cruzeiros:

CARACTERÍSTICAS	TOTAL	ANIMAL			LAVOURA		VEGETAL		INDUSTRIAL		COMERCIAL
		DE GRANDE PORTE	DE MÉDIO PORTE	AVES E PEQ. ANIMAIS	PERMANENTES	TEMPORÁRIAS	SILVICULTURA	EXTRAÇÃO VEGETAL	EXTRAÇÃO MINERAL	INDUSTRIAL	VENDAS DE MERCADORIAS
Paraná	1.447.601.858	25.853.865	11.861.613	10.368.664	19.200.604	14.280.877	1.580.777	6.487.827	1.668.415	489.380.688	764.586.939
Reg. Estudada	5.332.753	102.669	96.367	79.550	39.397	383.336	32.921	45.978	212.763	2.453.034	993.486
Adrianópolis	3.275.730	28.108	8.458	3.959	8.940	67.144	--	7.679	212.763	1.957.304	94.135
Bocaiúva do Sul	466.392	14.645	23.427	8.818	1.356	69.658	22.479	14.779	(x)	123.346	187.880
Campina Gde. Sul	966.592	15.497	28.920	49.979	3.126	41.454	7.524	19.216	--	205.209	589.662
Cerro Azul	624.039	44.419	35.562	16.794	25.975	205.080	2.918	4.304	(x)	167.175	121.809

Fonte: Censos do IBGE.

* Em valores correntes.

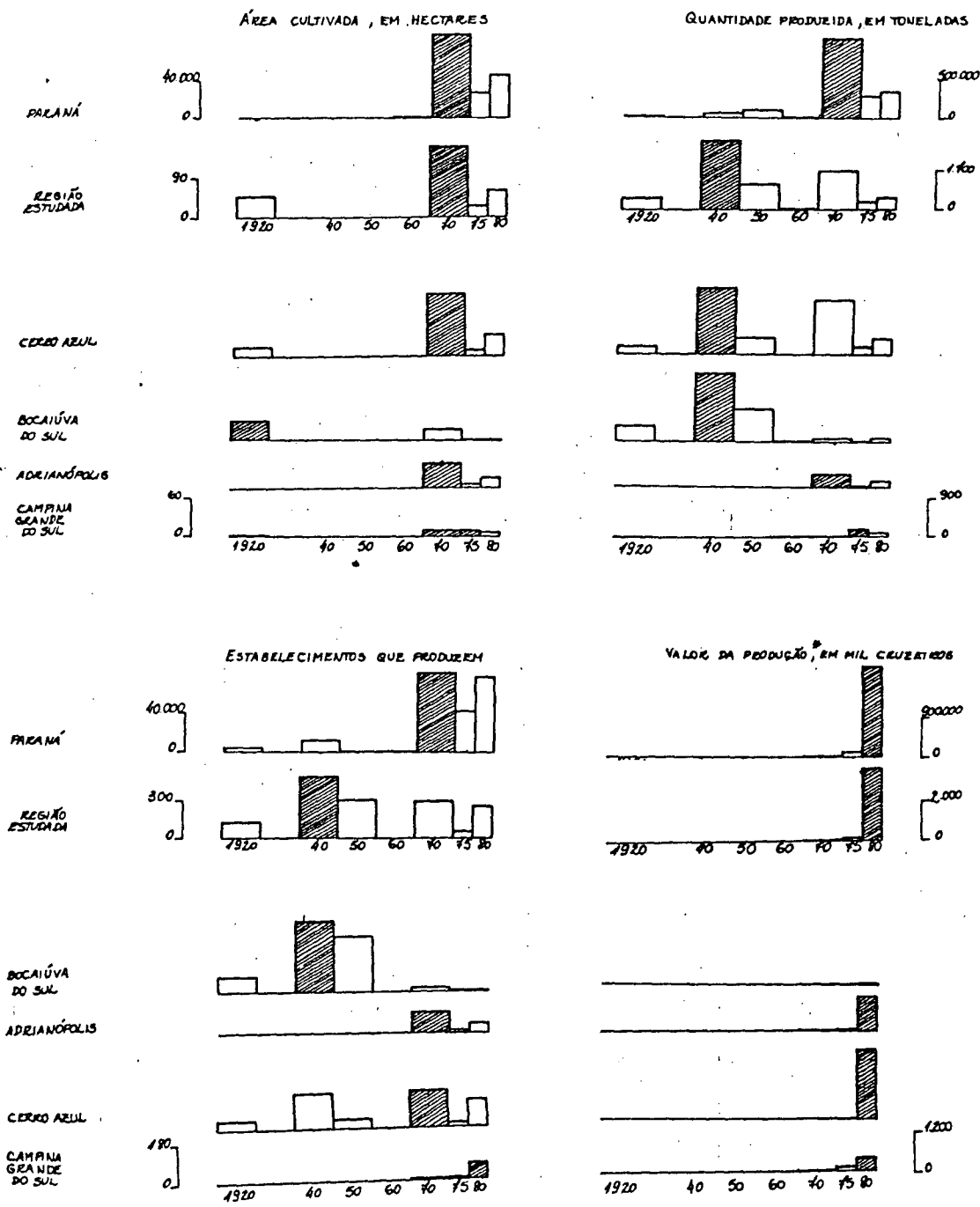
Tabela 165. Participação relativa no valor da produção agropecuária, industrial e comercial de 1980, em percentagem.

CARACTERÍSTICAS	TOTAL	ANIMAL			LAVOURA		VEGETAL		INDUSTRIAL		COMERCIAL
		DE GRANDE PORTE	DE MÉDIO PORTE	AVES E PEQ. ANIMAIS	PERMANENTES	TEMPORÁRIAS	SILVICULTURA	EXTRAÇÃO VEGETAL	EXTRAÇÃO MINERAL	INDUSTRIAL	VENDAS DE MERCADORIAS
Reg. Estudada	0,36	0,39	0,81	0,76	0,20	2,68	2,08	0,70	12,75	0,50	0,12
Adrianópolis	0,22	0,10	0,07	0,03	0,04	0,47	--	0,11	12,75	0,39	0,01
Bocaiúva do Sul	0,03	0,05	0,19	0,08	0,007	0,48	3,87	0,22	--	0,02	0,02
Campina Gde. Sul	0,06	0,05	0,24	0,48	0,01	0,29	0,47	0,29	--	0,04	0,07
Cerro Azul	0,04	0,17	0,29	0,16	0,13	1,43	0,18	0,06	--	0,03	0,01

Fonte: Censos do IBGE.

GRÁFICO 16

MANDIOCA

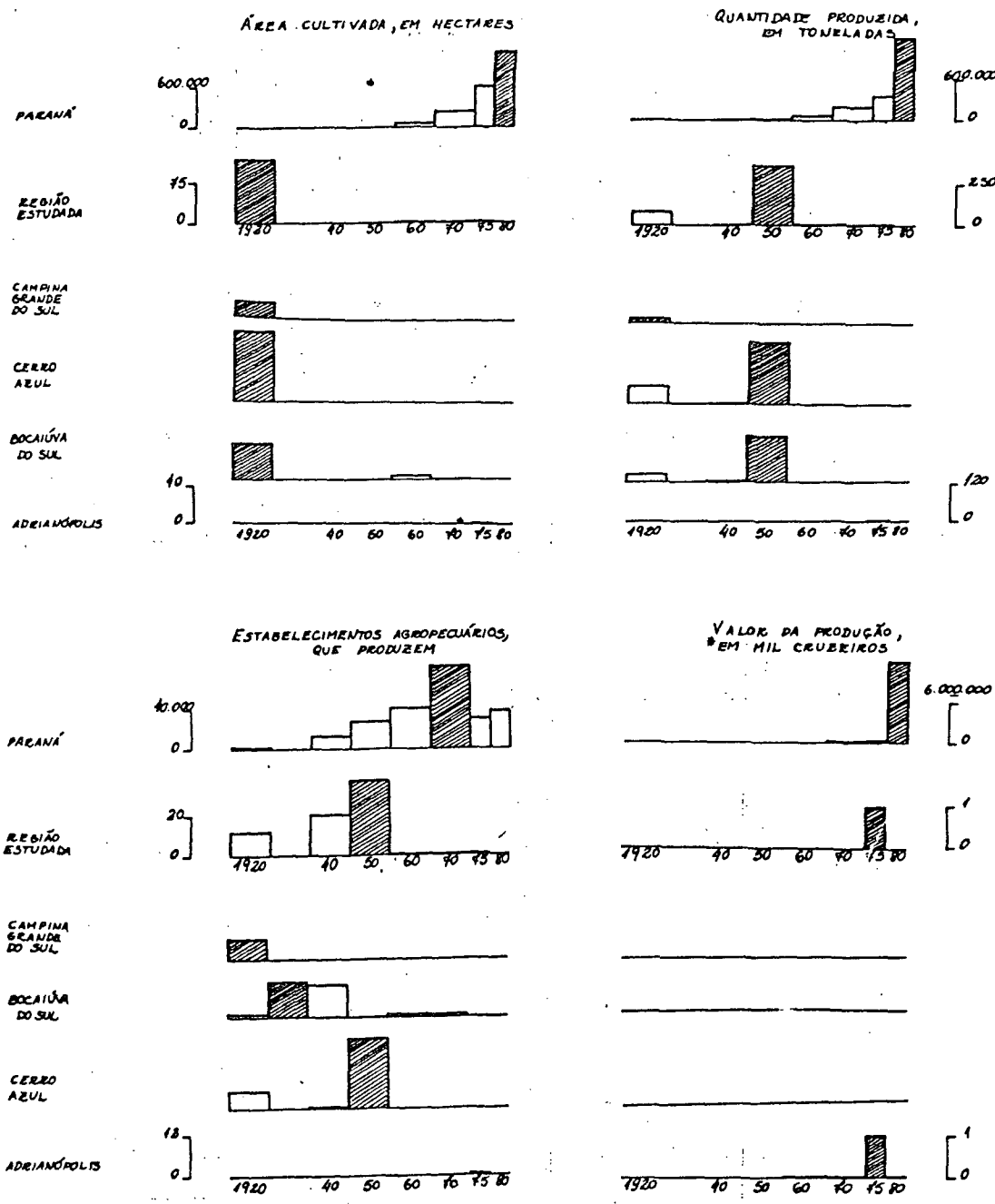


FONTE: TABELAS 51, 52, 53, 54.

* EM VALORES CORRENTES

GRÁFICO 17

TRIGO

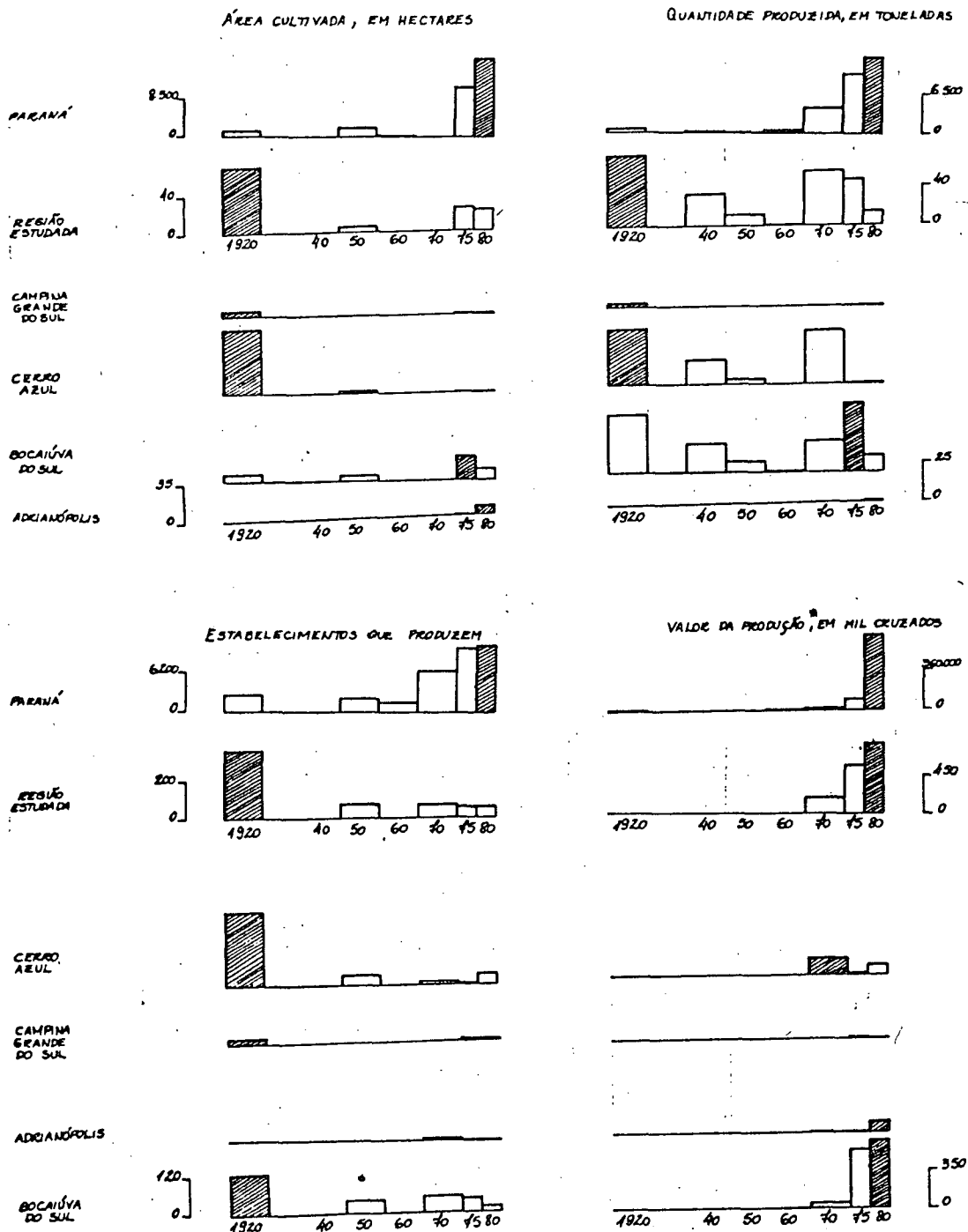


Fonte: TABELAS 55, 56, 57, 58.

* EM VALORES CORRENTES

GRÁFICO 18

FUMO DE CORDA

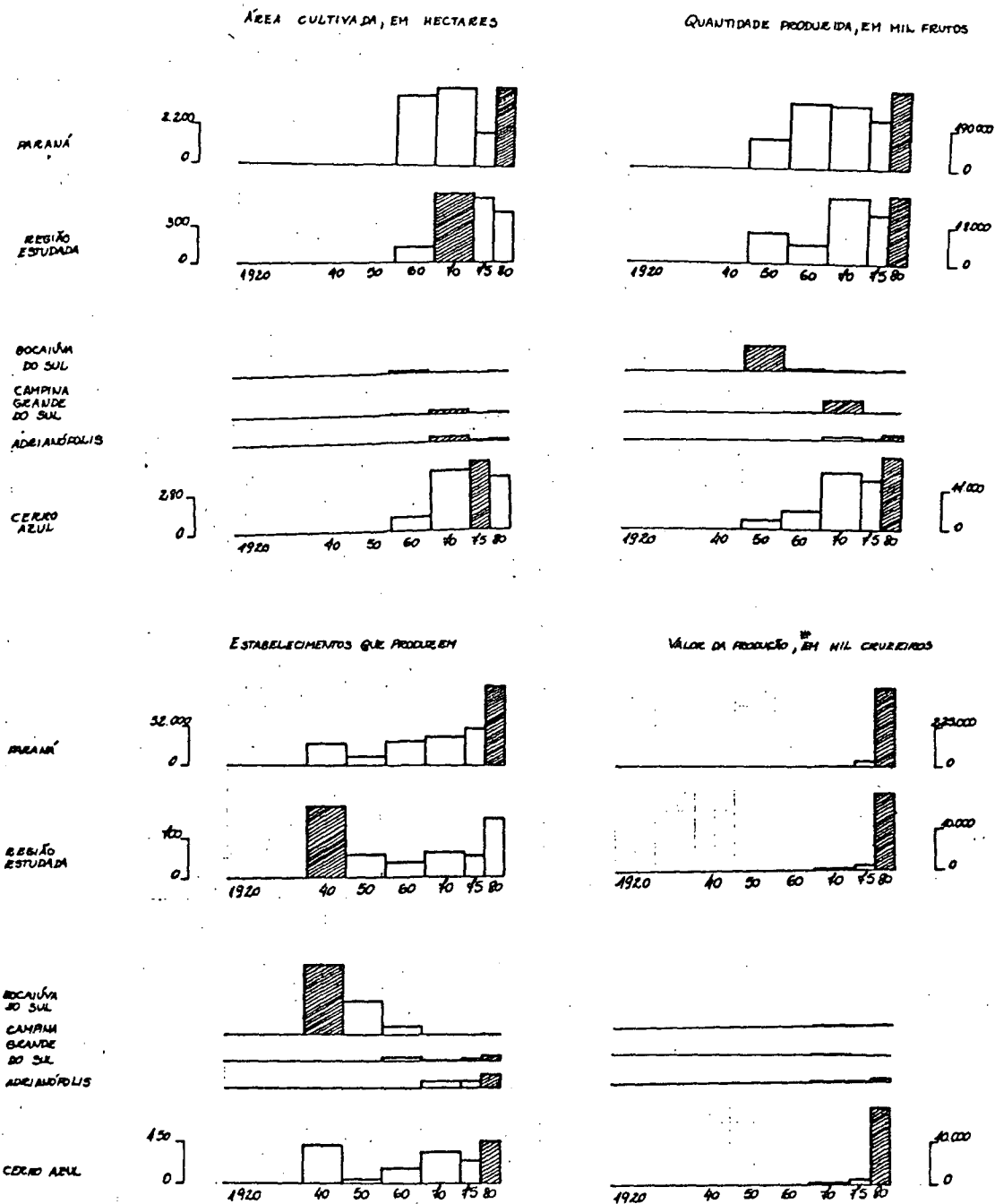


FORNE : TABELAS 59, 60, 61, 62.

* EM VALORES CORRENTES

GRÁFICO 19

LARANJA

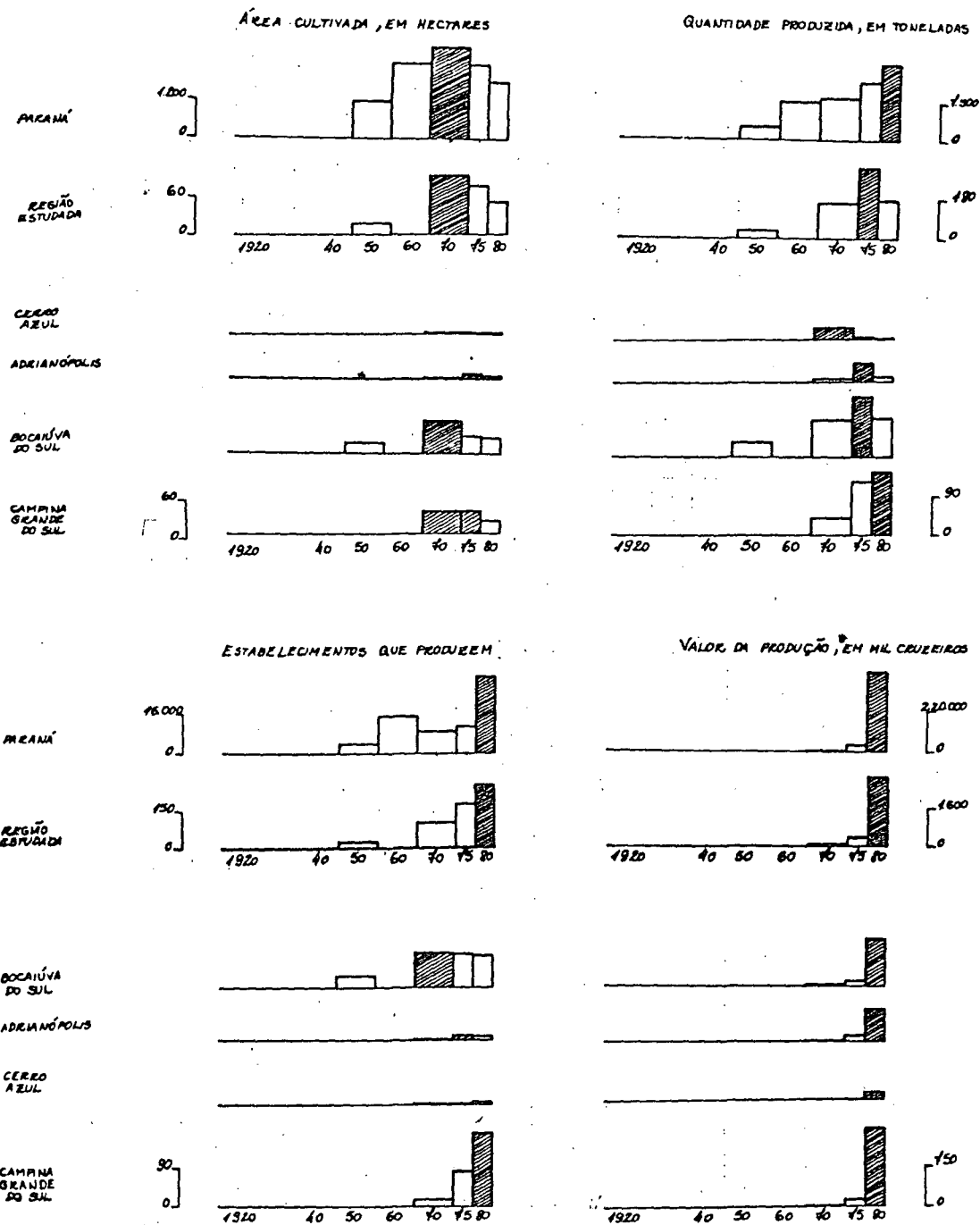


FORNE: TABELAS 63, 64, 65, 66

* EM VALORES CORRENTES

GRÁFICO 20

UVA

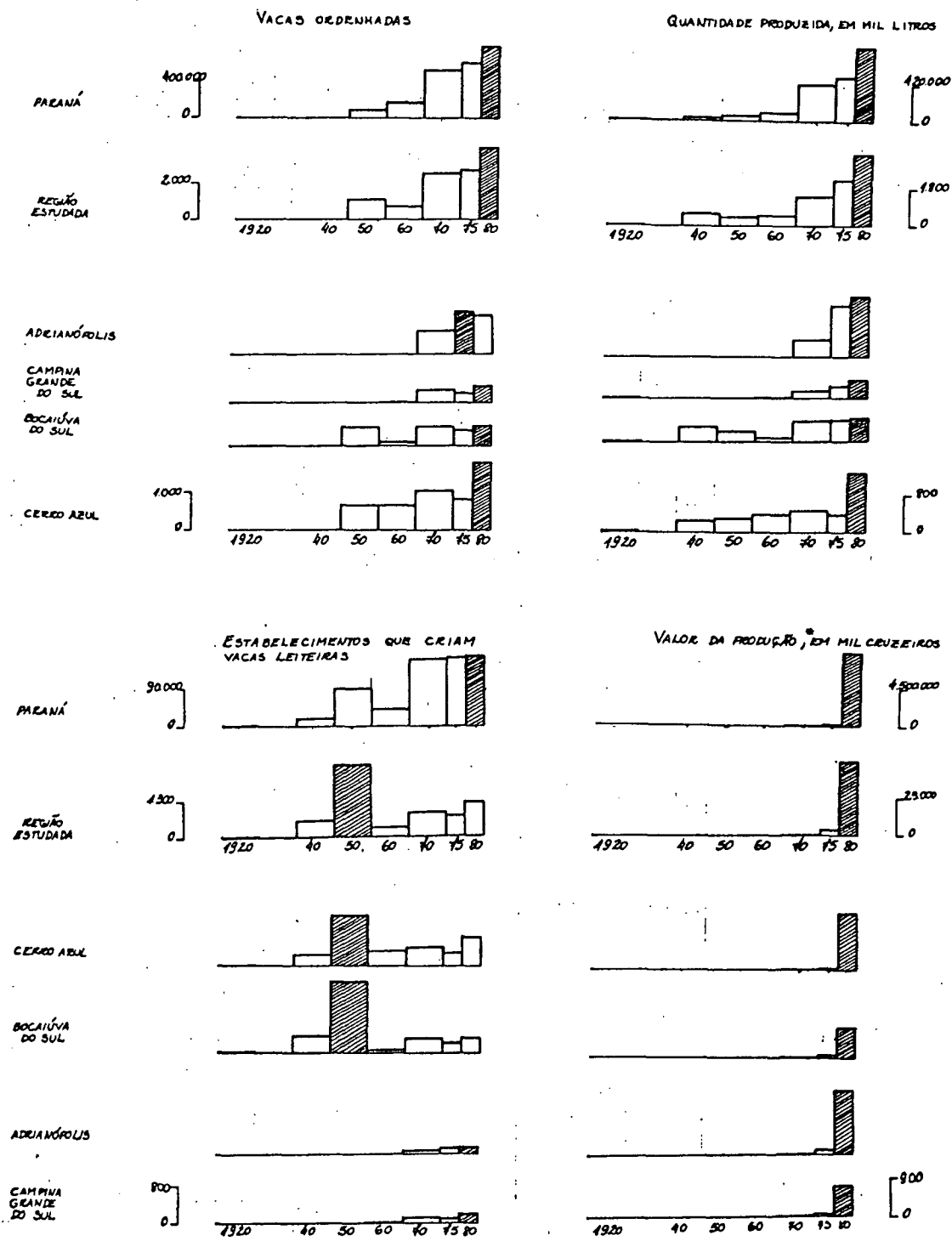


FONTE: TABELAS 67, 68, 69, 70.

EM VALORES CORRENTES

GRÁFICO 24

LEITE

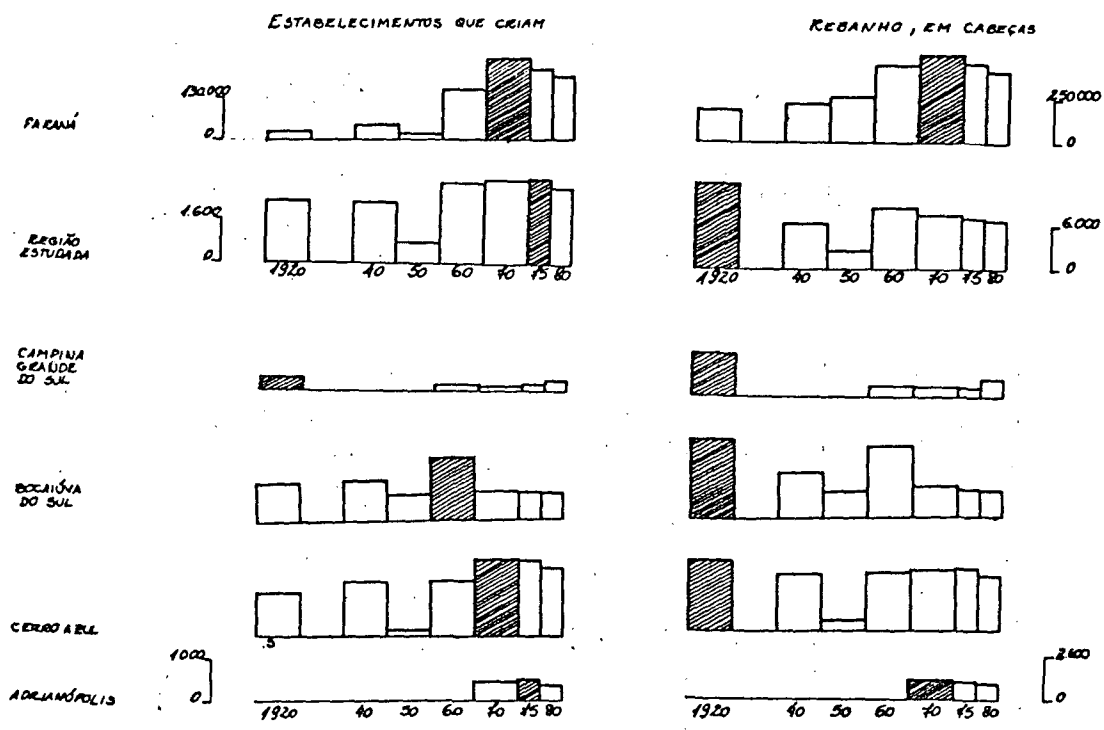


FRONTE: TABELAS 105, 106, 107, 108.

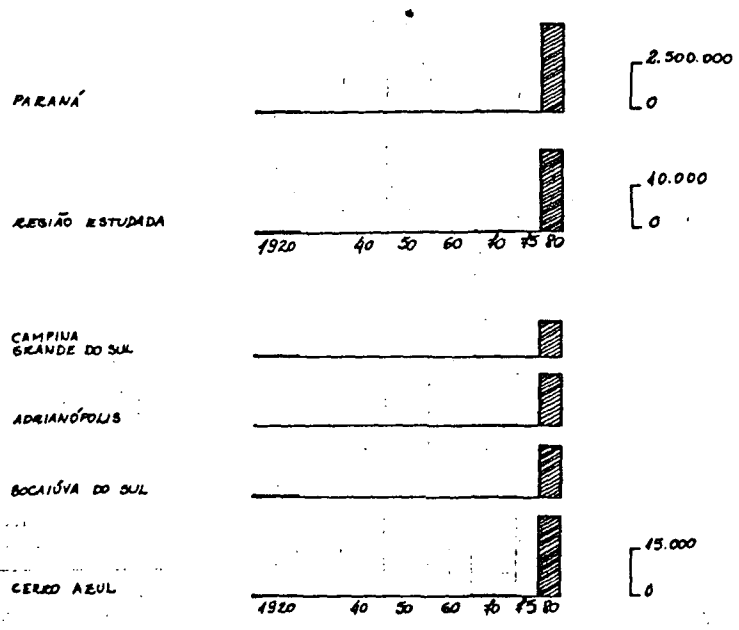
A EM VALORES CORRENTES.

GRÁFICO 25

EQUINOS



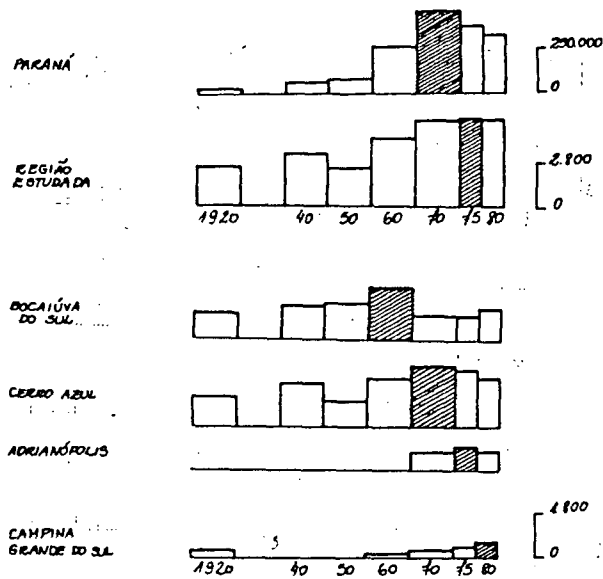
VALOR DO REBANHO, EM MIL CRUZEIROS



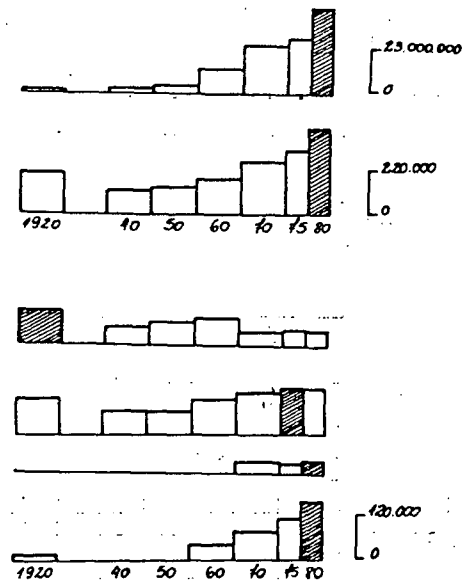
Fonte: TABELAS 109, 110, 111.

* EM VALORES CORRENTES.

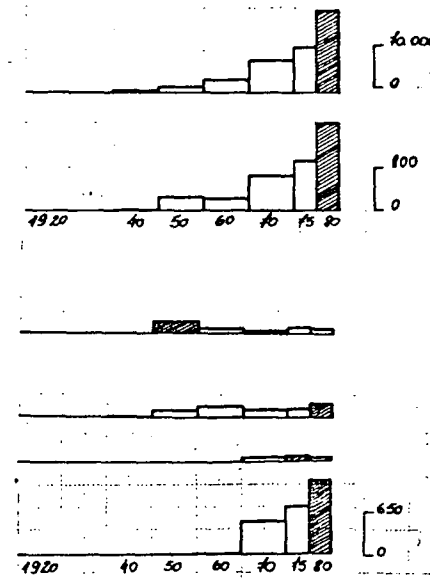
ESTABELECIMENTOS QUE CRIAM



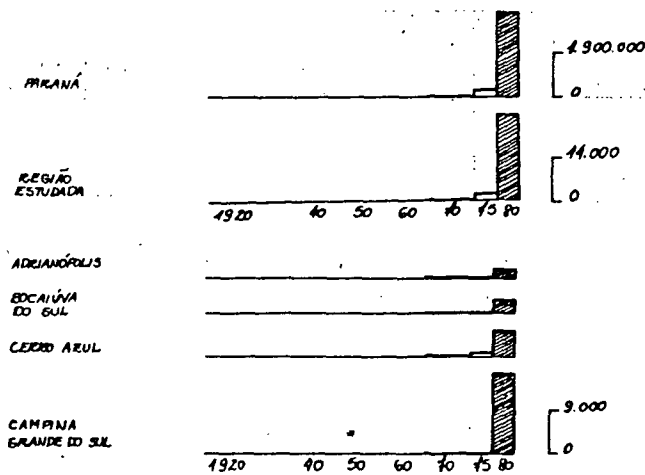
EFETIVO EXISTENTE, EM CABEÇAS



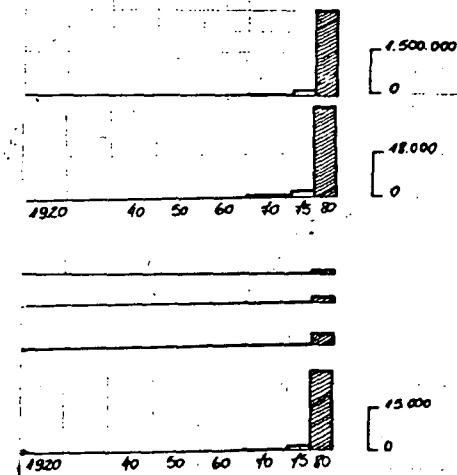
PRODUÇÃO, EM MIL DÓZIAS



VALOR DO EFETIVO*, EM MIL CRUZEIROS



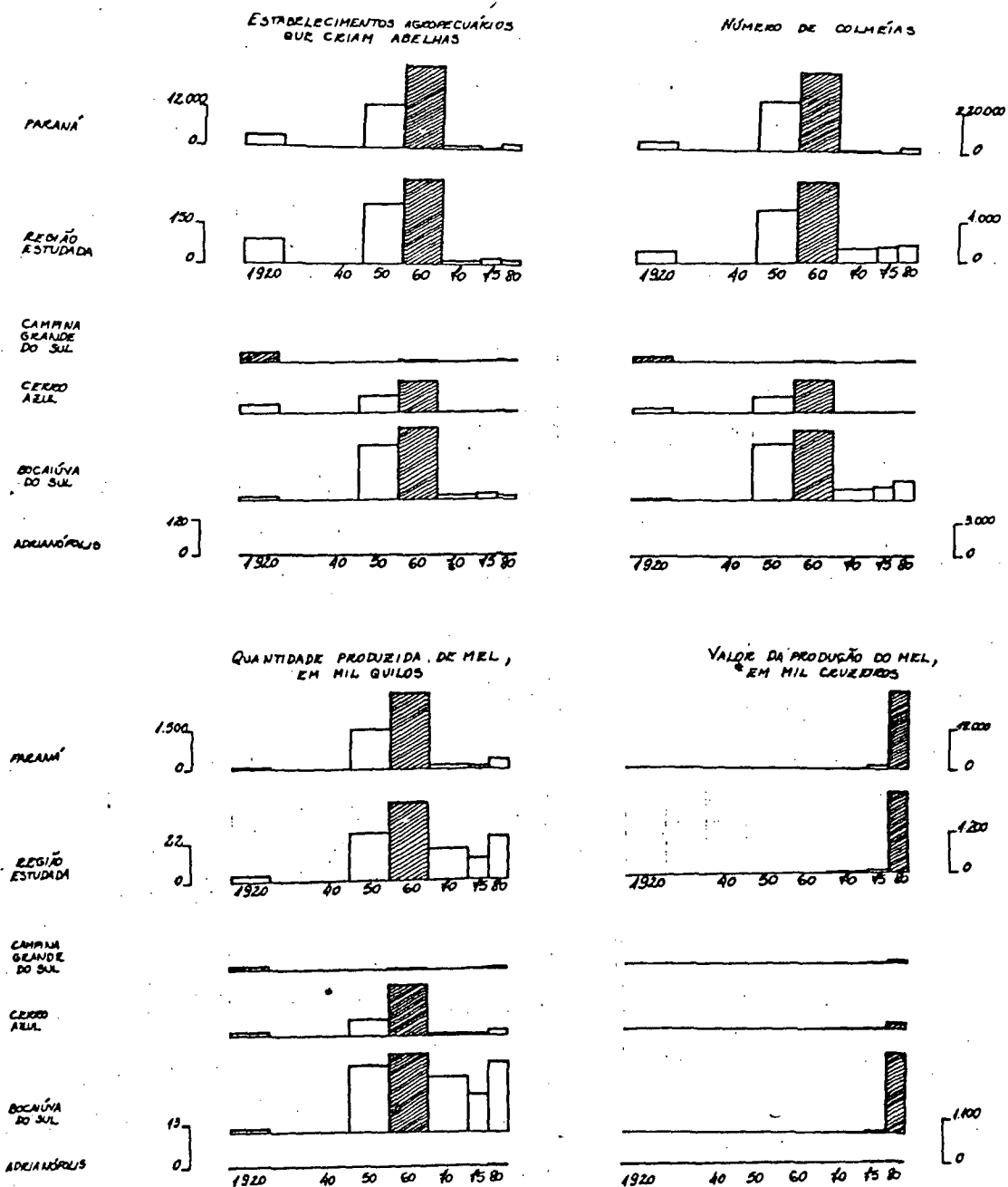
VALOR DA PRODUÇÃO*, EM MIL CRUZEIROS



FONTE: TABELAS 112, 113, 114, 115, 116.
* EM VALORES CORRENTES

GRÁFICO 27

ABELHAS / MEL

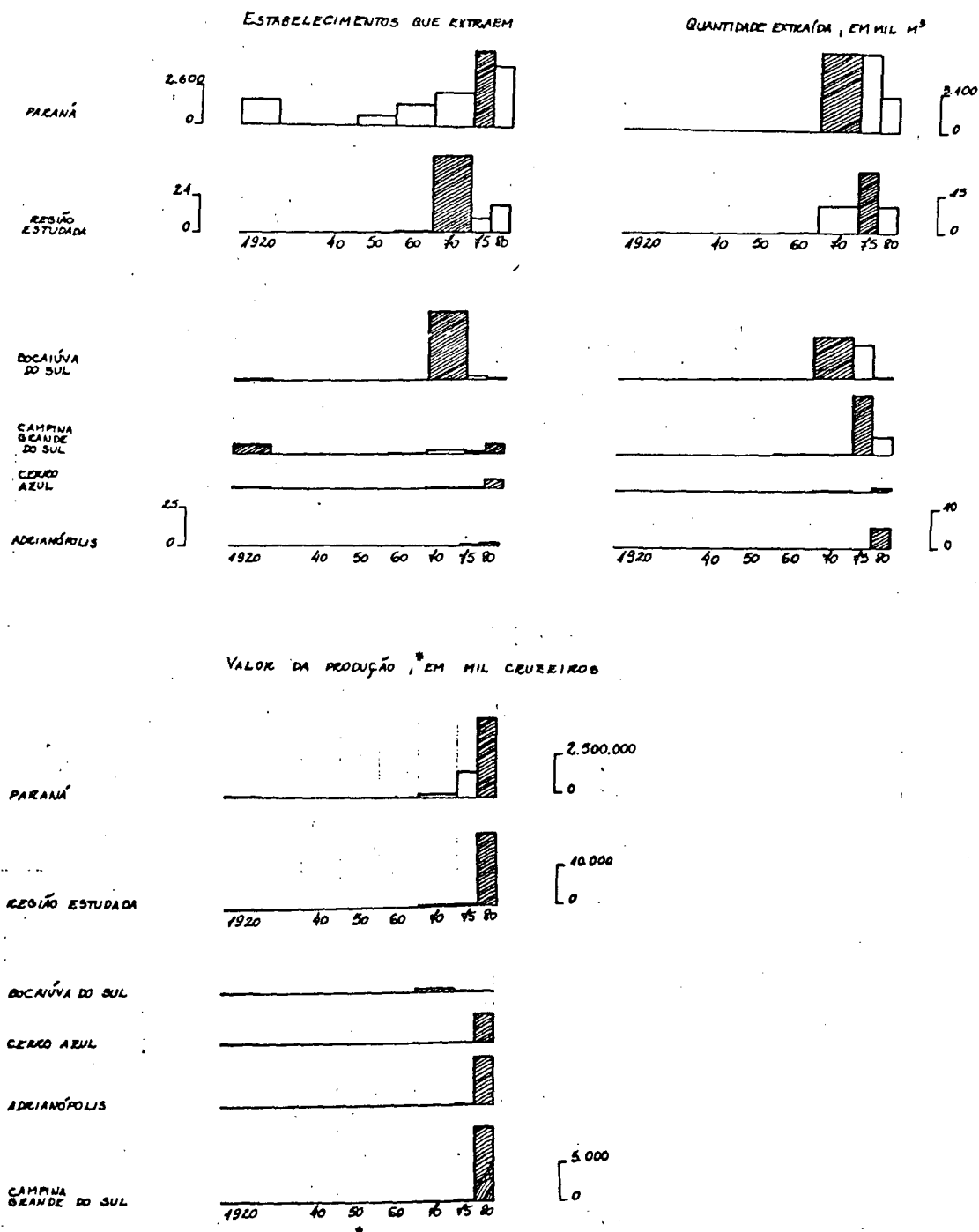


FONTES: TABELAS 114, 118, 119, 120.

* EM VALORES CORRENTES

GRÁFICO 31

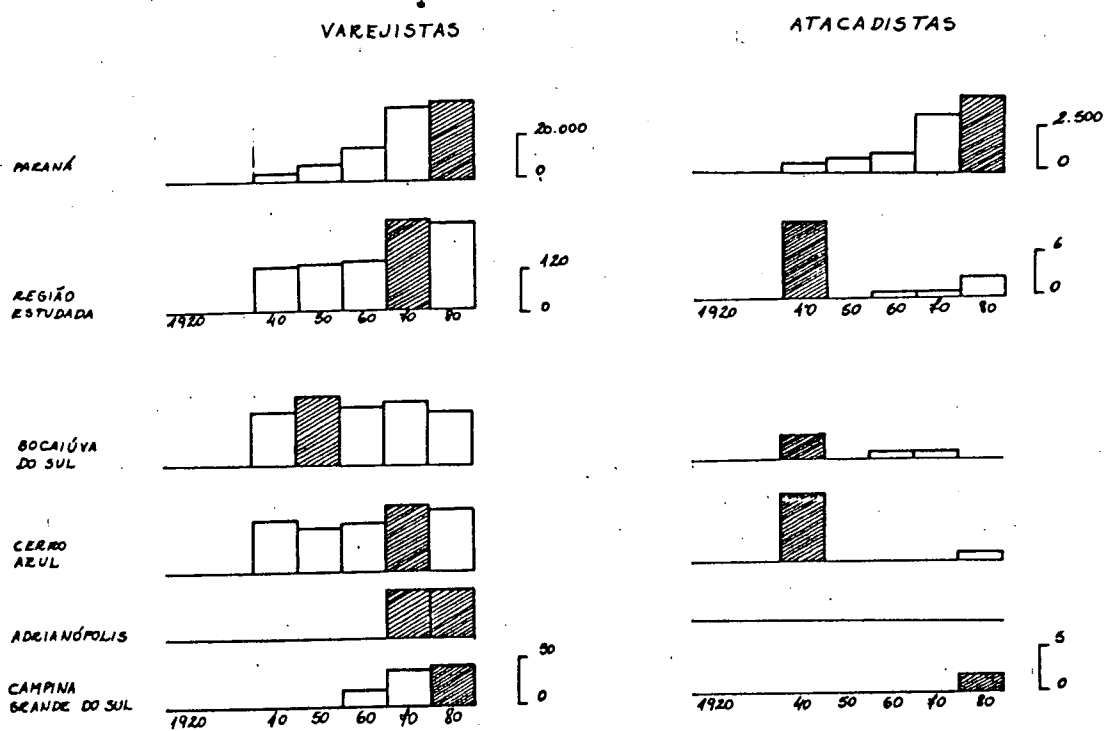
MADREIRAS DE LEI



Fonte: TABELAS 142, 143, 144.

* EM VALORES CORRENTES

GRÁFICO 34 ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS



FORTE: TABELAS 156, 157.